



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**A REGIÃO EM ANÁLISE: A POLÍTICA E A IGREJA NO PROCESSO DE  
COLONIZAÇÃO DE NOVA ANDRADINA-MS**

**CLAUDINEI ARAÚJO DOS SANTOS**

**TRÊS LAGOAS**

**2015**

**CLAUDINEI ARAÚJO DOS SANTOS**

**A REGIÃO EM ANÁLISE: A POLÍTICA E A IGREJA NO PROCESSO DE  
COLONIZAÇÃO DE NOVA ANDRADINA-MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação –  
Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração  
Análise Geoambiental e Produção do Território, como  
exigência final para obtenção do Título de Mestre em  
Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Marcelino de Andrade  
Gonçalves.

**TRÊS LAGOAS**

**2015**

**TERMO DE APROVAÇÃO**  
**CLAUDINEI ARAÚJO DOS SANTOS**

**A REGIÃO EM ANÁLISE: A POLÍTICA E A IGREJA NO PROCESSO DE  
COLONIZAÇÃO DE NOVA ANDRADINA-MS**

Dissertação apresentada como requisito parcial do grau de mestre em Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela seguinte banca examinadora:

Resultado\_\_\_\_\_

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves\_\_\_\_\_

1º. Examinador: Prof. Dr. Eduardo Martins\_\_\_\_\_

2º. Examinador: Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior\_\_\_\_\_

## Morro Velho

Milton Nascimento

No sertão da minha terra,  
fazenda é o camarada que ao chão se deu  
Fez a obrigação com força,  
parece até que tudo aquilo ali é seu  
Só poder sentar no  
morro e ver tudo verdinho,  
lindo a crescer  
Orgulhoso camarada,  
de viola em vez de enxada  
Filho do branco e do preto,  
correndo pela estrada  
atrás de passarinho  
Pela plantação adentro,  
crescendo os dois meninos,  
sempre pequeninos  
Peixe bom dá no riacho  
de água tão limpinha,  
dá pro fundo ver  
Orgulhoso camarada,  
conta histórias prá moçada  
Filho do senhor vai embora,  
tempo de estudos na cidade grande  
Parte, tem os olhos tristes,  
deixando o companheiro  
na estação distante  
Não esqueça, amigo, eu vou voltar,  
some longe o trenzinho  
ao deus-dará  
Quando volta já é outro,  
trouxe até sinhá mocinha  
prá apresentar  
Linda como a luz da lua que em  
lugar nenhum rebrilha como lá  
Já tem nome de doutor,  
e agora na fazenda é  
quem vai mandar  
E seu velho camarada,  
já não brinca, mas trabalha.

A força da alienação vem dessa fragilidade  
dos indivíduos que apenas conseguem  
enxergar o que os separa e não o que os une.

Milton Santos.

## **AGRADECIMENTO**

A meu Pai – “in memoriam” – Naquela mesa ele sentava sempre e me dizia sempre o que é viver melhor. Naquela mesa ele contava histórias que hoje na memória eu guardo e sei de cor. Naquela mesa juntava gente e contava contente o que fez de manhã. E nos seus olhos era tanto brilho. Que mais que seu filho. Eu fiquei seu fã. Naquela Mesa tá faltando ele e a saudade dele está doendo em mim - “Nelson Gonçalves”.

A minha mãe, pelo carinho e amor sem medidas que sempre me dedicou. Obrigado mãe.

A minha esposa Ivone, que suportou todas as loucuras que aconteceram em nossas vidas, mas que demonstrou força e coragem para manter nossa conquista. Simplesmente – obrigado pela sua paciência e principalmente pelo fato de ter me ancorado no porto da nossa família.

Aos meus lindos Filhos André Luiz, João Gabriel e Maria Fernanda, o muito obrigado pela parceria que vocês estabeleceram comigo para a conclusão deste importante trajeto de nossas vidas. Amo vocês meus filhos.

Jocelita, o que dizer a você minha irmã preocupada e guerreira, amo você pelo carinho que tem para com nossa família.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves, pelo rigor da academia que nos proporciona e obriga estudar, grato por toda a exigência desde a graduação até a conclusão de nossa dissertação. Impossível não reconhecer o caráter e companheirismo. Ao mestre com carinho.

Aos meus companheiros de curso, Rafael, Alexandre e Ana Flávia. Cada um de forma muito peculiar contribuíram para este momento, falar mais de um seria cair no risco de ser indelicado com o outro, mas é importante lembrar que nossas viagens para Três Lagoas eram na verdade um café familiar e em tempo maior, um café filosófico. Na casa de Ana Flávia o bom almoço, formidável companheira de curso. Somente dizer que vocês tem um pedaço muito especial na realização que estamos concluindo.

Aos professores do curso e os demais companheiros a alegria de termos convivido durante um tempo e em tudo sempre um aprendizado, acadêmico e social.

De forma especial agradeço a meu padrinho de Crisma Claudenor Liberato da Rocha e sua esposa Claudia, simplesmente agradecido por tudo que fizeram por

mim e por minha família. Aos padrinhos de meus filhos Rosana e Joilço, vocês devem ter a noção do quanto são importantes em nossas vidas, família. O amigo Nivaldo Pereira, impossível esquecer o quanto tem sido importante para mim a sua contribuição, indelével sua participação na conjuntura do meu crescimento pessoal.

Aos professores Francisco Avelino Junior, Eduardo Martins, pela participação na defesa da dissertação. Ao Prof. Dr. Sedeval Nardoque, que pudemos contar com sua análise e que suas orientações juntamente com o Prof. Francisco A. Júnior na qualificação foram de extrema relevância para a conclusão do nosso texto.

A Ângelo Emílio da Silva Pessoa, o professor da Graduação que nos incentivava com suas aulas e o carisma pela docência.

A FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul, financiadora da bolsa que nos proporcionou a pesquisa e a conclusão deste trabalho.

E com toda a importância da espiritualidade – “Deus”, por que foi na devoção que restabeleci a vontade de viver e conquistar meus objetivos. Sei que a academia trabalha com a concretização do real e para mim a religiosidade, Deus, foi imprescindível para que eu tomasse força e concluísse esse tempo de pesquisa e trabalho, tornando concreta a minha fé.

## RESUMO

O presente estudo inicialmente aborda o conceito de Região, procurando delimitar as diferentes temporalidades conceituais para a temática e analisar o processo de integração regional da Microrregião de Nova Andradina a partir de um contexto histórico-geográfico, considerando o recorte temporal entre os anos de 1954 a 2010. A princípio o estudo se propôs analisar como a Geografia tem trabalhado com o conceito de região, pensando no período após o século XIX, quando foram atribuídos os diferentes interesses capitalistas. Também teve por escopo estudar a formação territorial e os agentes atuantes naturais e humanos para a formação da Microrregião de Nova Andradina-MS, que compreende a cidade em tela e os municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Bataiporã e Taquarussu, partes de uma conjuntura colonizadora implementada pelo Estado brasileiro, tendo como suporte empresas extrativistas e exploratórias tais como: a Matte Laranjeira e a Cia Viação São Paulo observando esse trajeto desde o final do século XIX até adentrar o século XX coadunando com a proposição do Governo de Getúlio Vargas e o chamado Estado Novo (1939 a 1945) por meio da “Marcha Para Oeste”, sua política de colonização e ocupação das fronteiras brasileiras, peculiarmente onde havia os considerados “vazios” e, portanto, o interesse de proteger as fronteiras do Estado brasileiro. Sobretudo, teve o intuito de mapear o trabalho dos religiosos clérigos na colonização de Nova Andradina, seja no campo político, educacional ou da saúde, uma vez que, os interesses das empresas colonizadoras, sempre foram norteados pela ideologia política que aproximou religião e população, elementos considerados imprescindíveis pelos mesmos para a construção e formação das cidades no Brasil. Finalmente, busca-se compreender na presente pesquisa os agentes de poder que formam e organizam a sociedade e a região e verificar como o próprio Estado brasileiro atribui suas ações de ocupação e colonização do território num padrão simbólico e ativo de atribuições oficiais e religiosas.

Palavras-Chaves: Região, Território e Poder.

## ABSTRACT

The present initial study addresses the concept of Region, searching to delimit the different conceptual temporalities for the thematic and for the analysis of the regional integration process of the micro-region (Nova Andradina) from a historical-geographical context, considering the period from the year 1954 to 2010. Formerly the study proposed to analyze how the Geography has worked with the concept of region, thinking on the period after the 19th century, when the different interests of Capitalists were assigned. It also had as scope studying the territorial formation and the natural acting agents and human beings for the Micro-region (Nova Andradina-MS) formation, which comprehend the city on canvas and the cities of Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã and Taquarussu, parts of a colonial situation implemented by the Brazilian state, taking as support extraction and exploration companies such as: “Matte Laranjeira” and “Cia Viação São Paulo” observing this path since the end of the 19th century until it enters the 20th century consistent with the proposition of Getúlio Vargas’s Government and the so called New State (1939 to 1945) through the “Marcha para o Oeste” (March Westward), his occupation and colonization policy of the Brazilian borders, peculiarly where there was the considered “empties”, therefore, the interest in protecting Brazilian state borders. Above all, it had the intention of mapping the work of religious cleric on the colonization in Nova Andradina, on the political field, educational or health, once, the interests of colonizing companies, were always headed by the political ideology that approached the population and religion, elements that are considered essentials by them for the construction and formation of cities in Brazil. Finally, it searches to comprehend on the present research the power brokers, which form and organize the society and the region and verify how the Brazilian state attributes its occupational actions and colonization of the territory in a symbolic pattern and active official duties and religious.

Keywords: Region, Territory and Power.

<b>FIGURAS</b>	<b>Pág.</b>
<b>FIGURA 1</b> - Mato Grosso do Sul - Microrregiões Geográficas.....	67
<b>FIGURA 2</b> – Localização e Municípios da Microrregião de Nova Andradina-MS.....	70
FIGURA 3 – Mato Grosso: Avanço da pecuária na região sul do Estado.....	92
FIGURA 4 – Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema – Principais Rios.....	99
<b>FIGURA 5</b> – Nova Andradina – Homens que Trabalhavam no Desmatamento.....	131
<b>FIGURA 6</b> – Avião utilizado para transporte de pessoas e mercadorias para Nova Andradina, S/D.....	135
<b>FIGURA 7</b> – Interior do avião utilizado para transporte de pessoas e mercadorias para Nova Andradina.....	135
<b>FIGURA 8</b> – Homens, mulheres e crianças em área em processo de desmatamento. Ressalta-se já a presença de famílias em Nova Andradina, S/D.....	140
FIGURA 9 - Residência do Padre Marcos em Nova Andradina, no ano de 1961.....	156
<b>FIGURA 10</b> - Jeep doado Por Antônio J. de M. Andrade ao Padre Marcos (1962).....	161
<b>FIGURA 11</b> - Confraternização com Padre Marcos Martinez Royo e parte da comunidade rica (1966). A imagem acima revela o padre junto ao meio social dos ricos.....	168
<b>FIGURA 12</b> – Prédio da Santa Casa em Nova Andradina em 1964. A frente do prédio um grupo de irmãs Maristas.....	170
<b>FIGURA 13</b> – Capela da Matriz em Nova Andradina, 1956.....	192
<b>FIGURA 14</b> – Trabalhando na construção da Igreja Matriz (1972). Da esquerda para a direita: Cassimiro Araújo, Antônio Defaveri e Luiz Defaveri.....	197
<b>FIGURA 15</b> – A Igreja Católica Visualizada por cima.....	198
<b>FIGURA 16</b> – Frente da Igreja Matriz na Década de 1980.....	198

## QUADROS E TABELAS

Pág.

<b>QUADRO 1</b> - Microrregião de Nova Andradina-MS - Desmembramento dos Municípios.....	97
<b>TABELA 1</b> – Evolução da População nos municípios da microrregião de Nova Andradina - 1960-2010.....	72
<b>TABELA 2</b> – Evolução da População Urbana nos municípios da microrregião de Nova Andradina - 1960 – 2010.....	74
<b>TABELA 3</b> – Evolução da População Urbana nos municípios da microrregião de Nova Andradina - 1960 – 2010.....	75
<b>TABELA 4</b> – Microrregião de Nova Andradina - Leis de criação dos Municípios.....	81
<b>TABELA 5</b> – Valores de Exportação da erva-mate (1889-1894).....	90
<b>TABELA 6</b> – Microrregião de Nova Andradina - Rebanho Bovino efetivo nos municípios 1974 – 2009.....	96
<b>TABELA 7</b> – Microrregião de Nova Andradina - Produção Pecuária.....	103
<b>TABELA 8</b> – Variável: Área colhida (Hectares) dos Municípios da Microrregião de Nova Andradina.....	104
<b>TABELA 9</b> - Variável – Quantidade produzida (Toneladas) Lavoura de Cana-de-açúcar da Microrregião de Nova Andradina.....	105
<b>TABELA 10</b> – População Urbana e Rural do Município de Bataguassu-MS 1960-2010.....	111
<b>TABELA 11</b> – População Urbana e Rural do município de Anaurilândia MS 1970-2010.....	114
<b>TABELA 12</b> – A População Urbana e Rural do município de Bataiporã MS 1970-2010.....	118
<b>TABELA 13</b> – População Urbana e Rural do município de Taquarussu MS 1991-2010.....	120

<b>GRÁFICOS</b>	<b>Pág</b>
<b>GRÁFICO 1</b> – Microrregião de Nova Andradina – Evolução da População – 1960 – 2010.....	72
<b>GRÁFICO 2</b> – Evolução da População Urbana nos municípios da microrregião de Nova Andradina - 1960 – 2010.....	75
<b>GRÁFICO 3</b> – Microrregião de Nova Andradina – Total Urbana e Rural nos Municípios - Evolução da População Total, Urbana e Rural de nos Municípios da Microrregião de Nova Andradina – 1960 – 2010.....	76
<b>GRÁFICO 4</b> – Microrregião de Nova Andradina – Rebanho Bovino 1960 – 2009....	95

## **SIGLAS**

**SEPLANCT – Secretaria de planejamento ciência e tecnologia**

**SEMAC – Secretaria de estado de meio ambiente do planejamento da ciência e da tecnologia**

SUMÁRIO.....	Pág.
Introdução.....	15
Capítulo 1. A Região: um conceito em discussão.....	19
1.1- Região Natural – Determinismo Ambiental.....	27
1.2 - Possibilismo e Região.....	34
1.3 O Método Regional.....	41
1.4 A Nova Geografia.....	46
1.5 – Geografia Critica.....	51
2. Capítulo II Análise da Formação da Microrregião geográfica de Nova Andradina-MS.....	67
2.1 – A população dos Municípios da Microrregião de nova Andradina-MS.....	71
2.2 – O Processo de Criação e Ocupação dos Municípios da Microrregião de Nova Andradina-MS.....	80
2.3 – Economia da Região: Passado e Presente.....	94
2.4 Caracterização dos Municípios da Microrregião de Nova Andradina.....	108
2.4.1	–
Bataguassu.....	108
2.4.2 – Anaurilândia.....	112
2.4.3 – Batayporã.....	115
2.4.4 – Taquarussu.....	119
CAPITULO III. O Processo de Colonização de Nova Andradina e o Papel da Igreja Católica.....	124
3.1. A Criação de Nova Andradina: Espaço e Poder.....	138
3.2. A religião católica e sua relação disciplinar com os populares e no processo de formação social e territorial de Nova Andradina.....	145
3.2.1 – As Frentes de Atuação da Igreja e interesse no processo de formação de Nova Andradina.....	157
3.2.2 O Início da Construção da Igreja Matriz e a obra Canônica da Paróquia Imaculado Coração de Maria.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS.....	209

## Introdução

A letra da música “Morro Velho” de Milton Nascimento que utilizamos como epígrafe em nosso texto, representa a ideia central desta pesquisa em que analisamos a região como relações de poderes entre as classes dominantes e as classes dominadas. É importante entender que a questão regional não se resume exclusivamente às relações acerca do poder, mas também de produção/ reprodução do capital sendo que, a própria dinâmica social contribui para conformação, construção e concepção do conceito de região a partir dos acontecimentos sociais, históricos e geográficos frutos da relação sociedade e natureza.

Nos primeiros critérios para se entender como se forma a região, vislumbra-se por meio da letra de “Morro Velho”, que alguns fatores são extremamente relevantes para a ocupação territorial, dentre elas, a identificação com o local e com as classes dominantes. Igualmente, na letra que pertinentemente se coloca em tela, o negro, (trabalhador braçal) foi abordado na pesquisa, como o fornecedor de mão de obra e se identifica com os padrões, serve com prazer, numa dedicação que grosso modo é tida como prazerosa, amistosa, por parte dos dominados, dos servidores, e diante do que pensa Boff (2010, p. 230) uma prisão sem grades e sem algemas, apenas um prazer no servir e por isso percebemos que os elementos utilizados são forças apaixonadas, delicadas, mediadoras, que simbolicamente urge sobre os homens, mas, mesmo que exista uma consciência dessa subordinação, parece também não sentirem a penalidade, pois que, mesmo ao saberem dessa escravidão, se faz presente o desejo de servir e em servir, predominando grandes enleios que confortam a alma, mais que isso, se materializa nas relações sociais e econômicas nos lugares ocupados e construídos.

Ao mesmo tempo em que se procura entender o conceito de região, a pesquisa analisa também a ocupação e organização mediante a formação territorial da Microrregião de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul. O recorte territorial visa abarcar um período histórico que se estende entre os anos de 1954, e que se deu a emancipação de Bataguassu do município de Rio Brilhante no então Estado de Mato Grosso, período este que compreende o auge do processo de ocupação e exploração territorial por meio das empresas colonizadoras de Antônio

Joaquim de Moura Andrade e de Jan Antonin Bata, até o ano de 2010 com a nova regionalização dos municípios que compõem a atual Microrregião de Nova Andradina. Destaca-se aqui, que essa sociedade era caracterizada pela heterogeneidade cultural derivada da intensa migração de pessoas de diversas partes do Brasil e de paraguaios trabalhadores no desmatamento e ocupação da região.

O que se pode hoje entender/compreender sobre a Microrregião de Nova Andradina, consiste numa condução mediada por diferentes elementos, naturais, políticos, econômicos e simbólicos, enfim geográficos, para sua formação, o que, sobretudo, faz lembrar Gregório de Matos, em que seu poema ressalta que “o todo sem a parte não é todo, a parte sem o todo não é parte, mas se a parte o faz todo, sendo parte, não se diga que é parte sendo todo”, traçando assim a região com a pertinência de importantes fatos históricos, por que as partes compõem o todo e as partes fazem parte do todo.

Dessa maneira, o estudo foi dividido em três capítulos que se integram e amarram ao longo das discussões. O primeiro capítulo, trás um estudo do conceito de região, haja vista este conceito ser discutido desde o século XIX, peculiarmente por Ratzel e Paul Vidal de La Blache, o primeiro, por meio do Determinismo Natural e o segundo com o Possibilismo, correntes teóricas que se podem tratar como contemporâneas, mas que, ficaram marcadas não apenas pelas discussões de cadeiras acadêmicas, também pela promoção de Estados que promoviam o capitalismo e imperialismo no final do século XIX e início do século XX.

Para se discutir o termo região traz para o bojo desse trabalho a visão de alguns teóricos e estudiosos das primeiras décadas do século XX, uma relevante discussão de como melhor proceder diante do conceito de região, e de como são possíveis os pesquisadores elaborarem este conceito, uma vez que Hartshorne (1978) lembra que ninguém melhor que o pesquisador para discutir e definir a região. Apresenta-se ainda que suscintamente um breve panorama histórico sobre a visão do geógrafo sobre o conceito e de região desde a Segunda Guerra e após os anos 1970 com a chamada geografia crítica e sua visão marxista.

O segundo capítulo mostra o processo de formação territorial da Microrregião de Nova Andradina-MS, organizada conforme com os municípios estabelecidos pelo IBGE, sendo; Bataguassu, Bataiporã, Anaurilândia, Taquarussu e Nova Andradina.

Para tanto, foi necessário uma compreensão histórica desde o século XIX quando aconteceu na Microrregião, objeto desse estudo, a atuação da Empresa Mate Laranjeira, que exerceu a atividade extrativista da erva mate, e foi primordial para que aconteça não apenas a ocupação do território, mas também a dizimação de etnias indígenas que pela região estabeleciam seus modos de vida.

Ainda a “Marcha para Oeste”, política governista de Getúlio Vargas no início da década de 1940 que visava ocupar os “espaços vazios” e garantir as fronteiras do território brasileiro, contribuindo com a vinda de migrantes de diversas regiões do Brasil que tinham como perspectiva os benefícios de terras produtivas bem como afugentarem-se dos grandes centros que já acumulavam grande densidade demográfica.

Não obstante, discutiu-se de que forma os homens brancos, fortalecidos pelas empresas colonizadoras, suprimiram e dizimaram os pioneiros das terras ocupadas, os indígenas que foram desterritorializados, sendo, em alguns casos, obrigados a migrarem para outros territórios onde tiveram que reterritorializar, e ou acabaram pagando com suas vidas, quando houve enfrentamentos com armas.

Finalmente o último capítulo analisou a presença da Igreja Católica em Nova Andradina, município do Estado de Mato Grosso do Sul. Estabeleceu-se uma análise histórica desde a sua fundação em 1958, até o ano de 2010. Neste sentido, procurou-se analisar a Igreja Católica buscando mostrar sua consolidação e presença na sociedade que estava sendo formada e sua capacidade em implantar normas e valores católicos. É significativo destacar que o município é uma continuidade de um período de expansão e colonização da Empresa Moura Andrade, que tinha como proprietário, o Senhor Antônio Joaquim de Moura Andrade, rico criador de gado do interior de São Paulo, morador na cidade de Andradina no Estado de São Paulo, é desta relação que deriva o nome de Nova Andradina, considerando que os Projetos de Colonização de Moura Andrade, também era uma forma de refletir e demonstrar o poder que este pecuarista tinha nos país, devido o capital adquirido desde a década de 1930, e, sobretudo o poder político, estabelecido ainda mais com a ascensão de seu filho Auro Soares ao Senado Federal.

Com efeito, as informações que compõem o terceiro capítulo constam dos arquivos da Igreja Católica de Nova Andradina e também da região, e ainda,

arquivos pessoais e entrevistas com pessoas contemporâneas ao processo de colonização e de Formação da Paróquia Imaculado Coração de Maria.

Também cabe esclarecer ser um dos objetos de pesquisa compreender como a Igreja Católica colocou-se à frente do processo de formação do município, como elemento catalisador ao processo de colonização, assumindo um papel importante: o de fortalecer o poder da empresa colonizadora, pois que, baseado nos documentos escritos e nas narrativas de pessoas entrevistadas é possível sugerir que o processo de instalação oficial da empresa colonizadora ligado ao trabalho da instituição religiosa, foi decisivo para a formação de Nova Andradina.

Os documentos analisados evidenciam a aproximação entre a igreja e os colonos visando à permanência na localidade e a ordem social requerida, o que acaba por construir um programa de ações da igreja que determinaram as perspectivas para o grupo social em um novo lugar.

Assim, constatou-se que, de maneira geral, a Igreja Católica é um elemento imprescindível para se pensar a formação do município de Nova Andradina. Ao se considerar o papel do clero como pedra angular na comunicação entre a hierarquia eclesiástica e a sociedade, fica evidente o papel de encaminhar para a fé, e segundo a fala do Seu Aluizio Teodoro, “o fundador Moura Andrade, dizia que uma cidade deveria começar com um padre e um delegado”. Um serviria de pastor do rebanho social e outro para ordem e respeito na sociedade.

Enfim, procurou-se abordar os elementos considerados essenciais para a construção geográfica e histórica da Região em tela, procurando entender de que maneira os elementos sociais, políticos e econômicos se combinaram para a conformação atual da ocupação/formação regional. De fato após tudo quanto foi analisado, corroborou-se a ideia inicial de que é preciso compreender a região a partir do movimento da sociedade no tempo e no espaço.

## Capítulo I

### A Região: um conceito em discussão

As ideias aqui apresentadas têm o intuito de procurar entender o conceito de região no bojo dos saberes construídos em diferentes momentos históricos da Geografia, um conceito amplo e que ao mesmo tempo, se apresenta como de reconhecida importância no temário geográfico científico. Para tratarmos as formas e os conteúdos em que se apresentam o conceito de região o mais coerente possível, procuramos nos utilizar dos referenciais teóricos a respeito do conceito em tela e dos estudos regionais absorvendo aspectos teóricos relacionados à importância dos elementos físicos e humanos dentro desta temática.

Não é por acaso que o objeto essencial de estudo deste primeiro capítulo é a compreensão do conceito de região. Pretendemos considerar as diversas características organizadoras de uma história humana no tempo e no espaço cujo ensejo é tecer o entendimento de relações que territorializaram os homens na região, uma vez, que a nosso ver, deverão ser avaliadas as ações e relações humanas no espaço/tempo para entender a construção do conceito de região.

É notável que a ideologia da Geografia esteja permeada pelo capitalismo, ou seja, as relações capitalistas usufruem desta ciência para obter seus resultados expansionistas em diferentes partes do mundo. Para entender que a Geografia de meados do século XIX estava interessada em organizar o espaço mundial para que não houvesse excesso de capitais e de produção nos investimentos de extração de matéria prima e de mão de obra, é preciso considerar o relevante papel que a ciência geográfica passou a desempenhar a partir de então.

Pois ao se partir do pensamento de que os Estados maiores utilizam o saber geográfico e de seus estudos, tendo-se como exemplo, a colonização da África e América Latina, onde as ações capitalistas e imperialistas passaram a realizar seus processos explorativos (SANTOS 1986).

Para nos aproximarmos da ideia exata do termo região precisamos pensar sua relação e composição dentro de um pensamento geográfico-histórico que os fundamente. Relação estas de elementos naturais, sociais bem como da composição de situações socioeconômicas historicamente dentro do campo do

conhecimento geográfico. A partir dessas relações é que entendemos o papel exercido pela Geografia, haja vista que a mesma enquanto ciência passa a desempenhar o relevante papel de sintetizar, de interpretar os acontecimentos sobre a face da terra. Para Gomes (2008, p. 50):

Dentro desta visão, cumpre antes de tudo discernir os sentidos diferentes que podem existir na noção de região, nas diversas esferas onde ela é utilizada, no senso comum, como vocábulos de outras disciplinas e, o mais importante, na variedade de acepções que ela possui na geografia.

Ao se considerar a relevância do conceito de “região” no decorrer deste capítulo, serão apresentadas as percepções de autores dentro da Geografia como Lencioni (1999), Ribeiro; Gonçalves (2001), Moreira (1993, 2006), Moraes (2009) na sociologia com Francisco de Oliveira (1977) e na História com Rosa Maria G. Silveira (2009), pois os mesmos nos permitem a aproximação do debate sobre como pode ser entendido o conceito de região, cada qual trazendo análises valiosas para discutirmos os aspectos que foram e continuam ajudando a construir o conceito de região.

Para Ruy Moreira (1993, p. 7), o termo região fundamenta-se no princípio de “reger, dirigir, governar, expressão de claro matiz militar e estatal”. Percebe-se com base em Moreira (1993) que o conceito de região resulta de um processo complexo, de uma elaboração de pensar sobre as ocorrências de um determinado local sendo, na maioria das vezes, determinado pelas relações sociais e econômicas que as envolve. Partindo-se dessa perspectiva, o conceito de região pode ser discutido considerando os diferentes elementos locais para sua produção e, quando falamos de produção, remete-se à ideia de região enquanto construção geográfica social e histórica no espaço e por esse motivo, sujeito a transformações e permanências no decorrer do tempo.

Ou seja, não está em jogo apenas se delinear o conceito de região, mas também, se faz necessário entender os fatores que organizam o espaço e o território. De acordo com Santos (1986) “o espaço não depende exclusivamente da estrutura econômica como alguns tem tendência a imaginar”, mas de uma conjuntura de fatores. A partir dessa citação percebe-se que, para se entender o conceito de região é preciso atentar para outras análises que a Geografia oferece,

pois a ciência geográfica permite melhor aproximação do termo, ou como diz Gomes (2008, p. 52):

[...] percebemos que a geografia foi o campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar a si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre o tema.

Mesmo ao não se considerar a questão da região como restrita à Geografia e aos Geógrafos, destaca-se o domínio da Geografia com relação à discussão sobre o conceito de região, uma vez que, esta ciência desde a antiguidade é trabalhada considerando-se o interesse de entender o espaço e o território e esse fator acaba por desenhar o processo de construção do conceito de região como uma situação histórico-geográfica. Ao se levar em consideração a temporalidade na discussão do tema, consta-se desde os tempos históricos a preocupação dos antigos e os gregos com essa relação homem-espaço.

No entanto, segundo Ribeiro e Gonçalves (2001), as palavras geógrafo e região são remanescentes do século XVI e ambas têm conseguido ultrapassar as barreiras temporais causando cada vez mais implicações para avaliar o conceito a que propomos entender e discutir. Assim, vale ressaltar que outras ciências também se propõem a indagar o conceito de região vislumbrando a intencionalidade de entender as relações que se dão nas diferentes localidades considerando para tanto, diversos elementos. Isto faz com que os cientistas pensem de formas diferentes o mesmo tema e os relacione no desvendamento histórico-geográfico.

Neste sentido, para o sociólogo Pierre Bourdieu (2012), o conceito de região torna os pesquisadores da geografia um tanto quanto cativos da dificuldade de diagnosticar ou tratar como um termo homogeneizado o conceito de região, pois carregam análises variadas que confundem a representação significativa do termo. Bourdieu (2012) considera ainda que a palavra região assume por vezes uma nota ideológica, de maneira que, acaba por servir frequentemente para a construção de mistificações geográficas tornando-se, por isso, um instrumento de manipulação política. Desta maneira, e pautados em Bourdieu (2012) o conceito de região está ligado por vezes aos interesses políticos, a uma fração de fatores objetivados por um grupo local. Sobre essa questão, Lencioni (1999), apresenta a ideia de que a

região pode fazer parte da linguagem comum por ser passível de mistificação social e manipulação política. Sobretudo, é possível compreender o conceito de região por outros meios, como por exemplo, o do capital. Para a autora supracitada, na contemporaneidade “é certo que o conceito de região decola da territorialidade física”, entretanto, é de grande relevância entender o “conceito implícito a relação acumulação de poderes mesmo que por meio do socioeconômico”. Gomes lembra que (2008, p. 50):

É necessário também paralelamente religar estas significações aos diversos contextos no qual esta noção serve como elemento-chave de um sistema explicativo, contextos políticos, políticos-institucionais, econômicos e culturais.

No entanto, sabe-se que na Geografia clássica<sup>1</sup> não se discutia a região por meio dos aspectos econômicos e sociais, apenas entender como o clima, o relevo dentre outros aspectos se organizavam no processo de formação de uma região. Um ponto interessante é que a região, a nosso ver, não deve ser caracterizada apenas por meio dos aspectos físicos, devem compor esse processo as diversas relações socioeconômicas e seus processos históricos de construção.

Contudo, vale suscitar por meio da Geografia, os questionamentos pautados nas análises em que entra em tela o conceito de região, como território e poder, ou seja, aprofundando o entendimento do conceito dentro das relações que a construíram, envolvendo aspectos físicos, políticos e de força social, analisando as diferentes escolas, o micro e o geral, pois ambos coadunam para compreensão geográfica do estudo a que nos sugerimos. Para tanto, Ribeiro; Gonçalves afirmam (2001, p. 91):

A região teria, com isso, em termos gerais, a sua configuração determinada pelos processos e relações sociais de produção, perpetuados ao longo da história, assumindo assim estas partes características do movimento geral das formas de produção e reprodução da sociedade, ou seja, da totalidade social reproduzida espacialmente.

---

<sup>1</sup> Ver Lencioni (1999, p. 36): Os gregos [...] construíram uma explicação do universo das diferenciações do mundo, das influências climáticas, das marés, dos rios e da superfície da Terra, e elaboraram divisões do mundo.

Sobre este respeito, Ribeiro; Gonçalves (2001) retratam que a Geografia tem de fato se preocupado com as diferentes dimensões que podem ser tratadas quando se fala de região, não se limitando aos aspectos físicos e adentrando às diversas possibilidades de análise do tema, considerando a escala como elemento importante. Ribeiro e Gonçalves (2001, p. 92), afirmam que:

Referimo-nos à maior inter-relação atualmente existente, propiciada pela interconexão e interdependência dantes nunca vista, a partir do aparato técnico-científico-informacional, entre as dimensões do lugar e da região, com o ingrediente “novo” da rede.

Considerando o que tratamos a partir dos autores até aqui, vale lembrar que o conceito de região não é imutável, é uma construção constante que muda com o tempo e conforme os estudos teóricos e métodos aplicados, permitindo a existência de um debate relevante para o nosso trabalho e para a ciência geográfica como um todo. Neste sentido, os Geógrafos tem se apresentado como estimuladores de pesquisas e debates profícuos para conceituar região com melhor coerência. Não obstante, vale salientar as palavras de Gomes (2008, p. 59):

O método regional, ou seja, o ponto de vista da geografia de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais é a particularidade que identifica e diferencia a geografia das demais ciências. Há outros campos que estudam os fenômenos, a geologia, a climatologia, a botânica, a demografia, a economia, a sociologia, etc., mas só a Geografia segundo Hartshorne, tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio à geografia.

A percepção apresentada por Gomes (2008) nos remete a pensar que a ciência geográfica, tendo como preocupação a distribuição e a localização dos fenômenos é a ciência que melhor dispõe de elementos teóricos para discutir o conceito em questão. Lencioni<sup>2</sup> (1999) afirma que os primeiros estudos sobre a região foram realizados pelos gregos da escola jônica de filosofia, sendo “os primeiros geógrafos”, considerados o pioneirismo do método de identificação e de regionalização. Explica Lencioni (1999 p. 36-37):

---

<sup>2</sup> Ver Lencioni (1999, p. 36-39), a elaboração da divisão da Terra em zonas segundo o critério de temperatura.

Construíram uma explicação do Universo, das diferenciações do mundo, das influências climáticas, das marés, dos rios e da superfície da Terra, e elaboraram divisões do mundo (...) Hecateu de Mileto [...] traçou o que pode ser considerado o primeiro mapa-múndi e procedeu a uma regionalização da Terra.

Dessa forma pode-se depreender por meio dos estudos dos filósofos gregos<sup>3</sup> que os primeiros estudos geográficos com o objetivo de regionalizar e/ou conhecer e caracterizar as localidades aponta uma necessidade da época devido às conquistas que os gregos procuravam realizar, e que, por isso, precisavam buscar o conhecimento nas mais diversas áreas. Há também nesse período uma correlação entre a construção de outros saberes e os aspectos geográficos dos lugares. É o caso, por exemplo, de Hipócrates, considerado pai da medicina e que entendia a diversidade de tipos humanos como decorrente das condições naturais dos lugares, percebendo a permanência e a relação do homem com o meio como determinante de suas ações, considerando como fundamental o acesso à produção do alimento de subsistência e a moradia. Conforme Lencioni (1999, p. 40):

Hipócrates acreditava que a diversidade de tipos humanos era decorrente das condições naturais dos lugares. Para ele, a fertilidade do solo estaria relacionada diretamente à indolência dos homens percebida nas regiões mais férteis, tendo em vista a facilidade em se obter os meios de vida enquanto que, sob condições naturais mais adversas, os homens seriam mais dispostos ao trabalho, como exigência da própria sobrevivência.

Na história mais recente da construção do pensamento geográfico a influência das condições naturais sobre o homem e as características regionais foi ressaltada pelo pensador alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), um dos principais teóricos clássicos da Geografia e precursor da Geopolítica e do Determinismo Geográfico considerando as ações humanas e suas necessidades básicas. Ratzel afirma (1882 p. 74-75):

Em meio a muitas variações que sobrepõem, as relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e alimentação. A necessidade de habitação é de natureza tão simples que em qualquer época

---

<sup>3</sup> Vale salientar, (LENCIONI, 1999, p. 39), a situação de Aristóteles que compartilhou da regionalização de Pitágoras e introduziu a ideia de região habitada pelo homem, “ecúmeno” e de não habitada pelo homem, “anecúmeno”, situando-se aí a Zona tropical.

estabeleceu entre o homem e o solo as mesmas relações [...] A alimentação representa a necessidade mais imperiosa tanto para o indivíduo como para a sociedade, pois as obrigações que impõe tanto a esta quanto a aquele precedem a todas as outras. Quer o homem se proveja através da caça ou da pesca, ou através da coleta de frutas, a escolha de local de moradia e a amplitude do território do qual são trazidos os alimentos serão constantes ou temporárias dependendo da mais ou menos longa permanência das comunidades de um determinado lugar.

Assim, podemos pensar que ação humana na busca pela subsistência muito contribuiu para marcar as regiões, uma vez que, ao se pensar “quanto maior é a segurança com que a agricultura provém às necessidades de alimentação, tanto mais se torna possível ao povo fixar-se sobre um território limitado” (RATZEL, 1882, p. 75). Segundo Moraes (1981), também Vidal de La Blache (1845-1918) pensador francês e um dos nomes mais lembrados no que se refere à história do pensamento geográfico, destacou a relação homem-natureza nos lugares considerando o relacionamento constante e cumulativo nos diferentes lugares: o homem busca sustento aonde encontra e considera seguro. Para Moraes (1999 p. 68-69):

A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou “gênero de vida”, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida.

No entanto, sem considerar toda a discussão teórica a respeito do tema, a ideia de região também povoa a linguagem comum. Assim, não é raro ouvir alguém dizer que pertence a uma determinada região com o sentido de identificar-se com determinado lugar e todas as relações pertencentes ao lugar a que se refere, contendo diferentes sentidos. A palavra região assume também um viés ideológico à medida que a identificação com o lugar pode homogeneizar as diferenças sociais a partir da identificação de diferentes grupos com o mesmo lugar. De acordo com Lencioni (1999, p. 198):

Como procuramos demonstrar, a palavra “região” assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política. A palavra “região” tem ainda um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas pertencerem a um determinado lugar.

Gomes (2008) ao analisar a construção do pensamento geográfico antigo no Império Romano, a palavra “regione” era utilizada para designar áreas que mantivessem uma administração local e que, normalmente estivesse com suas regras locais submetidas a Roma. Ainda de acordo com o mesmo (ibid, p. 51) o império Romano era representado cartograficamente por diversas regiões notando a extensão espacial e poderio de Roma, e que como todos os poderes menores “os governadores locais dispunham de alguma autonomia [...], mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma”.

No entanto, vale lembrar que o declínio do Império Romano, de acordo com o autor supracitado (2008) foi propício para a formação e/ou divisão das regiões, haja vista, as fraturas que se deram no Império Romano o que coadunou com a “origem espacial do poder autônomo dos feudos, predominante na Idade Média”.

Nesse texto de Gomes (2008) pode-se perceber a relação entre região e o poder. No caso da Roma antiga e medieval, este termo está ligado à ideia de centralização do poder ou de como garantir esse mesmo poder sobre uma determinada área e localidade, obviamente, sobre os recursos naturais e os povos deste mesmo meio. Afirma Gomes (2008, p. 52):

Fundamentalmente, a questão que se recoloca é a mesma que deu origem ao conceito de região na Antiguidade Clássica, ou seja, a questão da relação entre a centralização, à uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido.

Neste trabalho, ao explorar o conceito de região, notou-se que mesmo na antiguidade e/ou na atualidade são os dominantes que naturalmente passam a dimensionar a região, suas ações e relações e articulam os elementos regionais.

Vale lembrar que as dificuldades em relação a avançar no debate teórico sempre serão muitas, já que os Geógrafos, assim como outros cientistas sociais,

herdaram as indefinições e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego deste conceito nos impõe. Para tanto, o conceito de região precisa ir ganhando neste trabalho formas congruentes, não que este trabalho tenha a obrigatoriedade de construir um conceito absoluto, mas perceber que existem distintos conceitos de região construídos e que cada um deles tem uma acepção própria e se coloca dentro de uma das correntes do pensamento geográfico, conforme se passa a apresentar na sequência.

### **1.1 - Região Natural – Determinismo Ambiental**

O determinismo ambiental surgiu no final do século XIX. Nesta corrente apresenta-se o conceito de região natural, tratada como uma parte da Terra caracterizada pela uniformidade, da junção de características naturais, como a vegetação, o relevo e o clima. Nota-se que o determinismo ambiental traz o conceito de região natural, fator relevante para compreender a região no final do século XIX e início do século XX.

A investida desencadeadora da sistematização para o determinismo geográfico natural adveio da Alemanha aonde particularmente as relações capitalistas chegaram tardiamente, tendo-se em vista que, no início do século XIX, a Alemanha ainda não era um Estado unificado não havendo uma unidade política e econômica. Contudo, havia a necessidade de se organizar para encadear uma estrutura de Estado.

Na construção do pensamento determinista ambiental, as condições naturais particularmente climáticas, influenciam no comportamento humano, valorizando a percepção de que em estados com climas mais frios, as condições de desenvolvimento<sup>4</sup> seriam melhores. Para Ratzel, “cabe à geografia o exame das formações políticas nas quais os conquistadores se dividem no momento em que se estabelecem em um novo território” (RATZEL, 1882, p. 58), e partindo-se desse

---

<sup>4</sup> Para o Historiador Sérgio Buarque de Holanda (1930, p. 47), nas regiões tropicais, ao contrário das regiões mais frias, acontecem uma tranquilidade quanto à busca pela sobrevivência, uma vez que os frutos, a caça e a pesca, costumam estar mais acessíveis, no caso dos frutos, ao invés do plantio, basta à colheita, e os dois itens a seguir, normalmente eram encontrados com fartura no meio natural, conveniência favorável à produção suficiente para seu próprio consumo, formando um padrão primitivo de sobrevivência.

pressuposto, advém a ideia da influência dos meios naturais sobre a sociedade e o desenvolvimento de um Estado.

Conforme Lencioni (1999), na Geografia e alicerçado pelos pensamentos do geógrafo alemão Frederic Ratzel em sua Antropogeografia de 1882, é preciso compreender também o conceito de espaço vital, notando a relação da população e os recursos naturais existente no território. Ratzel (1882) tentou justificar com o conceito de “espaço vital” a relação e a capacidade de utilização do território ao retratar que mesmo os povos nômades caminham entorno dos recursos naturais e pensar que estes abandonam o local sem querer manter sua identidade, não seria lógico em sua totalidade, levando-se em consideração o vínculo que costumam manter com a necessidade de extraírem os meios e recursos de sobrevivência no espaço que consideram seus. Para Ratzel (1882, p. 75):

O laço que une ao solo os nômades, que costumam retornar constantemente às mesmas pastagens, é muito mais tênue do que alguns povos agricultores que deixam a cada dois anos os seus campos de milho e de mandioca e não retornam mais a eles.

A partir dessa citação, percebe-se que Ratzel (1882), privilegia em seus estudos a relação entre os homens e o meio natural, estabelecendo que a intenção de permanecer e constituir um local identitário, é resultado da busca pela satisfação das necessidades humanas. Assim, é preciso observar como os pensadores estão evidenciando a compreensão geográfica no período em questão do final do século XIX, trazendo as considerações da busca de recursos não apenas essenciais aos indivíduos, mas, observar também o pensamento de Ribeiro; Gonçalves (2001) que, por meio do determinismo ambiental retratam os “anseios eminentemente político-econômicos”.

Na Europa havia interesses capitalistas e também dos Estados imperialistas tendo-se como exemplo o caso da Alemanha que depois da unificação territorial tinha um objetivo: a exploração das colônias, a exemplo dos franceses e ingleses. Neste sentido, houve a expansão do comércio e a burguesia capitalista se viu com a necessidade de expandir os meios de alargar suas relações comerciais com outros povos, maximizando a exploração dos recursos naturais e, por isso, o Estado alemão se fez valer das pesquisas de Ratzel, para que a natureza como recurso e

elemento do desenvolvimento das nações pudesse ser explorado. Para Ratzel (1882, p. 81):

Uma parte fundamental da tendência de crescimento dos Estados, frequentemente inativas por longo tempo, deriva do cercamento de localidades politicamente vantajosas, pois, dado que o crescimento político consiste de movimento, ou melhor, da reunião de inumeráveis movimentos, o Estado considera vantajoso anexar aquelas regiões naturais que favorecem o movimento.

Desta forma, é possível perceber a intencionalidade de expansão pelo domínio territorial do Estado-nação, e o interessante era justamente a perspectiva da conquista de novos territórios e das riquezas naturais que a localidade pudesse produzir. Não obstante, observou-se ainda que os Estados europeus com intenções imperialistas em tela (Alemanha, França e Inglaterra) estavam interessados em naturalizar suas questões político-econômicas servindo a Geografia e o discurso geográfico a este propósito. Ressaiva Correa (1991, p. 10):

O determinismo ambiental transformava em natural uma situação histórica, que é o imperialismo.” Dessa forma, o “[...] determinismo ambiental configura uma ideologia, a das classes sociais, países ou povos vencedores, que incorporam as pretensas virtudes e efetivam as admitidas potencialidades do meio natural onde vivem.

A configuração da hegemonia do Estado permite pensar por meio dos autores em questão que a Geografia da transição do século XIX para o XX tornou-se imprescindível para as movimentações império-capitalistas, tendo-se em vista o ensejo de exploração de matéria prima e de expansão territorial. Não obstante, no texto de Oliveira e Vitte (2013) fica perceptível o quanto Ratzel tornou-se importante dentro da Geografia e que seu trabalho foi de extrema relevância para a conceitualização da Geografia regional, tornou-se ainda um dos Geógrafos mais estudados do período justamente pela organicidade com que tratou a Geografia e o território.

Percebe-se ao ler as variáveis uma busca que passa pela heterogeneidade. Após a junção de elementos diferentes como notamos na citação anterior de Hartshorne (1978) é preciso aplicar o método para o estudo da região,

compreendendo a distribuição espacial dos fenômenos, caracterizando as unidades regionais, valorizando os objetivos de trabalho do pesquisador.

A partir desse pressuposto e na visão de Hartshorne (1978) ajuizar o conceito de região é muito mais que agrupar dados quantitativos de diferentes localidades em busca de uma identidade regional construída pelo pesquisador, é também compreender os fenômenos reais que se dão na localidade. Para Hartshorne (1978, p. 36):

Por conseguinte, a Geografia estuda fenômenos de ilimitada diversidade, segundo inter-relações da maior variedade [...] O propósito específico da Geografia é estudar as variações, na face da terra, de fenômenos que existem em inter-relação, independentemente da classificação dos fenômenos segundo suas espécies.

Depreende-se a partir disso, que ao se estudar e se embasar no método regional, o autor deve buscar a região em cada lugar, em cada cidade, em cada bairro, em cada particularidade, nas inter-relações, conforme preconiza Lencioni (1999, p, 124):

Nessa tarefa, o pesquisador deve levar em consideração a dinâmica dos processos (o tempo) e a do espaço. Reiterando, o pesquisador é quem define os fenômenos a serem analisados, no processo de observação e investigação, entre aqueles que parecem conformar uma individualidade referida no tempo e no espaço; ou seja, que conformam uma região.

Para Lencioni (1999), o estudioso deverá elaborar seu método de pesquisa. A autora traz também uma percepção encaminhada por Alfred Hettner (1859-1941), o geógrafo alemão descreveu que o “*objeto da Geografia, não deve apenas ser o estudo da relação entre homem e meio*”, mas a diferenciação da superfície terrestre, ou seja, as particularidades poderão compor a formação regional, pois a geografia estuda a diferença existente. Sobre esse fator Lencioni identifica que (1999, p. 123):

Hettner chamou a atenção para o fato de que os recortes feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual, não existindo em si mesmo. Os recortes são produtos de uma construção mental. Seu ponto de vista é que a realidade pode ser dividida segundo conjuntos homogêneos, definindo campos do conhecimento como a geologia, a botânica e a física. Mas a realidade, também, pode ser dividida,

levando-se em consideração um conjunto heterogêneo de fenômenos que possuam uma coerência interna própria, conformando uma individualidade referida no tempo e no espaço. A análise que leva em consideração a individualidade espacial referida no tempo e no espaço é considerada análise regional.

Após essa percepção passa-se a caminhar no sentido de identificar o conceito de região conforme o pensamento em que o pesquisador esteja inserido. Dentro de uma cidade, por exemplo, o estudioso pode identificar regiões de diferentes acontecimentos e proporções levando em consideração o que este indivíduo pretende analisar, e como pensa Moraes (1987), “o porquê” e “em que” diferem as porções da superfície da terra. Região mais violenta, região mais tranquila, região mais produtiva, mais carente, a heterogeneidade pode ser o objeto de análise e conceituação do pesquisador, influenciando desta feita, no processo final da análise e da escolha do mesmo. Para Hartshorne (1978, p.43 – 44):

O problema da seleção é da maior importância no que se refere aos fenômenos humanos, em virtude do número ilimitado de variações espaciais, suscetíveis de ser observadas [...] Basta afirmar que tudo quanto for julgado significativamente relevante para outras variações espaciais, deverá ser considerado, na medida em que for julgada relevante.

Assim também afirma Lencioni (1999, p. 127):

Hartshorne frequentemente utiliza o termo áreas-unidades [...] Elas se definem a partir de uma construção mental do pesquisador. A região, portanto, não se constitui um objeto em si mesmo, ela é uma construção intelectual. [...] Hartshorne, desenvolvendo o pensamento de Hettner de que os recortes são feitos na realidade provenientes do exercício intelectual, considera que as divisões regionais são produzidas pelo intelecto, segundo objetivos determinados pelo pesquisador.

É evidente que ao se estudar o método regional depara-se com a possibilidade de se caracterizar a região de maneiras diversas, especialmente quando essa indicação passa pela concepção teórica e metodológica de Hartshorne (1978). Este autor foi primordial para dar sustentação teórica à Geografia, no que tange ao método de pesquisa, contudo é necessário que o pesquisador não se prenda apenas a fatos óbvios, mas também à peculiaridades não tão aparentes, que

podem ser favoráveis para a análise em questão. Dessa forma o pesquisador, peculiarmente o geógrafo, deve estar atento a situações mais obscuras, captando as relações que se dão na heterogeneidade, formando assim a integração dos itens que formarão a região. Retrata Hartshorne (1978, p. 120):

As integrações complexas de fenômenos que variam através das áreas constituem a realidade do nosso mundo. Descrevê-las e, tanto quanto possível, analisar e explicar essas diversas integrações suscita problemas que são, indubitavelmente, difíceis de resolver.

Assim o pesquisador dentro do método regional deverá ter cuidado com o conceito de região levando em consideração que os fenômenos que ocorrem em um lugar também podem acontecer em outras localidades, formando então a integração para o conceito de região. Outro ponto que se indaga no presente trabalho, é a complexidade da pesquisa em tela, uma vez que, o limiar da região pode se tornar bastante difícil quando a extensão da localidade for de grande porte e isso fará o pesquisador minimizar o espaço visando entendê-lo melhor, levando em consideração ser preciso minuciar o estudo, ou seja, o pesquisador deve integrar os elementos para o entendimento coerente do conceito de região, haja vista as inter-relações entre os diferentes elementos selecionados. Na concepção de Hartshorne (1978), compõem a região (1978, p. 117):

Os sistemas comuns de “regiões climáticas”, “regiões de solos”, ou também os de “regiões agrícolas” ou “regiões industriais”, não implicam a integração de elementos. Trata-se de generalizações meramente descritivas de um ou mais elementos que variam independentemente através de uma área (...) Desde que não implica inter-relações de áreas, uma divisão do mundo em regiões desse tipo não passará de uma classificação de lugares, cada qual considerado independentemente dos outros (...) Sem dúvida, quando todos os lugares houverem sido classificados e as classificações assinaladas num mapa, emergirá uma configuração de áreas distintas. Mas a extensão e a forma de cada área dependerão dos critérios limitadores que o pesquisador houver escolhido.

Moraes (1987) ajuda nessa compreensão do conceito tratado por Hartshorne e esclarece que o estudo das áreas é uma proposta construída e idealizada pelo pesquisador, que tem como referência os dados escolhidos no método escolhido de pesquisa e de trabalho. Moraes (1987, p. 88) assim se expressa:

Assim, na verdade, a área é construída idealmente pelo pesquisador, a partir da observação dos dados escolhidos. Desta forma, a área seria um instrumento de análise, ao contrário da região ou do território, que eram vistos realidades objetivas exteriores ao observador.

Porém, vale lembrar que este estudo sobre o conceito de região é uma fonte inesgotável para o pesquisador e querer definir o conceito de região sobre qualquer perspectiva, é evidentemente um anticientificismo como trata Moraes (1987), pois o pesquisador pode ter a sua ótica, contudo, não é patenteador de todas as investigações possíveis. Por isso, nota-se ainda a necessidade de continuar a pesquisa por meio da descrição de um fator elencado: a inter-relação. Afirma Moraes (1987, pág. 89):

[...] o pesquisador seleciona dois ou mais fenômenos (p. ex. clima, produção agrícola. Tecnologia disponível), observa-os na área escolhida, relaciona-os, seleciona outros, (p. ex. topografia, estrutura fundiária, relações de trabalho), observa-os, relaciona-os, repete várias vezes este procedimento, tentando abarcar o maior número de fenômenos (tipo de solo, destinação da produção, número de cidades, tamanho do mercado consumidor, hidrografia etc.); uma vez de posse de vários conjuntos de fenômenos agrupados e inter-relacionados, integra-os inter-relacionando os conjuntos, repete todo este procedimento, com novos fenômenos, ou novos agrupamentos dos mesmos fenômenos, em conjuntos diferentes, afinal integram entre si, os conjuntos já integrados separadamente.

A esta forma de pesquisa Hartshorne denominou “Geografia Idiográfica” em razão da análise unitária e da apreensão de diversos elementos que ela realiza, provocando assim um conhecimento denso do local em que o pesquisador pretende colocar em tela. Ressalta-se então que a Geografia Idiográfica seria na visão de Hartshorne (1978), aquela que permite que os elementos variem e permite que as inter-relações também variem. Com a Geografia Idiográfica, é possível integrar o maior número possível de elementos inter-relacionados. Na visão de Lencioni (1999) esta busca de estudo por meio da Geografia Idiográfica pode ser repetida por diversas vezes, até que se consiga, enquanto pesquisador, achar suficientemente embasado para compreender o caráter da área.

Outra situação bastante considerada por Hartshorne é a da Geografia Nomotética, que parte do princípio da generalização da região apesar de parcial. Para o autor, é o método de tratar a região que fará do pesquisador o entendedor da

busca inserida, levando-se em consideração na idealização de Hartshorne (1978), que o pesquisador faria uma parada no primeiro ponto de sua integração e conduziria a reprodução das demais concepções da região por meio das comparações obtidas para se chegar a uma variação de elementos abordados. Sendo assim, por meio das comparações das inter-relações o pesquisador chegaria a um conhecimento do todo.

No entanto, apesar de sua importância para o processo de desenvolvimento do pensamento geográfico, o geógrafo americano Richard. Hartshorne foi também alvo de críticas, sobretudo de Fred K. Schaefer, geógrafo de origem na economia, que colocou em xeque a cientificidade da Geografia estadunidense, sobretudo considerando que o caráter de síntese da geografia levaria ao descritivismo. Ele criticava fortemente a busca da geografia regional das relações internas da região e as correlações sobre as quais os fenômenos se integram, faltando a extrapolação que leve ao contexto das relações mais gerais, ficando a Geografia descritiva presa a uma fase pré-científica. Destarte, Hartshorne é considerado um elemento de ruptura no pensamento geográfico americano da época, e é com a base de estudos regionais que gera esse rompimento, organizando a Geografia americana com base hettnerianas. (MOREIRA, 2009).

## **1.2 - Possibilismo e Região**

Outra corrente teórica que deve estimular e possibilitar aos geógrafos enriquecer o debate a respeito do conceito de região ficou conhecida como possibilismo. O conceito de região por meio do Possibilismo acontece simultaneamente às correntes do determinismo, no final do século XIX. Para Lencioni (1999), é preciso avaliar essa questão com cuidado ao se levar em consideração que nem mesmo os pensadores que vivenciaram todo o debate no período em questão, se posicionavam a respeito desta ou daquela corrente. Para Lencioni (1999, p. 87):

É preciso que fique bem claro, em primeiro lugar, que qualquer ideia de precedência nessas maneiras de pensar conduz a um grave equívoco, pois elas compartilham o mesmo tempo histórico. Em

segundo, que as posições dominantes de cada pensador não significam formas puras, pois podemos encontrar na posição possibilista conduções e raciocínios próprios do determinismo e vice-versa.

Ao analisar o contexto do debate entre as percepções teóricas, Vidal de La Blache<sup>5</sup> (1950, p.29) afirma que:

O problema consiste em dosar as influências sofridas pelo homem, em aceitar que uma certa espécie de determinismo atuou no decurso dos acontecimentos da História. Assuntos sem dúvida sérios e interessantes, mas que para serem resolvidos exigem um conhecimento simultaneamente geral e profundo do mundo terrestre, conhecimento que não foi possível se não recentemente.

O Possibilismo é uma corrente teórica da Geografia que surgiu em detrimento e/ou antagonismo ao determinismo ambiental e por sua vez, colocou em oposição a Geografia praticada na Alemanha e na França daquele período. Essa corrente surgiu nos dois últimos decênios do século XIX, e em partes, compactuando com o determinismo ambiental, enlaça as afinidades entre o homem e a natureza. Embora faça essa mescla, elencou que não será a natureza, o fator determinante ao comportamento dos homens, mas, encontra-se no meio natural, o fornecimento de possibilidades tendo no homem, o principal transformador dos meios naturais. De acordo com Oliveira; Vitte (2011, p. 320):

As relações homem-meio são encaradas, por essa ótica, com uma abordagem recíproca e harmônica. Além de receber influências de seu ambiente, o homem se apresenta como fator geográfico,

---

<sup>5</sup> Certamente utilizar La Blache para escrever sobre o Possibilismo é de extrema relevância, o que permite trazer nesta roda algumas referências bibliográficas utilizadas por diversos pesquisadores no que tange ao pesquisador em tela: VIDAL DE LA BLACHE, P. *Atlas general, historique et géographique*, última edição refundida, Paris, 1921; VIDAL DE LA BLACHE, P. 'Le principe de la géographie générale' (Ann. De géographie, IV, 1895-1896); VIDAL DE LA BLACHE, P. *Des divisions fondamentales du sol français* (La France, 1 vol. Do 'Cours de géographie' de Vidal de La Blache e C. D'Almeida, Paris, 1897); VIDAL DE LA BLACHE, P. *Les conditions géographiques des faits sociaux* (Ann. De Geogr., XI, 1902); VIDAL DE LA BLACHE, P. "La géographie humaine, ses rapports avec la géographie de la vie", (Rev. Synthèse, 1903, t. VII); VIDAL DE LA BLACHE, P. "Les caracteres distinctifs de la géographie", (Ann. De Geogr., XXII, 1913).; VIDAL DE LA BLACHE, P. "La Géographie politique d'après les écrits de M. Fr. Ratzel", (ann. De Geogr., VII, 1898); VIDAL DE LA BLACHE, P. "Les genres de vie dans la géographie humaine" (Ann. De Geogr., XX, 1911); VIDAL DE LA BLACHE, P. "La répartitions des hommes sur le globe" Ann. De Geogr., XXVI, 1917); VIDAL DE LA BLACHE, P. *Tableau de la géographie de la France* (t. I de Lavissee, Histoire de France), Paris, 3ª ed., 1908."

transformando a fisionomia da paisagem a partir das possibilidades que cada meio oferece.

Neste sentido, entende-se a região natural como ponte de estudos para os geógrafos realizarem seus trabalhos, porém de maneira que o natural não seja determinante sobre as realizações humanas. Não obstante, o autor vislumbra os acontecimentos na transição do século XIX para o XX, especialmente, as lutas de Estados que pretendiam aumentar suas extensões territoriais e suas abrangências de explorações e que, dentro deste contexto, estaria o homem a modificar o meio natural e suas relações, mesmo que fossem para as configurações dentro de um Estado ou região que contribuísse com esta ou aquela formação social e econômica.

Neste contexto em que o conceito lablachiano de gênero de vida dos elementos técnicos criados pelo homem em seu processo histórico de adaptação e superação das condições do meio, aparece como elemento importante da análise das civilizações, ou seja, dos diferentes grupos humanos espalhados pelo planeta. Seria por meio desse conceito que se poderia entender a correlação, a ligação entre os hábitos dos homens e seus lugares, integrando e favorecendo a integração entre o homem e o meio. Segundo Lencioni (1999, p. 121):

A ideia de uma natureza inviolável da qual o homem fazia parte foi se esfumando. Essa exterioridade traduziu-se na concepção da natureza como coisa, como objeto manipulável. Todo encantamento da natureza desapareceu ante o imperativo tecnológico.

Ao se pautar no Possibilismo o homem ganha um quesito de superioridade sobre os meios naturais. Vidal de La Blache fortalece seus estudos regionais por meio da Geografia, e no bojo destas discussões as contendas entre potências imperialistas, peculiarmente entre França e Alemanha, utilizando-se de um discurso geográfico estratégico para a elaboração da expansão econômica e territorial de cada Estado-nação. Com La Blache, compreendesse que a natureza oferece os meios, contudo existe a ação humana sobrepondo-os. Para La Blache (1921, p. 200-201):

A natureza fornece ao homem materiais que têm suas exigências próprias e suas facilidades especiais, mas também suas incapacidades, que se prestam antes a certas aplicações do que a

outras; nisso ela é sugestiva mas, às vezes, restritiva. Entretanto, a natureza não age senão como conselheira. Criando instrumentos, o homem perseguiu uma intenção; aplicando-se cada vez mais a aperfeiçoar suas armas e utensílios (...), ele foi guiado por um desejo de apropriação mais precisa rumo a um objetivo determinado. Nas diferentes condições ambientais onde se encontrava localizado e tendo inicialmente que assegurar sua existência, ele concentrou tudo o que nele havia de habilidade e engenhosidade nesse objetivo (...). Certamente que há desigualdades, graus diversos de invenção; porém, em todos os lugares, o estudo do material etnográfico denota engenhosidade — mesmo num círculo restrito de ideias e necessidades.

Deste modo, a geografia passou a ser utilizada na transição de século XIX e XX para explicar e justificar o acréscimo territorial e de exploração de meios e benefícios naturais por parte do Estado francês e alemão, levando-se em consideração, a grande importância de se conhecer os limites territoriais, relevo, clima, vegetação na extensão de busca pelas riquezas possíveis. Nota-se por meio de La Blache (1950), ter havido na Europa do final do século XIX uma intuição de alguns Estados, especialmente França e Alemanha em afirmarem as possíveis superioridades, o que se pode chamar de legitimação do imperialismo. Para Ribeiro e Gonçalves (2001, p. 82):

Em meio a esta disputa é que foi forjado o objeto científico da Geografia – todavia, vale a ressalva de não ser esta ciência solitária neste processo: a ela se juntaram todas as demais ciências então existentes, que por esta trilha se enveredavam [...] Deveria a Geografia agora expressar os interesses das classes hegemônicas da época. Estariam assim criadas as “justificativas” teóricas para que a expansão territorial e econômica se consubstanciasse.

Neste sentido, diante das premissas do Possibilismo apresenta-se o quadro natural para a concepção de região, uma vez que, este quadro, deverá servir de noção e não de determinação do conceito de região, pois aos olhos dos estudiosos que compõem a busca conceitual de região a partir do Possibilismo, é factual a compreensão da região em sua conjuntura ampliada, em correlação com a ação humana, considerando ainda os gêneros de vida, ou seja os modos de vida diferentes advindos das diferentes atividades.

Com La Blache (1921), volta-se a entender que o Possibilismo não é apenas o antagonismo ao Determinismo Natural, mas sim uma afirmação de que os homens

atuam sobre o ambiente natural e esta atuação é imprescindível para a transformação do meio. Afirma La Blache (1921, p. 115-116):

Com o auxílio de materiais e elementos tomados da natureza ambiente, (o Homem) conseguiu não de um só golpe, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos e invenções, constituir algo de metódico que assegure sua existência, tornando o meio algo a ser usufruído. Caçador, pescador, agricultor: tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são obra e conquista pessoais que ele acrescenta, por sua própria iniciativa, à criação.

Confirma Gomes (2008, p. 55):

A natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas é sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade de escolha, segundo uma fórmula que é bastante conhecida – “o meio ambiente propõe, o homem dispõe”. A região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz não é capaz de explicar tudo.

Considerando os elementos formadores da região devem ser os limites assinalados com grande atenção, tais como lugares de contatos, pelas ações e dos estabelecimentos humanos, ou seja, o local em que se dá a atividade humana. Deste modo, as relações que se dão no local entre os grupos humanos e o meio é que devem ser considerados como importantes, permitindo uma melhor construção do conceito de região, baseado em uma construção que considera também as dimensões sociais e econômicas, pois criam as possibilidades de vivência e organização socioeconômica nos diferentes lugares.

Na concepção de Gomes (2008) são as ações e as relações humanas que possibilitam a formação daquilo que possivelmente conceituaremos como região, uma vez que as atividades exercidas pelo homem dimensionam e transformam o espaço ocupado. Ainda de acordo com Gomes (2008), para esta geografia regional, há que se voltar o olhar para a conceitualização da região por meio da ação transformadora do homem sobre os meios naturais. Enfim, o trabalho conceitual de uma região por meio das descrições das características físicas, mas que seja habilmente seguida da “descrição da estrutura da população e de suas atividades

econômicas”, encontrando em cada região, uma forma diferente e particular de ser, peculiarmente ao se tratar da participação humana que forma a localidade, obviamente isso é partindo da inter-relação dos fatores naturais e humanos. Para Vidal de La Blache (1950, p.40):

Em todo caso, as causas físicas, cuja a importância os geógrafos se tinham anteriormente esforçado por sublinhar, não devem por isso ser desprezadas; importa sempre assinalar a influência do relevo, do clima, da posição continental ou insular sobre as sociedades humanas;mas devemos encarar seus efeitos no homem e no conjunto dos seres vivos, simultaneamente. É assim que podemos apreciar a parte que convém atribuir ao homem como fator geográfico. Ele é, ao mesmo tempo, activo e passivo – pois, segundo a sentença bem conhecida, “ *natura non vincitur nisi parendo*”.

Neste sentido, essa forma de entender e analisar a região, deve considerar não apenas suas paisagens, seus relevos, vegetação, hidrografias, climas como o sujeito das ações, mas sim os homens. Para Carvalho (2002, p. 4):

A partir do elemento humano na caracterização da paisagem regional, outra dimensão pode ser evidenciada. Isto é, o processo histórico na relação homem meio é pela primeira vez enxergado, acrescentando grande riqueza na análise regional.

No entanto, o homem como elemento da paisagem, aparecerá como população nesta perspectiva de análise da região, havendo uma naturalização dos fenômenos humanos. Desta forma, é necessário entender como o homem atua sobre a superfície terrestre facilitando assim as possibilidades de entendimento no que tange a relação homem-natureza. A Geografia de La Blache (1950) versa sobre a relação homem e o meio, pois a natureza não atua sozinha, não constrói moradias e não oferece as comodidades que a sociedade necessita. Portanto, é essencial a atitude humana sobre os meios naturais, evidenciando que o homem é quem cria os instrumentos para alcançar os seus objetos e objetivos, o que em La Blache poderíamos destacar como a evolução das sociedades. Para La Blache (1950, P. 45):

Estudando acção do homem sobre a terra e os estigmas impressos na superfície desta por uma ocupação tantas vezes secular, a

Geografia humana tem um duplo objecto: não lhe compete apenas fazer o balanço das destruições que, sem ou com a participação do homem, tão singularmente reduziram, desde os tempos pliocênicos, o número das grandes espécies animais, encontra também, no conhecimento mais íntimo das relações que unem o conjunto dos seres vivos, o meio de perscrutar as transformações actualmente em curso e que é permitido prever.

Como afirma Moraes (1987, p. 23):

O homem vai aparecer como um elemento a mais da paisagem, como um dado do lugar, como mais um fenômeno da superfície da Terra [...] Daí a Geografia falar sempre em população (um conceito puramente numérico), e tão pouco em sociedade. Na verdade, a Geografia sempre procurou ser uma ciência natural dos fenômenos humanos.

A partir de Moraes, pode-se compreender o elemento humano no conceito de região trazendo em tela que as ações e relações humanas, coerentemente deverão contribuir para se estabelecer o conceito de região. Neste sentido, cabe ao geógrafo e/ou ao pesquisador indagar e tentar entender a região no intuito de conceituar, consideradas as manifestações humanas nela impressa, porque a organização do espaço resultante de um determinado modo de vida tem extensão territorial e limites razoavelmente consideráveis.

Sendo a região nesta perspectiva, uma escala de análise, uma unidade espacial dotada de individualidade com relação às áreas estudadas e compreendidas. É importante destacar que os estudos de Vidal de Lablache, em França, indicam que cada uma das regiões tem sua identidade própria, e traça o que elas têm em comum é que vão tornar o todo uma única parte, conferindo identidade ao país, no caso a França, considerando seus traços físicos e humanos. Para Moreira (2009, p. 26) “O fato é que com isso, Vidal oferece ao meio intelectual e à nação francesa uma alternativa de imagem nacional”. Não obstante, as questões políticas institucionais, sobretudo as relacionadas à economia e ao poder e controle regional, vão continuar sendo elementos importantes ao se discutir a questão regional na atualidade, como no caso da região de Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul.

### 1.3 O Método Regional

No início da segunda metade do século XX a Geografia passou a defender por meio de Richard Hartshorne (1978) a ideia de que as ciências se definiriam por métodos próprios, não por objetos individuais. Na percepção deste pensador a Geografia iria individualizar a análise pela peculiaridade que tem para tratar os estudos em questão como método especificamente geográfico. Não é eficaz aqui pensar o conceito de região apenas por meio das relações entre o homem e a natureza, mas integrando fenômenos heterogêneos em um determinado espaço do território.

Hartshorne (1978) explica que o meio e a natureza pode sim ter sua diversidade, e de certa forma tratarmos como suas diferenças, fazendo com que o pesquisador se interesse de um ensaio de pesquisa. No entendimento de Hartshorne (1978, p. 121):

Dentro da mesma reduzida área, que inclua terras cultivadas e matas poderá também haver minas, diretamente vinculadas a jazidas de carvão, vales de cursos d'água e estradas de ferro, mas apenas em grau secundário relacionadas às fazendas ou às matas. E poderá ainda existir um lar para velhos indigentes, aí localizados unicamente em virtude dos bens sucedidos esforços de algum político local.

Percebe-se ao ler as variáveis uma busca que passa pela heterogeneidade. Após a junção de elementos diferentes como se nota na citação anterior de Hartshorne (1978) é preciso aplicar o método para o estudo da região, compreendendo a distribuição espacial dos fenômenos, caracterizando as unidades regionais, valorizando os objetivos de trabalho do pesquisador.

A partir desse pressuposto e na visão de Hartshorne (1978) ajuizar o conceito de região é muito mais que agrupar dados quantitativos de diferentes localidades em busca de uma identidade regional construída pelo pesquisador, é também compreender os fenômenos reais que se dão na localidade. Para Hartshorne (1978, p. 36):

Por conseguinte, a Geografia estuda fenômenos de ilimitada diversidade, segundo inter-relações da maior variedade [...] O propósito específico da Geografia é estudar as variações, na face da terra, de fenômenos que existem em inter-relação, independentemente da classificação dos fenômenos segundo suas espécies.

Depreende-se a partir disso, que ao se estudar e se embasar no método regional, o autor deve buscar a região em cada lugar, em cada cidade, em cada bairro, em cada particularidade, nas inter-relações, conforme preconiza Lencioni (1999, p, 124):

Nessa tarefa, o pesquisador deve levar em consideração a dinâmica dos processos (o tempo) e a do espaço. Reiterando, o pesquisador é quem define os fenômenos a serem analisados, no processo de observação e investigação, entre aqueles que parecem conformar uma individualidade referida no tempo e no espaço; ou seja, que conformam uma região.

Para Lencioni (1999), o estudioso deverá elaborar seu método de pesquisa. A autora traz também uma percepção encaminhada por Alfred Hettner (1859-1941), o geógrafo alemão descreveu que o “*objeto da Geografia, não deve apenas ser o estudo da relação entre homem e meio*”, mas a diferenciação da superfície terrestre, ou seja, as particularidades poderão compor a formação regional, pois a geografia estuda a diferença existente. Sobre esse fator Lencioni identifica que (1999, p. 123):

Hettner chamou a atenção para o fato de que os recortes feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual, não existindo em si mesmo. Os recortes são produtos de uma construção mental. Seu ponto de vista é que a realidade pode ser dividida segundo conjuntos homogêneos, definindo campos do conhecimento como a geologia, a botânica e a física. Mas a realidade, também, pode ser dividida, levando-se em consideração um conjunto heterogêneo de fenômenos que possuam uma coerência interna própria, conformando uma individualidade referida no tempo e no espaço. A análise que leva em consideração a individualidade espacial referida no tempo e no espaço é considerada análise regional.

Após essa percepção passa-se a caminhar no sentido de identificar o conceito de região conforme o pensamento em que o pesquisador esteja inserido. Dentro de uma cidade, por exemplo, o estudioso pode identificar regiões de

diferentes acontecimentos e proporções levando em consideração o que este indivíduo pretende analisar, e como pensa Moraes (1987), “o porquê” e “em que” diferem as porções da superfície da terra. Região mais violenta, região mais tranquila, região mais produtiva, mais carente, a heterogeneidade pode ser o objeto de análise e conceituação do pesquisador, influenciando desta feita, no processo final da análise e da escolha do mesmo. Para Hartshorne (1978, p.43 – 44):

O problema da seleção é da maior importância no que se refere aos fenômenos humanos, em virtude do número ilimitado de variações espaciais, suscetíveis de ser observadas [...] Basta afirmar que tudo quanto for julgado significativamente relevante para outras variações espaciais, deverá ser considerado, na medida em que for julgada relevante.

Assim também afirma Lencioni (1999, p. 127):

Hartshorne frequentemente utiliza o termo áreas-unidades [...] Elas se definem a partir de uma construção mental do pesquisador. A região, portanto, não se constitui um objeto em si mesmo, ela é uma construção intelectual. [...] Hartshorne, desenvolvendo o pensamento de Hettner de que os recortes são feitos na realidade provenientes do exercício intelectual, considera que as divisões regionais são produzidas pelo intelecto, segundo objetivos determinados pelo pesquisador.

É evidente que ao se estudar o método regional depara-se com a possibilidade de se caracterizar a região de maneiras diversas, especialmente quando essa indicação passa pela concepção teórica e metodológica de Hartshorne (1978). Este autor foi primordial para dar sustentação teórica à Geografia, no que tange ao método de pesquisa, contudo é necessário que o pesquisador não se prenda apenas a fatos óbvios, mas também à peculiaridades não tão aparentes, que podem ser favoráveis para a análise em questão. Dessa forma o pesquisador, peculiarmente o geógrafo, deve estar atento a situações mais obscuras, captando as relações que se dão na heterogeneidade, formando assim a integração dos itens que formarão a região. Retrata Hartshorne (1978, p. 120):

As integrações complexas de fenômenos que variam através das áreas constituem a realidade do nosso mundo. Descrivê-las e, tanto quanto possível, analisar e explicar essas diversas integrações suscita problemas que são, indubitavelmente, difíceis de resolver.

Assim o pesquisador dentro do método regional deverá ter cuidado com o conceito de região levando em consideração que os fenômenos que ocorrem em um lugar também podem acontecer em outras localidades, formando então a integração para o conceito de região. Outro ponto que se indaga no presente trabalho, é a complexidade da pesquisa em tela, uma vez que, o limiar da região pode se tornar bastante difícil quando a extensão da localidade for de grande porte e isso fará o pesquisador minimizar o espaço visando entendê-lo melhor, levando em consideração ser preciso minuciar o estudo, ou seja, o pesquisador deve integrar os elementos para o entendimento coerente do conceito de região, haja vista as inter-relações entre os diferentes elementos selecionados. Na concepção de Hartshorne (1978), compõem a região (1978, p. 117):

Os sistemas comuns de “regiões climáticas”, “regiões de solos”, ou também os de “regiões agrícolas” ou “regiões industriais”, não implicam a integração de elementos. Trata-se de generalizações meramente descritivas de um ou mais elementos que variam independentemente através de uma área (...) Desde que não implica inter-relações de áreas, uma divisão do mundo em regiões desse tipo não passará de uma classificação de lugares, cada qual considerado independentemente dos outros (...) Sem dúvida, quando todos os lugares houverem sido classificados e as classificações assinaladas num mapa, emergirá uma configuração de áreas distintas. Mas a extensão e a forma de cada área dependerão dos critérios limitadores que o pesquisador houver escolhido.

Moraes (1987) ajuda nessa compreensão do conceito tratado por Hartshorne e esclarece que o estudo das áreas é uma proposta construída e idealizada pelo pesquisador, que tem como referência os dados escolhidos no método escolhido de pesquisa e de trabalho. Moraes (1987, p. 88) assim se expressa:

Assim, na verdade, a área é construída idealmente pelo pesquisador, a partir da observação dos dados escolhidos. Desta forma, a área seria um instrumento de análise, ao contrário da região ou do território, que eram vistos realidades objetivas exteriores ao observador.

Porém, vale lembrar que este estudo sobre o conceito de região é uma fonte inesgotável para o pesquisador e querer definir o conceito de região sobre qualquer perspectiva, é evidentemente um anticientificismo como trata Moraes (1987), pois o pesquisador pode ter a sua ótica, contudo, não é patenteador de todas as

investigações possíveis. Por isso, nota-se ainda a necessidade de continuar a pesquisa por meio da descrição de um fator elencado: a inter-relação. Afirma Moraes (1987, pág. 89):

[...] o pesquisador seleciona dois ou mais fenômenos (p. ex. clima, produção agrícola. Tecnologia disponível), observa-os na área escolhida, relaciona-os, seleciona outros, (p. ex. topografia, estrutura fundiária, relações de trabalho), observa-os, relaciona-os, repete várias vezes este procedimento, tentando abarcar o maior número de fenômenos (tipo de solo, destinação da produção, número de cidades, tamanho do mercado consumidor, hidrografia etc.); uma vez de posse de vários conjuntos de fenômenos agrupados e inter-relacionados, integra-os inter-relacionando os conjuntos, repete todo este procedimento, com novos fenômenos, ou novos agrupamentos dos mesmos fenômenos, em conjuntos diferentes, afinal integram entre si, os conjuntos já integrados separadamente.

A esta forma de pesquisa Hartshorne denominou “Geografia Idiográfica” em razão da análise unitária e da apreensão de diversos elementos que ela realiza, provocando assim um conhecimento denso do local em que o pesquisador pretende colocar em tela. Ressalta-se então que a Geografia Idiográfica seria na visão de Hartshorne (1978), aquela que permite que os elementos variem e permite que as inter-relações também variem. Com a Geografia Idiográfica, é possível integrar o maior número possível de elementos inter-relacionados. Na visão de Lencioni (1999) esta busca de estudo por meio da Geografia Idiográfica pode ser repetida por diversas vezes, até que se consiga, enquanto pesquisador, achar suficientemente embasado para compreender o caráter da área.

Outra situação bastante considerada por Hartshorne é a da Geografia Nomotética, que parte do princípio da generalização da região apesar de parcial. Para o autor, é o método de tratar a região que fará do pesquisador o entendedor da busca inserida, levando-se em consideração na idealização de Hartshorne (1978), que o pesquisador faria uma parada no primeiro ponto de sua integração e conduziria a reprodução das demais concepções da região por meio das comparações obtidas para se chegar a uma variação de elementos abordados. Sendo assim, por meio das comparações das inter-relações o pesquisador chegaria a um conhecimento do todo.

No entanto, apesar de sua importância para o processo de desenvolvimento do pensamento geográfico, o geógrafo americano Richard Hartshorne foi também alvo de críticas, sobretudo de Fred K. Schaefer, geógrafo de origem na economia, que colocou em xeque a cientificidade da Geografia estadunidense, sobretudo considerando que o caráter de síntese da geografia levaria ao descritivismo. Ele criticava fortemente a busca da geografia regional das relações internas da região e as correlações sobre as quais os fenômenos se integram, faltando a extrapolação que leve ao contexto das relações mais gerais, ficando a Geografia descritiva presa a uma fase pré-científica. Destarte, Hartshorne é considerado um elemento de ruptura no pensamento geográfico americano da época, e é com a base de estudos regionais que gera esse rompimento, organizando a Geografia americana com base hettnerianas. (MOREIRA, 2009).

#### 1.4 A Nova Geografia

Ao término da Segunda Guerra Mundial, o mundo passou a entender uma nova busca capitalista que impregnaria o novo contexto de recuperação econômica peculiarmente da Europa, fato este que coadunou com uma maior concentração de capital e de produção técnica o que, na visão de Correa, (1986) influenciou “na ampliação de corporações já existentes”. Para Correia (1986, p.17):

Não se trata mais de uma expansão marcada pela conquista territorial, como ocorreu no final do século passado<sup>6</sup>, ela se dá de outra maneira e traz enormes consequências, afetando tanto a organização social como as formas espaciais criadas pelo homem.

Neste sentido, notamos que a Nova Geografia que nesse período passou a ser denominada também de Geografia quantitativa, teórica, ou pragmática, sendo que, as nomeações aqui citadas, são utilizadas sempre com conotação de caráter teórico metodológico desta corrente que buscou estabelecer uma metodologia

---

<sup>6</sup> Aqui o autor se refere aos acontecimentos que se deram na expansão econômica e territorial do final do século XIX especialmente de França e Alemanha, conforme é possível identificarmos na pesquisa quando trata das correntes do Determinismo Natural e do Possibilismo. Ver: Lencioni (1999).

própria da filosofia positivista, acreditando na aplicação de uma linguagem que dava unidade às ciências, baseadas nas leis da matemática (CARVALHO, 2002).

Para Moreira (2009, p. 37), mais que mudanças de nome esse processo indicava a incapacidade explicativa dessa nova geografia e a necessidade de se criar um aporte teórico que pudesse lhe dar sustentação no campo científico:

Podemos ver três momentos distintos da implantação da *neu geography*: da quantificação, dos modelos e dos sistemas. A mudança de nome que começa como geografia quantitativa, como é designada nos anos 1960, vira uma geografia teórico-quantitativa, na designação proposta por Ian Burton, de 1963) e culmina na nova geografia, na proposta de G.Manley, de 1966 que expressa essa sucessão de etapas (Christofoletti, 1976).

A linguagem científica baseada nos números ajudaria nos estudos regionais a partir da quantificação dos elementos regionais elencados, sendo que a região passa a ser entendida a partir de uma integração única dos fenômenos heterogêneos no espaço. Deste modo, a região pode ser concebida como um conjunto de fenômenos heterogêneos unificados pela aplicação do método de quantificação. Nessa perspectiva, a região “é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1990, p. 32). Na Nova Geografia, os elementos naturais, ou seja, a natureza passa a ser entendida como inserida em um espaço geometrizado, sendo possível tratar os fenômenos matematicamente. No pensar de Barbosa (2006, p. 3):

A natureza no posicionamento teórico da Nova Geografia toma outras dimensões muito diferentes das escolas geográficas anteriores, pois a natureza está, segundo esta concepção, inserida num espaço geométrico, matemático, hierarquizado e com finalidades voltadas para os interesses dos Estados.

Nota-se então que a Nova Geografia funda-se na formulação matemática/estatística. Nessa percepção matemática, passa-se a compreender que as diferenças ou similaridades dos lugares passam a ser compreendidos em sua dinâmica com a utilização de técnicas estatísticas e descritivas. Para Moreira (2009, p.37):

Trata-se do ponto de vista do método de chegar às leis geográficas regentes desses padrões empíricos pelo emprego de técnicas estatísticas, via o uso do recurso da produção de um quadro de correlações matemáticas envolvendo um número amplo de variáveis, o padrão de correlações de variáveis evidenciando a natureza das leis e seus modos de exprimir-se num padrão-tipo de organização espacial.

Esse paradigma passou a tratar a descrição como prática ou operativa articulada à propagação do sistema de planejamento do Estado capitalista, que passava a adotar procedimentos introduzindo a Matemática e a Estatística nos estudos geográficos. Este planejamento servia para conhecer melhor as potencialidades econômicas dos elementos naturais produzindo um inventário com base na quantificação, informações estas, que poderiam colaborar em momentos econômicos específicos, possibilitando a exploração dos elementos naturais como recurso. A geografia regional ganharia então um caráter utilitarista para o Estado e para classe social dominante (Moraes, 1995).

A partir desse conceito de região por meio da Nova Geografia, concebeu-se a ideia de regiões homogêneas e regiões funcionais, ou seja, aquela que se organiza pela semelhança, pela mesma produção. Retrata Gomes (2008, p. 63-64):

As primeiras partem da ideia de que ao selecionarmos variáveis verdadeiramente estruturantes do espaço, os intervalos nas frequências e na magnitude destas variáveis, estatisticamente mensurados, definem espaços mais ou menos homogêneos – regiões que isonômicas, isto é, divisões do espaço que correspondem a verdadeiros níveis hierárquicos e significativos da diferença espacial.

Destaca-se a partir desta concepção o pensar que a área em tela possa estar condizente com a produção da cana-de-açúcar, da carne, da celulose e/ou de calçados, conforme a precisão local. A região homogênea é “aquela cuja identidade sempre se relacionará com características físicas, econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras, em uma determinada área” (BEZZI, 2004, p. 136).

Ou seja, a região homogênea ganha uniformidade o que se confirma ao se notar as divisões regionais brasileiras, as quais foram tratadas pelo IBGE até o ano de 1989, com subdivisões microrregionais elaboradas na tentativa de destacar as

semelhanças locais. Ainda no conceito de região por meio da Nova Geografia, adentramos a região funcional, elaborada a partir das relações dadas no espaço interno. Segundo Gomes (2008, p. 64):

Quanto às regiões funcionais, a estruturação do espaço, não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. Grande parte desta perspectiva surge com a valorização do papel da cidade como centro de organização espacial.

Isso nos remete a questão de que a região anteriormente pensada e/ou definida por uma homogeneidade da paisagem ou integrada, agora pode ser confeccionada por meio do fenômeno do urbano. Corroborando essa ideia Lencioni (1999) assim se expressa: “as cidades que desempenham um papel de coordenação e direção são denominadas pólos”.

Deste modo, aperfeiçoa-se a ideia que a Nova Geografia tem características da teoria positivista, pois busca nas possibilidades o conceito de região bem como é compartilhadora das outras ciências, além de aceitar a unificação das ciências e a transferência de teoria de um campo para o outro, ressaltando que isso somente é possível com a utilização da matemática, por utilizar-se dos números e dos dados estatísticos para garantir a confiabilidade dos números. Para Carvalho (2002, p. 140):

Volta-se a insistir na unidade das ciências, no reducionismo naturalista, em uma linguagem comum, clara e rigorosa, própria da filosofia positivista. Baseada nas leis da Matemática e da Física e na teoria geral dos sistemas, esta corrente acrescenta a explicação à descrição nos estudos geográficos. Portanto, a região passa a ser analisada descritivamente, procurando ver a integração única dos fenômenos heterogêneos no espaço.

Por descrição, entendemos que a Nova Geografia é um contraponto do que se pensava nas correntes teóricas sobre região anteriores, tendo-se como parâmetro, o fato da região não ser mais uma categoria chave da Geografia, mas sim, levando-se em consideração a viabilidade da utilização das outras ciências para organizar o conceito de região, ressaltando a necessidade do uso de métodos

estatísticos, matemáticos para dar garantia aos dados em amostragem. Afirma Carvalho (2002, p. 141):

A região é reservada um caráter de classificação, agrupamento, subsidiada por técnicas estatísticas sofisticadas de laboratório, e por uma linguagem mais burocrática e rica, amparada pelas grandes teorias e em dados estatísticos, por conseguinte, afastada do trabalho de campo.

Desta maneira é que se formam por meio da Nova Geografia as regiões acima chamadas de polarizadas, funcionais, pois elas se remetem a regiões conduzidas pelos números, ou melhor, funcionam priorizando uma determinada classe social, sendo a Nova Geografia, um elemento favorável à dominação dos países imperialistas. O pesquisador da Nova Geografia trabalha com números essenciais ao conhecimento da funcionalidade da região, a pesquisa fornecerá padrões e tendências para a localidade. Segundo Moraes (1987, p. 104):

Por exemplo, ao estudar uma determinada região, a análise deveria começar pela contagem dos elementos presentes (números de estabelecimentos agrícolas, total de população, extensão, número e tamanho das vilas e cidades etc); este procedimento forneceria tabelas numéricas de cada dado, as quais seriam trabalhadas estatisticamente pelo computador (médias, variâncias, desvio-padrão, medianas, etc) e relacionadas (correlação simples e múltipla, regressão linear, covariação, análise do agrupamento etc); ao final, surgiriam resultados numéricos, cuja interpretação daria a explicação da região estudada.

Face ao que foi escrito por Moraes (1987), a Nova Geografia tratava das relações e inter-relações de elementos que estavam na região, levando em consideração, a necessidade de junção dos dados para conceber a viabilidade de ações capitalistas e econômicas na região, o que ensejava a manifestação do capital já que o interesse maior das classes dominantes era factualmente fechar a região, “pois será esta a maneira de as classes dominantes reproduzirem a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção” (OLIVEIRA, 1981, p. 31).

Temos assim a percepção de que a Nova Geografia além de buscar estabelecer uma linguagem científica baseada na matemática/estatística de maneira

a descobrir e revelar padrões matemáticos espaciais reserva a região a classificação e agrupamento a partir de dados matemáticos para alguns autores construindo uma região cristalizada no tempo, tirando-lhe o movimento a partir do modelo, o que confere à Geografia um caráter utilitarista, que favorecia a movimentação dos grandes capitais e daqueles grupos sociais que desejavam planejar o investimento de seu poderio econômico, portanto fazer uso numérico dos dados veementemente contribuiria para o sucesso de seus investimentos.

### 1.5 – Geografia Crítica

Na década de 1970 a Geografia aproximou-se, a partir de elementos teóricos filosóficos, do marxismo e do materialismo histórico, surgiu a Geografia Crítica, procedendo a uma revisão nas bases internas do pensamento geográfico, propondo a concepção do espaço como um produto social. (LENCIONE, 1999).

O conceito de região também passou a ser discutido pelos adeptos desta corrente, sendo que os estudos passaram a ter como referência as relações sociais e econômicas conflituosas estabelecidas pela sociedade. Esta corrente de pensamento apesar do seu fortalecimento em 1970, sua origem está pautada no final do século XIX, uma vez que as bases foram centradas no materialismo histórico e na dialética marxista e que os seus teóricos deveriam se preocupar com a prática social. Para Correa seria (1986, p. 19):

As origens de uma geografia crítica, que não só contestasse o pensamento dominante, mas tivesse também a intenção de participar de um processo de transformação da sociedade, situam-se no final do século XIX (Grifos nosso).

Neste sentido, a preocupação da Geografia Crítica tem como ponto de partida, as relações de produção e reprodução da sociedade e do espaço geográfico, considerando a atuações das classes sociais. A construção e o fortalecimento da mesma se dá no interesse de entender muito além dos espaços naturais e conquistados, sob uma perspectiva que procura entender as lutas entre dominantes e dominados, a exploração do trabalho e da mão de obra em que se

pode observar uma relação coercitiva entre empregador e empregado, em uma dinâmica que visa sempre à reprodução capitalista. Lencioni assim afirma (1999, p.161):

Como propagadora de um pensamento crítico a Geografia Radical procedeu a uma revisão interna do pensamento geográfico. Concebendo o espaço como um produto social, chamou a atenção para o fato de que a Geografia havia procurado observar mais os padrões espaciais e menos a pertinência de tais padrões. Questionou o fato da geografia se preocupar em perguntar como os processos se dão, afirmando que, além dos esforços em desvendar o 'como' e o 'por que' dos processos, deveria, também, investigar os interesses sociais envolvidos nos processos relacionados à produção do espaço.

É importante ressaltar que a Geografia Crítica se interessa em compreender a relação da sociedade com o seu ambiente, tendo como elemento importante da análise o capital e seu processo de reprodução, passando assim a ser uma ciência muito mais humana do que anteriormente fora tratada, privilegiando os aspectos sociais e econômicos. Na opinião de Ribeiro e Gonçalves (2001) a ciência geográfica passa, no contexto da geografia crítica, a ser um ramo científico que entende como importante a responsabilidade pela transformação da sociedade que deve lutar contra as desigualdades geradas no processo de reprodução capitalista, do contrário, estaria esta humanista ciência, trabalhando de forma oposta, compactuando com uma ideia de neutralidade científica combatida pelos signatários da corrente crítica da Geografia.

Na Geografia Crítica, de acordo com a visão de Antônio Carlos Robert de Moraes (1987), pode-se perceber uma postura radical frente à realidade mediante a ordem constituída. É essencial que os autores se permitam idealizar a transformação da realidade social. Faz-se necessário a partir da Geografia Crítica entender que se tenha um conteúdo político na produção do conhecimento científico, de maneira que a Geografia seja militante, atentando para a construção de uma sociedade mais justa, procurando pesquisar e discutir temas de relevância social e problemas que atingem a sociedade formada por classes desiguais.

No caso em tela, o geógrafo deve estar preparado para fazer uma avaliação profunda das razões dos problemas sociais, deve estar além do empirismo

exacerbado que, por muitas vezes, não permite uma análise mais profunda da realidade, não faz questão de entender a sociedade como ela é ou está e isso, do ponto de vista da Geografia Crítica é preocupante, em razão de ser extremamente relevante a preocupação com o contexto social, pois é em sociedade que o ser humano está inserido e vive. No entendimento de Santos (1986, p. 87):

A grande miséria do empiricismo é que ele encobre as relações entre os homens, substituindo por relações entre objetos, inclusive os objetos geográficos. Mas as coisas por elas mesmas não possuem relações. Toda iniciativa que não leva em conta este fato substitui uma significação verdadeira por outra desprovida de verdade. Isto é também uma forma de abstração, mas sem base no real: uma abstração falseada na origem porque não se fundamenta na essência das coisas, mas em sua aparência. A abstração empírica em geografia pode adquirir uma forma aberta, brutal e uma forma latente, sofisticada.

Entende-se então que a Geografia Crítica deve trabalhar na contramão deste empiricismo exacerbado, pois, na percepção de Santos (1986), enquanto a ciência geográfica estudava o espaço como se não houvesse uma relação homem, produção e tempo, também pretendia fazer dos homens alienados a concepção do espaço “parcelado, desumanizado, reificado”. Já a Geografia Crítica surgiu preocupada com o concreto, com a realidade social uma vez que, a ciência deve reconhecer o seu real papel tendo-se em vista as relações que acontecem no meio social. No entendimento de Moraes (1987, p. 112-113):

Os autores da Geografia Crítica vão fazer uma avaliação profunda das razões da crise, são os que acham fundamental evidenciá-la. Vão além de um questionamento puramente acadêmico do pensamento tradicional, buscando as suas raízes sociais.

Para o autor supracitado (1987), ao contrário da Geografia Crítica, a Geografia tradicional esteve ligada aos interesses de expansão dos Estados maiores e serviu como instrumento de realização de ações voltadas para a exploração dos recursos naturais e domínio de territórios, enfatizando em suas análises as relações homem-natureza, enquanto, por outro lado, obscurecia as relações conflituosas existentes entre os homens, empanando uma visão correta da realidade.

Nesta perspectiva, a população aparece no território como um todo homogêneo, não havendo espaço para apresentação das diferenças sociais como se todos vivessem a mesma situação independentemente da classe social a que pertencessem o que, para Moraes (1987), os geógrafos críticos, tratam como a “superestruturação da classe dominante”. Considerando-se na Geografia Crítica a relação dialética entre formas espaciais e processos sociais Moreira (2009, p.46) afirma:

Se vistas sob a perspectiva da unidade de relação dialética que as entrelaça, formas espaciais e processos sociais não são dimensões distintas do real ou que se apresentam no plano da sociedade como realidades dissociadas. As formas sociais não são objetos inanimados, mas entes que em si contêm, expressam, portam e realizam processos sociais, de modo que as formas espaciais são processos espaciais assim como os processos sociais são formas espaciais, uma vez que estamos falando de práticas humanas.

Neste sentido, a Geografia Crítica deve atuar para desmistificar as “máscaras sociais” (MORAES, 1987) e por isso não aceitar as proposições feitas pelo Estado e as empresas que trazem em suas atuações verdadeiras estratégias dominantes. Yves Lacoste (1988) mostra veementemente essa percepção quando trata da Geografia dos Estados e a Geografia dos Professores. Para o autor a Geografia das escolas tenta esconder ou camuflar a realidade, criando muitas vezes uma situação que apresenta o conhecimento geográfico como sem utilidade, serve apenas para a disseminação da aceitabilidade do espaço geográfico como desinteressante.

Por outro lado, os Estados maiores trabalhavam as questões ligadas à sociedade e seu território como de grande importância estratégica, na Geografia Política dos Estados o poder e o controle dos territórios são elementos fundamentais e o conhecimento geográfico ajuda a estabelecer e executar. Na visão de Lacoste (1988), na Geografia dos professores impera muito mais o sentido de trazer para a Geografia a despolitização, formando concepções de mundo e pensamentos não políticos. Para Lacoste (1988, p. 50):

A transformação de um saber, que foi explicitamente político, num discurso que nega seu significado político, que aceita renunciar à eficiência e que se amputou das ciências sociais, pode parecer uma

operação impossível de se realizar, ao menos sem polêmicas muito violentas. Elas não se manifestam nunca.

Neste sentido, Lacoste (1988), indica a Geografia Tradicional como instrumento em prol dos dominantes, portanto a Geografia Crítica deve orientar-se pelos interesses sociais, apresentando as contradições e os antagonismos resultantes dos processos de dominação, combatendo assim a tradição teórica que minimiza ou mesmo mascara estas contradições. Na visão de Lacoste (1988), o Estado e as empresas têm uma visão de dominantes e se organizam para a dominação. Importante salientar que, enquanto a sociedade em geral tem percepções fracionadas, divididas, mormente o Estado e as empresas atuam conjuntamente, atuando diretamente e canalizando suas forças e ações sobre todos os lugares que lhes interessam.

Assim para Lacoste (1989, p. 91), a Geografia deve contribuir para construir um pensamento mais crítico sobre o espaço, no intuito de que os agentes sociais, sobretudo, os que são explorados na reprodução do modo capitalista de produção possam nele se organizar e saber nele atua:

Tudo se passa como se as reflexões que deveriam levar à produção desse conceito de espaço tivessem sido bloqueadas, por força da gravidade do mecanismo político e ideológico, por uma recusa coletiva e inconsciente de refletir sobre isso.

Com efeito, a Geografia Crítica deve assumir uma postura clara e com objetivos interessados no bem estar social, haja vista que o Estado, atuando como instrumento da classe dominante, tem seus próprios interesses no que tange ao espaço e à sociedade, entretanto, a Geografia Crítica deve, através de suas realizações apresentarem seu antagonismo, abrindo a discussão política no meio geográfico importando-se cada vez mais com a existência do “elemento humano” (MORAES, 1989).

Dessa forma, as preocupações da Geografia Crítica devem acontecer em torno da sociedade de maneira que, a região, seria configurada pelas relações sociais, notadamente o conceito de região pode ser aqui percebido na discussão crítica de território em que o humano é visualizado e analisado.

A Geografia Crítica é calcada na dialética marxista e no materialismo histórico, e tem por princípio contestar o pensamento dominante, e promover a

transformação da sociedade. De acordo com Correa (1986) essa preocupação histórica tem maior projeção na década de 1970, quando se percebe que a década de 1960 foi contagiada pelos anseios do capitalismo avançando as tensões sociais da Guerra Fria, pois estavam em jogo novos territórios possíveis de exploração de matéria prima e de mão de obra barata, e aumentava no mundo também as tensões causadas pelo desemprego, questões raciais e de habitação, portanto, era necessário uma ciência que se preocupasse não apenas em trabalhar em prol dos Estados dominantes, com discursos ideológicos de “pesquisadores ingênuos e bem intencionados” (MORAES, 1986, p. 21), mas que também criticasse tais posturas e tomasse posição de reconhecimento da realidade. No entendimento de Moraes (1986, p. 21):

Entre os avanços realizados pela geografia crítica estão aqueles associados à questão da organização espacial, herdada basicamente da Nova Geografia. Trata-se, no caso, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais.

Notadamente, a perspectiva marxista na geografia, buscou evidenciar aspectos da realidade, entre elas a recuperação do ponto de vista histórico na análise geográfica por meio do entendimento da relação homem e natureza, determinando que seja uma relação social e histórica, quer dizer, é um diálogo, um debate histórico entre os meios naturais e o humano que está inserido neste meio. (LENCIONI, 1999, p.195). Moraes e Costa (1987, p. 51-52) observam que:

A primazia na construção do novo saber Geográfico (Geografia Nova) deve estar claramente referendado no real, naquele sentido de que “as teorias devem fluir da realidade para os livros”, ou ainda, na feliz expressão de Milton Santos: “o novo não se inventa, descobre-se”. [...] Além da dialética e da postura materialista, o marxismo trabalha com a análise histórica, isto é, para ele qualquer fenômeno só pode ser explicado quando é apreendido em gênese e em seu desenvolvimento.

Na concepção de Moraes e Costa (1987, p. 60), e conforme observaram em Milton Santos, o homem e a sociedade são históricos, pois o materialismo histórico estuda “processos”, demonstrando que a ação dos homens é um processo social: “É necessário conhecer os traços essenciais do movimento da totalidade social para apreender um dos seus aspectos particulares”. De acordo com Moraes e Costa

(1987), é possível entender que a forma marxista de analisar a região nos induz a entender toda a conjuntura da região, da sociedade, é um todo histórico. Talvez uma forma contestatória de analisar a região, enquanto os empiristas que são criticados diante da Nova Geografia procuram enfatizar o papel das ideias como fator preponderante do processo histórico, Moraes e Costa (1987, p. 61):

[...] Marx vai privilegiar a ação concreta dos indivíduos reais, as condições materiais de vida e as condições gerais de sua existência. Segundo ele, a evidência, tanto da ação dos indivíduos, quanto das condições em que se dá esta ação, não carece do recurso de ideias preconcebidas ou de dogmas, podendo ser captada pela puramente empírica. A existência de indivíduos reais e o modo como eles produzem os seus meios de vida são o pressuposto de toda história humana.

É interessante ressaltarmos como na visão marxista a sociedade ganha ênfase e por isso esta corrente teórica passou a ser atribuída no conceito geográfico do final do século XX, crescendo de importância no contexto da formação social, pois, o que está em análise por meio da perspectiva marxista, é o contexto da “reprodução simples da existência física dos indivíduos, contendo que toda a produção-reprodução é social, envolve a sociedade e por isso ela (sociedade) precisa ser entendida”. Ainda conforme Moraes e Costa (1987, p. 62):

Toda produção, portanto, envolve determinadas relações sociais, entre indivíduos (o proprietário de terras e o servo, ou o patrão industrial e o operário) e entre grupos mais ou menos numerosos deles, chegando até ao nível das relações entre nações. É por isso que o modo de produção está intimamente relacionado às relações sociais de produção.

A partir desse entendimento e conforme Moraes; Costa (1987) percebe-se que a Geografia Crítica se inteira das relações que o caráter dominante pode exercer sobre maior parte da sociedade que, mormente é dominada, e como retratam os autores, dominação desenvolvida de diversas formas produtivas, conforme interesse dominador, materiais, jurídicas, religiosa, oficiais, etc., e que possam assim “penetrar, dissolver ou incorporar antigas relações sociais, sobre as quais constrói as suas próprias” (MORAES; COSTA, p. 64).

Pode-se então entender que as relações de uma sociedade são permeadas pela produtividade, tendo-se em vista a questão econômica teve muito relevância

para os acontecimentos sociais, pois no contexto das relações sociais o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, em um todo que pode envolver desde as questões políticas até a intelectual.

Partimos do princípio que no contexto de dominação social, todos os meios são primordiais para exercício da dominação e a Geografia Crítica muito contribui para o entendimento dessas relações, uma vez que, enquanto dominantes estão pensando conjuntamente, os dominados costumam fracionar tais pensamentos. Isso acontece também por meios ativos da política, quando se nota que numa sociedade capitalista, a conjuntura de leis que organizam a sociedade são favoráveis em sua maioria às classes dominantes e contribuem para a defesa dessas classes ou promoção de situações condutoras de seus benefícios. Neste sentido a Geografia Crítica rompe com a ideia de saber geográfico neutra. Para Moreira (2009, p.75):

Esse caráter de saber neutro e descolado do sentido e significado social e político do espaço e do movimento real da realidade circundante foi reforçado pela adoção da análise regional como sua forma de abordagem da vida real dos homens por excelência, acentuando sua despolitização.

Uma sociedade política não é política por acaso, o Estado na concepção de Moraes e Costa (1987), também é parte dessa relação que mais se importa com as classes dominantes, por mais que os Estadistas digam que trabalham em prol da sociedade como um todo. Para tanto é que os teóricos da Geografia Crítica se apresentam: no intuito de promoverem as devidas indagações às classes que dominam e atuarem além da teoria, mantendo um caráter de reflexo da sociedade, e que a gênese vinculada a propósito da classe dominante possam ser mudadas e como lembra Correa (1986, p. 71):

[...] não diz respeito apenas ao presente. A organização espacial acumula formas herdadas do passado. Elas tiveram uma gênese vinculada a outros propósitos e permaneceram no presente, porque puderam ser adaptadas as necessidades atuais, que não mudaram substancialmente ao longo do tempo. As formas espaciais herdadas do passado e presentes na organização atual apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou um valor simbólico que justifica a sua permanência.

Neste sentido, entende-se que a Geografia Crítica faz parte de uma corrente teórica que tenta a renovação em relação aos estudos da sociedade, está assentada em uma ideologia de melhoria das condições de vivência e sobrevivência das classes dominadas, a Geografia Crítica tem mais compromisso e engajamento com a sociedade e os meios políticos que possam condicionar a qualidade de vida da sociedade, são posturas filosóficas que empreendem a discussão do espaço em que o homem está inserido e como ele melhor pode viver neste espaço, sendo sujeito do espaço. Segundo Moraes (1987, p. 123):

Milton Santos argumenta que é necessário discutir com o espaço social e ver a produção do espaço como o objeto. Este espaço social ou humano é histórico, obra do trabalho, morada do homem. É assim uma realidade e uma categoria de compreensão da realidade. Toda sua proposta será uma tentativa de apreendê-lo, de como estudá-lo. Diz-se que deve ver o espaço como um campo de força, cuja energia é a dinâmica social.

Por meio de Moraes (1987) pode-se depreender que o espaço a ser vivido é também produto da ação humana, e a explicação está na produção dentro do espaço, em razão do espaço ser um fator para a acumulação do trabalho, local em que se incorpora o capital e os homens se relacionam, uns de maneira dominantes e outros como dominados, que são a maior parcela dos envolvidos na sociedade, “inércia dinâmica”.

Não obstante, alguns autores têm elaborado análises sobre a expansão espacial em que aparecem as relações capitalistas de produção, os fluxos, o espaço, sendo elaborado a partir das relações produtivas. Seria então o capital o fator determinante para a ordenação do espaço. Então a região seria um espaço de conscientização das sociedades em que imperam as experiências sociais em que os homens se organizam entre a realização do capital e a sobrevivência necessária. Aqueles que pertencem à classe dominante objetivamente estarão norteados pelo capital, enquanto os dominados apenas sobrevivem. Para Gomes (2008 p. 67):

Novamente, a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como a classificação a partir de critérios externos à vida regional.

Para a Geografia atual discutir o comportamento do homem na região, significa compensar a realidade do natural e o urbano envolvendo as ações humanas, um ponto interessante para percebermos o que anteriormente foi dito por Gomes (2008), “para compreender uma região é preciso viver a região, ou seja, é preciso estar inserido na realidade regional para entendê-la”. Sem dúvida, vale ressaltar que as discussões elaboradas em torno da região nos permite compreender que a região esteve no centro de diversos debates entre geógrafos, uma vez que a região, na perspectiva crítica, não é apenas o meio físico, mas compreende objetivamente a sociedade que nela está inserida.

Para tanto, lembramos que estão em tela as noções atribuídas aos meios naturais e entram em pauta o humano e as organizações sociais. Vale como lembra Moraes (1987) retomar-se a discussão de questões como a relação entre a sociedade e o solo, o Estado e o território e os recursos e a atividade econômica. Esses debates nos permitem entender o processo de formação da região e o que nela está envolvido, contudo, é preciso indagar a influência e os estímulos que o meio natural pode proporcionar não apenas para a caracterização da população de maneira mais geral, mas também como determinadas características naturais influenciam na formação econômica da região.

Desse modo, o conceito de região adotado nesse trabalho, considera como as ações humanas em um determinado contexto social e histórico, constroem, produzem e reproduzem o espaço geográfico regional. Por esse motivo, se faz necessário procurar entender de forma crítica os meandros deste debate e os elementos principais para o entendimento e a formação do conceito de região. Para tanto, a realidade precisa ser percebida, compreendida e dela deve surgir o entendimento para o conceito de região e o pesquisador tem que estar atento aos elementos sociais, econômicos e históricos que caracterizaram e caracterizam o regional, sobretudo, observando tudo quanto aqui se teceu, quais são e como se dão os interesses das classes sociais que habitam determinada região.

É necessário entender que a região é fruto dos acontecimentos e processos sociais que se dão no espaço geográfico, deste ponto de vista, a região pode ser tratada e analisada conforme as ações dos agentes sociais, considerando para isso, a maneira como determinados grupos se apropriam do território e dirigem os processos sociais que dão características a uma determinada região, seja

conduzindo as formas de produção, de exploração do trabalho e mesmo de recursos naturais, sempre em proveito próprio e em direção à reprodução de um contexto regional que as beneficie.

O entendimento da Região pode ser assim muito mais que uma busca conceitual e sim um processo de construção conceitual, nos quais devem ser considerados os interesses dos grupos sociais instalados em determinados lugares, baseados e voltados para o poder, o poder de lucrar e de explorar as potencialidades econômicas, sociais e naturais presentes no espaço geográfico.

Segundo Lencioni (1999, p. 161):

Como propagadora de um pensamento crítico, a Geografia Radical procedeu a uma revisão interna do pensamento geográfico. Concebendo o espaço como um produto social, chamou a atenção para o fato de que a Geografia havia procurado observar mais os padrões espaciais e menos, a pertinência de tais padrões. Questionou o fato da Geografia se preocupar em perguntar como os processos se dão, afirmando que, além dos esforços em desvendar o 'como' e o 'porque' dos processos, deveria também, investigar os interesses sociais envolvidos nos processos relacionados ao processo de produção.

Desta forma, a maneira como a sociedade está organizada em diferentes setores regionalmente, permite entender como as relações sociais se estruturam, demonstrando como se reproduzem os diversos grupos sociais em uma determinada região, com suas especificidades e também com suas características comuns a outras regiões, considerando a hegemonia da forma de produzir sob o capitalismo.

Na região, o produto e os produtores estão juntos vinculados a um processo social de reprodução, marcado pelo conflito e pela desigualdade de poderes entre os grupos e a apropriação do meio natural, se dá de forma desigual ao se partir de uma sociedade desigual no processo de apoderamento. Assim, a região reflete o contexto social diverso e contraditório da própria sociedade. Para Correa (1986, p. 72):

A organização espacial não é somente um reflexo da sociedade. Como vimos, ao ser um reflexo, passa a ser simultaneamente uma condição para o futuro da sociedade, isto é, a reprodução social.

Este papel assume enorme importância devido à crescente acumulação de formas espaciais que o capitalismo contemporâneo cria, exemplificada com a progressiva urbanização da humanidade.

O que acontece nestes termos é que o espaço segundo Correa (1986) torna-se o território em que tanto se maximiza o capital permeado pelas indústrias concentradas em determinado espaço, quanto produção agrícola, valoriza a aglomeração de distintos meios de produção.

A partir desses aspectos, é que a Geografia tem renovado suas análises, visualizando como os meios produtivos deixam alienados os cidadãos, objetos das classes dominantes. Vale ressaltar por meio de Becher (1998), que a região tem se tornado não apenas a eficácia das classes dominantes locais, mas também a transnacionalização dos espaços econômicos em que também a regionalização dos espaços sociais acontece. Para tanto, o desenvolvimento conta com a relação produção capital-trabalho no mundo globalizado, colocando o distante muito próximo e remete o micro a ser explorado pelo macro. Para Becker (1998, p. 73):

Sem dúvida, por um lado, existe um movimento geral de transnacionalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando as demais dimensões da vida humana como meio [...] Por outro lado, reaparece todo um processo de regionalização sociocultural que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos naturais ambientais (naturais) e culturais; e segundo, pela busca de alternativa para sobreviver ao processo de globalização.

Assim percebe-se de acordo com Becker (1998), que ambos os lados da moeda: “transnacionalização econômico-organizacional e regionalização sociocultural”, fazem parte do processo de formação da região, pois entra em análise a realidade em que a sociedade passa a ter, levando em consideração a necessidade da organização por meio da relação produção-capital. Deste modo, a formação em que a regionalização dependerá provavelmente da condução capitalista, seria então para Becker (1998), uma nova fase expansionista em que o capital determinará a divisão do trabalho e da propriedade privada, tracejado pelo capital transnacionalizado.

Partindo desse pressuposto, como se pode pensar quem planeja a região? Seria o Estado ou o capital quem melhor planeja a região? No olhar de Oliveira (1977), o capital seria fundamental para planejar o planejamento e determinar a

funcionalidade da região, pois, a partir do capital é que acontece a relação produção-capital. Para a Geografia Nova, são esses fatores em que o capital engole a sociedade que precisam ser alisados, questionados e postos em pauta para a melhoria do desenvolvimento da sociedade. Contudo, como já foi tratado anteriormente, enquanto a sociedade pensa de maneira fracionada, o Estado se equaciona com os meios capitalistas para dominarem cada vez mais as classes fornecedoras de mão de obra.

Sendo assim percebe-se que antes de tudo a região é também local das relações de poder. Ao volver o olhar ao período do pós Segunda Guerra, é possível entender que a Geografia quantitativa estava vinculada aos dados numéricos de que um determinado território poderia favorecer aos Estados maiores, contudo, e olhando a partir da Geografia Crítica, compreende-se que o espaço é sim o local da Geopolítica: compreendidas aqui, as relações onde estão inseridas as determinações de poder e ainda onde se observa que no território se valoriza o que está no espaço, ou seja, a produção e o capital. Conforme Becker (2008, p. 271):

Num aparente paradoxo, as mesmas condições que induzem à revalorização da Geopolítica negam os pressupostos em que se tem assentado, a saber, o Estado como única unidade política do sistema internacional, e o território como fundamento do poder nacional na medida em que permite o desenvolvimento autárquico necessário ao exercício do poder mundial.

O território aparece então como relações de poder especialmente na manifestação de transformações constantes ligadas ao trabalho transitório, pois, o trabalho dentro do espaço será agregado ao produto, ao tempo que nele seja produzido conforme os interesses dos Estados maiores. No caso a globalização com a participação das multinacionais, esse momento decorre da valorização do espaço e as implicações daí decorrentes.

Sob essa perspectiva, percebe-se que do ponto de vista capitalista é introduzida uma descontinuidade produtiva e o homem na região conforme preconiza Santos (1986), passa a ser imagem dos meios de produtividade onde “produzir” está relativamente ligado às necessidades de cada período e circunstâncias. Neste sentido, o espaço regional será o território da reprodução interessada de capital e de produtos. De acordo com Santos (1986, p. 145):

Ora, o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia que se manifesta por meio das leis próprias, específicas na sua própria evolução.

A partir disso, nota-se que Geografia Nova, passou a ser primordial para analisar o contexto de relações entre a produtividade e o capital, e para tanto, essa corrente teórica deverá importar-se com a sociedade envolvida no processo produtivo, uma vez que deve ser levado em consideração, o homem enquanto propagador do trabalho sem deixar de observar que faz parte de uma relação social.

Aguçando as discussões tratadas ao final deste primeiro capítulo, nota-se que a formação regional depende muito do contexto capital, ou seja, dos diferentes meios produtivos tais como indústria, educação, saúde, serviços e que o processo social que é histórico e espacial, determinará qual a sede para tais prestações sociais.

Elenca-se como exemplo, o município e a região de Nova Andradina ressaltando que a mesma favorece e trava relações sociais com os municípios arredores. Nova Andradina é denominada de capital do “Vale do Ivinhema” uma denominação não oficial que parece denominar os diversos serviços que a mesma presta aos municípios dos arrabaldes. Ressalte-se ainda sua localização numa porção territorial ligado fisicamente à bacia hidrográfica do Rio Ivinhema.

Após tais assertivas, entende-se que Nova Andradina fornece condições governamentais e administrativas para ser a sede de uma microrregião. Contudo ao se pensar conforme Ribeiro e Gonçalves (2001), “resta saber quem ou o que está a exercer essa função nos dias atuais”, pois precisamos entender os agentes de interesses sociais privados. De forma mais crítica é preciso pensar a quem é favorável Nova Andradina como sede da microrregião uma vez que uma sede representa mais do que um *status*, condiciona o suporte socioeconômico e administrativo.

Além do que, Nova Andradina possui importante função nas questões industriais, levando-se em consideração o fator empregatício por meio de seus frigoríficos, usina de cana-de-açúcar e o comércio. Outrossim, também se faz relevante os diferentes tipos de serviços encontrados em Nova Andradina, tais como

a saúde, ao se levar em consideração que o Hospital Regional Francisco Dantas Maniçoba, presta os atendimentos que não podem ser realizados nos municípios da microrregião.

Outro serviço dos quais os municípios se valem é o da Educação Superior, pois a cidade conta atualmente com um campus da Universidade Federal (UFMS), campus da Universidade Estadual (UEMS), e ainda com cursos de Faculdades particulares que recepcionam pessoas diariamente de vários municípios da região e mesmo do Estado de São Paulo. Acrescente-se ainda a cidade sediar cursos de Educação à distância, e de cursos técnicos de formação profissional. Destaca-se ainda as questões oficiais como Agência Fazendária, Núcleo Regional de Educação, Núcleo Regional de Saúde, dentre outros.

Ou seja, a denominada pelo Estado Microrregião de Nova Andradina presta serviços a pessoas de diversos municípios e tem na questão econômica excelência no atendimento para milhares de pessoas. Ribeiro e Gonçalves em estudo sobre a região de Presidente Prudente - SP (2001, p. 93) assim assinala:

Atualmente como se fora um entreposto ou armazém a fornecer a população regional os produtos fabricados em outros locais e que, por meio desta, se fazem escoar pela capacidade da compra em atacado dos agentes comerciários [...] Predominando, assim, o setor terciário e de serviços (médico-hospitalares, educacional, etc.), fortemente oligopolizado por alguns grupos econômicos de agentes da própria região ou de raio de atuação estadual/nacional que nesta vierem a se instalar.

Ao se partir desse trecho de Ribeiro e Gonçalves (2001) pode-se afirmar que Nova Andradina apresenta características gerais para ser considerada mediante as questões socioeconômicas e políticas a sede da microrregião. Acrescente-se ainda, o fato de que o latifúndio faz parte da promoção produtiva da cidade, uma vez que, a pecuária representa a maior parte deste campo produtivo, soma-se ainda, o fato da cana-de-açúcar representar uma parcela considerável da ocupação destes latifúndios promovendo boa parte do setor empregatício.

Destarte, Nova Andradina, pode ser vista como agente da tradição da formação regional, ou seja, uma sede, pois tem representatividade em vários quesitos e do ponto de produção-reprodução do capital, a cidade preenche os

pontos aqui mencionados e deste modo passa a compreender o interesse político-econômico não apenas do Estado, mas também da população dos arredores.

É relevante notar-se que o desenvolvimento espacial da microrregião de Nova Andradina, está ligado ao desenvolvimento de sua sede, não apenas pelo fornecimento de serviços governamentais, políticos, mais especialmente econômicos de produtividade relacionados a modo de produção-capital, como os meios ligados ao latifúndio e a industrialização que globaliza a microrregião fazendo da localidade “produtos diretos do mercado industrial (RIBEIRO; GONÇALVES, 2001, p. 95 apud SMITH, 1998, p. 12)”.

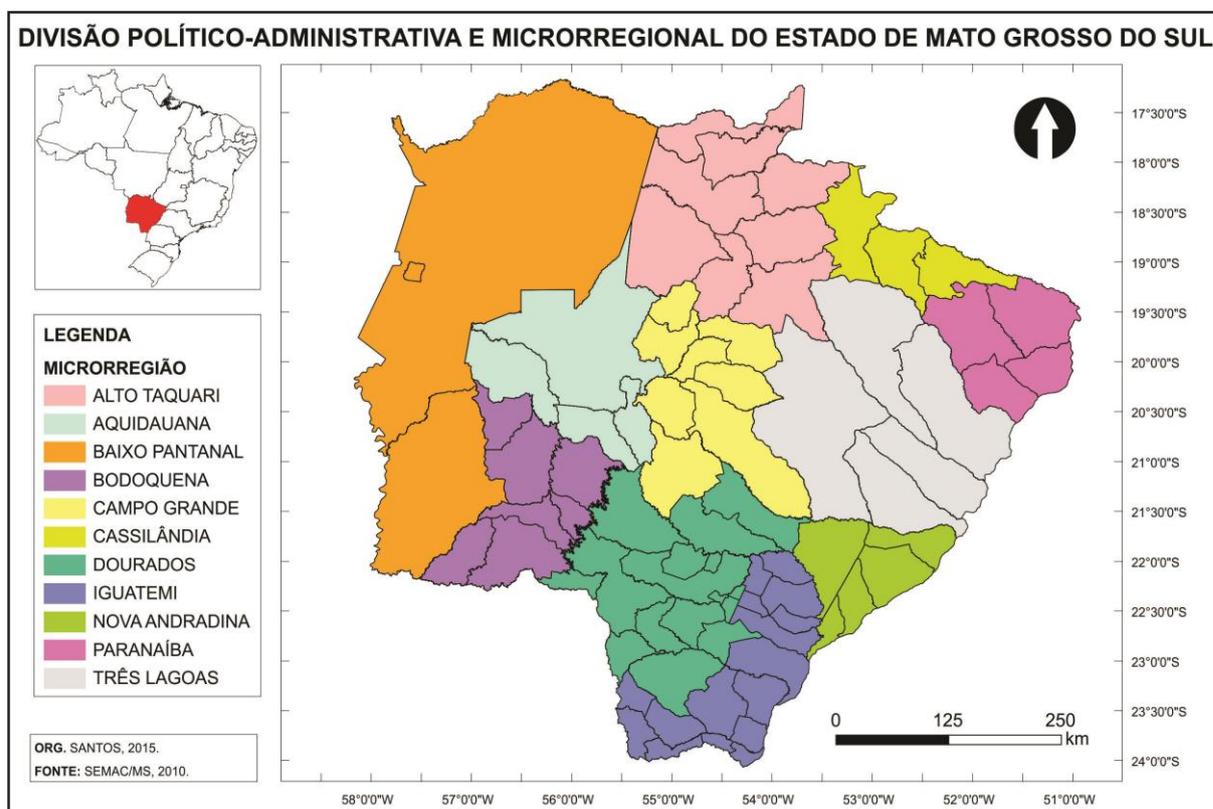
## Capítulo II

### O processo de formação dos municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Nova Andradina

O presente capítulo se propõe analisar o processo de formação dos municípios da Microrregião Geográfica de Nova Andradina-MS, abordando seus aspectos políticos, econômicos e as características de seu ambiente natural. Para melhor entender esse processo, partir-se-á da concepção de região adotada pelo Estado, assim a base para análise de dados, se pautará, sobretudo, na utilização da divisão microrregional do Estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com o IBGE, que se vale de informações e características diversificadas e multi-temáticas relacionadas ao Estado, o Mato Grosso do Sul apresenta um conjunto de 11 (onze) microrregiões geográficas compostas cada uma por um conjunto específico de municípios (Figura 1).

**Figura 1:** Mato Grosso do Sul - Microrregiões Geográficas



FONTE: SEMAC/MS, 2010.

Considerando a divisão estabelecida pelo IBGE, é preciso analisar os fatores ou combinação de fatores que caracterizaram esta formação regional específica e sua denominação e quais são os agentes e atores sociais que deram forma aos lugares e aos municípios que compõem a aqui denominada microrregião de Nova Andradina. Apesar de não se fomentar nesse texto o debate, considera-se que estão em jogo as diferentes posições científicas a respeito da questão da definição do conceito de região. Assim, mesmo trabalhando com dados estatísticos e com uma definição administrativa e institucional limitada pelo Estado, há que se invocar a teoria para se pautar a concepção de região. De acordo com Bourdieu (2012, p. 108):

...a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só os geógrafos é claro, que por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também os historiadores, etnólogos e [...] desde que existe uma política de “regionalização” e movimentos “regionalistas”, economistas e sociólogos.

Concordando com o sociólogo acima mencionado de que o debate sobre o conceito de região se trata de um jogo estratégico que se estabelece na fronteira entre as ciências humanas, nesse ínterim, cabe ao pesquisador dele se apropriar para buscar no processo de formação do objeto de pesquisa já mencionado, a construção de um tipo característico de colonização e regionalização.

As áreas que compõem esse objeto de estudo eram habitadas por uma população indígena<sup>7</sup> que por sua vez, foram alvos do poder de diferentes agentes inclusive do Estado dito populista, herdado pela prática política de Getúlio Vargas, que implantou em sua gestão, o modelo da Marcha para o Oeste. Entende-se assim que para melhor compreender o processo de formação regional e o próprio conceito de região, torna-se necessário considerar aspectos que lhe são peculiares, tais como a forma de organização da produção econômica, a organização política e a disputa de poder, ou dos jogos especulativos e objetivos do Estado, sem esquecer

---

<sup>7</sup> De acordo com o pesquisador da temática Carlos Alberto dos Santos Dutra esse era o território do povo indígena Ofaié. Segundo ele essa população vivia “perambulando” – aqui o sentido perambular significava que as terras eram deles, pois por onde um povo indígena passava aquele território passava a ter significado e significações no seu cotidiano e seu modo e meio de vida - por essas terras quer margeavam a rio Paraná, o rio Ivinhema. Chegando a estabelecer moradia entre os rio samambaia e baile, localização essa que compreende os atuais municípios de Bataiporã e Nova Andradina. Para um maior aprofundamento dessa temática conferir a obra “O território Ofaié: pelos caminhos da história”.

as características e as relações entre a sociedade e a natureza onde se desenvolvem os processos sociais o qual é utilizado nesta pesquisa ao se abordar o termo região.

Desse modo, a pesquisa reflete acerca de como se constituiu a formação dos municípios que compõem a microrregião de Nova Andradina-MS, desta feita, cabendo uma análise do processo social e histórico de sua formação, considerando a maneira como se dá a apropriação dessa região pelos diferentes agentes sociais, assim como o processo de ocupação regional e de conquista territorial remete a pensar nos elementos condutores da história e da geografia da microrregião, considerando que o processo de acontecimentos não retilíneo da história, obriga o pesquisador a ir além dos papéis oficiais compreendendo as possibilidades de trabalhos e pesquisas.

A área onde se localiza atualmente a microrregião de Nova Andradina recebeu o processo de colonização ainda no século XIX. É preciso lembrar que neste território havia uma ocupação por diferentes povos indígenas que foram em parte dizimadas, em parte absorvidas pelo trabalho nas fazendas,<sup>8</sup> no início do século XX<sup>9</sup>. Com ação direta dos particulares ou em ações organizadas pelo Estado atuaram na região Centro-Oeste do país, obviamente em confronto com os habitantes da região, utilizando-se de seus rios como caminhos para alcançarem as terras e as riquezas naturais. Como bem relembra Dutra (2011, 28):

Desde as primeiras levadas mineiras de bandeirantes e suas rotas terrestres até o varadouro das monções paulistas, intrépidos senhores em suas ubás desceram os rios Tiete e Paraná e subiram o Sucuriú, Verde e Pardo, para, depois, através do Camapuã e do Taquari, chegarem pelas águas do Paraguai e São Lourenço, a alcançar as auríferas minas de Cuiabá.

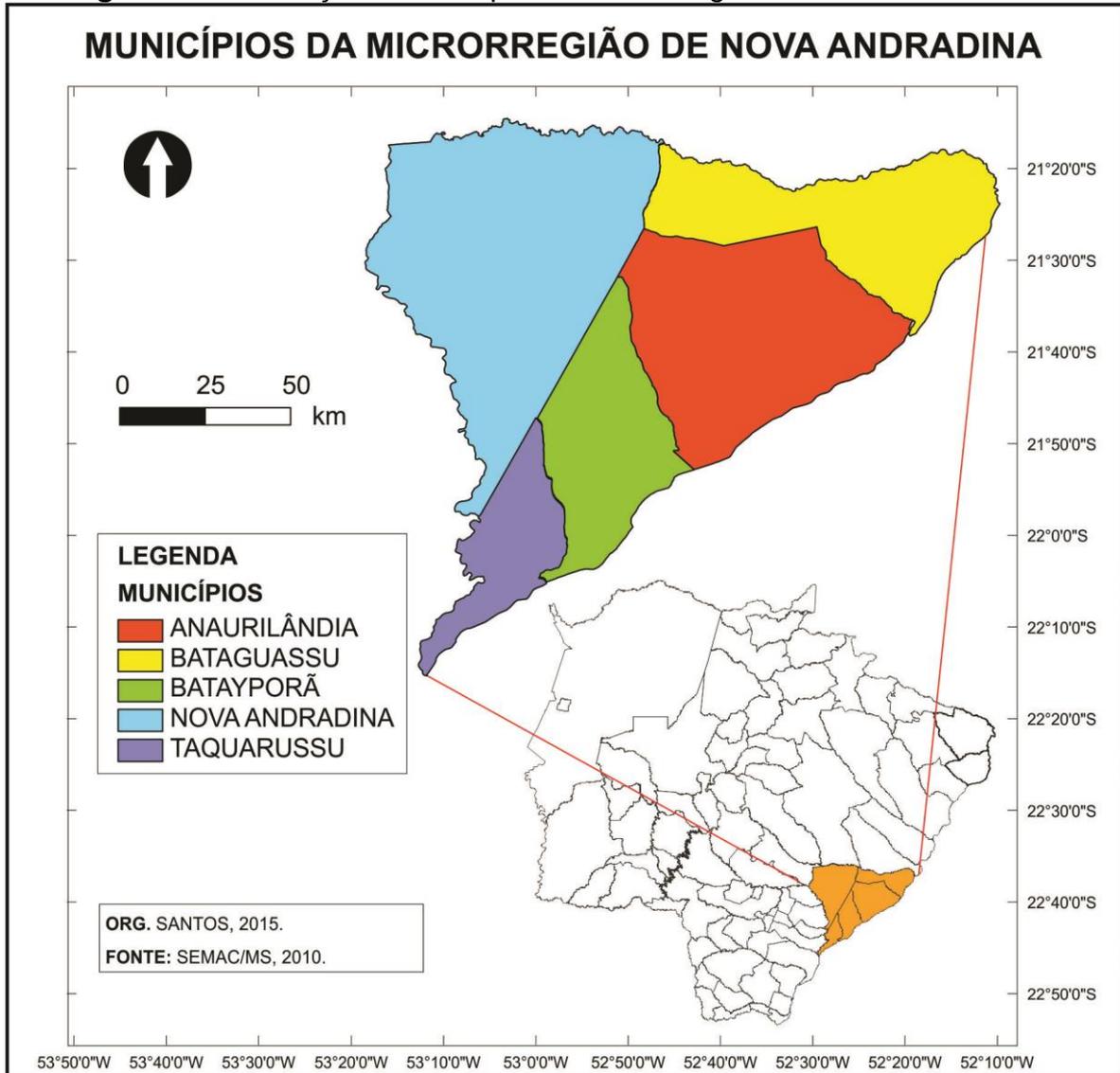
---

<sup>8</sup> Conforme DUTRA, 2011, op. cit.

<sup>9</sup> É possível afirmar que os Ofaié viveram na região atualmente conhecida como Microrregião de Nova Andradina e que enfrentaram a força dos colonizadores e das empresas colonizadoras. Os Ofaié enfrentaram perseguições diversas. Sendo índios coletores, estavam sempre a vagar por grandes extensões de terras, tendo o cuidado de não permanecerem por muito tempo na mesma área. Assim, o nomadismo era um elemento importante para combater a escassez de recursos (Ver mais em CARVALHO, 2010, p. 17-18). Pode-se ainda ressaltar que nesta região podem ter vivido etnias desde o século XVII como os Guató, Kaiapó, Xavante, Paiaguá, Terena e Kadiwéu (Ver, GUEDES, 2011, p. 44).

Assim, a ocupação fruto desse processo gerou as condições para a construção do que hoje se denomina Microrregião de Nova Andradina que se encontra localizada na porção Sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul e é formada pelos municípios de Anaurilândia, Bataiporã, Bataguassu, Nova Andradina e Taquarussu SEMAC/MS (2008) (Figura 2).

**Figura 2:** Localização e Municípios da Microrregião de Nova Andradina-MS



ORG: SANTOS, 2014.

Os dados oficiais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, SEMAC/MS (2008) creem que essa divisão regional auxilia na elaboração de levantamento e sistematização de dados assim como serve de base para estudos e implantações de projetos com diferentes objetivos no território estadual:

O caráter intrínseco das divisões micro e mesorregional de Mato Grosso do Sul referem-se a um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas que dizem respeito à totalidade da organização do espaço no território estadual, com o objetivo de auxiliar a elaboração de políticas públicas, de planejamento, subsidiar estudos regionalizados e locais.

Salientamos que, apesar de se trabalhar com esse recorte administrativo adotado pelo Estado para a delimitação da área de pesquisa, parte-se da ideia de que os elementos e os processos que compõem e constroem as características regionais, não são tão facilmente delimitados considerando-se a influência de elementos externos ao lugar, e a determinações que ali atuam, posto haver elementos externos à região, como a própria dinâmica econômica brasileira.

Assim, não se trata somente de uma única perspectiva, pois no caso do Estado como planejador, ser fruto de um processo mais amplo. Acredita-se, outrossim, que as transformações de uma região não ocorrem por si só, mas por uma conjuntura de interesses e elementos que farão a construção social, histórica e geográfica regional.

Desta forma, primeiro há que se abordar um dos aspectos importantes para entender a ocupação e construção dos municípios da região em questão: a evolução numérica população, verificando como se dá seu processo de expansão culminando com o povoamento e a fragmentação da região em diferentes municípios.

## **2.1 A evolução da população dos municípios da Microrregião de Nova Andradina**

Os municípios da Microrregião de Nova Andradina estão localizados na área da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e sub-bacia do Rio Ivinhema em Mato Grosso do Sul. De acordo com o IBGE (2010), a população da Microrregião de Nova Andradina é de 88.382 habitantes, perfazendo 4% da população do Estado de Mato Grosso do Sul<sup>10</sup>, onde, 69.133 pessoas estão na área urbana e 19.249 na zona rural.

---

<sup>10</sup> A população de Mato Grosso do Sul é de 2.449.024 indivíduos, de acordo com dados do IBGE 2010.

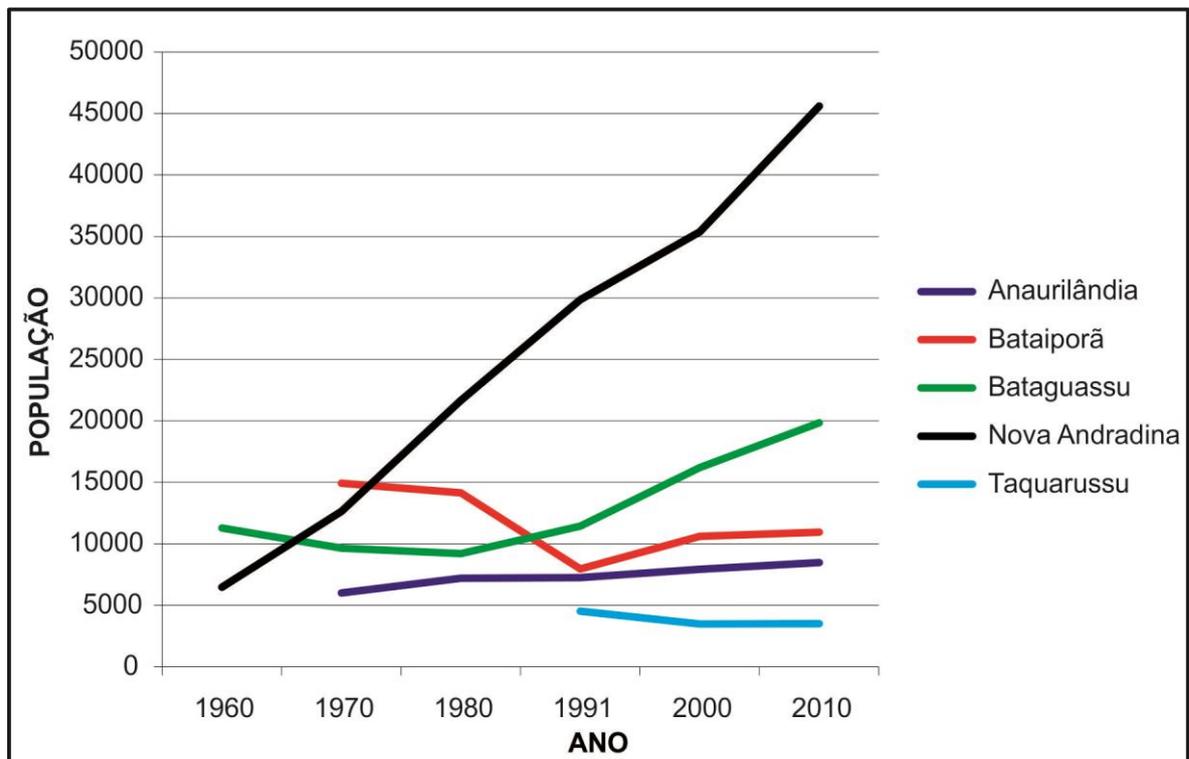
Segundo dados do IBGE, os municípios da Microrregião de Nova Andradina apresentaram mudanças consideráveis no número total de habitantes entre 1960 e 2010<sup>11</sup> (Tabela 1 e Gráfico 1).

**Tabela 1:** Evolução da População nos municípios da microrregião de Nova Andradina - 1960-2010

MUNICÍPIOS	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Anaurilândia	-	6.029	7.224	7.270	7.955	8.494
Bataiporã	-	14.930	14.141	7.971	10.625	10.938
Bataguassu	11.273	9.656	9.204	11.450	16.197	19.839
Nova Andradina	6472	12.625	21.668	29.848	35.381	45.599
Taquarussu	-	--	--	4.533	3.493	3.512
<b>TOTAL</b>	<b>17.745</b>	<b>43.240</b>	<b>52.237</b>	<b>61.072</b>	<b>83.879</b>	<b>88.382</b>

FONTE: IBGE, (1960 – 2010).

**Gráfico 1:** Microrregião de Nova Andradina – Evolução da População – 1960 – 2010



<sup>11</sup> Esse recorte temporal procura abarcar o período histórico de fundação dos municípios que compõem a microrregião de Nova Andradina.

É possível perceber a partir das informações presentes na tabela 1 e gráfico 1 respectivamente, que, a população dessa região, tem crescido desde 1960, alcançando em 2010, de acordo com o IBGE, mais de oitenta e oito mil pessoas, multiplicando-se por quatro vezes nesse período, obviamente acompanhada da fragmentação da área ocupada em novos municípios que foram sendo criados nesse período.

Ainda pode-se observar no Gráfico 1 e na Tabela 1, que apenas Nova Andradina e Bataguassu possuem dados para a década de 1960, isso por que esses eram os municípios emancipados naquele período conforme se poderá melhor entender a partir do histórico da microrregião em estudo. Analisando a tabela 1 e o gráfico 1, pode-se notar que o município de Bataiporã registrou um declínio populacional de 87% entre 1970 e 1991, voltando a ampliar a população no início do século XXI, fator primordial para o decréscimo populacional acrescido a esse fato, a emancipação do município de Taquarussu que se desmembrou do município de Bataiporã.

A partir dos dados apresentados na tabela 1 e gráfico 1, pode-se ainda ressaltar que o município de Bataguassu que no ano de 1960 contava com uma população segundo o IBGE de 11.273 registrou um pequeno declínio populacional entre 1970 e 1980 e ganhou população a partir de 1991, configurando como a segunda maior população na Microrregião de Nova Andradina. Já o município de Taquarussu foi fundado no ano de 1980 a partir do desmembramento do município de Bataiporã e demonstra no período uma mudança significativa no total da sua população, perdendo 20% da sua população no período de 1991 a 2010. A emancipação de Taquarussu resulta, obviamente, na queda no número da população de Bataiporã a partir de 1991, que perde parte de seu território e de sua população a partir do início da década de 1990.

Nota-se ainda que o município de Anaurilândia teve crescimento continuado de sua população no período de 1970 e 2010. O mesmo crescimento contínuo ocorre com o município de Nova Andradina, com destaque para o período de 1970 a 1980, onde o crescimento populacional atinge 72%, chegando a 2010 com mais de quarenta e cinco mil pessoas, fazendo com que o município passasse a concentrar a maior população entre os municípios que fazem parte da Microrregião de Nova Andradina, sinalizando o papel centralizador que o município passará a exercer na

economia e na política regional, basta ver a instalação dos serviços prestados pelo Estado no município para atender os moradores da região, como núcleo regional de saúde, hospital regional, agência bancária, agência fazendária, secretaria da fazenda, delegacia da mulher, defensoria pública, promotoria pública, etc.

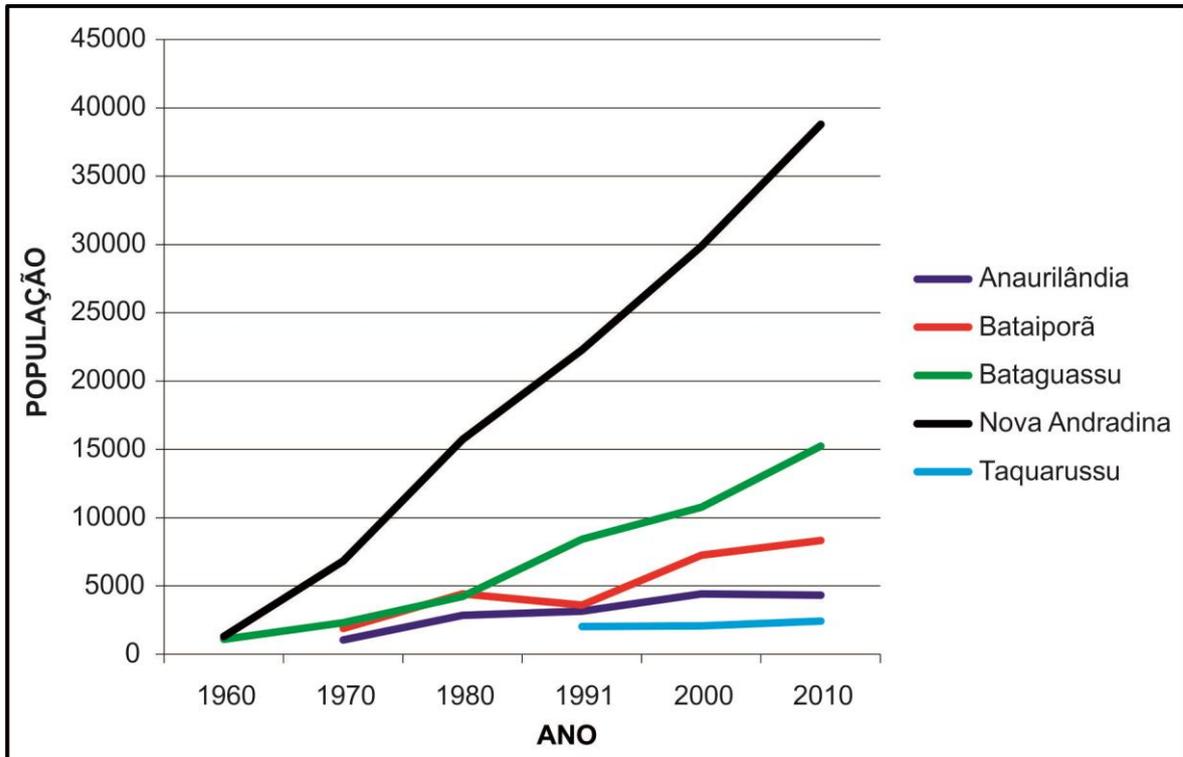
No período analisado, percebe-se o destaque que o município de Nova Andradina assumiu em termos de concentração populacional, levando o município e a cidade a uma dinâmica diferente das demais, figurando atualmente como a sétima maior em número de população no Estado de Mato Grosso do Sul. Outro aspecto a ser destacado é o aumento da população residente nas áreas urbanas dos municípios da Microrregião no período de 1960 a 2010, sendo que, o processo de urbanização da população acaba por acompanhar o processo migratório campocidade que ocorre em todo o Brasil, claro que causando um declínio da população rural, movimento não observado no município de Taquarussu, em que a população rural permaneceu, no período analisado, maior que a urbana (Tabela 2 e Tabela 3 e Gráfico 2).

**Tabela 2:** Evolução da População Urbana nos municípios da microrregião de Nova Andradina - 1960 – 2010

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Anaurilândia	-	1.043	2.842	3.167	4.420	4.322
Bataiporã	-	1.896	4.414	3.599	7.257	8.331
Bataguassu	1.100	2.323	4.230	8.418	10.757	15.239
Nova Andradina	1.324	6.845	15.751	22.294	29.882	38.793
Taquarussu	-	-	-	2.042	2.088	2.448
<b>TOTAL</b>	<b>2.424</b>	<b>12.107</b>	<b>27.237</b>	<b>39.520</b>	<b>54.404</b>	<b>69.133</b>

**FONTE:** IBGE, (1960 – 2010).

**Gráfico 2:** Evolução da População Urbana nos municípios da microrregião de Nova Andradina - 1960 – 2010.



**Tabela 3:** Microrregião de Nova Andradina - Declínio da População Rural nos municípios 1960 – 2010

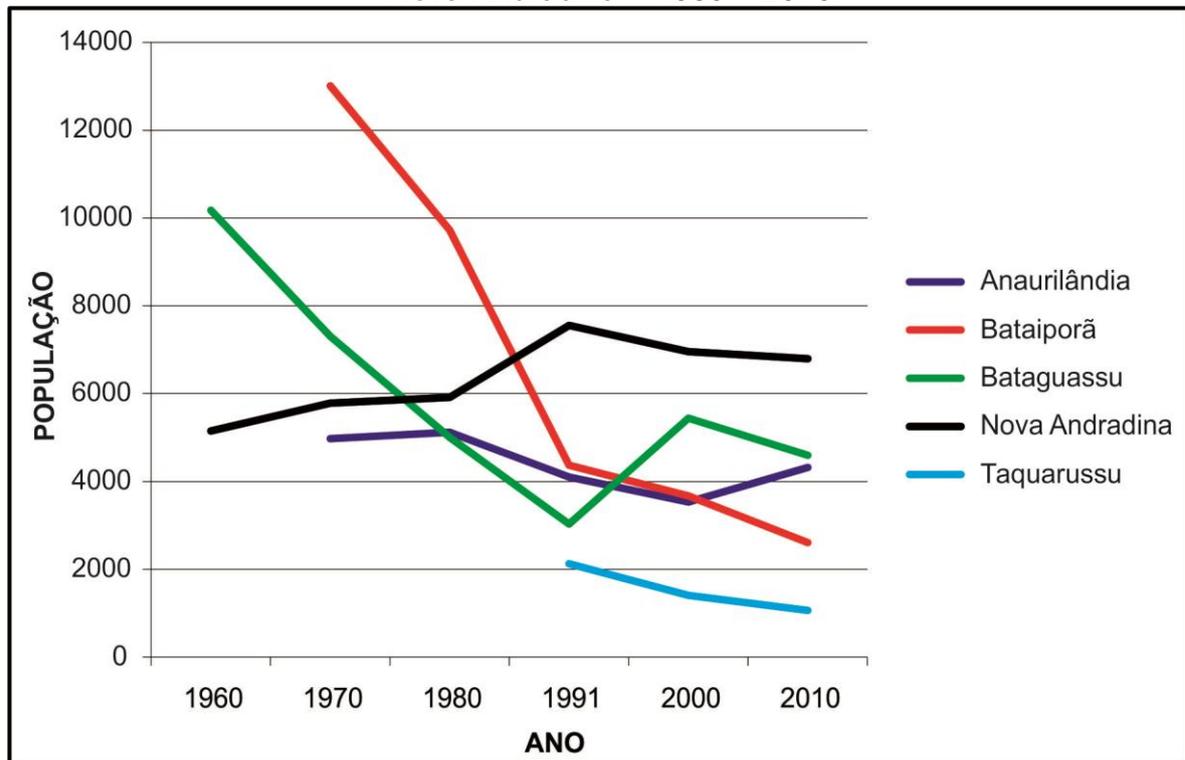
MUNICÍPIOS	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Aneurilândia	-	4.978	5.122	4.103	3.535	4.322
Bataiporã	-	13.009	9.727	4.372	3.668	2605
Bataguassu	10.173	7.307	5.002	3.032	5.440	4600
Nova Andradina	5.148	5.780	5.917	7.554	6.957	6.799
Taquarussu	-	-	-	2.131	1.405	1064
<b>TOTAL</b>	<b>15.321</b>	<b>31.074</b>	<b>25.768</b>	<b>21.192</b>	<b>21.005</b>	<b>19.390</b>

FONTE: IBGE, (1960 – 2010).

De acordo com a Tabela 3, a população cresce no conjunto e se urbaniza entre o período de 1960 e 2010. Mesmo os municípios que apresentam diminuição no total de população, permanecem com a população urbana em ascensão. Em

relação à população rural, assinala-se que esta sofre uma diminuição em todos os municípios da microrregião, conforme Gráfico 3.

**Gráfico 3:** Microrregião de Nova Andradina – Total Urbana e Rural nos Municípios  
Evolução da População Total, Urbana e Rural de nos Municípios da Microrregião de  
Nova Andradina – 1960 – 2010.



FONTE: IBGE, 2010.

Os motivos que levaram a esta diminuição da população rural provavelmente deve-se às mudanças que ocorreram no campo não só com a modernização da produção, mas também da concentração das terras e da expulsão dos trabalhadores rurais. Considere-se ainda que as cidades apareceram como um lugar de busca de possibilidades de trabalho para essa população além de outros serviços, como acesso a serviços de saúde, educação, trabalho, comércio e moradia ainda que precários.

Não obstante, vale considerar que esses motivos também podem estar ligados à expansão da fronteira agrícola que aconteceu em todo o território brasileiro com o incentivo ao crescimento das cidades, porque criaram oportunidades de empregos que atraíam os moradores do campo e ainda, à estratégia de modernização conservadora da agricultura que incentivou as culturas de exportação e os sistemas modernos de agricultura, práticas que, por sua vez, utilizam menos mão de obra que a agricultura tradicional e a familiar forçando os trabalhadores

excedentes a procurarem outra forma de sustento, especialmente após a década 1990.

Ratificam-se nos gráficos apresentados que os movimentos de migrações campo-cidade se revelaram menos intensas na década de 1970, mas, nas décadas seguintes, os fluxos de moradores da zona rural para a zona urbana se intensificaram na Microrregião de Nova Andradina. Na década de 1980 ocorreu o que se pode chamar de primeiro estágio de migração: em que o homem do campo migrou para a zona urbana mais próxima, hipoteticamente em busca de uma vida melhor, diminuindo a população do campo.

Esse processo também lembrado por Saquet (2013) remete a pensar na questão da territorialidade e desterritorialidade, em que as pessoas, por algum motivo, migram de um lugar para outro e costumeiramente enfrentam problemas de identificação com o novo. Mudar do campo para a cidade tem diversas motivações, dentre elas a empregabilidade possa ser um dos motivos mais considerados, entretanto, percebe-se também que o Estado brasileiro não tinha nesse período políticas públicas que motivassem a permanência do homem no campo, mesmo sabendo que maior parte do alimento que chega a mesa dos brasileiros tem origem na agricultura familiar e/ou tradicional (JÚNIOR, 2013, p. 6). Neste sentido, o que estava em jogo era a posse da terra a quem de fato interessa e como o próprio Estado contribui para lidar com tudo isso.

Por todos os motivos mencionados, é que se buscou compreender parte da realidade do migrante e as causas que o levaram e ainda levam à migração para a Microrregião de Nova Andradina. Por outro lado, situar a lógica do processo migratório compete também à pesquisa de que a possibilidade do emprego, contudo, não é o único, pois, conforme acima retratado, as condições básicas de manter a família na terra, eram negados, fato que coaduna com a venda das mesmas ou ainda, o perigo de serem tomadas por um grande fazendeiro.

Pode-se então inferir que o fenômeno do êxodo rural, tem esse caráter de expulsão do camponês que não consegue concorrer com os grandes fazendeiros e são obrigados a migrarem para centros urbanos onde, em geral, serão mão de obra barata e desqualificada para o capital e os processos pelos quais passaram os municípios da região em questão não são diferentes.

Esta colocação é demarcada a partir da leitura do texto de Ribemboim e Moreira (2008) que mostra a situação da migração existente, principalmente a partir

da década de 1960 e que foram e são alimentadas por dois fatores: o das forças expulsionistas e o das forças atrativistas.

Conforme Ribemboin; Moreira (2008):

Na realidade, as forças motrizes da migração podem ser tanto de origem “expulsionistas”, quanto de origem “atrativistas”. No caso da migração campo-cidade, poderiam ser tanto do tipo “expulsionismo rural determinista” – quando o homem do campo não resta alternativa senão migrar –, quanto o tipo “atrativismo urbano possibilista” – neste caso, por escolha racional, em busca de melhores salários e renda ao longo do seu ciclo de vida. Ora preponderam as forças do primeiro tipo, ora do segundo.

Os elementos presentes na discussão expulsionistas–atrativistas são importantes para se refletir acerca do fenômeno campo-cidade que aconteceu especialmente a partir da década de 1970 na Microrregião de Nova Andradina. O presente estudo aponta que a compra de terras por alguns fazendeiros promoveu a determinação de pequenos agricultores venderem suas terras, além do que, segundo alguns moradores da região<sup>12</sup>, uma questão climática afetava a vida rural da década de 1970 em que geadas sequentes foram favoráveis para a perda de lavouras naquele período. Esse fenômeno denomina-se “atração”: a possibilidade de ir trabalhar na cidade para o pequeno agricultor que buscar obter uma renda fixa. A citação acima expressa o que Saquet (2013, p. 163) chama de um processo de territorialização e desterritorialização.

Os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados, há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade.

Torna-se uma situação relevante o entendimento desse processo migratório, pois no território brasileiro tratava-se de um período de expansão industrial e de urbanização em que as tipologias de produção determinavam o processo relativo a cada região, neste sentido, é que se pode considerar a Microrregião de Nova Andradina como força produtiva da criação de gado, ressaltando a opção de que

---

<sup>12</sup> Entrevistas realizadas pelo autor no ano de 2010.

grandes latifundiários eram estimulados pelos lucros a abrirem frentes de colonização por meio de suas empresas e o meio mais rentável para o local e levando-se em consideração haver a necessidade do desmatamento das terras, era necessário fazer uso do solo como um meio de produção que levantasse pouco custo e fosse mais rentável. Como afirma Santos (2009, p. 43):

Há acentuada especialização de tarefas no território, segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil quanto necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também socioeconômica. Há, por isso, uma subdivisão e diferenciação extrema na especialização dessas produções que são cada vez mais capitalistas.

Neste sentido, entende-se que a criação de gado na Microrregião de Nova Andradina, teve maior investimento por parte do Estado inclusive, a nível federal, pois, conforme será enfatizado no terceiro capítulo, em muito contribuiu o fato de que o fundador do município de Nova Andradina era o pai do senador da República e presidente de senado na época do golpe militar Auro de Moura Andrade.

Nesse contexto a hipótese mais assertiva, é a de que houve forte investimento do poder público federal nas terras de um dos maiores fazendeiros e criador de gado da região, também conhecido pela alcunha de rei do gado.

Dessa maneira, era quase impossível que a pequena propriedade prosperar com tanta intensidade. Nesse período, a pecuária tornou-se forte elemento de sustentação comercial da região em estudo, ao se levar em consideração que o campo de produção e reprodução acolhe o capital e difunde-o rapidamente, ou seja, é a produtividade quem melhor organiza o território em que se forma a região dentro de um determinado espaço.

Para Saquet (2013, p. 91): “O espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediatizadas pelo trabalho [...] O espaço é produzido, nesse sentido, pelas ações dos homens sobre o próprio espaço, que aparece como paisagem artificial”, ou seja, as possibilidades acentuadas pelo Estado são também acentuadas pelas relações de produção e reprodução do capital, formando o espaço-território. Assim infere-se que a pequena propriedade foi preterida por grandes fazendas que absorveu quase todo o solo e mão de obra disponíveis, sem deixar de se considerar, os investimentos do Senador Auro, filho de Antônio Joaquim de Moura Andrade na região.

## 2.2 O processo de criação e ocupação dos municípios da microrregião de Nova Andradina

Cada município da Microrregião de Nova Andradina foi criado a partir de uma Lei específica (Tabela 4). A Lei que criou o município de Nova Andradina é a mesma que desmembrou territorialmente Bataiporã e Nova Andradina, que pertenciam ao Município de Bataguassu<sup>13</sup> datada do ano de 1958. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 para que seja criado um município, deve-se respeitar as seguintes situações (Lei Complementar de 01 de Novembro de 1967)<sup>14</sup>:

Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências<sup>15</sup>.

Art. 1º - A criação de Município depende de lei estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único - O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

Art. 6º - A criação e qualquer alteração territorial do Município somente serão feitas no período fixado na lei que dispõe, em cada Estado, sobre organização municipal (Lei Orgânica dos Municípios).

A nosso ver a leitura mais próxima da realidade a se fazer dessas leis se refere a uma problematização enquanto fonte oficial que procura dar conta dos dados quantitativos.

<sup>13</sup> Lei nº. 1.189 de 20 de Dezembro de 1958 do Estado de Mato Grosso.

<sup>14</sup> Constituição da República Federativa do Brasil.

<sup>15</sup> Redação dada pela LCP nº. 46 de 21 de Agosto de 1984.

**Tabela 4:** Microrregião de Nova Andradina - Leis de criação dos Municípios.

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Lei de Criação</b>	<b>Data da criação</b>	<b>Origem</b>
Anaurilândia	1948	11/11/1963	Bataguassu
Bataiporã	1967	12/11/1963	Nova Andradina
Bataguassu	683	11/12/1953	Rio Brilhante
Nova Andradina	1.189	20/12/1958	Bataguassu
Taquarussu	76	12/05/1980	Bataiporã

**FONTE:** IBGE; GUEDES DA SILVA, W. 2011.

Portanto, a criação dos municípios acontece no período de 1953 a 1980. No entanto, acredita-se que o processo de crescimento demográfico dos municípios em questão, foi resultado dos estímulos dados à ocupação regional em diferentes momentos históricos, o que acabou favorecendo também uma divisão político-administrativa, ou seja, a fragmentação do território com a criação dos diferentes municípios que hoje formam a microrregião geográfica, considerando neste processo, as relações de poder, as formas de organização, a influência dos grupos locais e a atuação das empresas de colonização.

Tais estímulos visavam ao crescimento demográfico dessa parte do país dentro do macro contexto da política oficial do governo federal em seu projeto continuísta à política implantada pelo ex-presidente Getúlio Vargas, denominada Marcha para o Oeste. Em relação às empresas de colonização, essas também, foram deliberadamente criadas pelo governo federal, a fim de apoiar e incentivar o crescimento demográfico nessa parte do país. Por outro lado, deixava a cargo de tais empresas o ônus de legislação trabalhista, assim como o controle do trabalhador rural. Em um caso específico, Pode-se denotar de tais reflexões a participação do senador Auro Andrade com recursos federais para a empreitada de seu pai.

Para tanto, cabe à análise de um documento de órgão oficial que é a Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia – (SEPLANCT), que surgiu por meio da lei nº 2.617/1966 e criou a Secretaria de Governo e Coordenação Econômica que teve a mesma nomenclatura de 1966 a 1971, e a partir de 1972, passou a ser denominada Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, permanecendo com este nome até o ano de 1978. Já no

período de 1979 a 1982 passou a ser chamada de Secretaria de Planejamento e Coordenação no Estado de Mato Grosso. Com a divisão de Estado e surgindo o Estado de Mato Grosso do Sul, esta secretaria foi gerida no início da década de 1990 pela Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia e que trata da seguinte maneira das questões ocupação e colonização da região em tela<sup>16</sup> (2008, p. 7):

A ocupação da região se deu originariamente pela penetração de bandeirantes, sertanista e monçoeiros que buscavam ouro, caçavam índios e se aventuravam na conquista de novas riquezas. Antes, era ocupada pelos índios Terena e Kaiowá, que habitavam até o século XVIII, a área do Território do atual Mato Grosso do Sul que se estendia desde os campos de Maracajú até a margem direita do Rio Paraná [...].

No mínimo passível de registro a ideia de penetração do homem branco nessa região. A lógica do documento é a de que existia um percurso capitalista ou pré-capitalista de que bandeirantes, sertanistas, e os monçoeiros desbravavam tais terras á busca de riquezas e de indígenas. É importante lembrar que os índios foram os primeiros a habitarem o território objeto desse estudo, contudo, foram aos poucos sendo dizimados e perdendo sua territorialidade para a ocupação exploratória que o homem branco, coadunando com a colonização interesseira do Estado, impôs e aplicou. Conforme Monbeig (1984, p. 129):

...foram eles (índios) os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo. [...] Quase sempre violentos foram os candidatos foram os contatos que mantiveram com os brancos e pouco sabemos sobre a localização dos principais grupos e seus gêneros de vida.

Pensando conforme Monbeig (1984) que analisa as frentes pioneiras no Estado de São Paulo, pode-se destacar que não se tem como mensurar o número de índios existente na área em tela, uma vez que, não há estudos aprofundados sobre estes números entretanto, é possível dizer que os contatos costumavam ser

---

<sup>16</sup> A partir desse ponto da pesquisa toma-se os dados dessa secretaria como fonte pesquisa.

sangrentos e foram primordiais para que os homens brancos aniquilassem as comunidades indígenas na microrregião de Nova Andradina.

Na rodovia MS-276, trecho que liga os municípios de Bataiporã a Anaurilândia, passa o leito do Córrego Combate, situação não documentada, mas que, segundo antigos moradores dos arrabaldes, esta denominação deve-se a um enfrentamento nas primeiras décadas do século XX entre as famílias dos chamados mato-grossenses que enfrentaram prováveis famílias de índios Ofayé que moravam no local e tiveram que procurar outra região para os poucos sobreviventes continuarem suas vidas.

Ao se entrevistar o Senhor Éldo Castro Nantes<sup>17</sup>, lhe foi questionado de maneira muito simples se o mesmo sabia sobre a vivência de comunidades indígenas por esta região, ao passo em que o mesmo respondeu que não, e de forma brusca afirmou que não mesmo, contudo, em determinado momento da entrevista, lembrou inconscientemente que sua mãe, havia acolhido “alguns indiozinhos” em sua casa quando eram todos pequenos, o que supõe que antes da colonização do homem branco, houve sim o pioneirismo dos indígenas, mormente negado pelas famílias brancas. Pois como afirma Monbeig (1984, p. 133):

Portanto, a marcha pioneira moderna acabou a obra de destruição dos índios, encetada na época colonial. Nada subsiste dos antigos habitantes, a não ser de modo muito indireto. Viu-se como se apresenta o problema da origem dos campos, se resultaram eles dos incêndios ateados pelos índios, prepararam estes a grandes abertas nas matas, pelas quais enveredaram os pioneiros brancos. A técnica da agricultura de queimada que o pioneiro praticou na fase do seu primeiro estabelecimento, foi a dos índios, que os caboclos brasileiros lhes transmitiram. Quanto às pistas traçadas nas matas pelas tribos indígenas, foram provavelmente úteis aos primeiros colonizadores, mas não deve ter sido considerável o seu papel: era de vales o habitat dos índios e as pistas indígenas seguiam os cursos de água.

Seja como for, em toda parte do Brasil, a colonização branca recebeu os atributos do pioneirismo imprescindível para a habitação, organização, exploração e conseqüentemente solidificação no território. Ademais ao se atentar até mesmo à nomenclatura de cidades, riachos, fazendas, como Bataguassu, Bataiporã,

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada em 15 de Maio de 2010.

Taquarussu, Rio Samambaia, Rio Ivinhema, Rio Anhandui, Fazenda Guaporé, Timboré, Boreté, entre outros, nomes de “consonância Tupi”, o que outra vez confirma a forte influência indígena sobre a microrregião em tela e ainda, no entendimento de Monbeig (1984, p. 132): “Essa ressurreição erudita da língua indígena comprova o que vem a ser o índio para o habitante da língua pioneira: uma recordação que entrou no domínio da lenda”.

Outro acontecimento interessante está no texto de Dutra (2004) que estabelece um estudo sobre as proximidades do município de Bataiporã, e informa fato semelhante dos Ofaié que se deu com os guaranis, sendo também dizimados pela colonização do homem branco que atribuindo à necessidade de explorar e ocupar o território chamou de “vazios” que precisavam da presença de homens “civilizados”. Segundo Dutra (2004, p. 53):

Por volta de 1948, um grupo de Ofaié foi encontrado na margem esquerda do ribeirão Samambaia (hoje município de Bataiporã), na sua confluência com o rio Ivinhema (atual município de Taquarussu). A julgar pela descrição e solidez do aldeamento ali construído, o grupo revelava manter domínio sobre aquela região fronteira há bastante tempo, e isso lhes oferecia condições de ali desenvolver e praticar com relativo desembaraço muitas manifestações culturais, inclusive hábitos musicais que puderam ser recolhidos.

Portanto, devido à proximidade com os rios Paraná, Samambaia e demais riachos que por ali são possíveis de serem encontrados, a região em abordada, até a primeira metade do século XX era habitada por grupos indígenas, porém, destaca-se que os Guaranis desapareceram de forma similar aos Ofaié que também foram sendo praticamente aniquilados.

Para Dutra (2004, p. 257):

Outra conclusão que podemos chegar é a de que, se pretendemos buscar as razões que levaram ao extermínio das populações indígenas no Brasil, devemos antes, buscar compreender, ao lado do contexto econômico e social vivido pelas classes exploradoras, também o contexto onde ocorreram verdadeiros espetáculos de apresamento e encarniçados massacres que povoaram, durante séculos, a marcha inexorável da colonização para o Oeste brasileiro. Sem dúvida, isso deixou marcas indeléveis na população nativa sobrevivente, e para muitos, ainda hoje isso é motivo de indignação e

questionamento, em face das crueldades que eram praticadas contra eles.

De acordo com Dutra (2004) pode-se perceber que a preocupação do Estado com a ocupação e integração da região ao território nacional, foi resultado de um período de expansão do processo de colonização desejado por Getúlio Vargas em sua primeira gestão sobre o Estado brasileiro como Presidente da República (1930-1945). Ao proclamar a Marcha para o Oeste ao ver nessa localidade como “espaços vazios”, na percepção política e exploratória do Estado Brasileiro, era extremamente necessário que houvesse a ocupação do território por colonizadores que prontamente estabelecessem o uso da terra e do solo, no sentido de extrair dela o que financeiramente em forma de matéria prima se pudesse proporcionar.

No artigo de Ana Paula Menezes (2011)<sup>18</sup>, é possível entender o interesse do Estado brasileiro em colonizar um país, que ele próprio julgava despovoado e com perspectiva de integração a uma economia nacional, cujo objetivo era o de avalizar um domínio territorial pelo Estado, garantindo uma integridade do território brasileiro e de suas fronteiras a Oeste. Para Menezes (2011, p. 1):

Neste momento, a conjuntura nacional sócio-econômica brasileira, caracterizava-se pelo avanço da industrialização que se concentrava no Sudeste brasileiro, mais precisamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Sendo assim este contexto, de crescimento acelerado dos grandes centros, contrastava com o “vazio demográfico” e o relativo isolamento econômico de outras regiões do país.

O que a autora menciona é que Vargas procurava fugir de encargos trabalhistas graves e, sobretudo do avanço comunista das grandes capitais. Aqui se deve concordar muito mais com as análises de Alcir Lenharo (1986), que em sua obra a “Sacralização da Política” faz uma leitura desapassionada do período, bem como da postura tradicional. Para ele a postura metodológica mais segura a se seguir é a que problematiza a ideia de Marcha para o Oeste enquanto progresso e desbravamento do sertão inóspito. Lenharo (1986) reflete sobre a construção de um mito criado pelo Estado Novo, para o esvaziamento demográfico das grandes

---

<sup>18</sup> Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1950-1970).

captais com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo. Para esse autor, a proposta de Vargas era a de contrapor o litoral ao sertão.

Abrir outras frentes que não apresentassem problemas, sobretudo de luta de classe, assim parece a leitura mais indicada para essa problematização: a de que Vargas e o propalado Estado Novo com seus gestores e burocratas, viam nessa região objeto de estudo assim como nas outras, a Oeste do Litoral, um válvula de escape ao perigo comunista, às causas trabalhistas, aos direitos dos indivíduos, enfim, Vargas buscava criar uma estadania a Oeste do Litoral.

Na visão do Estado-nação era preciso destacar a necessidade política e econômica de povoamento do território brasileiro, objetivando a ocupação efetiva por meio da inserção de grupos populacionais migrantes e a integração das atividades econômicas à economia brasileira naquele período histórico. De acordo com a visão oficial, deviam-se considerar as potencialidades econômicas naturais e de produção agrícola pelo Estado Nacional.

Não obstante, é possível afirmar também a partir de Menezes (2011), que havia uma política migratória em curso sendo implementada para realizar esta ocupação de forma efetiva por meio dos migrantes brasileiros “as necessidades de trabalho e as possibilidades de uma nova vida”, afugentava os migrantes pobres dos grandes centros e das regiões mais povoadas e populosas.

Para explicar a ocupação da Microrregião de Nova Andradina, faz-se necessário destacar a semelhança deste processo com as demais regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que este, segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia SEPLANCT (2008), foi conduzido de maneira a favorecer a concentração de terras e o estabelecimento de latifúndios, com a Erva Matte Laranjeiras<sup>19</sup>, desde as “margens do Rio Brilhante e Ivinhema ao Norte, o Paraná, a Leste, O Iguatemi, a Sul, e o Rio Dourados e a Serra do Amambaí, a Oeste”.

---

<sup>19</sup> Ver mais em: Queiróz (2012). A Cia. Matte Laranjeira (CML), uma sociedade anônima fundada no Rio de Janeiro, em 1891, com o fim de explorar os ervais nativos na porção sul do então estado brasileiro de Mato Grosso (porção aqui chamada SMT), organizou nessa época um vasto circuito mercantil interligando as áreas de produção e consumo de sua erva mate. A face mais conhecida desse circuito envolvia o SMT e a Argentina (o principal mercado consumidor da erva) e consistia nos fluxos de importação de gêneros de consumo dos trabalhadores e exportação de erva cancheada – o que era feito por meio de uma íntima cooperação com a firma bonairense Francisco Mendes & Cia. e de uma extensa utilização do sistema fluvial platino, sobretudo os rios Paraguai/Paraná.

Não se pode deixar de apontar que a própria secretaria é um órgão burocrático no contexto da ideia de estadania já apontado acima, e que por sua vez cumpre a função de revelar dados positivos favoráveis à política de estado em sua atual gestão. Outro ponto que requer atenção é o de que tais secretarias e/ou departamentos datam da gestão Vargas. Os próprios ministérios foram criados com sua visão de administração mais burocrática, sobretudo para o desmantelamento do que se convencionou chamar de “República velha” assim a “nova República” datada de 1930 e consolidada em 1937 foi não por acaso, conhecida por Estado Novo (Lenharo, 1986). A própria SEPLANCT é um exemplo desse órgão tecnocrático.

À busca da compreensão das raízes históricas do processo de regionalização a que se propõe essa pesquisa, cabe voltar no tempo a analisar o decreto de nº. 436 que criou uma empresa nessa região à Oeste do litoral, conforme eram os desígnios da União daquele período da Primeira República<sup>20</sup>, nos idos de 1891, dois anos após a proclamação da República.

Assim descrito por Silveira (2012, p.37):

Fundada ainda no final do século XIX, através do Decreto nº. 436, mais precisamente no ano de 1891, a Cia Mate Laranjeira ao longo de sua existência, proporcionou presença marcante na região Sul do Estado do Mato Grosso, com suas atividades ligadas a exploração dos ervais da região e com o monopólio de arrendamento exploração do vasto território.

Quanto às formas de valorização da Matte Laranjeira, ressalva-se que a empresa contou com os mecanismos oferecidos pelo poder político que costumava atuar com favores à elite da época e a detenção de grande poder, peculiarmente ligado aos latifúndios e recebia as colaborações do Estado. Conforme Bianchini (2000, p. 97):

Se fizer um retrospecto, é fácil atentar-se para os interesses que rondavam as esferas palacianas do Estado, bastando para isso que se observem as constantes preocupações dos governantes, em relação aos negócios do mate. Manuel Murtinho, por exemplo, não escondia suas preocupações, não poupando críticas à legislação que

---

<sup>20</sup> Duas obras são aqui destacadas por seu valor intrínseco ao período trata-se do historiador e de dos maiores pesquisadores do período, Edgar Carone, em suas obras clássicas; “A República Velha” e a “Primeira República”.

só tratava das terras devolutas, mas nada dispunha sobre o arrendamento delas.

Para Carone (1976) tratava-se de uma luta contra o capital estrangeiro. A Matte Laranjeira é exemplo típico na qual os Murtinhos são os sócios e monopolizam o mate nativo em Mato Grosso contando um exército, campo de concentração, escravos e moeda própria.

Posteriormente, já no ano de 1907, conta Carone, (1976) que a Matte, ao ver o término do seu contrato com o estado chegar ao fim consegue da Assembleia uma prorrogação até 1912 e posteriormente até 1916. Para que essas terras não sejam consideradas devolutas, outra manobra é colocada em ação pelo Congresso por sugestão dos Murtinhos as terras da região supracitadas são entregues aos ingleses.

A grande preocupação que perpassava a situação de terras devolutas se relacionava à grande migração dos rio-grandenses que se avolumavam ao sul de Mato grosso, em razão do fim do contrato com a Matte Laranjeira. As terras que eram consideradas devolutas, ou que por compreensão do Estado e dos grandes latifundiários não pertenciam a ninguém, serviriam para estes exercerem seus diversos meios de exploração, uma vez que, as tarefas que a empresa deveria exercer no período de arrendamento das terras, certamente não seriam realizadas, pois não era de interesse das empresas (SILVEIRA, 2012). Tão forte quanto à exploração econômica havia a exploração da força de trabalho de homens que advinham para esta região habitada por indígenas em que a lei era feita pelo próprio coronel.

Cabe aqui, destaque para essa personagem que marcou a história do Brasil na época citada nesse recorte: a figura do coronel. Victor Nunes Leal, em sua obra “Coronelismo, enxada e voto” (2012) faz uma análise profunda do perfil dessa figura intitulado coronel, dizendo que seu raio de ação é notadamente a Primeira República, em virtude do seu contexto de regime eleitoral. O coronel se amparava no voto dos seus agregados em suas fazendas, ou regiões, valendo-se do que chamou de voto de cabresto. Leal (2012) assim define o coronelismo:

É sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra. Não é

possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visível no interior do país.

Certamente de acordo com Nunes, a estrutura agrária do período em estudo, assim como a região que ela chama de interior do país, no caso aqui o vale do Ivinhema, a microrregião, o sertão ou o Oeste. Cabe aqui localizar os Murtinhos como coronéis do Oeste, em razão da definição proposta por Nunes acima definido.

Voltando ao conceito de terra devoluta entende-se a participação da Empresa Mate Laranjeira na formação territorial do sul do Estado de Mato Grosso. Posto que, conduzindo a formação da microrregião de Nova Andradina no final do século XIX, sabe-se que a empresa Mate Laranjeira passou a empreender a extração da erva mate no sul do Estado de Mato Grosso, no entanto, para isso, empreendeu a força ocupacional pelo uso de mão de obra não apenas de povos da região, mas também de gente vinda de outras regiões do país e do Paraguai.

Ao final da Guerra da Tríplice Aliança em 1870, aconteceu a abertura do Rio Paraguai para a navegação facilitando a ligação Brasil-Argentina consumidor da erva mate e o comércio entre esses dois países. É possível destacar que, após conhecer os ervais de Mato Grosso prosperou-se o vínculo com Enéas Galvão, Presidente da Província de Mato Grosso, então, Thomas Laranjeira buscou a permissão para que houvesse a exploração da erva-mate mato-grossense. “Em dezembro de 1882, o Governo Imperial baixava o decreto número 8799, concedendo ao cidadão Thomaz Laranjeira o direito de explorar os ervais situados no cone sul de Mato Grosso” (BIANCHINI, 1998, p. 83).

Desta forma, compreendem-se as atuações iniciais do processo de ocupação e colonização atribuídas a Empresa Matte Laranjeira. De acordo com Cimo (2012, p. 2) essa:

Já no início da década de 1890, a empresa individual de Laranjeira foi sucedida pela Companhia Matte Laranjeira (CML), uma sociedade anônima criada no Rio de Janeiro (então capital da República do Brasil) em setembro de 1891. O surgimento dessa empresa vincula-se a um momento muito especial da história brasileira, correspondente aos anos iniciais do regime republicano (instaurado em fins de 1889) – momento esse caracterizado pela enorme multiplicação de novos empreendimentos privados, voltados aos mais diferentes setores de atividade.

O fragmento citado mostra que a terra passou a ser pertencente a um reduzido grupo, valendo-se de uma situação de concentração de terra e a formação de uma elite de grandes proprietários que “marginalizavam” a população existente na localidade, forçando-as a venderem sua força de trabalho.

Conforme aponta Guedes da Silva (2011, p. 55):

O poder não era mantido apenas por um grupo oligárquico, mas por grupos afins que, unidos por interesses comuns, concentraram suas posses e patrimônios. Eram os coronéis que mantinham o poder e a influência no comércio, nos grandes empregos públicos e em quase toda a vida social dos vilarejos e cidades.

Assim pode-se compreender que as ligações entre o Estado e os poderes locais, se relacionavam com os rendimentos proporcionados pela erva mate, posto que a exportação gerava valores bastante consideráveis não apenas para a Empresa Mate Laranjeira, mas especialmente ao Estado (Tabela 5).

**Tabela 5:** Valores de Exportação da erva-mate (1889-1894).

ANO	VALOR	AUMENTO NOS VALORES (%)
1889	83:355\$000 <sup>21</sup>	-
1890	89:655\$000	7,56%
1891	113:057\$000	26,10%
1892	156:739\$000	38,64%
1893	328:315\$000	109,47%
1894	551:605\$000	68,01%

**FONTE:** CORREA, 2006, p.105.

Deste modo, observa-se que tanto a erva mate, quanto à pecuária, proporcionaram rentáveis relações econômicas no final do século XIX e início do século XX, pois a empresa Matte Laranjeira era uma das maiores criadoras de gado do Estado de Mato Grosso (GUEDES SILVA, 2011).

Avançando um pouco em nossa cronologia vemos no ano de 1940, com a política do Estado Novo (período de 1937 a 1945) por meio do Governo Nacional de

<sup>21</sup> A cifra aqui reconhecida é do Valor de \$ Réis, dinheiro brasileiro utilizado até o ano de 1942.

Getúlio Vargas, que a região alvo do estudo passou a receber fluxos migratórios estimulados e propostos pela criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) sendo do interesse do Estado, ocupar o que se convencionou chamar “espaços vazios”. Conforme Menezes (2011) sabe-se que por volta de 1948, as migrações se intensificaram em razão de novas frentes de ocupações formando novas regiões.

A política de colonização no Brasil estava amparado no sentido de ocupação dos chamados vazios demográficos. Para isso, o governo varguista se utilizou de um modelo de colonização pautado no povoamento e, objetivamente tencionou integrar a condição de exploração econômica, com a finalidade de ocupar espaços de acordo com a visão estado novista posto que o espaço analisado, tinha pouca ou quase nenhuma densidade demográfica.

A pesquisadora Naglis (2007, p. 27) assim reflete sobre o Varguismo da era ditatorial:

Em meio ao autoritarismo do Estado Novo, surge à política desenvolvimentista, denominada “Marcha para Oeste”, que tinha como objetivo ocupar os espaços considerados vazios, povoar as regiões fronteiriças do país, e promover a integração dos Estados brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste do país. É importante ressaltar que a Marcha para Oeste tinha por finalidade a nacionalização das fronteiras, através da expansão agrícola e da colonização do interior. Tinha-se em vista a segurança nacional e a ocupação estratégica das fronteiras.

Pelo fato desse período ser considerado autoritário-desenvolvimentista a propalada “marcha” se enquadrava dentro do esquema de segurança de fronteiras. Assim se cumpria um duplo papel no contexto varguista: a ocupação da região proteção de fronteira e expansão econômica via setor primário, além da extração inicial da erva-mate e da madeira. A pecuária extensiva exerceu papel importante nesse processo de ocupação da região de Nova Andradina, “assim como em boa parte de todo Estado de Mato Grosso do Sul e da região Centro-Oeste do Brasil”, “marchando” a economia regional e a estrutura fundiária conforme os desígnios de Vargas e seu Estado Novo.

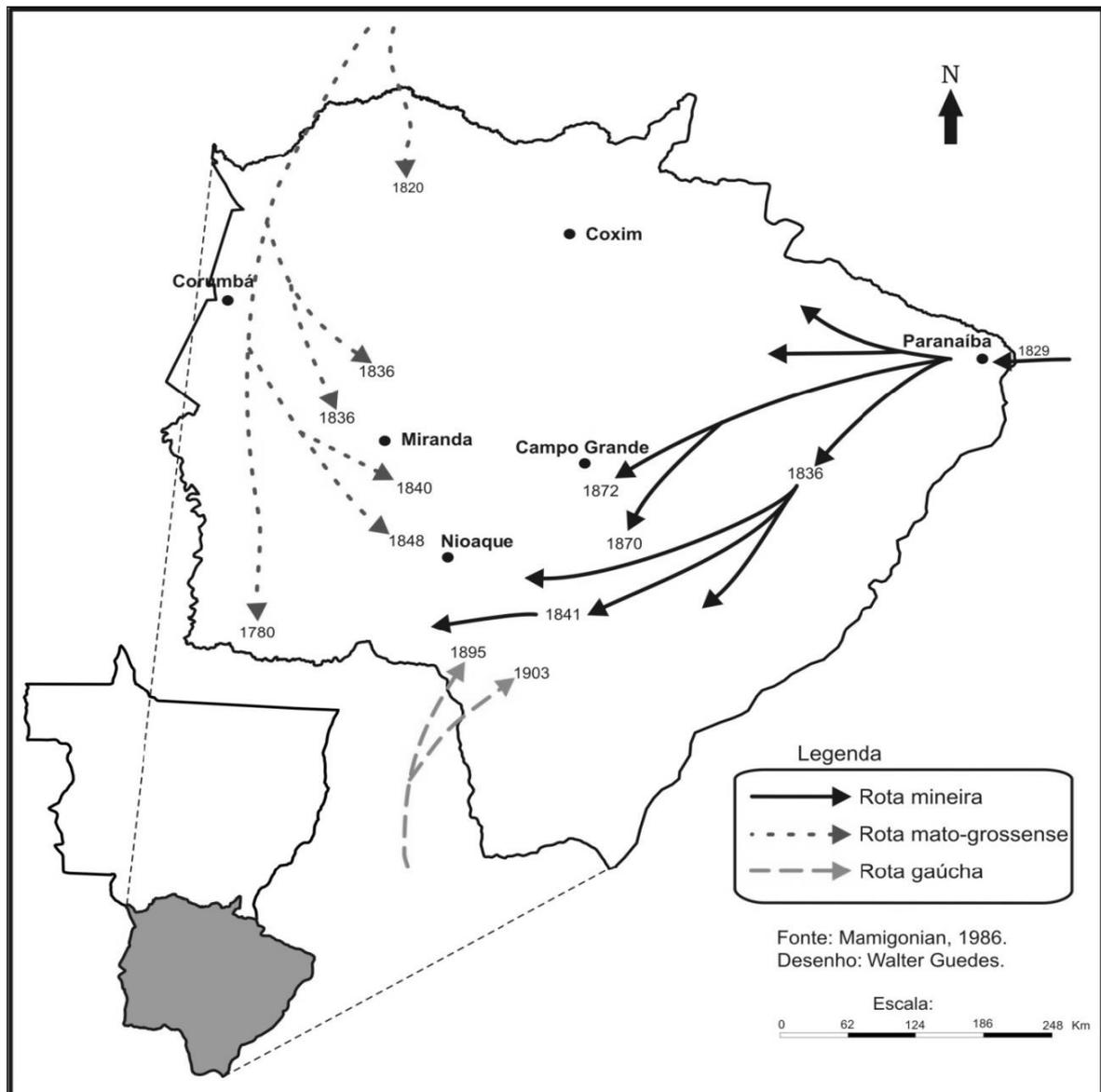
Nesse ínterim a cultura do gado teria sido um primeiro prenúncio de colonização dessas terras indígenas. Guedes da Silva (2011) demonstra que o avanço da pecuária na região sul do então Estado de Mato Grosso, iniciou-se ainda

no século XVIII na sua porção Oeste e seguiu até o século XX, com diferentes rotas de entrada do gado vindo de diferentes regiões do Brasil, pois que, além do Oeste de Mato Grosso, o gado veio também de Minas Gerais e do Sul do Brasil (Figura 3).

Para Guedes da Silva (2011 p.35-36):

Apossar das terras devolutas introduzir a pecuária bovina ou o extrativismo da erva-mate era uma boa alternativa para os que desejavam tornar-se proprietários, uma prática comum na época. Sobre os migrantes gaúchos, Alvanir de Figueiredo afirma: organizaram-se caravanas, ou comitivas que, fugindo do problema político, ou por terem suas propriedades destruídas, ou ainda, por procurar melhor sorte, demandaram a regiões centrais, engrossando a população matogrossense.

**Figura 3:** Mato Grosso: Avanço da pecuária na região sul do Estado



**FONTE:** Mamigonian *apud* Guedes da Silva, 2011.

É passível de se considerar ainda, a entrada de capitais estrangeiros para expansão da atividade criatória e das fazendas. Foram adquiridas centenas de hectares (há) por empresas de fora do país visando à atividade da pecuária extensiva (GUEDES DA SILVA, 2011). Conforme já analisado, tais capitais eram estratégicos, porque os Murtinhos preferiam este montante a terem que entregar suas propriedades aos rio-grandenses que aqui chegavam. Dessa maneira, o acesso à pequena propriedade era negado via política oficial.

Para Pierre Monbeig (1984, p. 240):

No estado atual, a estrutura econômica do mundo pioneiro aparece como a expansão do que ele havia sido no momento das primeiras penetrações. A riqueza fundiária, a produção agrícola e os meios de transporte estavam reunidos sob as mesmas não era então fácil enumerar os poucos que dirigiam efetivamente o movimento pioneiro.

Após a citação, é possível depreender que o processo de colonização das diferentes regiões, principalmente no século XX, aconteceu com a semelhante atuação do Estado. Conjuntamente com a cultura do gado, vinham os homens e a entrada do capital estrangeiro, favorecendo a formação de uma categoria social mais abastada que exerceu o poder econômico e político regional, marcando também, a formação social e econômica da região, em especial dos municípios que compõem a Microrregião de Nova Andradina.

Ao se passar a estudar o processo de idas e vindas por meio da historicidade tentar-se á compreender o processo de ocupação e criação de municípios no chamado Oeste do país proposto anteriormente no Período em que Getúlio Vargas governou a nação de 1930 até a 1945, depois de 1950 até 1954. Não obstante a historiografia também considerar que os anos subsequentes a Era Vargas, o chamado período populista, guardará fortes heranças de sua postura política de Estadania, em que se reconfigurava um novo tipo de nacionalidade.

### 2.3 A Economia da Região: Passado e Presente

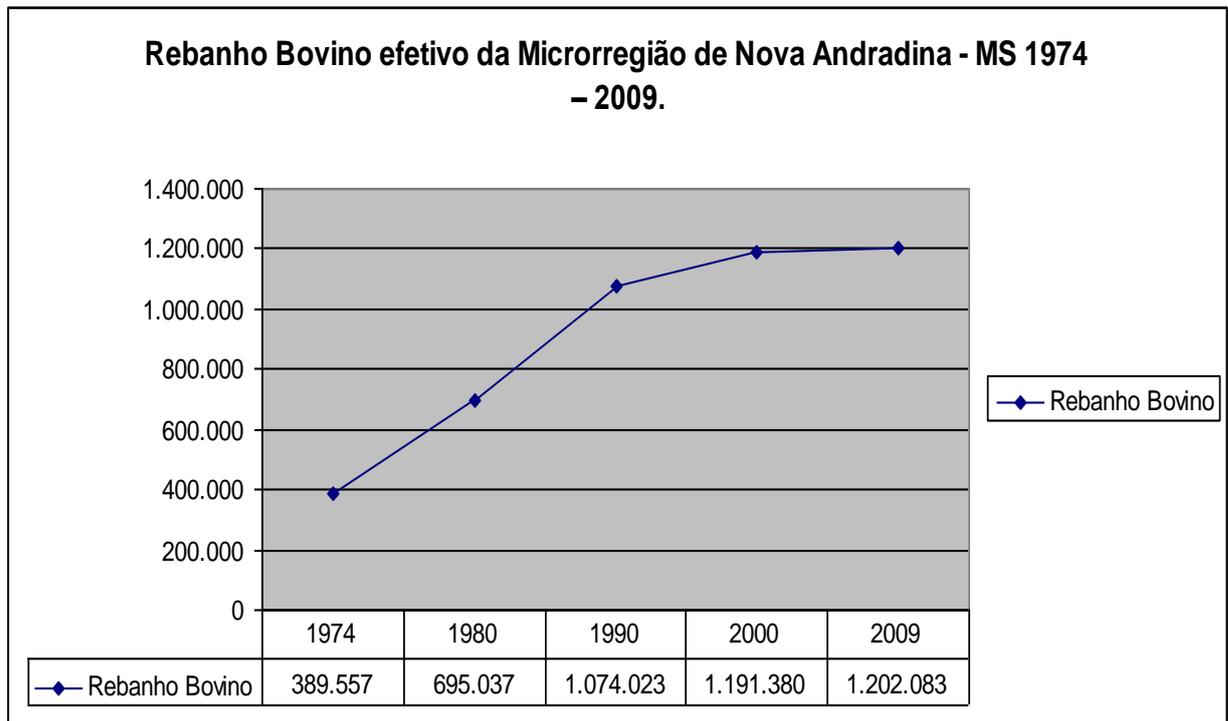
Em decorrência do que foi exposto até o momento, pode-se aferir o quanto a pecuária foi ao longo dos tempos explorada na região. Atividade essa que demanda o emprego de pouca mão de obra, o que, para os interesses do Estado-nação vinham de encontro com seus anseios. E nunca é demais mencionar esse papel do caráter privado dos fazendeiros, ou coronéis em suprir o papel social, jurídico e legislador da Nação no Oeste, notadamente conhecido e reconhecido como lugar sem lei<sup>22</sup>.

Para tanto, o estudo valer-se-á de dados coletados por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia, uma fonte oficial que disponibiliza dados quantitativos sobre a evolução do mercado para o Estado de Mato Grosso do Sul. Essa fonte tem por objetivo principal sistematizar os dados relacionados ao desenvolvimento e às mudanças ocorridos na região, colaborando para uma caracterização da economia e da sociedade regional.

Apresenta-se a seguir, um gráfico que busca demonstrar essa evolução quantitativa da atividade pecuária, apresentando como ela alavancou nos municípios da região na segunda metade do século XX, apontando ainda para a pecuária como atividade econômica mais importante, tanto na criação como no abate dos animais (Gráfico 4 e Tabela 6).

---

<sup>22</sup> Para maior aprofundamento dessa questão vide Valmir Batista Corrêa “Coronéis e bandidos em Mato Grosso – 1898-1943”. Nesta obra o autor traça um panorama da força privada utilizada no estado de Mato Grosso Uno e como foram se constituindo as milícias particulares em torno dos fazendeiros que armavam seus peões para lutar contra outros fazendeiros e caçar os indígenas para tomar suas terras.

**Gráfico 4:** Microrregião de Nova Andradina – Rebanho Bovino 1960 – 2009.

**FONTE:** IBGE (1974 a 2009).

No gráfico 4, percebe-se, de modo geral, um crescimento do rebanho em todos os municípios da Microrregião de Nova Andradina com destaque para Anaurilândia e Nova Andradina (Tabela 6) que, até 1990, ocupavam os primeiros lugares com vantagem para a última. No entanto, a partir da década de 1990, o município de Nova Andradina assumiu a liderança na criação de gado na região e passou a ter mais de um terço do rebanho da microrregião. Evidente que esta expansão marcou a forma de apropriação da terra e das relações de trabalho no campo e na cidade com grandes propriedades e crescimento do assalariamento e urbanização da população da região, como já se discutiu anteriormente.

**Tabela 6:** Microrregião de Nova Andradina - Rebanho Bovino efetivo nos municípios 1974 – 2009.

ANO	ANAUROLÂNDIA	BATAGUASSU	BATAIPORÃ	NOVA ANDRADINA	TAQUARUSSU
1970	87.184	69.680	86.049	79.037	---
1975	136.163	90.751	109.345	135.429	---
1980	182.582	126.160	150.291	183.487	---
1985	229.264	163.696	95.903	249.836	54.722
1995	264.643	180.358	130.798	429.870	77.827
2006	252.908	168.962	186.218	413.968	63.764

\* O Município de Taquarussu foi Criado Pela Lei nº. 77 de 12.05.1980

**FONTE:** IBGE (1970 – 2006) – Censo Agropecuário

Salienta-se que o processo de ocupação demográfica da região pela política da denominada “Marcha Para Oeste”<sup>23</sup>, redundou na ocupação desta por homens advindos de outras partes do país e de centros urbanos à busca de melhorias de condições de vida. Aqui chegando e encontrando populações indígenas<sup>24</sup> com os quais estabeleceram laços e conflitos em razão da luta pelas terras, denominadas devolutas que, no entanto, eram reconhecidas pelos indígenas como suas.

Destaca-se nesse processo, a Microrregião de Nova Andradina localizada no atual Estado de Mato Grosso do Sul. Ressalte-se que os cinco municípios localizados na região em questão derivam do desmembramento inicial do município de Rio Brilhante (Quadro 1).

<sup>23</sup> Uma excelente discussão sobre é proposta pelo já estudado neste texto Alcir Lenharo “A Sacralização da política” (1986).

<sup>24</sup> No caso da microrregião de Nova Andradina as comunidades Ofaié. Que hoje se encontram aldeados no município de Brasilândia/MS. (DUTRA, 2011).

**Quadro 1:** Microrregião de Nova Andradina-MS - Desmembramento dos Municípios.

MUNICÍPIOS	FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA
<b>BATAGUASSU</b>	Criado pela Lei Estadual nº 683, de 11-12-1953, desmembrado de Rio Brillhante. Instalado em 16-05-1954.
<b>ANAURILANDIA</b>	Criado pela Lei estadual nº 672, de 11-12-1953, desmembrado do distrito de Ivinhema, subordinado ao município de Bataguassu. Instalado em 25-04-1965.
<b>BATAIPORÃ</b>	Criado Pela Lei Estadual nº 1189, de 20-12-1958, desmembrado do município de Bataguassu. Instalado em 25-04-1965.
<b>NOVA ANDRADINA</b>	Criado pela Lei Estadual nº, 1189 de 20 de dezembro de 1958, desmembrado de Bataguassu. Instalado em 31 de Julho de 1959.
<b>TAQUARUSSU</b>	Criado pela Lei Estadual nº 3.708, de 24-05-1976, desmembrado do município de Bataiporã. Instalado em 16-06-1981.

**FONTE:** IBGE, 2013.<sup>25</sup>

Como proceder para determinar uma região coerentemente? Como traçar as características mais importantes da localidade? De que maneira demonstrar a importância da urbanização destacando as claras semelhanças entre as cidades que se tornam quase homogêneas e se coadunam em um mesmo propósito?

Todas estas indagações devem ocorrer ao se levar em consideração que, por vezes, as ligações coerentes tracejadas por meio das características naturais, acabam suprimidas pelas atividades e potencialidades econômicas, podendo os aspectos naturais, terem menor influência na definição e na delimitação da composição dos elementos políticos e econômicos da região.

No Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Leste produzido pela Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia (SEPLANCT/MS), nota-se que, a microrregião de Nova Andradina, foi organizada e definida por uma conjuntura histórico-geográfico-social entendida, uma vez que, foi preciso no estudo, entender toda a formação histórica da região, suas similitudes geográficas e o envolvimento econômico e social.

Dessa forma, definiu-se a Microrregião utilizando-se da seguinte propositura da SEPLANCT/MS (2008 p.9): “Na prática, busca-se identificar o grau de homogeneidade dos setores produtivos, vias de comunicação e acesso,

<sup>25</sup> Dados históricos sequencialmente disponíveis em: <http://cod.ibge.gov.br/234YV> - <http://cod.ibge.gov.br/8S8> - <http://cod.ibge.gov.br/8GM> - <http://cod.ibge.gov.br/232F1> - <http://cod.ibge.gov.br/8MG>

infraestrutura, meio ambiente, bacia hidrográfica, entre outros”. Vemos aqui, os planejadores do Estado assumirem uma definição em que várias características são unidas e combinadas para ensejarem uma ideia de homogeneidade da diversidade regional. Segundo a SEPLANCT (2008, p. 7):

A origem da maioria dos demais municípios que compõem a região é decorrente dos desmembramentos territoriais ocorridos em Bataguassu e Nova Andradina. À vontade e a determinação política de alguns governantes da época propiciaram a emancipação político-administrativa desses municípios, o que resultou na formação de cidades com baixa população. Alguns municípios surgiram a partir dos desmembramentos de outros que não fazem parte da Região em estudo, como são os casos de Ivinhema, de Dourados, Santa Rita do Pardo, de Brasilândia e Taquarussu, de Bataiporã.

De acordo com a proposta oficial, cabe refletir sobre a criação e o recorte regional, os fatores que elencam tal formação, ressaltando que os municípios da microrregião de Nova Andradina, representam um processo de formação com determinantes econômicos e sociais diversificados, porém marcados por características comuns, tais como a concentração de terra e a importância econômica da atividade de criação de gado de acordo com os propósitos da SEPLANCT/MS.

Percebe-se que, a função do pesquisador e dos órgãos do Estado na condução da formação regional reside em diagnosticar ações humanas sobre um determinado espaço, transformando a paisagem natural, aproveitando assim, as potencialidades naturais em seu processo de trabalho, mesclando ainda as características naturais àquelas transformadas ou produzidas pelos homens, contudo, o que vai determinar se a região pode ser aquela pensada por Yves Lacoste (1988) a “Geografia dos Estados Maiores”, estratégica, ligada à prática do poder político e econômico, será a forma como dela será apropriada a sociedade em seu desenvolvimento histórico e geográfico, ou seja, o planejamento estabelecido conforme os interesses dos Estados dominantes.

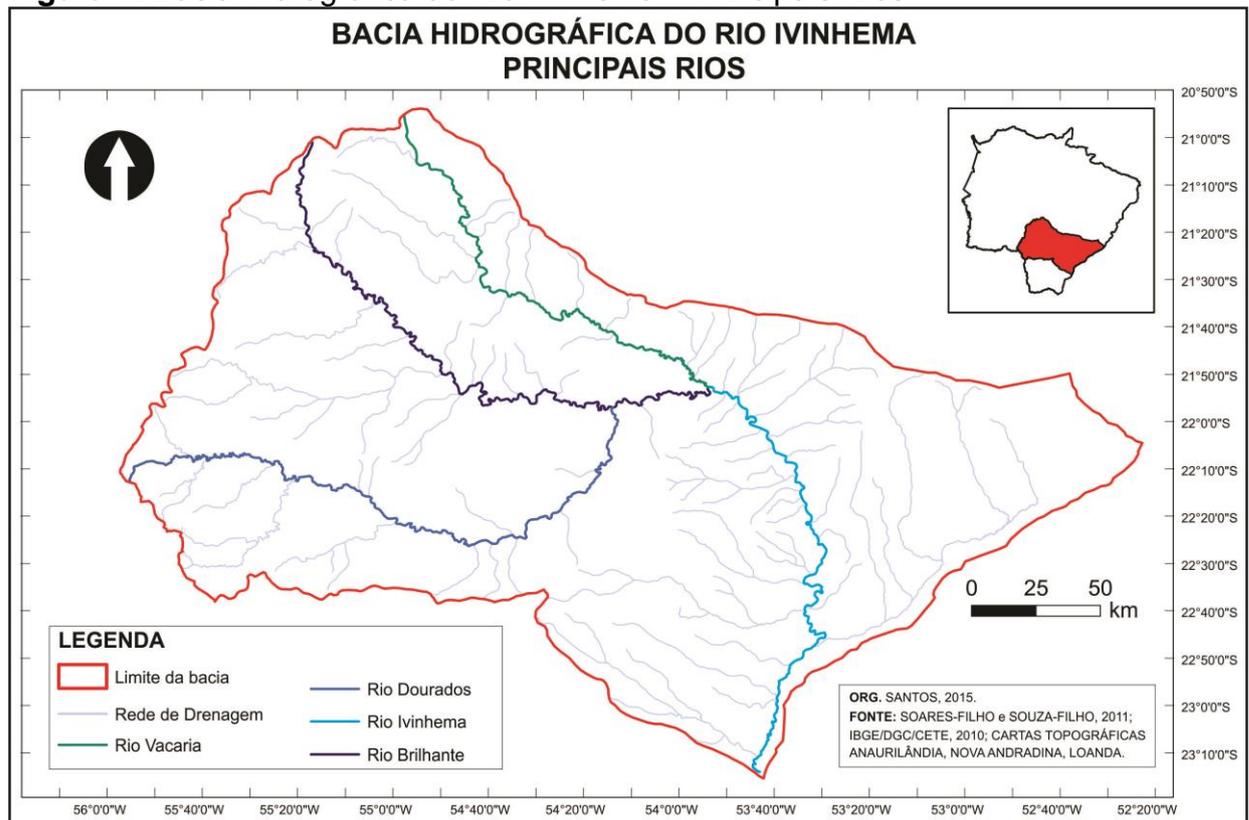
Ao se analisar a sociedade, o capital, a indústria, os homens e sua inserção no meio natural é preciso compreender como o desenvolvimento das forças produtivas e os avanços tecnológicos colaboram para a transformação do ambiente, e, portanto das características de uma determinada região. De acordo com Pereira (2006, p. 35):

É bom lembrar que o próprio Marx não escapou do determinismo, explicando muitas vezes as condições de trabalho, de produtividade, enfim, de vida, a partir das características naturais, embora sempre tenha destacado a ação da sociedade na transformação da natureza e argumentado que o desenvolvimento científico altera a forma de relacionamento e exploração homem/meio.

Neste sentido, torna-se extremamente relevante entender os meios que diagnosticam ou permitem a possibilidade de se entender como acontecem esses entrelaçamentos dos elementos que formam a Microrregião de Nova Andradina.

No que concerne ao aspecto metodológico do determinismo natural, destaca-se as possibilidades dos municípios que compõe essa microrregião, bem como aqueles pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Ivinhema-MS, pois que, com exceção do município de Anaurilândia, os seus rios e córregos veementemente correm com suas águas para formar o Rio Ivinhema (Figura 4).

**Figura 4:** Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema – Principais Rios



Dentre outras características naturais, se destacarem a similitude na sua formação de solo e de clima, já o relevo objetivamente não muda nestes municípios. Está descrito no documento elaborado pela SEPLANCT/MS (2008, p. 8):

A região na quase sua totalidade de sua extensão, possui solos latossólicos dentre os quais predominam Latossolos Vermelho-Escuros, de textura média com pH que varia entre 4,2 a 5,4 e de baixa fertilidade natural. Esses solos estão associados, via de regra, com as areias quartzosas. Presente também, é de modo significativo, estão os solos Podzólicos Vermelho-Escuros e Vermelho-Amarelos que como os outros, são solos minerais de profundidade mediana e de fertilidade ainda mais baixa. As margens do Rio Paraná possuem solos de pedologia distintas dos já descritos, com predominância dos hidromórficos, de características físicas e químicas muito variadas [...] A topografia dos solos em estudo apresenta-se com relevo que varia de plano (0 a 2%) e suave ondulado (de 3 a 15%) e ondulado (de 15 a 30%), com patamares que repousam sobre a Bacia Sedimentar do Rio Paraná, situando-se a uma altitude que varia de 240 e 600 metros acima do nível do mar [...] Segundo a classificação de Koppen, predomina na Região [...] o clima do tipo tropical úmido (aw') e subtropical (aw) com influência do clima temperado no período de inverno. O regime pluviométrico apresenta-se com duas estações bem definidas. A chuvosa, concentrada no verão, e seca, no inverno. As precipitações anuais na região variam entre 1.200 e 1.700 mm com déficit hídrico durante o inverno e a primavera (4 a 6 meses), dependendo do município. As temperaturas médias anuais variam entre 14º e 25ºC, conforme seja o período do ano, outono-inverno ou primavera-verão, respectivamente.

Assim, pode-se então configurar a Microrregião em questão, de forma a construir uma unidade coerente em relação à homogeneidade das características dos elementos que compõem o meio natural, contudo, ressalva-se que os meios que podem compor a Microrregião, também estão ligados às situações econômicas e sociais, como a agricultura e a pecuária.

Advêm-se que, o entendimento mais correto desse aspecto, é o que ensina que, tanto as características naturais, como as relações homem/meio ocorrem nesta área, no entanto, sempre correndo o risco da homogeneização da região a partir da universalização de determinadas características.

Contudo, essa visão é alterada à medida que avançam os estudos para o entendimento dos recortes, partindo-se da região natural para a região econômica, e ao mesmo tempo fazendo análises da geopolítica. Haesbaert (1999, p.18) ao citar Hartshorne conclui: a região constituiria “um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo com os objetivos do pesquisador”, uma vez que, a intenção, é a de cada vez mais aprofundar e compreender os meios que sustentarão a tese desse trabalho: a sustentação do que é a Microrregião de Nova Andradina, a partir das perspectivas deste estudo.

Em relação à caracterização demográfica da Microrregião de Nova Andradina, a população absoluta alcançou um percentual de 4,5% da população do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme os dados do IBGE (2010) o que contribuiu não apenas para a formação social do Estado, mas também para a condução econômica e o crescimento demográfico.

O percentual referente à população apresentado, permite refletir acerca dos motivos que permearam o crescimento populacional regional, posto que possam estar ligados à questão do mercado de trabalho dentre outros elementos. Atualmente, um acréscimo considerável para a densidade demográfica, resulta da busca do trabalho na produção do etanol e do açúcar.

A exploração da cana-de-açúcar utiliza uma combinação entre clima, solo e variedades que determinam a produtividade. Neste sentido, percebe-se que as maiores produtividades acontecem fazendo uso das viabilidades condizentes com o ambiente de cultivo, solo, com propriedades físicas, químicas e biológicas adequadas, fatores esses consideráveis e encontrados na Microrregião de Nova Andradina, o que possibilita a produção em larga escala, a empregabilidade e o crescimento demográfico.

O processo de colonização dos municípios da Microrregião de Nova Andradina é similar ao da extração da cana-de-açúcar, ao se considerar que as Empresas colonizadoras atuantes na Microrregião, derivam do processo de extração da erva mate com a Matte Laranjeira e/ou da Marcha Para Oeste, à ocupação dos “Vazios” e a proteção das fronteiras impostas pela política de Getúlio Vargas, o que permite uma reflexão de forma diferenciada, já que se pode afirmar que ocorreu um desenvolvimento desigual entre os municípios localizados na microrregião de Nova Andradina.

Esse processo acabou por formatar um conjunto de municípios e de cidades em que se pode perceber que a cidade sede da Microrregião de Nova Andradina, centraliza a maior parte da população do conjunto e oferece uma gama de serviços públicos e particulares que atendem pessoas da Microrregião.

Voltando-se ao período anteriormente analisado, pode-se afirmar que as pessoas não proprietárias de terras se dirigiram para o trabalho nas fazendas da região nas primeiras décadas da colonização como peões ou agregados com

serviços diversos, e outros, se somaram aos que sonhavam com a possibilidade de terem uma vida melhor nas terras que se abriam, entretanto, a maior eficácia deste tipo de colonização, foi dado aos que conseguiram conquistar a maior extensão de terra para o desmatamento e o cultivo da pecuária.

Destarte, no processo de colonização da microrregião de Nova Andradina, indica-se que houve várias outras situações que contribuíram para o processo de colonização. Isso é o que aponta Esselin (2011) que relata: a atividade de criação de gado acabou alcançando importância fundamental após o processo de desmatamento das terras. Para Esselin (2011, p. 16):

A colonização tardia e as dificuldades de transporte acabaram por favorecer o desenvolvimento da pecuária. A comercialização do bovino era extremamente reduzida, o que permitiu uma acumulação do excedente de produção de atividade criatória, resultando no crescimento do rebanho, e isso propiciou, mais tarde, o desenvolvimento da indústria de aproveitamento do gado e de seus subprodutos.

Pela afirmação de Esselin (2011) pode-se concluir que os municípios da Microrregião, se desenvolveram por meio da atividade pecuária<sup>26</sup> (Tabela 7), não se deve é claro esquecer que em outros municípios a agricultura foi presença considerável e proporcionou a existência dos pequenos sítiantes em alguns municípios, pois, “A atividade pecuária da Região é dotada de forte dinamismo, o que se expressa pela arrecadação tributário do setor” (SEPLANCT, 2008, p. 16-17).

Neste sentido, tem-se que a Microrregião de Nova Andradina é amplamente alvo de investimento na área dos produtos primários em Estado de Mato Grosso do Sul, ressaltando a pecuária como carro chefe da economia da microrregião e, na atualidade, a produção da cana-de-açúcar, tem crescido e estimulado transformações demográficas e transformado as características econômicas da microrregião.

Deve-se levantar aqui uma hipótese plausível: a de que tais estímulos seguem as orientações determinadas pelo modelo varguista de investimento no Oeste do país e que segue uma orientação para o setor primário da economia, a saber, a agricultura e a pecuária como forma de apropriação do imenso latifúndio

---

<sup>26</sup> A distância entre a microrregião de Nova Andradina e os Estados compradores do Gado bovino, não seria tão grande, contudo vale lembrar que o gado destinado as regiões consumidoras enfrentavam a dificuldade de locomoção nessa área devido a falta de estrada então o Estado de Mato Grosso contribuíram para utilização do transporte do Gado Bovino com a utilização das balsas cargueiras que compunham a transição Mato Grosso-São Paulo por vias fluviais.

que existe nessa região, ratificando os apontamentos de Pierre Monbeig em Pioneiros e fazendeiros (1984), e em Guedes da Silva (2011, p. 55), já citados em páginas anteriores deste texto. Para melhor visualização do rebanho bovino da região em destaque, segue uma tabela organizada pelo IAGRO do ano de 2012.

**Tabela 7:** Microrregião de Nova Andradina - Produção Pecuária.

Municípios	Bovino (Mil)	Suíno (Mil)	Galináceos (Mil)
Bataguassu	212.941	7.874	15.396
Anaurilândia	303.412	1.478	12.712
Bataiporã	190.520	2.650	14.017
Nova Andradina	404.168	3.304	22.900
Taquarussu	90.220	810 <sup>27</sup>	7.090

**FONTE:** Dados retirados do IBGE 2012.

Desta forma, é possível perceber que enquanto houve crescimento da produção da cana-de-açúcar, (Tabela 8 e 9) a produção do gado de corte teve declínio conforme dados do IBGE. No caso de Nova Andradina, em 2010, o município contava com 437.273 cabeças de gado, em 2011, esse índice caiu para 424.698, o número de animais contabilizados em 2012 foi de 404.168 e, em 2013, o município conta com 394.759 cabeças de gado cadastradas. Este cenário representou uma queda de 9,73% na pecuária local nos últimos quatro anos.

Segundo o critério elaborado por Francisco de Oliveira (1981), “É o capital quem planeja o planejamento”. Esse é o caso da Microrregião de Nova Andradina que tem sido observada pela sua produtividade cada vez maior voltada para a cana-de-açúcar bem como de sua relação econômica cada vez mais relevante para os planejamentos que o Estado elabora para a microrregião<sup>28</sup> intensificando tanto mão

<sup>27</sup> Não atingiu uma unidade de milhar.

<sup>28</sup> Em entrevista ao Jornal Digital Nova News, no final de 2013 o prefeito de Nova Andradina-MS, Roberto Hashioka informou dados da atuação do Estado com o planejamento de geração de empregos e de qualificação empregatícia: No campo da qualificação profissional, o município já conta ações do Serviço Nacional de Aprendizagem, Industrial (Senai), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Ciat, e deve receber, a partir de 2014, investimento de cerca de R\$ 6 milhões na edificação do Centro Integrado Sesi Senai, que terá área construída de 4.300 m<sup>2</sup>. A estrutura deverá contar com área administrativa, estacionamentos, quadra poliesportiva, 11 salas de aula, 1 biblioteca, 1 cantina, 1 oficina metalomecânica, 2 oficinas multiuso, 1 laboratório de informática e 1 laboratório físico-químico. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/aos-55-anos-nova-andradina-tem-o-boi-e-a-cana-como-os-pilares-de-sua-economia>. Acesso em: 10 de Agosto de 2014.

de obra, quanto políticas que interessem aos meios capitalistas da produção em tela.

**Tabela 8:** Variável: Área colhida (Hectares) dos Municípios da Microrregião de Nova Andradina.

ANO	ANAUROLÂNDIA	BATAGUASSU	BATAIPORÃ	NOVA ANDRADINA	TAQUARUSSU
1990	-	-	-	8.100	-
1991	-	-	-	8.194	-
1992	-	-	-	6.997	-
1993	-	-	-	6.421	-
1994	-	-	-	5.036	-
1995	-	-	-	7.241	-
1996	-	-	-	9.000	-
1997	-	-	-	9.190	-
1998	-	-	-	9.241	-
1999	-	-	-	9.610	-
2000	-	-	-	9.500	-
2001	-	-	-	9.754	-
2002	-	-	-	11.659	-
2003	-	-	-	13.124	-
2004	-	-	-	13.975	-
2005	-	-	-	11.500	-
2006	-	-	-	14.506	-
2007	-	-	-	14.220	147-
2008	-	-	448	12.285	385
2009	700	152	1.433	12.898	1.110
2010	952	102	3.380	14.281	4.755
2011	3.100	-	5.125	19.900	4.445
2012	2012	-	4.936	24.178	3.941
2013	4.180	-	7.077	27.653	4.654

Fonte: IBGE – Dados Retirados do IBGE – 2014.

**Tabela 9:** Variável – Quantidade produzida (Toneladas) Lavoura de Cana-de-açúcar da Microrregião de Nova Andradina

ANO	ANAUROLÂNDIA	BATAGUASSU	BATAIPORÃ	NOVA ANDRADINA	TAQUARUSSU
1990	-	-	-	8.100	-
1991	-	-	-	8.194	-
1992	-	-	-	6.997	-
1993	-	-	-	6.421	-
1994	-	-	-	5.036	-
1995	-	-	-	7.241	-
1996	-	-	-	9.000	-
1997	-	-	-	9.190	-
1998	-	-	-	9.241	-
1999	-	-	-	9.610	-
2000	-	-	-	9.500	-
2001	-	-	-	9.754	-
2002	-	-	-	11.659	-
2003	-	-	-	13.124	-
2004	-	-	-	13.975	-
2005	-	-	-	11.500	-
2006	-	-	-	14.506	-
2007	-	-	-	14.220	147-
2008	-	-	448	12.285	385
2009	700	152	1.433	12.898	1.110
2010	952	102	3.380	14.281	4.755
2011	3.100	-	5.125	19.900	4.445
2012	2012	-	4.936	24.178	3.941
2013	4.180	-	7.077	27.653	4.654

Fonte: IBGE – Dados Retirados do IBGE – 2014.

Para corroborar essa ideia, basta analisar as tabelas 8 e 9 que tratam da produção da cana-de-açúcar na Microrregião de Nova Andradina. É preciso atentar para o fato de que está havendo uma mudança na economia regional com a diminuição da produção do gado e a ampliação da produção da cana-de-açúcar.

Para Oliveira (1981, p. 75):

A expansão do sistema capitalista de produção ocorre mediante ciclos sucessivos, determinados pela mudança na composição orgânica do capital. Tais ciclos, ou ciclo capitalista, de forma genérica, são a forma que tomam as mudanças na composição orgânica do capital, elas correspondem por sua vez, ao movimento de concentração e centralização do capital.

Observando as tabelas 8 e 9, entende-se que, após o início do século XXI, a Microrregião de Nova Andradina deixou de ser apenas a localidade da pecuária, para também recepcionar a produção da cana-de-açúcar e passou ainda a gerar suas relações econômicas e sociais entorno desta produtividade.

A partir de tais condições econômicas é possível abstrair que o Estado planeja conforme a determinação do capital, e que a integração da localidade não está apenas no físico, como relevo, vegetação, hidrografia e clima, mas que estes podem facilmente serem capturados e utilizados pela lógica político-econômica. Isso referenda os dizeres de Oliveira (1981), “a integração será mais bem acentuada se o capital for exterior”, ou seja, se a produção e a relação com o capital forem estrangeiras, pois o mesmo determina não apenas a integração regional, mas também a integração nacional, diante daquilo que o Estado nacional tem como interesse produtivo naquele momento. Para Marcon (2012, p. 2):

Este processo aproxima o conceito de região ao de território, caracterizado pela fluidez nos seus limites, por interações e por relações de poder que decorrem dos processos sociais e culturais que ocultam diferenças, interesses e simbologias e guardam conteúdos diferentes a cada momento da história. Nessa perspectiva, buscamos um fio condutor não reducionista e não linear para explicar o processo de construção da região, fundado na diversidade territorial, que se manifesta sob uma óptica multidimensional e multiescalar, pois encerra complexas questões relativas ao poder como elemento determinante na estruturação do espaço.

Para Marcon (2012) o capital é atualmente uma rede produtiva, quer dizer, não permite que se produza em grande escala para abastecer apenas a economia local ou regional, mas sim, para uma rede em maior escala econômica que pode ultrapassar o nacional. Percebe-se então que a rede de produtividade terá uma extensão sempre maior e com interesses na relação da reprodução do capital. Isso explica por que a região pode ser determinada por formações econômicas

capitalistas, mas que nem sempre estejam aproximadas apenas da homogeneidade local, mas integrada às relações que a rede de poder correlacionam. Para Marcon (2012, p. 3):

Isso demonstra que a conformação regional escapa ao tradicional jogo das escalas ou aos limites político-administrativos, porque seus pontos de alicerçamento dão suporte às demandas extra locais. Os lugares vão deixando de abrigar processos que tenham origem e características estritamente locais e regionais para serem suportes das intencionalidades e possibilidades também de atores externos.

A citação de Marcon (2012) permite pensar que a Microrregião de Nova Andradina, poderá crescer ou decrescer economicamente conforme as relações econômicas de produtividade e de interesses de determinados setores do capital, uma vez que, esse modelo pode representar formas articuladas, instáveis, e que se modificam conforme os esquemas elaborados pelo planejamento do capital em que estão envolvidos os interesses, as possibilidades e os atores econômicos.

É evidente que o processo de formação da Microrregião de Nova Andradina é recente, porém, por outro lado, pode-se entender que o local deixa de abrigar apenas características locais e regionais, aceitando o externo, globalizando, principalmente se avaliada nas últimas décadas a produção da carne para exportação que Frigoríficos tais como o “Independência”<sup>29</sup> mantiveram durante duas décadas sendo que a microrregião ficou ligada por meio da produção da carne a países da Ásia, Europa e América do Norte.

A globalização é admitida pelo capital e este pode e coloca a região em contato com o mundo. Para Santos (1996, p.271):

Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. (...) O Mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. (...) Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o ‘Mundo’ necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o ‘Mundo’ escolhe

---

<sup>29</sup> Fechado por falência financeira no ano de 2009. O termo falência pode também de maneira branda especular que o Frigorífico em tela teria aberto falência por motivos de calote, não intencional cumprir com os seus débitos e compromissos, haja vista, enquanto demonstra declínio, dívidas, paralisação das atividades, demissão, outra empresa do mesmo gênero alimentício anuncia manter a contratação de funcionários, conforme matéria do Jornal Online da Folha de São Paulo, 03 de Março de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0303200935.htm> - Acesso em: 21 de Janeiro de 2015.

alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar.

A reflexão proposta por Milton Santos (1996) pode, não obstante ser historicizada e pensada pelo objeto de estudo desde a Introdução desse trabalho, pautou-se a partir do movimento propalado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas conforme já comenta: se “num dado momento, o mundo escolhe alguns lugares...” esse lugar foi então escolhido deliberadamente e em relação às virtualidades elas são também resultado do processo histórico.

As empresas comerciais oferecem, portanto, a possibilidade de que a região não seja apenas o lugar em que está inserida, mas que seja o espaço da produção para outras escalas regionais. Neste sentido, Milton Santos (1996, p. 16) escreve: “A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem”. Portanto, a produtividade não é mais uma questão local, mas global, determinada pelo capital, ao passo que, é uma criação determinada pelas condições políticas de uma época. E em época de governo ditatorial, os espaços ganharam contornos ainda mais saltares em virtude deles mesmos serem produzidos para que se cumpram e sejam sanadas determinadas realidade, tendo-se como exemplo, a ideia de sertão e da Marcha para o Oeste.

## **2.4 Caracterização dos Municípios da Microrregião de Nova Andradina**

### **2.4.1. Bataguassu**

A partir da chegada das empresas colonizadoras aos municípios que atualmente compõem a microrregião de Nova Andradina, começou-se o processo de ocupação e povoamento avançando, à medida que as empresas impunham seus ritmos e interesses. A força política e financeira dos empreendedores foram contribuintes para que tais situações acontecessem com a participação do Estado. E partindo de um projeto já anteriormente estudado nas décadas de 1940, 1950 até 1960, tais homens de negócios adquiriam seus quinhões de solo nos rincões do

chamado Oeste brasileiro, amplamente favorecido pelas políticas públicas de incentivo desde o governo Vargas, passando por Dutra, Café Filho e JK, apenas para citar o chamado período populista que guarda resquícios do exemplo do modelo varguista.

Conforme Faria; Frata (2008, p. 47):

Por volta de 1940, a Companhia Colonizadora Viação São Paulo Mato Grosso, pertencente ao imigrante de origem tcheca Jan Antonin Bata, adquiriu 600 mil hectares nas proximidades do rio Paraná, grande parte delas na baixa bacia do Ivinhema e o restante na bacia contígua do rio Pardo. Os investimentos na colonização foram formadores dos municípios de Batayporã e Bataguassú.

Dois anos antes seria a vez de Antonio Joaquim de Moura Andrade que:

Entre 1938 e 39 chega à vizinhança desta região outra empresa de porte, a Moura Andrade S.A. do cafeicultor paulista e maior pecuarista do Brasil entre 1930 e 1960, Antonio Joaquim de Moura Andrade, adquirindo terras e formando a partir de uma das fazendas – fazenda do Baile-o município de Nova Andradina. Moura Andrade reproduziu ali a experiência adquirida com criação de outra cidade em São Paulo, na margem esquerda do rio Paraná – Andradina.

De acordo com dados do IBGE (2010), nota-se que Bataguassu foi elevado à categoria de município e distrito com denominação de Bataguassu pela Lei do Estado de Mato Grosso nº. 683, de 11 de dezembro no ano de 1953, desmembrado do município de Rio Brillhante. Ainda segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os primeiros colonizadores de Bataguassu foram os espanhóis e tempos depois a família de Manuel da Costa Lima, empreendedor da estrada boiadeira que fazia a ligação entre o Rio Paraná e os campos de Vacarias e também os Barbosa Martins (BONFIN, 2009, p. 79).

De acordo com os dados do IBGE<sup>30</sup>:

O município de Bataguassu está situado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no leste de Mato Grosso do Sul (Microrregião de Nova Andradina). Latitude 21º 42' 45" Sul e Longitude 52º 25' 41" Oeste. Predomínio de latossolo vermelho escuro de textura média e baixa fertilidade natural, associado nas porções mais movimentadas do relevo a podzólicos vermelho escuro e vermelho-amarelo, com

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/234YV> acesso em 20/10/1014.

textura arenosa/média e baixa fertilidade natural, às margens do rio Paraná são encontrados solos diversos, com predominância dos hidromórficos, com características físicas e químicas muito variáveis. As temperaturas médias do mês mais frio ficam entre 15°C e 20°C. O período seco estende-se de 4 a 5 meses. A precipitação anual varia de 1.200 a 1.500mm. O município está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, especificamente na Sub-bacia do Rio Pardo, a qual drena para o Alto Rio Paraná. A região do Alto Paraná, com uma declividade média de 0,18 m km<sup>-1</sup>, apresenta uma ampla planície alagável que se estende por cerca de 480 km, especialmente em sua margem direita.

Um pouco antes, no ano de 1932, a Cia Viação São Paulo-Mato Grosso empresa que pertencia ao mesmo Theco Jan Antonin Bata, adquiriu terras que começaram a ser colonizadas e utilizadas para a pecuária. O colonizador Bata conforme Bonfim (2009), além de comprar terras no Estado de Mato Grosso e utilizá-las para a pecuária, aproveitava os meios fluviais e terrestres para realizar comércio com meios atacadistas e varejistas que lhes eram possíveis e conforme a percepção da autora para também monopolizar o comércio por muitos anos.

Conforme Bonfim (2009 p. 78-79):

As atividades começaram gradativamente a aumentar, superando a intenção inicial de representar somente uma travessia de gado entre Mato Grosso e São Paulo. Constituiu-se um centro de engorda, estabeleceu-se o comércio atacadista e varejista, já referenciados acima, além da instalação de casas comerciais (como uma no Porto Alegre, com navegação do rio Anhanduí, e outra em Entre Rios, atual Rio Brilhante, com navegação dos rios Ivinhema e Brilhante) e do serviço de navegação fluvial nos rios Paraná, Anhanduí, Pardo e Ivinhema.

De acordo com Bonfim (2009), após o período de compras de terras de estabelecimento de uma relação comercial, o colonizador Jan Antonin Bata passou a lotear uma parcela de terras para venda e arrendamento, em que foi se formando a cidade de Bataguassu<sup>31</sup>. De acordo com Bonfim (2009, p. 83):

Seus lotes começaram a ser vendidos com um pagamento de 30% de entrada e o restante em duas parcelas anuais, durante três anos. Os lotes eram quase que todos vendidos a paulistas que atravessavam o rio Paraná pela balsa de Porto Epitácio a Porto 15, e

---

<sup>31</sup> O nome Bataguassu teve origem em dois idiomas: 1-theco-eslovaco originário do fundador da cidade Jan Antonin *Bata*; 2-tupi-guarani *Guaçu*, que significa água grande, denominação de origem indígena por ser a etnia que ocupava a região da entrada dos colonizadores e nome de ribeirão próximo à cidade IBGE (2012).

iam se estabelecendo em Bataguassú, que começa a crescer e criar armazéns, serrarias, olarias, água encanada, luz elétrica, transportes, escolas, produção agrícola etc.

Desta forma, o município de Bataguassu passou a ser constituído de população e formação territorial, pois a idealização do colonizador era a de que isso acontecesse. Para tanto, Jan Antonin, contratou um agrimensor para elaborar a planta da cidade que planejava. Para Costa (2012, p. 147):

O arruamento é ortodoxo, conformando o xadrez tradicional das cidades planejadas pelos agrimensores. No que se refere ao zoneamento, seu desenho urbanístico parece ter preservado o eixo central estruturados dos edifícios institucionais encontrado nas plantas de Batatuba e de Mariápolis, mas diferente destas, não faz menção a zonas industriais ou agroindustriais. Isto parece um detalhe fundamental, na medida em que, para Bata, o aspecto produtivo de um núcleo urbano era seu pressuposto.

A intenção de Jan Antonin Bata era formar uma cidade organizada, uma vez que, na planta, haveria hospital, igrejas, escola, prédios multifamiliares, uma perspectiva de que Bataguassu seria grande e próspera. Então, o crescimento do município propiciou que em 11 de dezembro de 1953, o então Governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, assinasse a Lei 683 que elevou a vila a se tornar sede do município, o município de Bataguassu. Tabela 10.

**TABELA 10:** População Urbana e Rural do Município de Bataguassu-MS 1960-2010

<b>POPULAÇÃO</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>	<b>2010</b>
Urbana	1.100	2.349	4.202	8.418	10.757	13.925	15.239
Rural	10.173	7.307	5.002	3.032	5.440	4.762	4.600
Total	11.273	9.656	9.204	11.450	16.197	18.687	19.839
Taxa de Urbanização	10%	24%	46%	74%	66%	75%	77%

**FONTE:** IBGE 1960 - 2010.

De acordo com a tabela 10 do IBGE no período compreendido entre 1960 e 2010, lê-se que houve uma variação bastante considerável no que diz respeito à distribuição da população na cidade e no campo, entretanto, no período de 1991 a 2007, apesar de aumentar a população da cidade, também à do campo teve crescimento considerável, em razão da formação de assentamentos havendo ainda, um movimento pequeno de diminuição na concentração fundiária.

De acordo com Freitas (2012, p.45):

Trata-se do período de formação dos assentamentos no município, quando a área dos estabelecimentos com menos de 100 ha passa de 5.492,186 para 14.988,000, aumentando, também, o número de estabelecimentos agropecuários nesta faixa de área, que passa de 267 (1980) para 584 (2006), o que equivale a dizer que aumenta o número de pequenas propriedades ocupadas pela agricultura familiar camponesa.

Mas, ao se observar a Tabela 10, desde o final da década de 1990, a população urbana de Bataguassu voltou a ter crescimento. Atualmente, de acordo com o IBGE (2010), o município ocupa uma área de 2.415,29 Km<sup>2</sup> e tem uma população de 19.839 habitantes distribuídos da seguinte forma: 15.234 na área urbana e 4.591 na área rural, sendo que, a população urbana representa 77% do total, enquanto a população rural, 23%, percentual que corresponde a um índice superior à média de população rural do Estado. No que tange a questão econômica, Freitas (2012) contribui ressaltando que o setor terciário (de serviços) do município é uma das principais atividades econômicas, seguido do setor secundário (das indústrias).

#### **2.4.2 Anaurilândia**

Tratando-se especificamente da formação do município de Anaurilândia localizado na Microrregião de Nova Andradina, o referido município<sup>32</sup> foi primeiramente um Distrito criado com pela lei estadual nº. 672, de 11 de Dezembro de 1953, com terras desmembradas do distrito de Ivinhema, subordinado ao

---

<sup>32</sup> Disponível em: [biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/anaurilandia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/anaurilandia.pdf). Acesso em 20/09/2014.

município de Bataguassu, conforme divisão territorial datada de 1º. De Julho de 1963.

Pautados em Almeida (2012, p. 26) tem-se:

O município de Anaurilândia-MS está localizado nas coordenadas geográficas, latitude 22° 11' 15" S e na longitude 52° 43' 04" W e apresenta uma variação de 312 metros de altitude. Integra a micro região de Nova Andradina, na porção sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul e faz fronteira com os municípios de Batayporã, Nova Andradina, Bataguassu e com o Estado de São Paulo.

A economia do atual município de Anaurilândia esteve ligada à exploração da erva-mate, planta nativa da região. Consta dos documentos que Eduardo Fernando dos Santos, representante da Companhia Matte Laranjeira, foi o principal negociador do produto na localidade, fato que consolida a força da Empresa Matte Laranjeira nas primeiras décadas do século XX que se estendia por uma grande região. Vale destacar, que a empresa era de extrema importância para o comércio do então Estado de Mato Grosso, devido sua alta produção e os consideráveis valores da erva para a exportação. Para Silveira (2012, p. 38):

A extração da erva mate tornou-se uma atividade crucial às finanças do Estado do Mato Grosso e o poder público tratou logo de estabelecer uma fiscalização maior sobre a atividade, além é claro de coibir o contrabando [...] Entretanto, por mais que possa parecer contraditório, o Governo do Estado diminuiu o imposto sobre a exportação do produto, beneficiando mais uma vez a Companhia Mate Laranjeira.

Bianchini afirma (2000, p. 116):

Portanto a erva mate passou a ocupar um papel de relevância nas finanças mato-grossenses, e nela se depositavam esperanças de dias melhores. Dessa forma, calculava-se uma renda sobre a exportação do mate em 34.000\$000 para o exercício de 1888.

Neste sentido, compreende-se que o processo de colonização ganhou precedentes para o crescimento demográfico e social do município de Anaurilândia peculiarmente a partir da década de 1970, por outro lado, faz-se importante lembrar que a população total cresceu, sendo que, a população urbana a partir do ano 2000,

supera a população rural chegando a 2010 com uma taxa de urbanização da população de 50,8%, de acordo com Censo (IBGE, 2010) (Tabela 11).

**TABELA 11:** População Urbana e Rural do município de Anaurilândia MS 1970-2010

<b>POPULAÇÃO</b>	<b>1970*</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>	<b>2010</b>
Urbana	1.051	2.842	3.167	4.420	4.577	4.322
Rural	4.878	4.382	4.103	3.535	3.803	4.171
Total	6.029	7.224	7.270	7.955	8.380	8.493
Taxa de Urbanização	17%	39%	44%	56%	55%	51%

\*Os dados para o município de Anaurilândia constam após o ano de 1970 pelo IBGE

**FONTE:** IBGE 1970 - 2010.

Em 1970, a população urbana era de 1.043 habitantes sendo menor que a população rural que contava com 4.986 indivíduos, formando assim um total de 6.029 habitantes com a taxa de urbanização de 17%. No ano de 1980, a população urbana que contava com 2.842 pessoas, dobrou a sua taxa de urbanização chegando a 39%, ao passo que, a população rural, diminui o seu número de habitantes que passou a ser de 4.382 totalizando assim 7.224 indivíduos.

Conforme já se enfatizou neste trabalho, o desenvolvimento de um município baseia-se em um trabalho coletivo sendo, político, religioso, cultural e social, com fins de prosperidade e crescimento, e isso está relacionada às comunidades urbanas e principalmente à ruralista, do qual provêm grandes propriedades com a prática da pecuária, mas em especial o pequeno agricultor que extrai seus sustentos da agricultura juntamente com sua família que subsidia o desenvolvimento local.

Importante frisar que, de acordo com Palmeira (2013) Por meio do projeto de reassentamento rural a CESP, (Companhia Energética de São Paulo) maior empresa geradora de energia neste estado, foi obrigada a reparar os danos causados à natureza e ao homem. Esse impacto atingiu diretamente vários municípios no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul banhados pelo Rio Paraná. No Mato Grosso do Sul, os municípios atingidos foram: Aparecida do Taboado, Selviria, Três Lagoas, Brasilândia e Anaurilândia. Todos estes municípios tiveram problemas com desapropriação de áreas de terras produtivas e outros estabelecimentos que se situavam próximo às margens do rio. Logo, para reparar o

prejuízo causado aos municípios e diretamente às famílias que viviam em propriedades ou residiam às margens do rio, a CESP criou vários projetos de subsistências, sendo um deles, o projeto de reassentamento rural.

Em decorrência, em parte desse projeto da CESP, o município de Anaurilândia acabava por ter um quantitativo populacional rural considerável com quase metade da população do município ainda no campo, ou seja, esse trabalho no campo e demais atividades rurais eram elementos importantes e exerciam alternativa relevante para a permanência da população no meio rural. É claro que a economia do município se estruturou e tem como seu principal motor as atividades agrícolas e pecuária, sendo o comércio e os serviços, outros setores importantes, entretanto, no que tange à produção industrial, não se pode observar uma presença expressiva do setor.

### **2.4.3. Bataiporã**

Considerando que a década de 1950 foi primordial para a ocupação da região de Nova Andradina, há especial destaque para a colonização de Bataiporã. O projeto de colonização que deu origem ao município foi estabelecido por Jan Antonin Bata, Theco proprietário da empresa colonizadora também do município de Bataguassu que, por força do capital disponível, passou a investir na compra de terras brasileiras e praticamente sob uma ordem obrigatória do Governo brasileiro, as fracionou e promoveu uma colonização que permitisse acesso às terras a alguns migrantes é o que confirma a pesquisadora temática Bonfim (2009 p. 64):

Esta questão é interessante para o nosso objeto, pois foi em meio a este contexto que Jan Antonin Bata, dono da Companhia de Viação São Paulo–Mato Grosso, nesse momento, intensificou projetos de colonização nas áreas pertencentes à companhia, efetuando a divisão de seus lotes e propondo projetos estruturados, além de demonstrar o que a companhia já havia realizado nesse ramo para atrair colonos e atenções de investidores.

Neste período, o Estado de Mato Grosso vendeu terras tidas como devolutas às vezes consideradas “terras de ninguém”, sendo importantes para o Estado apenas negociarem as terras. No entanto, a maneira como se deram essas “negociações”, ocorria somadas a outros interesses econômicos, marcando de

maneira bastante forte, a forma como os municípios desenvolveram: alguns com mais potencialidades que outros. Nesse processo, houve uma intervenção do Estado muito mais preocupada em dar “condições” às empresas colonizadoras, do que em garantir um desenvolvimento econômico regional equilibrado.

A colonização de Bataiporã aconteceu em um momento histórico no Brasil em que imperava o coronelismo, pois as terras eram tomadas por ordem do mando. Nessas condições, a terra tornou-se propriedade de um grupo reduzido, caracterizando mais uma vez uma situação histórica do Brasil, em que se retrata a formação de uma elite de grandes proprietários de terras, dizimando e expulsando os povos indígenas de seus territórios. É o que confirma Guedes da Silva (2011): havia nas primeiras décadas do século XX um Estado debilitado, frágil, prestando serviço às oligarquias regionais, e os coronéis, donos de terras e do poder, faziam uso de armas “submetendo ao seu jugo, toda a sociedade regional, que havia no período, posseiros, camponeses, indígenas”, que não puderam ou não conseguiram enfrentar a força dos oligarcas. Para Guedes da Silva (2011, p. 55):

O poder não era mantido apenas por um grupo oligárquico, mas por grupos afins que, unidos por interesses comuns, concentraram suas posses e patrimônios. Eram os coronéis que mantinham o poder e a influência no comércio, nos empregos públicos e em quase toda a vida social dos vilarejos e cidades. Também tinham grande capacidade de mobilizar forças locais sob seu comando, pois contavam com prestígio junto às autoridades, estaduais.

De acordo com o IBGE<sup>33</sup>:

Batayporã, fruto de um projeto de colonização do industrial tcheco Dr. Jan Antonin Bata (fundador e idealizador de mais de oitenta cidades em todo o mundo); situa-se em terras que pertenciam à Cia. Viação São Paulo-Mato Grosso, então de propriedade de Jan Bata, que as adquirira em 1921. A primeira divisa demarcatória foi no Córrego Samambaia, e o primeiro morador da região Venâncio Rodrigues de Abreu e sua esposa Luciana Rodrigues de Abreu. (...) A implantação do projeto que culminou com a criação da cidade teve início em 1953, na então Fazenda Samambaia (hoje Batayporã), quando chegaram os primeiros adquirentes de lotes, em caravanas chefiadas por Vladimir Kubik, lotes situados nas proximidades do Córrego Alegria. Vários colaboradores devem ser mencionados: Além de Vladimir Kubik (gerente geral da Cia.). Viação SP-MT0, Jindrich Trachta (gerente da Cia. Viação SP-MT), João Antonio da

---

<sup>33</sup>Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/bataipora.pdf> - Acesso em 10/06/2014.

Silva, Ataliba Ramos, Mohamed Mustafá, Jindrich Trachta, Paschoal José da Silva, entre outros. Pela Lei nº. 669, de 11 de novembro de 1953, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, nº. 11062, de 14 de dezembro de 1953, o pequeno povoado foi elevado à categoria de distrito, com a denominação: "Distrito de Bataiporã".

Bataiporã tornou-se município por meio da Lei do Estado de Mato Grosso, nº. 1967 de 12 de novembro de 1963. Além de se descrever o coronelismo imposto à colonização do período, não foi tão simples a colonização de Bataiporã, uma vez que, o proprietário da empresa era estrangeiro e enfrentou algumas intempéries causadas pelo Estado brasileiro até enfim entrar em acordo em relação ao modelo e às intenções de processo de colonização. Conforme Bonfim (2009 p. 84-85):

Já com relação à Bataiporã, alguns relatórios apontam que a primeira tentativa de efetivar o núcleo de colonização na Gleba Samambaia, onde hoje é Bataiporã, também se iniciou em 1944, apesar de já existirem, desde 1943, planilhas de custos e preparativos para a exploração desse terreno. Em um documento redigido em 1944, Bata deixa explícitas algumas das dificuldades encontradas na primeira expedição à fazenda Samambaia (Dirigida por seu funcionário Hnilica), devido, segundo consta, a algumas diretrizes impostas pelo governo. As dificuldades pareciam sobressair às tentativas, porém em 1953 outra tentativa, dirigida por Kubik, com êxito, dá início ao processo de colonização na região que, em 1963, torna-se também município.

Após a criação da empresa de Jan Antonin Bata, Bataiporã, foi sendo conduzidos para uma formação social e territorial e para tal acontecimento, os diversos meio de utilização e extração de recursos naturais foram acontecendo. De acordo com Costa (2012):

Os resultados de relatório intitulado "Estudos sobre possibilidades da Fazenda Samambaia" revelam que foram analisados os recursos naturais disponíveis e suas possibilidades econômicas em consonância com o princípio de concentração vertical da produção: extração de madeira, seu beneficiamento, (edificações, mobiliários, etc) e subprodutos químicos a partir da resina; pecuária e criação de jacarés e subprodutos (peles e couros).

Percebe-se na citação acima que a madeira foi alvo considerável no processo de colonização de Bataiporã, ou seja, o desmatamento desenfreado e descabido dessa parte da região do cerrado brasileiro foi alvo predatório das empresas que aqui se instalavam em nome do progresso. Produtos químicos serem jorados em lagos e rios da região, bem como curtume e entranhas de gado de corte.

Nesta situação e de acordo com Costa (2012), compreende-se que as semelhanças das cidades colonizadas por Bata são alvos de ações exploratórias descabidas e semelhantes pelo modelo de colonização, urbanização e de extração de meios naturais. Destaque para a instalação de serrarias, olarias, extração de madeira, fábrica de amido, campos de experiências agrícolas e criação de porcos, fomentando esse tipo de ação capitalista.

Considerando-se ainda, o fato de que a mão de obra era desqualificada e inexistiam leis que protegessem tais trabalhadores que eram vítimas das ações truculentas dos jagunços dos patrões<sup>34</sup>. Assim se deu em parte o crescimento da cidade de Bataiporã. Com relação à dinâmica populacional de Bataiporã, entende-se que o município, mesmo com as pretensões de seu empreendedor e colonizador, diminuiu desde 1970 (Tabela 12), fato entendido, a partir da emancipação do município de Taquarussu, desmembrado de Bataiporã no de 1980, que perde parte do território e da população nesse processo.

**Tabela 12:** População Urbana e Rural do município de Bataiporã MS 1970-2010

<b>POPULAÇÃO</b>	<b>1970*</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>	<b>2010</b>
Urbana	1.921	4.414	3.599	7.257	7.509	8.331
Rural	13.009	9.727	4.372	3.368	3.055	2.605
Total	14.930	14.141	7.971	10.625	10.564	10.936
Taxa de Urbanização	13%	31%	45%	68%	71%	76%

\*Censo Populacional apenas a partir de 1970.

FONTE: IBGE 1970 - 2010.

Por meio da tabela apresentada, é possível retratar que em 1970 a população urbana era de 1.896 sendo menor que a população rural que tem dados populacionais de 13.034 pessoas totalizando assim 14.930 habitantes na qual a taxa de urbanização perfazia 13%. No ano de 1980, houve aumento da população urbana e na taxa de urbanização passando para 31%, sendo notado ainda um declínio na população rural e no número total da população. No ano 2000 a população urbana de 7.257 pessoas, dobrou o seu número em relação à população rural de 3.368 indivíduos na qual a taxa de urbanização aumenta para 68% observando-se assim

<sup>34</sup> Discussão que trataremos melhor no terceiro capítulo ao discutirmos a colonização de Nova Andradina, com pensamento considerável sobre a Lagoa do Sossego dentro da Fazenda Primavera, atualmente município de Bataiporã, pertenceu a Empresa Moura Andrade.

avanço na totalização da população passando para 10.625. No ano de 2007 e de 2010 a taxa de urbanização e a população urbana continuam a subir.

#### **2.4.4 Taquarussu**

A existência de grande número de propriedades rurais no local onde se localiza hoje o município de Taquarussu levou seus moradores a erguerem um povoado. Neste contexto os senhores Benedito Machado, Manoel Antônio Marciano Cordeiro, Miguel Araújo e Bruno Crivelli, lotearam suas propriedades para a implantação do novo povoado, com a colaboração de Valério Nunes de Souza que elaborou a planta da nova comunidade. Em 1963, Antônio Rodrigues estabeleceu a primeira casa comercial. Elevada a distrito pela Lei nº 3.708 de 24 de maio de 1976 e à município pela Lei nº 76, de 12 de maio de 1980.

Com relação à Formação Administrativa<sup>35</sup>, o Distrito criado com a denominação de Taquarussu, pela Lei Estadual nº 3708, de 24-05-1976, subordinado ao município de Bataiporã. Em divisão territorial datada de Primeiro de Janeiro de 1979, o distrito de Taquarussu figurou no município de Bataiporã. Elevado à categoria município com a denominação de Taquarussu, criado, e desmembrado do município de Bataiporã.

É importante lembrar que as terras em que está constituído o município de Taquarussu pertenciam à Empresa Cia Viação São Paulo-Mato Grosso de Jan Antonin Bata conforme mencionado acima com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Não obstante, ressalte-se essa prática de especulação imobiliária de investimentos feitos pela empresa mencionada visando investimentos e lucros em um período que o próprio Estado brasileiro intencionava a ocupação do território considerado como “vazios”.

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/3P43> - Acesso em: 21 de Janeiro de 2015.

**Tabela 13:** População Urbana e Rural do município de Taquarussu MS 1991-2010

<b>POPULAÇÃO</b>	<b>1970</b>	<b>1980*</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>	<b>2010</b>
Urbana	-	-	2.402	2.088	2.103	2.454
Rural	-	-	2.131	1.405	1.014	1.064
Total	-	-	4.533	3.493	3.117	3.518
Taxa de Urbanização	-	-	53%	60%	67%	70%

Censo a partir de 1990.

**FONTE:** IBGE1991 - 2010.

Na análise da Tabela 13 organizada com dados do município de Taquarussu entre os anos de 1991 a 2010, é possível perceber os números referentes à evolução da população urbana, população rural e a população absoluta, apontando também para o processo de urbanização por meio dos dados do referido período, contudo, é preciso se pensar na década de 1980, quando o município de Taquarussu é desmembrado de Bataiporã. Na tabela 12, observa-se que Bataiporã tinha população absoluta de 14.100 no ano de 1980 que cai praticamente a 50% no início da década de 1990, motivado em grande parte pela divisão dos municípios.

No ano de 1991, a população absoluta era de 4.533 habitantes, sendo 2.402 na área urbana, 2.131 indivíduos na área rural, com taxa de urbanização de 53%. Ao se entrevistar o senhor Eudes Bachiega e sua mãe Matilde Bachiega, se entrevê, conforme afirmação de ambos, que metade da população que era rural na década de 1990, tinha como fator preponderante o plantio do algodão e do amendoim. Ao serem perguntados sobre os motivos da família ter vindo para Taquarussu na década de 1960, afirmaram que vieram para trabalhar na produção agrícola, considerando a fertilidade do solo, bem como o fato das colheitas eram fartas e o lucro era tido como certo. Ratificaram que a terra foi comprada da Cia Viação São Paulo-Mato Grosso, e mais, responderam que não havia nenhum incentivo da empresa colonizadora ou do Estado, o que confirma mais uma vez a especulação imobiliária em que era interessante para a empresa vender pequenas áreas para muitos compradores e grandes áreas para poucos compradores, chamando este processo de colonização.

Sabendo que a produção do algodão foi o foco da economia até início da década de 1990, os entrevistados comentaram sobre a dificuldade para manter a produção, haja vista as sementes e defensivos serem comprados de particular assim como a comercialização ser realizada no município de Pacaembu Estado de São Paulo com os “Irmãos Estevan”<sup>36</sup>: uma situação difícil, pois até mesmo o dinheiro era trazido dentro das roupas por não haverem bancos próximos à Taquarussu além de não terem como lidar com esse dinheiro recebido do algodão e do amendoim. Conforme as condições climáticas, contavam ainda com outro empecilho - estradas com atolamentos, e locais de pouso para acompanhar o motorista do caminhão durante o transporte das cargas para a comercialização.

No ano de 2000, houve um declínio em relação aos dados da tabela 13, com exceção da taxa de urbanização que foi de 60%, pois as pessoas migraram para a cidade, o que permite ao pesquisador refletir a partir de dados não oficiais, mas composto pelas entrevistas que constam desse *corpus* que, na primeira década de existência do município de Taquarussu, houve aumento populacional por fatores relevantes tais como a emancipação do município, a alta produção algodoeira e do amendoim que sustentavam a economia local e a fundação de aparelhos do Estado que foram abertos na cidade.

No entanto, o declínio populacional continuou a aparecer no censo demográfico de 2007 posto que a população urbana e a taxa de urbanização aumentaram, enquanto a população rural e a totalização da população diminuíram.

Para o senhor Eudes, a diminuição da população absoluta, rural e o aumento da população urbana se deveram: “Principalmente... pela decadência da lavoura...Onde entra a máquina e o boi, o homem vai embora. Né?”<sup>37</sup>. Os entrevistados lembraram que houve nesse período o declínio no preço e na produção do algodão e do amendoim, contagiados ainda pelo preço da mão de obra que segundo Eudes, teria se tornado cara demais e que a soja e o boi seriam mais rentáveis.

Entretanto, ao serem questionados sobre a grande produção de soja que existente no município de Taquarussu na atualidade, a resposta foi objetiva: “a soja passou a ficar em alta desde meados da década de 1990” superando o lucro do

---

<sup>36</sup> Empresa Beneficiadora de Algodão.

<sup>37</sup> Entrevista realizada em 27 de Janeiro de 2015.

algodão e do amendoim, e o grande equivalente foi à soja mecanizada, ou seja, as máquinas passaram a contribuir no plantio e na colheita porque onde era utilizadas centenas de mãos de obras passou-se a ser utilizada apenas de dois a quatro homens, beneficiando a lucratividade e expulsando as pessoas cada vez mais do campo.

Outro critério interessante de ser avaliado no que se refere à diminuição da população absoluta, tange-se à questão do ensino superior que levou a juventude local a buscar este nível de estudo e a se empregarem em grandes centros ou mesmo na cidade considerada pólo regional, Nova Andradina.

No ano de 2010 a população urbana passou a ser de 2.448 pessoas e a população rural de 1.064 indivíduos, sendo a população total de 3.512 habitantes e a taxa de urbanização de 70%. Nota-se então que todos os dados apresentaram aumento em seus números, fator este considerado pelos entrevistados que a produção da cana-de-açúcar foi o maior contribuinte, trazendo para Taquarussu migrantes temporários, como os nordestinos e os indígenas, ou mesmo famílias que passaram a pretender o estabelecimento de moradia.

Seja como for, permanece aqui a investigação dos fatores produtivos e de produção em uma determinada região. Reitera-se mais uma vez, que o capital constituiu fator relevante para a diminuição ou o aumento da população, bastava que a lucratividade caísse ou subisse, pois os preços da produção é que irão determinar a permanência, saída, e a forma como o capital será investido.

Com efeito, a habitação da região não está ligada apenas a um fator, o capital é severamente o maior de todos, de modo que é preciso viver melhor, salários contribuem para os servidores de mão de obra ficarem ou saírem, e o lucro em maior quantidade e até mesmo exorbitante será de grande valia para que as empresas possam estabelecer suas formas de produtividade. O interessante e o que resta saber, é quais os meios que contribuirão para a permanência de forma que as pessoas não se sintam obrigadas, amarradas ao local; Com que propriedade e capacidade as classes dominantes deixarão intata a cordialidade de dominar sem que haja sentimento de dor, sofrimento e aprisionamento?

Estes são fatos que serão elucidados no terceiro capítulo principalmente por meio de Foucault (2013) e Bourdieu (2012), que a colonização de uma cidade e de

uma região precisa contar com poderes que estão além das forças materiais e das armas, podendo contar com a exaltação de valores religiosos e políticos, e aquilo sendo que, aquilo que é uma dominação explícita passa por vezes a uma ritualidade de fé e carisma, contando com a sacralização da política e dos homens.

Os homens na terra são livres, mas o repertório que se passa na formação da Microrregião de Nova Andradina parece ser o mesmo estabelecido em todas as formações territoriais, a saber: a desterritorialização dos indígenas e a territorialização de diversos migrantes, mormente acompanhadas pela ocupação exploratória de mão de obra que nem sempre é tão afável. O importante é diagnosticar, entender e indagar que a região tanto geográfica como histórica encerra o espaço das relações de poder conforme será discutido no próximo capítulo, enfocando-se o município de Nova Andradina.

## Capítulo III

### O Processo de Colonização de Nova Andradina e o Papel da Igreja Católica

Compreender a função da Igreja Católica e sua importância no processo de formação de uma cidade carece de problematização, mas, sobretudo de historicidade, dessa forma, colocá-lo dentro de um contexto bem definido e analisar também o processo e o projeto político que perpassa a região alvo da Igreja, com intuito de procurar entender o plano do governo federal para a nação naquele período específico é necessário.

Assim se faz emergente um diálogo com alguns elementos que vão caracterizar essa nova sociedade, essa nova cidade em formação. Cabe analisar as escolhas ideológicas nos planos políticos, no plano temporal e os desdobramentos regionais das escolhas. É preciso interagir com os instrumentos de integração social que a Igreja também abrange no cotidiano do povo. Contudo, existe a relação entre a esfera religiosa e a esfera laica, e isso afeta na formação das cidades.

Pode-se afirmar que sempre existiu a preocupação com certa noção de ordem estabelecida pelo catolicismo, noção que chega ao limite do controle social e não obstante político. Assim a crença em práticas como a do batismo, casamento e sepultamento, constituem demonstrações públicas de fé e da ritualística desse grupo religioso.

Durante a era colonial, afirma Zizek (1996 p.317) era quase uma questão de segurança para a colônia das cidades manterem a presença do religioso que tinha por escopo conduzir as pessoas na religiosidade e no apaziguamento quando necessário. O poder que a palavra religiosa tem sobre as pessoas, a perseverança que o leigo tem ao ser conduzido pelo clérigo “acima de tudo, a crença, longe de ser um estado íntimo e puramente mental, é sempre materializada em nossa atividade social efetiva: a crença sustenta a fantasia que regula a realidade social”.

A Igreja Católica embora sempre tenha se interessado pela vida das pessoas, busca regular essas mesmas vidas por meio da invenção de conceitos e de práticas, assim conquista o monopólio da educação e de um tipo de cultura que lhe seria ou

que lhe conveniria útil, para manter os corpos “dóceis e úteis”, nos dizeres de Foucault (2013) e a partir dessa postura propor um tipo de sociabilidade pautado numa certa ideia de moral, a moral cristã. Para se compreender melhor essa moral cristã propalada pela Bíblia, exemplificamos com o casamento monogâmico, heterossexual, a “família sagrada”.

Ainda de acordo com Foucault (2013) as próprias construções de conventos vão obedecer a um tipo de estrutura que permite que todos vejam sob todos os ângulos, perpassa nelas uma noção de vigilância e concernimento. Trata-se de uma leitura que ele faz do Panóptico de Bentham, em que a sujeição não é algo maléfico, mas aceitável. De acordo com Foucault (2013, p. 192):

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas [...] Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo, inscreve em si a relação de poder na qual ela desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição.

Em suma, o que para muitos pode parecer uma dor tortuosa, sobre o princípio do Panóptico de Bentham vem o alívio do fardo físico e a Igreja de catequética e rigorosa se torna paternal e assistencialista, maneira encontrada para formar uma visão de mundo junto à sociedade. Visão de mundo que deixa a possível interpretação dos padres da época trabalhar em função do colonizador. Ao conversar com os irmãos Procópio<sup>38</sup>, família que teve contato com o colonizador e os religiosos desde antes da formação do município de Nova Andradina, sobre o tratamento e a percepção que os padres deixavam junto à comunidade, falaram da distância e do respeito que deveriam manter do mesmo, afinal o padre era visto com supremacia, como autoridade do lugar. De fato essa autoridade é conquistada junto

---

<sup>38</sup> A família Procópio esteve presente na colonização de Nova Andradina, desde a época da Fazenda Primavera, por volta do ano de 1957, lá tiveram contato com Moura Andrade e também com Frei Luis, assim a matriarca Maria Procópio juntamente com seu esposo José Procópio tiveram grande participação na conjuntura religiosa até alcançar a vinda e permanência dos padres em Nova Andradina. José Procópio foi o primeiro leiloeiro dos leilões que a comunidade fazia em prol da construção da Igreja Matriz de Nova Andradina. Os irmãos Procópio são os filhos Cida, Judite e Augusto Procópio, ainda moradores de Nova Andradina.

aos governantes que em virtude da ineficácia e da inexistência de políticas públicas de inserção dos pobres no modelo de nação recorrem a um modelo eclesial, assim se justifica esse poder acima revelado por um depoente. Basta citar o caso do Padre Cícero do Juazeiro, atuando também como coronel à busca de votos para a elite política.

O papel dessa Igreja é o de moralizar, não no sentido filosófico, mas em um sentido estrito, que é o de educar um povo espoliado das benesses da nação onde o estado não chega e ali está a Igreja sociabilizando para a obediência. Obedecer a deus, obedecer ao padre, e por fim obedecer ao patrão.

Analisar este processo sócio-político pelo qual a Igreja trilhou torna-se interessante, pois se tem a oportunidade de desmistificar certa tradição, ou certo tipo de história tradicional que leva em consideração eventos de longa duração e sem as rupturas necessárias à sua compreensão, novamente é Michel Foucault que nos ensina a encarar nossas fontes como uma postura de críticos vendo nelas descontinuidades e rupturas. Ensina-nos ainda a procurar enxergar rupturas onde todos veem continuidade, enxergar lutas e conflitos onde se pretende mostrar progresso.

Partindo de uma opção da moral pela conformidade, por amor a Deus que as pessoas costumam ter. Teria Deus criado seus filhos para sofrer? Ou quem Deus criou inventou este pensar? Eduardo Hoornaert (1974) avalia no livro “A Formação do Catolicismo Brasileiro”, a fala de Padre Vieira sobre a conformidade que o catolicismo pregou e deixou profundas marcas na atual mentalidade católica.

Aqui nosso ponto de discordância como nossa fonte, o padre belga acima citado. Não pode ser uma simples questão de opção vagar pela rigorosa e excludente moralidade cristã. Esse é um trabalho ideológico que o padre não revela. Para a Igreja o ideal era bem claro e aqui para fins dessa pesquisa se propõe valer do arsenal foucaultiano do conceito de corpos dóceis. Ao longo da pesquisa se mostrará como essa instituição se valeu do processo que Foucault (2001) chama de disciplinarização dos corpos.<sup>39</sup>

A fonte escolhida para a análise se trata do discurso do padre de que o cristão é catequizado para a dor. Diz o padre que Jesus morreu para libertar o seu

---

<sup>39</sup> Tomar-se-á para fins desse debate metodológico a obra Vigiar e punir, 2011.

povo, em nome da salvação eterna e que dispensa o prazer e a riqueza, por vezes “o ambiente respira melancolia e a passividade” em que o catolicismo mergulhou a alma popular, um ar de masoquismo. Escreve Hoornaert (1974, p.104):

O pobre vive numa situação ambígua e tem consciência desta ambiguidade. No entanto, esta consciência vive abafada sob a ação de uma tradicional sabedoria de conformismo e paciência fatalista [...] afirmamos que foi o catolicismo dos pobres que guardou durante séculos a mensagem evangélica para o Brasil e que continua a remir o catolicismo oficial, comprometido com o sistema, de seus numerosos pecados.

Nota-se que a programação a ser seguida refere-se à atuação do padre como autoridade a ser respeitada e o povo como coadjuvante incorporando os objetivos da construção simbólica respeitando as diferenças. Ainda é possível identificar que as pessoas tinham no sacerdote uma aura de divindade. O medo de ir para o inferno poderia causar a repreensão no qual o colonizador e a esfera religiosa buscavam garantir a organização. Assim as pessoas construíam conceitos de respeito à ordem posta na convivência com os religiosos. Conforme escreve, Ponciano (2006, p.2): “Esta ia do atendimento espiritual como ensinar o nome do pai, batizar e celebrar missas, até aos gestos mais corriqueiros do dia-a-dia, como ensinar hábitos de higiene pessoal”.

De tudo que acima foi extraído do padre belga, defere que se trata de uma questão disciplinar, de educar o pobre e o analfabeto para uma noção de riqueza imaterial, uma proposta de riqueza num outro mundo, haja vista que nesse mundo é o sofrimento que lhe resta. Aqui se esconde todo o trabalho ideológico da luta de classe. O pobre deve sofrer e eis que o pobre encontra amparo bíblico<sup>40</sup> para estar naquela posição e afirma o padre que a situação de pobreza em que o indivíduo se encontra é devido ao seu conformismo. Afirmação no mínimo controversa. Encontrase escamoteada nessa fala todo um trabalho ideológico. Em relação à afirmação do padre do pobre ser conformado e paciente, dá-se total discordância da visão dele

---

<sup>40</sup> Em Mateus 19:16-30 (ver também Mc 10:17-31; Lc 18:18-30) aparecem o relato do jovem rico, que não conseguiu se desvencilhar de suas posses materiais, e as declarações de Cristo sobre o perigo das riquezas. Depois que o jovem “retirou-se triste”, Cristo afirmou: “Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no reino dos céus. E ainda vos digo que é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus” (Mt 19:22-24). Situação por onde o cristão entra no conformismo e por vezes se deixa levar pela aceitação de ser pobre.

para com a de Foucault, segundo, este se trata mais de disciplinarização dos indivíduos, sobretudo, por meio de regras estáveis e rígidas ditadas pela igreja.

A ideologia política da época aproximou a religião católica da população pensando ser essa disciplina rígida imprescindível para a construção e formação das cidades no Brasil. Necessário e ideológico, tomando-se aqui o conceito de ideologia no seu viés sociológico que é o escamoteamento da realidade. Ter as camadas simples e as mais elevadas próximas da instituição, sendo que a primeira faz o trabalho da mão de obra e a segunda da aparência e a ideia de que o homem que acrescentou bens financeiros a sua vida o conseguiu devido ser homem voltado ao trabalho e que sua fé em Deus o levou a alcançar as riquezas, estímulo que a camada pobre deveria ter, até mesmo porque ser pobre era sofrer na terra para viver no paraíso após a morte. Trocando em miúdos é a dualidade capitalista em ação no coração da Igreja.

No processo de formação das cidades no Brasil essa Igreja sempre se encontrava envolta ao papel desempenhado pelo clero que, na maior parte das vezes, era um desdobramento da figura do proprietário local, enquanto os “gatos”, espécie de agenciadores de homens para o trabalho, assumiam a função policial e repressiva, o clérigo exercia a função educativa e religiosa, e como diz Ponciano (2006, p.3), “ensinar, esclarecer e orientar, ou seja, construir um modo de vida”.

Ao proprietário da empresa colonizadora quando bem lhe interessava podia tentar junto à igreja católica um padre que estivesse de acordo com seu interesse e disposto a criar vínculo com a comunidade, podendo ser compreendido por meio do texto de Ponciano (2006) ao relatar como deveria ser a atuação do vigário frente à comunidade. Para o mesmo (2006, p.4):

No entanto, a figura do Padre que conduziria o rebanho católico deveria corresponder a um estereótipo: deveria ser um homem simples, mas de personalidade não tacanha, virtuoso, com conduta irreparável, educado e religioso, pois, assim, ao mesmo tempo em que estaria convivendo no cotidiano das pessoas comuns, manteria distância destas por meio do respeito e da obediência do leigo em relação ao clero, e seria o pastor que conduziria seu rebanho ao caminho da salvação eterna.

No caso do objeto de estudo a que se propõe esse trabalho, não foi diferente. Nova Andradina foi construída com o trabalho dos colonos vindos de diversas

regiões do país e por vezes imigrantes estrangeiros. A região, em virtude de ser um caminho de passagem e elo entre Campo Grande e o sudeste do país, viveu um trânsito considerável de pessoas e, nessa movimentação, encontravam-se viajantes e religiosos estrangeiros. No entanto, a presença da Igreja sempre foi elemento de preocupação do colonizador, considerando o papel da instituição no processo em foco, bem como da sua ideologia pacificadora de trabalhador.

Dessa forma, o Estado não agia com políticas públicas eficazes e, por conseguinte, os homens e mulheres viviam, por vezes, em condições precárias e adversas. Consecutivo a esse fator, o Estado enviava pessoas de confiança que estabelecessem certo sentido de ordem privada. Esse foi o caso ocorrido na Fazenda Primavera, com Geraldo Matos Lima e na Fazenda Baile João Teodoro Braga, que chegou à cidade no ano de 1956 para gerenciar a Fazenda Baile, logo após nomeado como primeiro delegado das terras em colonização.

Conforme entrevista<sup>41</sup> realizada com Aluizio Eduardo Teodoro Braga<sup>42</sup>, João Teodoro tinha na Fazenda Baile, uma área do galpão que podia ser fechada e utilizava como pequena cadeia até que os ânimos se acalmassem. Afinal, “toda cidade precisa de um delegado e de um pastor”. Seu Antônio Gomes, também ouvia Moura Andrade falar. Segundo seu Antônio Gomes<sup>43</sup>:

O policiamento era seu Andrade que dava toda assistência, o primeiro polícia que veio pra cá foi seu Andrade que trouxe [...] seu Andrade gostava de brincar. A cidade para ser cidade mesmo tem que ter três p: Padre, puta e polícia. Enquanto não estiver esses três p, num é cidade [...] ele gostava de fala, num falava pra nós, falava prus pião lá dele. Ai falava pra turma, oi turma aqui ainda ta faltando muito pra ter cidade. Porque pra ser cidade precisa ter três p. Que que é seu Andrade? Puta, padre e polícia. Ai criou ali. A polícia ele fez tudo e trouxe e pagô. E foi e.... Até ter eleição foi ele que mantinha a polícia. Ele dava carne, ele dava casa, ele dava carro, ele pagava. Depois foi na Espanha trouxe padre Marcos e a polícia já tinha aí.

---

<sup>41</sup>Todas as entrevistas citadas neste trabalho encontram-se devidamente gravadas em arquivo em poder do autor e disponível para consultas. Lembrando ainda que para essas entrevistas não havia um roteiro de perguntas, apenas a solicitação de informações como nome completo, local de origem e quando chegou ao território da presente pesquisa, visando estabelecer uma liberdade de comunicação com o entrevistado.

<sup>42</sup> Aluizio é filho de João Teodoro Braga, gerente da Fazenda Baile. Aluizio Eduardo Teodoro Braga. Nome que seu pai lhe deu a pedido do colonizador Antônio Joaquim de Moura Andrade. Um sobrinho de Moura Andrade havia falecido na França em um acidente de avião, jovem muito estimado pelo tio. Sendo assim o mesmo solicitou ao senhor João Teodoro Braga, que desse o nome de Aluizio ao filho que iria nascer em homenagem ao falecido sobrinho.

<sup>43</sup> Entrevista realizada em 10 de Janeiro de 2010.

Nesse sentido, parte-se do entendimento do poder direcionado a algumas pessoas, que, por vezes é um poder mais simbólico do que propriamente ligado ao poder que a ele se dirige, pois o João do Baile seria um homem que proporcionava a lei sem ser da lei, sem patente, seria o primeiro delegado do espaço a ele dirigido como comandante, ou, como enfatiza Bourdieu (2012, p. 134):

Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço [...] Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes.

O conjunto de acontecimentos que contribuem para a manutenção da ordem faz parte de um poder ligado ao espaço. As relações humanas encontram-se atreladas à necessidade das ações e por isso a ordem e o ordenamento recebem uma forma que se reveste no poder implantado em função de um sistema multidimensional de coordenação: alguém precisa mandar e muitos precisam obedecer, no entanto, o poder do mandar não pode sempre ser dócil, também nem sempre grotesco demais, é essencial que se tenha neste simbolismo de ordem e organização a virtude da ponderação, claro que se faz necessário mais o temor de que o amor. Para Bourdieu (2012, p. 141):

As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social e tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode “permitir-se a si mesmo” implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (isso é para nós) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar – e isto sem dúvida, de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência e quanto mais rigorosa é a imposição do

princípio de realidade (daí o profundo realismo que caracteriza frequentemente a visão do mundo dos dominados e que, funcionando como espécie de instinto de conservação socialmente constituído, só pode parecer conservador em referência a uma representação exterior, portanto normativa, do interesse objetivo daqueles que ele ajuda a viver ou a sobreviver).

Ao se ler Bourdieu (2012) é possível analisar que por vezes os indivíduos que vivem o domínio e a dominação acabam não entendendo que fazem parte de uma classe que domina ou de outra que é dominada, contudo é preciso tratar de uma relação explícita na relação social e de interesses de uma conjuntura que se faz necessária para organizar a sociedade por meio de um organismo controlador, na maioria das vezes o uso da palavra, mas que também pode ser feito de outras formas, como a questão econômica e social.

A organização do aparelho social também dá aos homens a busca por elementos constituintes da vida na cidade, um deles diz respeito de como os homens irão buscar o seu lazer, ou os momentos que conduzirão a um bem estar, sobretudo considerando que havia muitos homens sem mulher e sem família (Figura 5).

**Figura 5:** Nova Andradina – Homens que Trabalhavam no Desmatamento S/D



**FONTE:** Museu Municipal de Nova Andradina.

A figura 5 nos faz pensar na quantidade de homens que foram convidados a trabalhar no desmatamento dos campos que compõem a cidade de Nova Andradina, com promessas de bom emprego e salário melhor de que estavam a receber em

outros locais e regiões, vinham tentar a sorte do trabalho e que na maioria das vezes estavam sem família para uma conjuntura de hábitos humanos, inclusive do sexo. Justifica-se então, a importância de um estabelecimento, um lugar para satisfazer a necessidade que os homens tinham de sexo. Na entrevista que realizamos com Aluizio Braga<sup>44</sup>, perguntamos se era o colonizador quem trazia mulheres para habitarem na Zona de Baixo Meretrício? O entrevistado respondeu acreditar que não. Comentou que havia pessoas que agiam como agenciadores, traziam algumas prostitutas para trabalharem nas casas de diversão, em alguns casos as mulheres vinham por conta busca de condições de sobrevivência. A atividade organizou um espaço especializado em que concentravam alguns tipos de serviços sexuais, oferecimento de bebidas, frequentado pelos homens da cidade.

Em entrevista com o senhor Leandro<sup>45</sup>, o mesmo lembrou que a Zona de baixo meretrício, era frequentada por pessoas de diversas classes da cidade de Nova Andradina e que as casas e as mulheres forneciam serviços conforme a posição e o poder aquisitivo de cada indivíduo ou grupo que ao local se dirigiam em busca de prazer.

A prostituição é um fato que necessita ser avaliado na colonização de Nova Andradina, pois existe antes da colonização. Porém há que se lembrar que o senso comum impregnado de dogmas religioso prega a moralidade e inspira as pessoas a excluírem socialmente as mulheres que atuam nesta atividade, pois a religiosidade não permite que o homem frequente locais tais como a zona de baixo meretrício, contudo, a forma como se reveste as necessidades de sexo e o ensejo por prazeres diferentes do que se pode ter no lar, ainda mais em lares conservadores da religiosidade imperante no processo de colonização de Nova Andradina, fez com que homens de diferentes classes frequentassem o profano mesmo pensando no sagrado, ou em dias considerados da família, fossem à missa e num momento de lazer encaminhassem suas idas a zona de baixo meretrício.

Marcio Brito (2008) discute em seu texto “Prostituição no Brasil e Inclusão Social”, que a sociedade não deseja a presença de tais mulheres no meio social, entretanto não as extingue, pois é necessária para a conservação da ideia da ordem social. Escreve Brito (2008, p.9):

---

<sup>44</sup> Entrevista realizada em 15 de dezembro de 2009.

<sup>45</sup> Entrevista realizada em 23 de Janeiro de 2010.

A prostituição pode existir, existindo, é necessária à manutenção da ordem social, mas por ser considerado um lixo contagioso, deve permanecer na clandestinidade e sem a proteção da lei, inclusive para garantir a identidade social de quem a pratica e a privacidade de quem a utiliza.

Ainda nos lembra o senhor Leandro, que a chamada zona de baixo meretrício na cidade de Nova Andradina, chegou a ser lugar de encontros das pessoas desta sociedade que estava em formação, ali se reuniam amigos, políticos, homens da lei e cidadãos que estavam de passagem pela cidade.

Não deixa assim de ser evidente a participação dos migrantes que vinham em busca de trabalho. Também vale salientar como nas entrevistas foi possível identificar uma diversificação de pensamento sobre o colonizador, deixando a critério do pesquisador a percepção crítica de interpretação. Garrido (1993) observa que a interpretação dos fatos é essencial para o pesquisador, devendo haver entendimento crítico.

A atuação no trabalho de empregado, assim como donos de terras, quase sempre teve o interesse de permanecer no lugar. No caso de proprietários, pelo investimento feito na compra de terras. No entanto, para os trabalhadores, isso era diferente. Quando os trabalhadores desejavam voltar para suas terras nem sempre podiam contar com essa liberdade. Houve relatos nas entrevistas de casos de pessoas que eram impedidas de partir tendo antes que pagar pelos gastos que os agenciadores, gatos e a empresa colonizadora afirmavam ter tido com o trabalhador e também em detrimento da dificuldade de locomoção para outros lugares.

Deste modo, a permanência das pessoas para o trabalho nem sempre se dava por espontânea vontade. O fato de ficar ou ir embora é um assunto que vale muita discussão, porém não se encontra registros documentais que afirmem tais fatos. Contudo, era praxe esse tipo de coerção ao trabalhador. Exemplo disso era a “venda” de propriedade do patrão ou cedida em que uma compra levava o trabalhador a ficar devendo sua própria liberdade que restava cerceada de dívidas.

Todas estas estratégias utilizadas para manutenção das pessoas como fornecedoras de mão de obra são relatadas em entrevista por Seu João Batista e

seu sobrinho Carlos Bernardes<sup>46</sup>. Quando lhes foi perguntando se eles sabiam de onde vinham mais pessoas para trabalharem na fazenda do colonizador, seu Carlos respondeu que na fazenda Primavera tinham muitos paraguaios e baianos que vinham derrubar mato e também de outros estados do nordeste. Após serem questionados se havia alguém que fosse responsável por eles, seu João falou dos chamados “gatos”, homens que eram seguranças do colonizador e responsáveis pelos trabalhadores. Carlos Bernardes<sup>47</sup>, ainda comenta:

Naquela época da Primavera (fazenda Primavera), por exemplo. Essa... essa questão do seu João (João Teodoro Braga), por exemplo. Que o homem que fosse gerente, ou fosse administrador, lá, que tivesse poder de mando lá do Moura Andrade, por exemplo ele exercia essa, essa, essa coisa...porque qualquer richa, qualquer briga, era com Seu João, né?

E ainda<sup>48</sup>:

O Seu Andrade, Seu Andrade, tinha os nego bão lá, num sabe? Nunca ouviu falar? Tinha o Zé Pretinho, tinha... pera aí, deixa eu ver. Tinha o João Alves. João Alves, era pistoleiro mesmo, era jagunço, jagunço mesmo. Tinha o Felão. Entendeu? Tinha uns quatro, cinco. Eu num me lembro muito dos outro, não. Ai era tudo nego, que se nego bestasse, seu Andrade mandava jogar na lagoa da Piranha. Já ouviu falar. Se, se vai pescar lá, se só pega caveira [...] Da Piranha não, do Sossego.

O trabalho de colonização do município de Nova Andradina relatado pelas fontes orais torna evidente a participação e o interesse do colonizador, tanto em construir uma cidade quanto em aproveitar a atividade econômica da madeira e dos ganhos políticos que conseguiram como empreendedores desde a década de 1930.

---

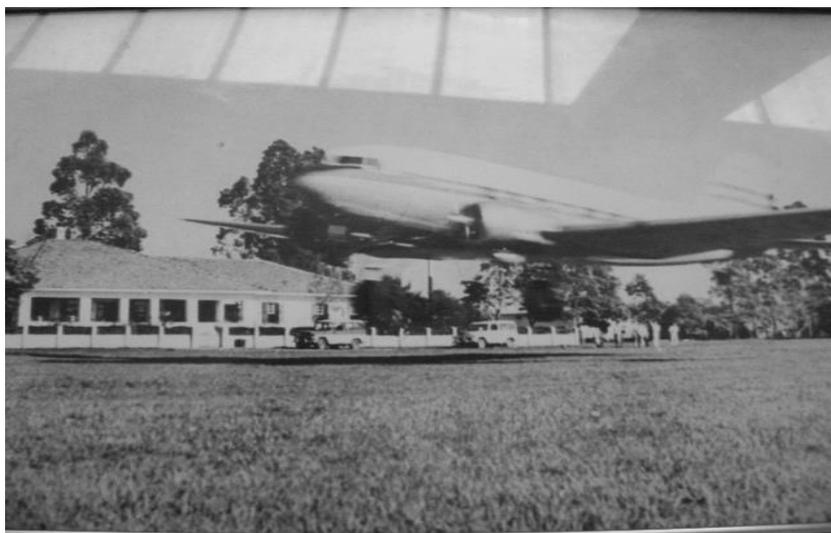
<sup>46</sup> Foi de nossa preferência utilizar as entrevistas realizadas no ano de 2010 para a condução de nosso texto atual, uma vez que alguns dos entrevistados são pioneiros na colonização de Nova Andradina. Assim alguns deles já faleceram, e outros não mais gostam de falar ou repetir a entrevista, e em outros casos houve o caso da emigração para outros Estados.

<sup>47</sup> Entrevista realizada em 15 de Janeiro de 2010.

<sup>48</sup> Entrevista realizada em 15 de Janeiro de 2010. A História Oral nos causa uma necessidade do Historiador que é a de não perder tempo, uma vez que principalmente no caso da fonte ser uma pessoa já com idade avançada pode causar uma perda sem precedentes. É o caso de João Batista que faleceu no ano de 2013, e com ele se foram relatos importantíssimos sobre a Colonização de Nova Andradina, contudo, encontra-se nos arquivos deste pesquisador a entrevista realizada em Janeiro de 2010.

Outro fator a ser pontuado foi quando os colonizados foram questionados sobre os motivos pelo qual Nova Andradina teve mais rápido reconhecimento que vilas mais antigas tais como Bataiporã e Bataguassu sendo que o Senhor Carlos Bernardes e também o Senhor João Batista falaram da força política e financeira do colonizador Moura Andrade, por utilizar seu avião como meio para transportar as pessoas para a nova área a ser colonizada (Figura 6 e 7).

**Figura 6:** Avião utilizado para transporte de pessoas e mercadorias para Nova Andradina, S/D.



**Fonte:** Museu de Nova Andradina.

**Figura 7:** Interior do avião utilizado para transporte de pessoas e mercadorias para Nova Andradina.



**Fonte:** Museu de Nova Andradina.

De acordo com Carlos Bernardes:

Pra você ter uma ideia, por exemplo, essa questão do Moura Andrade, ele saía aqui pegava o avião aqui ou em Andradina ia buscar, ia busca esse pessoal lá na Bahia, no Nordeste. Pra derrubar mato e o avião dele pra você te uma ideia na época era um DC 3. Aquele Douglas. Cabia porco, cabia galinha, carregava o gado, carregava dentro do avião.

Desta maneira, ao pesquisar a colonização do município de Nova Andradina, torna-se bastante evidente a participação desses migrantes que vinham em busca de um horizonte para o trabalho. Também vale salientar como os entrevistados fazem uma diversificação do colonizador, deixando a critério do entrevistador a percepção crítica de interpretação. Garrido (1993) observa que a interpretação dos fatos é essencial para o entrevistador, devendo haver entendimento crítico, já que nem sempre a pessoa quis dizer o que ela pronunciou ou mesmo quis esconder o que sabia ou viu. Sobre esse fator, Garrido (1993 p. 38) assim se expressa:

O uso de fontes orais requer exatamente como qualquer outro tipo de fonte, uma aproximação crítica. Não há como entendermos aquilo que nos disse uma testemunha ou informante como necessariamente correspondente àquilo que poderíamos chamar de realidade histórica [...] a memória é essencialmente seletiva e, por isso mesmo, parcial e interessada.

Assim, a participação dos colonizadores de Nova Andradina pôde ser identificada por meio da narrativa dos entrevistados bem como se verificou que a tanto os trabalhadores quanto os donos das terras quase sempre tencionavam que o local de trabalho fosse o mesmo embora, o interesse dos proprietários se dava em razão do investimento feito na compra de terras, já o interesse dos trabalhadores nem sempre coadunava com o de seus patrões.

Essa divergência acontecia, sobretudo porque por vezes os trabalhadores desejavam voltar para suas terras porém eram impedidos por terem de pagar pelos gastos que os agenciadores, gatos e a empresa colonizadora afirmavam ter tido com o trabalhador e também pela dificuldade de locomoção para outros lugares. Ou seja,

a permanência das pessoas para o trabalho nem sempre se dava por espontânea vontade, situação esta exposta por seu Leandro<sup>49</sup>:

Eu comecei a trabalhar, puseram eu na força (serviço pesado). Eu era professor de sítio, que hoje num vale nada aquele estudo né. E ai, estourou minha mão todinha. Ai fui lá falei, eu quero ir embora. Ai Ele falou (agenciador, gato) não, se tem que fica três anos aqui que é pra pagar a passagem. [...] Eles num deixava né, porque eles foi buscar né, naquele tempo você num achava gente facinho não.

O fato de ficar ou ir embora é um assunto que vale muita discussão, porém, os entrevistados nem sempre queriam falar sobre o assunto ou ainda, solicitavam que a conversa não fosse gravada, o que corrobora a ideia de que estas pessoas têm remeio em tratar dos fatos relacionados. Outro exemplo desse temor pôde ser interpretado quando os colonizados relataram sobre a existência da lagoa Sossego localizada na Fazenda Primavera, pois, embora ninguém tenha afirmado o que acontecia com quem fugia ou fazia acerto de trabalho com a colonizadora, esse silêncio, certamente quis dizer muito mais do que se contou.

Torna-se evidente que o historiador deve ter maior preocupação em compreender a história oral, tendo em conta a fala dos entrevistados mostrarem a dimensão dos acontecimentos no período de colonização de Nova Andradina, entretanto, não é necessário apenas entender o passado por meio desta oralidade, mas recuperar o existido entendendo a memória de quem viveu os fatos relatados. A preferência pela história oral indica a possibilidade de se entender a vida social das pessoas e o habitual da vida coletiva, respondendo a um sentido prático e imediato.

A história oral tem um longo percurso investigativo no sentido de esclarecer a realidade local já que, ao desenhar as representatividades sociais da comunidade, evidencia o aprofundamento dos fatos e a história se torna mais opulenta, mais verdadeira por aproximar-se da realidade desejada. Neste trabalho, as fontes orais constituíram o principal documento a ser analisado e não obstante a teoria ser o suporte, são as entrevistas que conferiram sustentação e relevância à história.

---

<sup>49</sup> Seu Leandro nasceu na Bahia e havia migrado para o Paraná, onde foi agenciado para trabalhar na Fazenda Primavera.

Fontes orais são responsáveis pela memória de um local e traz em seu bojo uma continuidade coerente com passado em que o entrevistado é um colaborador - sujeito da história acontecida. Deste modo, as narrativas tornam-se material de observação e para a observação e compõem um trabalho amplo que permite o confronto de ideias admitindo ser benquisto ou admoestado. Alessandro Portelli (1997), em seu texto “O que faz a História Oral Diferente”, alerta para atenção devida aos relatos dos entrevistados, ao cuidado com o emocional, já que as lembranças do passado tornam as pessoas mais emotivas de acordo com Portelli, (1997, p. 31):

Fontes orais contam-nos o lado psicológico emocional do povo, quanto não só o que fez, mas o queria fazer, que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez [...] mudanças de discurso e oscilações.

Quando se trabalha com a história oral existe a possibilidade desta não estar de acordo com o acontecido, então, cabe ao pesquisador fazer um detalhamento da narrativa, indagando as possíveis lacunas das respostas impetradas, observando a coerência entre um assunto e outro. Por este fato, a história oral é considerada coletiva.

### **3.1. A Criação de Nova Andradina: Espaço e Poder**

A expansão de Nova Andradina com a população em franco crescimento tanto de seu comércio quanto de extração de madeira levou o governador do Estado de Mato Grosso, João Ponce de Arruda, a elevá-la à categoria de município, por meio da Lei Estadual 1.189 de 20 de Dezembro de 1958, entretanto, a mesma Lei recebeu nova redação no dia 31 de Julho de 1959.

O Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, República dos Estados Unidos do Brasil, cidade de Cuiabá, na quarta-feira, 5 de agosto de 1959, publica a seguinte nota:

Livro... Folha 1221, De 31 de Julho de 1959. Da nova Redação ao Artigo 1º. da Lei nº 1.189, de 20 de dezembro de 1958, que criou o Município de Nova Andradina. O Governador do Estado de Mato Grosso: Faço Saber que a Assembleia Legislativa do Estado, decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º. – O artigo 1º da Lei nº 1.189,6 de 20 de dezembro de 1958, que criou o município de Nova Andradina, passará a ter nova redação: O Município de Nova Andradina começa na foz do Rio Ivinhema com o Paraná, seguindo por este acima a Ilha da Figueira, daí por uma linha reta até a foz do córrego Três Barras, prosseguindo por este acima até a sua cabeceira do córrego Pindaíba; por este abaixo até sua barra do Rio Inhanduí, pelo Inhanduí acima até atingir um ponto conveniente à linha divisória do Município de Rio brilhante, pela qual prosseguirá até o encontro do Ribeirão Papagaio e por este abaixo até sua barra do Rio Ivinhema: deste ponto de partida. (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso).

A colonização da região de Nova Andradina pela Empresa Moura Andrade iniciou-se por volta da década de 1930, conforme relatou o senhor Antônio Fernando, neto de Moura Andrade<sup>50</sup>. Segundo ele, quando o avô iniciou a tomada de terras na região por meio de compra de terras “devolutas”, estas terras eram tituladas e o povoamento com a colonização já existia desde a década de 1910 pelas famílias Nantes<sup>51</sup>, Castro e Capilé (Foto 4), além é claro dos povos indígenas que foram dizimados como já tratamos no capítulo anterior. Esta região era local de passagem para viajantes que desciam o Rio Paraná e Rio Ivinhema em busca de riquezas naturais no antigo Estado de Mato Grosso.

O mesmo também relatou que as compras de terras feitas pela empresa Moura Andrade, iniciou na região onde se localiza o município de Bataiporã por volta do ano de 1948 sendo denominada Fazenda Primavera. Antônio Fernando teceu considerações importantes sobre possíveis moradores que já estavam na região,

---

<sup>50</sup> Relatado em documentos pessoais do colonizador, depois reescrito pelo neto Antônio Fernando Prado, em texto do ano de 1984, Antônio Joaquim de Moura Andrade, não tem em seu registro de nascimento o sobrenome Moura, mas adere por ter grande consideração ao sócio. Moura era o sobrenome do amigo Guilherme, por apreço resolveu aderir à alcunha de Moura Andrade e juntos formaram a Moura Andrade e Cia, dedicando-se ao comércio de cereais. Nascido de família pobre na cidade de Brotas, interior do Estado de São Paulo no dia 22 de dezembro de 1889 tornou-se um rico pecuarista, nas décadas de 1930 a 1960.

<sup>51</sup> Fato entendido se verificarmos a genealogia da Família Nantes. A Família Nantes chega ao Sul do Estado de Mato Grosso, possivelmente no final do século XIX, para comprar terras na Região de Vacarias. Ver mais: A Saga da Família Nantes. NANTES, Marciano Aparecido: Editora Oeste, Campo Grande - MS, edição de 2007.

mato-grossenses antigos, principalmente descendentes de gaúchos que haviam saído do Rio Grande do Sul, por ocasião da Guerra dos Farrapos<sup>52</sup>. Estes povos que antecederam a colonização da Empresa Moura Andrade, provavelmente eram posseiros e grileiros que tomavam posse das terras, conforme observado por Nardoque (2014, p. 101), uns chegam primeiro e depois a empresa colonizadora “usa de artifícios para limpar e ao mesmo tempo proteger as terras que tomam posse”. Dando ênfase ao falar da Fazenda Primavera e como aconteceu a compra das terras. Assim comentou Antônio Fernando.

Especificamente Nova Andradina ela começou a ser aberta a partir da Fazenda Primavera. O seu Antônio Joaquim de Moura Andrade adquiriu aquelas áreas, algumas eram glebas que não tinham sido abertas ainda, mas existia a gleba Caaporã, que já era uma fazenda aonde residia, um... Um homem chamado é... Quincas Nogueira [...] Esse seu Quincas Nogueira, ele ocupava essa gleba chamada Caaporã, um local chamado Caaporã, aonde já existia uma estrutura, ali ele criava porcos, ali principalmente e algum gado, e fica localizado hoje entre a sede da Fazenda Primavera que foi posteriormente construída e o rio Bahia, ele fica ali numa área onde tem uma terra um pouco mais fraca, um pouco mais arenosa e foi aonde Antônio Joaquim de Moura Andrade fez o primeiro campo de aviação.

**Figura 8:** Homens, mulheres e crianças em área em processo de desmatamento. Ressalta-se já a presença de famílias em Nova Andradina, S/D.



**FONTE:** Museu Municipal de Nova Andradina.

<sup>52</sup>Guerra dos Farrapos foi um conflito deflagrado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul do então Império do Brasil e durou de 20 de setembro 1835, com a tomada de Porto Alegre, à 1º de março de 1845, com a assinatura do Tratado de Poncho Verde. Podemos inserir este conflito no âmbito daqueles que estouraram após o Ato Adicional de 1834, em reação aos limites que a reforma da Constituição de 1824 teve com relação ao federalismo. Encontramos entre os motivos do conflito a negligência com que o governo central do Império tratava a Província, tanto econômica como politicamente, descontentando a elite local (Revolução Farroupilha (1835-1845): um balanço historiográfico).

O neto do colonizador ainda relata que a expansão das propriedades de Moura Andrade por meio de sociedades, pagou parte do preço pedido por algumas glebas e tornou-se sócio de Etalívio Pereira Martins, Túlio Garcia de Souza, morador de Três Lagoas e Jaime Ferreira Barbosa. Assim, Moura Andrade prontificou-se a construir o porto fluvial, às margens do Rio Paraná, distante da sede da Fazenda Primavera, cerca de 20 km. Por volta do ano de 1950, Moura Andrade comprou de Henrique Roberto Barbosa Martins a "Fazenda Baile". Segundo Antônio Fernando em entrevista, o Henrique Martins, adoeceu e precisando ficar próximo a recursos para a sua saúde resolve vender sua terra. Norberto Aparecido Godoy (S/d), também escreve em seu texto "A Colonização de Nova Andradina" fatos relacionados ao período de compra das terras. Escreve Godoy (S/d, p. 14):

Mais tarde comprou terras da área da Fazenda Xavantes e depois a Fazenda Panambi, dotando-se de boas estradas de rodagens facilitando, assim os meios de comunicação e conseqüentemente o desenvolvimento. Desde a época da fundação da Fazenda Primavera e das demais propriedades, enquadravam-se todas elas ao Município de Rio Brillhante. Depois passaram a pertencer ao município de Bataguassu, em 1953. Ultimamente a partir de 20 de Dezembro de 1958, Antônio Joaquim de Moura Andrade, então proprietário, das Fazendas Primavera e Baile, mandou abrir uma estrada de rodagem ligando as duas propriedades passando por Bataiporã, vila já existente desde 1953, pertencente ao Município de Bataguassu. Um ano mais tarde, o Senhor Moura Andrade resolveu fundar a cidade de Nova Andradina, localizando-a no primeiro espigão da Fazenda Baile, entre os Ribeirões Esperança e Baile. Vale ressaltar a falta de recursos, como não havia instrumentos para se demarcar as terras, todas as estradas foram traçadas por avião, pelo então piloto Jeahn Benhard (Norberto Godoy, Texto não Publicado).

A ressalva feita por Norberto Godoy vai além dos escritos, pois a História oficial lembra que havia poucos recursos para demarcar as terras, contudo, pessoas entrevistadas que preferiram não gravar suas falas, disseram que o processo de demarcação sempre contava com a presença do agrimensor e o proprietário da Empresa, e normalmente era feito de avião com tambores brancos jogados nas terras demarcando o território.

Essas características históricas ligadas delineia a grilagem<sup>53</sup> de terras no Brasil, uma vez que, de diversas maneiras e em algumas situações com a contribuição de representantes do Estado, homens tomaram posse sobre terras Estaduais elaborando títulos de propriedade com a cumplicidade de Cartorários e órgãos de terras, sendo comum o uso de violência para expulsar comunidades indígenas e pessoas que já estavam em posse da terra.

Ressalta-se que a grilagem de terras no Brasil remonta ao período colonial com a ocupação do território por meio das capitânicas hereditárias, sendo doadas terras aos súditos mais próximos e fiéis da Coroa portuguesa, posteriormente com o trabalho escravo. No ano de 1957, Moura Andrade iniciou a fundação de mais uma cidade. A princípio deveria chamar cidade Baile, entretanto foi denominada de Nova Andradina, referindo-se a cidade de Andradina, no Estado de São Paulo.

Embora o senso comum impeça o povo de entender que denominar uma cidade derivando da outra seja uma maneira de considerar o poder simbólico que o colonizador e sua empresa detêm sobre a sociedade e por outro lado, estabelecer a convivência dos povos em aceitar a ordem e o poder real. Conforme Bourdieu (2012, p. 143):

[...] o modo de percepção legítimo é o objecto de lutas tão importantes, é porque, por um lado, a passagem do implícito ao explícito nada tem de automático, podendo a mesma experiência do social reconhecer-se em expressões muito diferentes, e por que, por outro lado, as diferenças objectivas mais acentuadas podem estar dissimuladas por diferenças mais imediatamente visíveis.

Desta forma, as expressões que passam além do senso comum, têm muito a ver com as questões comerciais, pois, toda colonização é “desde a compra da gleba até a produção que nela acontecerá uma transação comercial, um negócio”, por isso uma cidade ser continuidade da outra também é um símbolo comercial. Lembra Monbeig (1984, p.237):

---

<sup>53</sup> O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida. Assim como na prática com os grilos, a ocupação ilegal de terras públicas continua fundamentada no esforço para fazer documentos falsos parecerem verdadeiros.

Para nos darmos conta dessa verdade, bastaria observar a dura concorrência em que se lançam os vendedores de terra e os esforços publicitários que desenvolvem. Pela imprensa, pelo rádio, por meio de cartazes, cada um louva a qualidade de seus solos, a densidade das suas estradas, o equipamento dos patrimônios, a segurança dos títulos de propriedade, as vantagens de seus sistemas de pagamentos. Em Andradina, um enorme tronco de árvore, exposto na estação ferroviária, pretende testemunhar a fertilidade da terra.

Com a contribuição de Monbeig (1984) sobre Andradina-SP, fortalece-se a ideia então de que impulsionada pela atividade de exploração da madeira a vila se preparava para tornar-se o município de Nova Andradina. Nesse processo, houve o interesse da empresa colonizadora em criar e emancipar o município, contando com o apoio político do então Senador da República, Auro Soares de Moura Andrade<sup>54</sup>, que era filho de Antônio Joaquim de Moura Andrade. A gestão de Auro de Moura Andrade no senado da República se deu entre anos de 1954 até 1967, de 1964 em diante se filiando a Arena, partido dos militares deixando o senado 1971.<sup>55</sup> A hipótese mais assertiva nos indica que durante seu mandato no senado do regime ditatorial militar o senador poderia ter enviado verbas para o desenvolvimento da cidade fundada pelo pai.

---

<sup>54</sup> Nasceu em Barretos, São Paulo, no dia 19 de setembro de 1915, filho de Antônio Joaquim de Moura Andrade e de Guiomar Soares de Moura Andrade. Em fins de 1932, concluiu o curso de Psicologia, na Escola Caetano de Campos. Em 1934, reiniciou os estudos ingressando na primeira turma da Faculdade de Direito, da Universidade de São Paulo. Em janeiro de 1947, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte paulista na legenda da União Democrática Nacional (UDN), e, em 1950, a deputado federal, também pela UDN. Em outubro de 1954, concorreu ao Senado pela legenda do PTN, Partido Trabalhista Nacional. Foi eleito e tomou posse em 1º de fevereiro de 1955. Em março de 1961, assumiu o posto de Vice-Presidente do Senado Federal, que correspondia de fato à presidência da Casa, exercida formalmente pelo Vice-Presidente da República. Em 25 de agosto daquele ano, recebeu a carta-renúncia do Presidente Jânio Quadros e convocou reunião extraordinária do Congresso, para dar conhecimento da renúncia. Em 7 de setembro, empossou João Goulart na Presidência da República, já sob o sistema parlamentarista, recém-instituído. A presidência do Senado deixou de ser atribuição do Vice-Presidente da República, com as modificações introduzidas pelo novo regime. Meses depois, em 11 de março de 1962, Moura Andrade foi eleito Presidente do Senado Federal, ocupando esse cargo pela segunda vez. Em outubro de 1962, Moura Andrade reelegeu-se senador por São Paulo. No Senado, foi reeleito Presidente da Casa, sucessivamente, em 1963, 1964, 1965, 1966 e 1967. Em 12 de agosto de 67, perdeu, através de uma reforma do regimento comum do Congresso Nacional, a sua presidência, que passou a ser exercida pelo Vice-Presidente da República, à época, Pedro Aleixo. Em junho de 1968, assumiu o posto de embaixador do Brasil na Espanha, tendo permanecido no cargo até 29 de outubro de 1969, quando retornou e reassumiu o mandato de senador da República. Encerrado seu mandato em 31 de janeiro de 1971, retirou-se da vida pública, dedicando-se a atividades empresariais. Em 1980 foi nomeado pelo Governador Paulo Maluf presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Faleceu em São Paulo no dia 30 de maio de 1982. Foi casado com Beatriz Estela Prado de Andrade, com quem teve três filhos. Fonte <http://www.senado.leg.br/senado/grandesMomentos/pron2.shtm>. Acesso em 20/07/2014.

<sup>55</sup> Idem, ibidem.

A fala de antigo morador da cidade dimensiona essa hipótese. Assim assinala o Senhor Carlos Bernardes ao analisar a passagem de Auro com o município recém-criado:

Sem dúvida, o Moura Andrade ele veio... Ele veio, ele fez fortuna... Ele fez fortuna no interior de São Paulo com o café. O governo de Getúlio na época [...] Ele, bancou, inclusive na crise de 29 pra 30, bancou até os cafeicultores. Comprava o café e pagava com o dinheiro público. Pagava até os fazendeiros pra manter o preço do café. Que era um produto que o Brasil exportava. Era o principal produto que o Brasil exportava. E ai ele tinha muitos laços políticos. É inclusive que você tá citando o Auro, por exemplo, foi Senador da República e em decorrência disso eu tenho a impressão... Eu tenho, eu tenho até certeza, que em decorrência disso, ele teve muito mais força em desenvolver essa região aqui de Nova Andradina do que a própria companhia Viação. Né. Que apesar de ter vindo com o governo na época era um pessoal estrangeiro. Da Tchecoslováquia, e o Moura Andrade, tanto é que Nova Andradina, ficou município primeiro que Bataiporã.<sup>56</sup>

Politicamente, a família Moura Andrade detinha grande poder sobre a sociedade brasileira especialmente simbólico, pois que a alcunha de “Rei do Gado” era um termo considerável para um país em que o latifúndio era o meio mais próximo de determinar a classe dominante. O poder que o colonizador havia obtido desde a década de 1930, quando iniciou o seu empreendimento e a presença de seu filho no Senado da República, foram elementos que contribuíram para a prosperidade do projeto de transformar a vila em cidade.

No de 1958, como resultado das ações de Moura Andrade e dos interesses políticos e econômicos que a família tinha na época, acontece à emancipação da cidade de Nova Andradina. Tendo seu primeiro prefeito nomeado, Luiz Soares de Andrade que era diretor da Empresa Moura Andrade.

---

<sup>56</sup> Conforme nos relata em entrevista Carlos Bernardes da Silveira. Entrevista realizada em 15 de Janeiro de 2010.

### **3.2. A religião católica e sua relação disciplinar com os populares e no processo de formação social e territorial de Nova Andradina**

À parte dessa situação tipicamente política vivida pelos Andrades outro aspecto a ser considerado no processo histórico e geográfico que resultou na formação deste município e no caráter cultural e moral da população novandradinense, refere-se à manifestação religiosa e de contornos peculiares. Isso se deu em razão das pessoas virem de diversas regiões do país e ainda de outros países, cada um com sua formação, costumes e práticas herdadas e transmitidas de geração em geração.

Algumas atitudes pitorescas e míticas<sup>57</sup> como, por exemplo, de não poder varrer a casa ao anoitecer, o alho no bolso para ir à roça e as orações de São Bento para evitar que cobras e animais peçonhentos atacassem as pessoas.

As casas dos benzedores que atendiam e curavam as crianças doentes, pessoas com febres, as situações dolorosas e as famílias andavam vários quilômetros a pé ou a cavalo, pois as crendices da época e, sobretudo a falta de médicos obrigavam buscar saúde na fé. Processo este que não desapareceu com o tempo, haja vista fazer parte de um catolicismo popular. Todos esses fatos, constituem um processo de sedução em que o sagrado, o divino e o secular exercem sobre as pessoas.

Luciana Mendes (2007) observa que a fé motivava as pessoas a buscarem na divindade princípios de cura, tendo em circunstância a falta de médicos, os hospitais de difícil acesso, sendo a religiosidade, a fortaleza para quem não tinha o material. Como escreve Luciana Mendes (2007, p.119):

---

<sup>57</sup> Aqui nos referimos às superstições: espécie de crendice popular que não possui base científica. As superstições são criadas pelo povo e costumam passar de geração para geração. Por desconhecer as causas e efeitos de determinados fenômenos científicos, muitas pessoas atribuem explicações sem sentido racional e, portanto, falsos. As superstições podem, muitas vezes, atrapalhar a vida das pessoas. Podemos citar como exemplo o caso de uma pessoa que deixa de fazer determinadas coisas num dia de sexta-feira 13. Não há nenhuma explicação científica que prevê que este dia atrai azar, porém muitos indivíduos acreditam nisso como se fosse uma verdade. Varrer a casa de noite: Minha mãe e meu pai que chegaram à Nova Andradina por volta de 1962, mas já andavam na cidade por morar em Bataiporã, nos ensinaram que varrer a casa de noite pode trazer coisas ruins. Oração de São Bento: São Bento, São Bento: livra-me da picada de cobra e de todo bicho peçonhento.

A busca pela cura e os milagres podem ser entendidas como resultado de uma constante procura por aquilo que os grupos são privados. As pessoas que recorrem a esta forma de religiosidade tentam encontrar soluções que lhes parecem distantes de ser alcançadas por meios materiais.

Sabe-se que a prática do benzimento não servia apenas para a suposta cura de pequenas doenças, dores ou qualquer que fosse o mal estar que se sentia na ocasião, servia também para mudar o clima. Por exemplo, quando ocorriam temporais eram remediados com corte em cruz no chão utilizando do machado fincado até que acalmasse a chuva. A religião praticada com os códigos de vida da gente do lugar não era obstáculo ao catolicismo instituído e conduzido pela Igreja Católica, na verdade havia um sincretismo devido às necessidades da época.

Também o ensino escolar formal ainda não estava presente e as questões místicas e religiosas também apareciam como forma de coerção e amedrontamento no processo de educação. Frases perpetuadas tais como “Deus não gosta”; ou “o saci pererê e a mula sem cabeça podem atacar”, eram maneiras de obrigar as crianças e jovens à obediência aos pais.

O padre belga brasilianista, Eduardo Hoornaert (1974) encara essa situação no Brasil e propõe que a diversidade religiosa nasce com mais facilidade em situações onde uma religião enfrenta novas culturas, podendo ser escrito nestes termos de sincretismo religioso<sup>58</sup> também denominado como catolicismo popular. Assim discorre Hoornaert (1974, p. 27):

O povo percebe com muita perspicácia como a religião é a expressão de vida em toda sua complexidade e compreende, por conseguinte que existem os elementos os mais diversos dentro de qualquer instituição religiosa.

A credence popular é retratada pelas famílias de colonizadores e ainda permanece na memória das pessoas e que nesse trabalho passaram a ter o intuito de que forma as pessoas se utilizavam e acreditavam na força do “profano” dos

---

<sup>58</sup> Sincretismo Religioso: Ver HOONAERT. A Formação do Catolicismo Brasileiro: (1550-1800). Petrópolis: Editoras Vozes, 1974, p. 22.

benzimentos, dos mitos, nas crendices e ainda, como a igreja contribuiu nesse ínterim para o desenvolvimento social.

Ao longo dessa pesquisa as entrevistas com antigos moradores e contemporâneos da colonização de Nova Andradina deixaram transparecer que a religiosidade popular era o caminho que as pessoas tinham para agirem com sua fé. Nesse debate a filósofa Marilena Chauí (1996) demonstra em seu texto a importância que a religiosidade popular tem para as pessoas, bem como a força deste tipo de religiosidade. Escreve Chauí (1996, p.166):

A religiosidade popular [...] é um esforço feito pelos oprimidos para vencer um mundo hostil e persuasório. A religião fornece orientação para a conduta da vida, sentimento da comunidade e saber sobre o mundo, compensando sobre a miséria por um sistema de 'graças': a cura, emprego, regresso ao lar do marido ou esposa infiel, do filho delinquente, da filha prostituta, o fim do alcoolismo. Fornece também um sentimento de superioridade espiritual, compensando a inferioridade real.

Nos escritos de Chauí (1996) também é passível de destaque o nexos entre o catolicismo sem padres e o catolicismo popular. O processo de formação religiosa que aconteceu em Nova Andradina não é diferente da maior parte do Brasil. No interior do país, no início do século XX, o número de religiosos era muito pequeno considerando a amplitude do processo de colonização, as dimensões geográficas e as dificuldades de acessar algumas áreas. Neste contexto, destaca-se o papel de Frei Luiz Maria de Tomás Flores, este peregrinava evangelizando desde a cidade de Bataguassu até alcançar Nova Andradina.

Frei Luiz, era um homem social que caminhava pelos diferentes lugares da região e de acordo com os relatos e registros paroquiais, estava sempre pronto a realizar rituais religiosos. Frei Luiz costumava viajar a cavalo e depois passou a utilizar-se de um veículo, um jipe, presente do colonizador, fato que sinaliza a preocupação com a atuação religiosa em suas terras. Na Fazenda Primavera de propriedade do colonizador, o frei ficava até uma semana e realizava todos os atos religiosos.

Deve-se pontuar com muita clareza que não obstante o esforço dos populares para manter seu tipo peculiar de religiosidade o que se vai denominar de catolicismo

popular pelo padre belga Hoornaert, sobressaia-se essa mescla de elementos dos mais exóticos às práticas católicas, na busca de monopolizar e arregimentar os homens e mulheres seja para suas práticas, seja para utilizar-se de sua força do trabalho em prol das construções das igrejas, ou ainda, valendo-se da tática educacional em fundar e administrar uma escola e finalmente disciplinarização dos corpos via educação física, esporte.

Nota-se para isso que a igreja e os poderes locais atuavam em forma de rede de favores entre os poderes políticos constituídos e os padres constituindo uma troca de interesses, tendo em conta, a instituição religiosa ser importante aliada na constituição de uma sociedade. Essa ligação entre Empresa colonizadora e Instituição pode ter ligações com os interesses de especulação imobiliária, algo como ter a benção do padre, representante de Deus para aquela terra “comercialmente iluminada”.

O representante de Deus em Nova Andradina era conforme já citado, o Frei Luiz, conforme observação registrada no Livro Tombo da então Paróquia de Bataguassu que estava se desligando da Paróquia de Rio Brilhante no mês de maio de 1954:

Fazendo saber que atendendo às necessidades espirituais dos fiéis, nossos diocesanos residentes no município de Bataguassu e paróquia de Rio Brilhante, deste Bispado: havemos por bem desmembrá-la da dita paróquia e erigi-la canonicamente como pelo presente decreto erigimos a paróquia de Bataguassu, com sede na cidade do mesmo nome e com os mesmos limites civis do município, reservando-os (seus) 18, porém o direito de dividi-la, quando a exigirem o bem das almas e os interesses da diocese. Constituímo-la sob o patrocínio de Santo Antônio de Pádua, que é titular atual da capela e sê-lo também da futura matriz a constituir-se e cuja festa deverá ser celebrada cada ano no dia (13 de Junho – com toda a piedade e pompa religiosa, excluídas qualquer profanidade). A nova paróquia tem os seguintes limites: Partindo da foz do Rio Ivinhema no rio Paraná, por este acima até a Foz do Rio Pardo, por este acima até a Foz do Anhandui, por este acima até a foz do Rio, por este acima até a reta que em rumo sul vai encontrar a cabeceira do Rio Papagaio, por este abaixo até a junção com o rio Ivinhema, por esta abaixo até a foz no rio Paraná, ponto de Partida (Livro Tombo da paróquia de Bataguassu).

Destaca-se na citação acima, que havia uma preocupação em delimitar a área de atuação das paróquias traçando seus limites de acordo com as marcas naturais consideradas imutáveis. A foz ou a cabeceira dos rios da região eram as balizas para a criação de uma regionalização da ação eclesial, criando ali uma unidade. Considera-se aqui, a inexistência das fronteiras municipais naquele período, regionalização de cunho determinista, ou ainda influência da geografia alemã em que os meios físicos e naturais de Ratzel pudessem servir como meio de constar o território geográfico da paróquia.

A partir de então, o frei exerceu suas funções de catequista e evangelizador nas localidades pertencentes à Bataguassu. O Frei saía de Bataguassu, fazendo pregações, realizando batizados, casamentos e missas de sétimo dia. Por vezes, as tais missas de sétimo dia eram realizadas meses após o falecimento. Em entrevista ao autor o Sr. Aluizio disse: “O Frei chegava e rezava pela alma e o cidadão já tinha sido enterrado”.<sup>59</sup>

Entre as realizações de visitas de Frei Luiz, destaca-se aqui a que foi realizada entre 7 e 30 de novembro do ano de 1958, visita que contou com a presença do bispo da Diocese de Dourados, Dom José Aquino Pereira. Assim descreveu Frei Luiz:

Diversas crianças saudavam S. Exa. Revma., entregando-lhe ramalhetes de flores.[...] Em seguida se fez a abertura da visita com oração do Padroeiro. No dia 8, sábado houve crismas e muitas confissões e comunhões. No dia 09 idem. Ao meio dia foi oferecido ao Sr. Bispo um banquete no edifício da nova prefeitura. No dia 10, além da missa e crisma foram feitas reuniões das diversas irmandades e fundada a obra das vocações sacerdotais. A 11 Missa, confissões, comunhões e crismas no Quintino e na Matinha. No dia 12 o mesmo no Varjão Boa Vista. No dia 13 no Uberê. A 14 S.bênçãos visitas a Presidente Epitácio. Fez visitas para incentivar os pedidos da ponte sobre o Rio Paraná. Em 15 e 16 confissões, comunhões e crismas em Porto 15 de Novembro. À noite quermesses em benefício ao Seminário Diocesano. Já feito em Bataguassu, sendo festeiro o Sr. José Veríssimo do Amaral. A 17, pela tarde missa fúnebre na Fazenda Figueira pela alma da sogra do Sr. Manoelzinho. A 18 recepções no Quebracho. Confissões, comunhões e crismas. A 19, organização.... A 20 mais confissões, comunhões e crismas na Fazenda Boa Esperança do Sr., Simões. A 21 pelas 8:30, entrada triunfal de Sua Exa., em Anaurilândia, Inauguração da Nova Capela, nomeação de nova diretoria, como foi

---

<sup>59</sup> Entrevista realizada em 15 de Dezembro de 2009.

em Porto XV, no dia 16. A 22 e 23, confissões, missas e crismas em Anaurilândia. A 24, Ida a Nova Andradina. Confissões, primeiro na Capela local no dia 25. No dia 24 foram celebradas duas missas na Fazenda Baile, pois chovia a cantares. A 25 a noitinha seguimos para o Gato Preto. Pouco movimento no dia 26. Apesar de doente o vigário, seguimos para Amandina, nesse dia 26. A 27, entrada triunfal em Bataiporã. Muitas confissões, comunhões e crismas nos dias 28 e 29. À tardinha seguimos para a Primavera. Dia 30, um dia cheio para Primavera. Confissões e comunhões numerosas. No dia 01 de dezembro, Sua Graça voltou de avião para Dourados. (Livro Tombo da Paróquia de Nova Andradina).

Por meio dessa descrição pode-se perceber o longo percurso feito pelo padre durante o mês de novembro, sendo seu itinerário: Porto 15 de Novembro. Bataguassu, Fazenda Figueira, Quebracho, Fazenda Boa Esperança, Anaurilândia, Ida a Nova Andradina; Fazenda Baile, do Gato Preto, Amandina, Bataiporã e finalmente a Primavera.

Com o tempo, os trabalhos dos religiosos se intensificaram além de mais pessoas passarem a participar das celebrações. É passível de destaque que a visita do Bispo tinha, além da religiosidade, um papel político importante na tentativa de estruturar condições de interligação dos lugares e de diferentes regiões, exemplo disso, foram às visitas para incentivar a solicitação da construção da ponte sobre o Rio Paraná, ligando então o Estado de Mato Grosso a São Paulo, conforme demonstra o registro da paróquia transcrito.

Já a dinamização na ocupação da região pode ser notada pela ampliação dos trabalhos religiosos. No ano de 1959, conforme escrito no Livro Tombo da Paróquia de Bataguassu foram realizados 614 batizados, 137 casamentos e legitimações e 2500 comunhões. Durante o mesmo ano, a paróquia seguiu o ritmo comum de evangelização e as viagens populares do Vigário foram às seguintes, conforme as anotações no Livro Tombo:

1º domingo: 1ª Missa na Sede; 2ª no Varjão e 3ª na Sede (Bataguassu). 2º domingo: 1ª Missa na Sede; 2ª no Quintino; 3ª no Porto XV. 3º 1ª Primavera, 8 horas, 2ª Bataiporã, 13 horas e 3ª Nova Andradina 17h30min. Na 2ª feira seguinte no Gato Preto e na 3ª em Amandina. 4º em Anaurilândia. Na sexta anterior no Quebracho e no sábado antes do 4º domingo no Simões (para descansar) (Livro Tombo da paróquia de Nova Andradina).

As viagens do Frei, além do papel de representar a Igreja e a realização dos sacramentos, tinham importância também na ligação entre os diferentes povoadamentos e localidades, pois o mesmo, também acabava por fazer o transporte de notícias e recados entre os moradores da região, considerando as dificuldades de comunicação daquele período.

As anotações de Frei Luiz no Livro Tombo mostram ter havido progresso na Paróquia de Bataguassu, na congregação Mariana de Bataiporã e Anaurilândia “com entradas triunfais” o que certamente contentava o Reverendo. No ano de 1960, conforme registro no Livro Tombo, a paróquia de Bataguassu ficou sem vigário até 30 de maio, pois, segundo escreveu Frei Luiz Tomás no final do ano de 1959, o mesmo recebeu a ordem do Frei Romualdo Custódio, Provincial da ordem dos Capuchinhos, comunicando o final do período missionário na Paróquia de São João de Bataguassu.

O Padre Arnoldo Castiglioni, no mês de maio de 1960, foi nomeado Vigário Ecônomo pelo Bispo de Dourados, Estado de Mato Grosso, Dom José Aquino Pereira. Em pouco tempo o mesmo conseguiu manter relação amigável com a comunidade e demonstrou administrar bem as contas e economia da Paróquia. Em sua nomeação, o Bispo da Diocese de Dourados o descreve de “cura das almas” e suas qualidades o fazem idôneo para o exercício de vigário da Paróquia de Bataguassu. Conforme Dom José Aquino Pereira:

Havemos por bem, pelo presente nomear para o Cargo de Vigário Ecônomo, o Reverendíssimo Padre Arnoldo Avanza Castiglioni, cuja doutrina, costumes, providência e outras qualidades o tornam idôneo para o exercício de cura de almas naquela citada paróquia, com todas as faculdades, direitos e privilégios que, em virtude dos cânones, dos decretos do Concílio Brasileiro e dos costumes aprovados, quer no espiritual, quer no temporal, competem aos Vigários Ecônomos. Exercerá este ofício na Igreja paroquial de Bataguassu pelo tempo de um ano, se antes não mandarmos o contrário (Livro Tombo da Paróquia de Bataguassu).

A chegada do Padre Arnoldo foi bastante comemorada. Recebido pelo prefeito de Bataguassu, na época Lazaro Severino da Silva, alguns adultos e crianças. No entanto, o vigário de Bataguassu, não teve com a comunidade o mesmo crédito que Frei Luiz obteve nos anos que os Capuchinhos eram a ordem religiosa de toda a paróquia. No Livro Tombo, há citações das reclamações do padre sobre o telhado da casa onde morava e a comunidade prometeu melhorar sua

moradia. De acordo com os registros de padre Arnoldo, quando chovia molhava dentro da casa e denota-se que os populares trabalhavam para os padres em troca de favores espirituais.

Esse documento também demonstrava que o padre tinha gênio difícil e, que solicitava ao povo o sustento na casa e nas viagens. Dentro das observações feitas no Livro, pode-se entender que o vigário esperava encontrar a Paróquia assim como a igreja e casa paroquial em perfeito estado de funcionamento. No dia 26 de maio de 1960, deveria ser realizada a cerimônia de nomeação do padre como vigário ecônomo da paróquia. Escreve padre Arnoldo Castiglioni:

Nem a tal cerimônia foi possível realizar-se por precariedade da Igreja. Não há pia batismal, não há confessionário. E o tabernáculo não estava em condições de nele se guardar o Santíssimo Sacramento. (Livro Tombo da Paróquia de Bataguassu).

As informações contidas no Livro Lombo e no livro que relata os 25 anos da Diocese de Dourados, não permitem avaliar melhor a atuação do vigário ecônomo da paróquia de Bataguassu, evidenciam que o mesmo talvez por formação religiosa tenha vindo trabalhar na paróquia com o intuito de angariar benefícios para a diocese.

Não foi possível encontrar algo contrário à permanência de padre Arnoldo Castiglioni na cidade de Bataguassu, contudo, sua estadia na cidade de Bataguassu é curta e dura até o mês de Julho de 1960, sendo antecedido pela posse de Dom José Aquino Pereira como Administrador Apostólico da Diocese de Dourados no mês anterior. Nesse período, o fundador de Nova Andradina buscava um padre para a cidade.

Assim, Antônio Joaquim de Moura Andrade, percebendo que a relação do padre Arnoldo estava desgastada em Bataguassu, resolveu então solicitar a Dom José Aquino que o vigário firmasse residência em Nova Andradina. Relata padre Arnoldo:

De Presidente Prudente fui a Campo Grande. Lá buscou-me o avião do Sr., Moura Andrade, que levo-me até Nova Andradina, 08/07/1960. Em Presidente Prudente, a pedido do Senhor Moura

Andrade, sua Excelência concedeu-me, oralmente, autorização de morar em Nova Andradina, eis que olhando para a nova sede da Paróquia, a ser provida logo que cheguem os quatro padres esperados da Espanha. Assim de agosto em diante passarei a residir em Nova Andradina [...] 02 de agosto de 1960, o Reverendíssimo Vigário transferiu-se com sua bagagem para Nova Andradina. Não estando ainda pronta a casa paroquial, hospedou-se na fazenda do Baile, do Sr.,Moura Andrade. No dia 03 não pude rezar missa por falta de toalhas. A zeladora não as tinha lavado. Por esse desaviso o Reverendíssimo Vigário lhe tirou o zelo da Igreja. (Livro Tombo da Paróquia de Bataguassu).

Nota-se nesse discurso o excesso de poder que era utilizado pelos membros da igreja. Uma vez tendo todo o respaldo do chefe político local, tais padres exerciam poderes de forma arbitrária como a que foi citada quando o padre despede a funcionária dos serviços da Igreja pelo simples motivo dela não ter lavado uma toalha. Também é gritante a relação de poder entre a Igreja e o próprio Moura Andrade que cede seus bens e casa particular para moradia deles.

Não foi possível encontrar escrito algo que definisse o trabalho do padre Arnaldo. No entanto, é possível perceber que preferia utilizar a autoridade ao carisma para organizar o convívio com a comunidade. Sendo que em toda a paróquia os grandes motivos de discussão sempre envolviam os 10% a ser entregue à diocese após as festas realizadas. No dia 05 de setembro o vigário despediu-se de Nova Andradina pois conforme o mesmo relatou no Livro Tombo, foi determinado pelo Administrador Apostólico que deveria morar em Porto Epitácio, interior do Estado de São Paulo. E padre Arnaldo diz: “E continuarei olhando por esta paróquia até chegarem os padres da Espanha” (Livro Tombo da Paróquia de Nova Andradina). E vai embora deixando resquícios de mal entendido<sup>60</sup>.

Antônio Fernando Andrade relata<sup>61</sup> que o avô acreditava na construção da sua cidade e que precisava urgentemente de um padre para ajudá-lo na formação religiosa e cultural da população. O desejo de um padre morando em Nova Andradina era muito grande. Não havendo pois a permanência de algum padre na

---

<sup>60</sup> Visitando a casa paroquial, achei o arquivo todo manchado. Soube que a comissão deposta por mim não se considera deposta. Por outro lado o Sr. Bispo Administrador Apostólico não quis nomear nova comissão. E com esta encerro minha atividade nesta Paróquia. Bataguassu, 01 de novembro de 1960. Padre Arnaldo Avanza Castiglioni (Livro Tombo da Paróquia de Nova Andradina).

<sup>61</sup>Entrevista realizada em 16 de Fevereiro de 2010.

comunidade, Moura Andrade fez questão de providenciar logo a vinda dos padres espanhóis aguardados há vários meses. Relata Antônio Fernando:

Não existia padre aqui na região, então o meu avô foi, conversar com o bispo, eu num lembro se o bispo era o doutor, era o bispo dom Teodardo Leitz, eu não me lembro se era esse ou se ele foi sucessor do primeiro que esteve aqui naquela época. Mas provavelmente devia estar em Dourados este bispo. E assim foi dito que não existiam padres novos, a ordenação de padres estava em crise, o movimento católico para ordenação estava em crise. [...] Portanto não tinha padre para mandar aqui nesta localidade. Visto que tinha já muitas outras cidades mais desenvolvidas que precisavam de padres e que também não tinham estavam esperando. Então meu avô (Moura Andrade) indagou: Como é que eu posso fazer então, como é que vamos resolver então. Ele (Bispo) falou assim: Bom onde há padres sobrando é na Espanha. Mas é muito complicado pra trazer. Meu avô (Moura Andrade) falou: bom, se o problema é financeiro eu trago o padre da Espanha. Ai o bispo falou então: se o senhor trouxer o padre da Espanha nós podemos ver qual dos padres que deseja vir aqui pra cá, porque isso é um sertão etc. E assim acertaram e o meu avô, bom no final das contas mandou vir não foi um só foram três. Um deles foi o padre Marcos... Marcos... Marcos Royo. Padre Marcos veio junto com outros dois num primeiro momento que ficaram hospedados na sede da fazenda Primavera. Eu não me lembro o nome dos outros dois. [...] antes do padre Marcos existiam padres, vinham ficavam pouco tempo e mais não ficaram aqui definitivamente residindo. Um deles foi o Padre Arnoldo.

Em 1960, apresentou no mês de dezembro o Padre tão esperado. O desejo do colonizador tornou-se realidade pois chega à Nova Andradina, padre Marcos Martinez Royo, para concretizar a cidade como sede da Paróquia e colaborar na formação cultural e educacional da população. Do ponto de vista e de um olhar comum, instaura-se uma atuação de parceria benévola praticada pela religiosidade, porém conforme já reiterado durante este capítulo, a colonização do Brasil está ligada a essa junção Igreja-colonizadores, sendo possível notar que a intuição faz parte de todo um processo de dominação, ligando-se à especulação imobiliária, dominação de mão de obra em prol das classes dominantes, ou de acordo com Hoornaert (1974, p. 71), “o intuito era não perder a liderança”. Descreve padre Marcos Martinez:

Cheguei ao Rio de Janeiro no dia nove de Dezembro de 1960. Ao seguinte dia cheguei (dia seguinte) ao Porto do Santos. O Sr. Luiz Suarez de Moura Andrade juntamente com sua esposa Dona Nezita

vieram dar-nos a boa vinda ao Porto do Santos. O mesmo dia de Santos fomos para a cidade de Presidente Prudente e Lá ficamos até o dia dezanove de Dezembro com Dom José Aquino Pereira, o Bispo de Presidente Prudente. O dia dezanove de dezembro Dom Antônio Joaquim de Moura Andrade mandou pela manhã dois aviões pequenos para levar-nos até a Fazenda Primavera, um dos pilotos foi o famoso Bernard. Chegamos a Fazenda Primavera o Sr. Bispo Dom José, padre Antônio e eu. Ali estavam esperando Dom Antônio Joaquim de Moura Andrade, Sr., Luis, Dona Nezita, Teutly e Dona Maria.[...] Depois da comida todos fomos para Nova Andradina, o povo esperava para as crismas. Quando chegamos o Sr., Moura Andrade nos mostrou a casa Paroquial e disse: esta é a sua casa e nos deu a chave. Depois de tudo o Sr., Bispo e a família Moura Andrade foram embora para a Fazenda Primavera. O Décio de Matos nos levou a jantar ao único lugar que tinha Nova Andradina: Hotel Primavera o dono Maurílio e Dona Teresa. Quando chegamos somente tinha três capelas: Nova Andradina, Bataiporã e Fazenda Primavera. [...] Imediatamente o Sr. Antônio Joaquim de Moura Andrade nos doou um Jeep novinho para poder atender a gente. Assim fomos visitando: São Bento, Senói, Bataiporã, Batarrama, Amandina, Porto Primavera e pouco a pouco fomos fazendo as capelas (Carta de Padre Marcos Martinez Royo, 26 de Fevereiro de 2010, recebida pela Família Lima de Nova Andradina e doada ao pesquisador).

Destaca-se nessa passagem a relação de interesses muito íntima entre o poder das classes dominantes, especialmente da empresa colonizadora e as necessidades da Igreja e o poder da aristocracia local. Assim a instituição igreja atua conforme os interesses locais e pessoais, ela não trata o todo como o individual e nem o individual como o um, ela precisa de ambos para sua sustentação. Com relação aos dominantes a igreja precisava de favores mais imediatos e que o capital proporcionava, já dos dominados ela precisava da conjuntura que a mantinha como limpeza de prédios, serviços diários, liturgias, portanto, observa-se que a igreja também é condicionada, limitada e orientada pelo modo de produção específico de cada sociedade. Para Boff (2010, p. 230):

A Igreja não opera em campo desocupado, mas numa sociedade historicamente situada. Significa que, *nolens volens*, ela se encontra limitada e orientada pelo contexto social, com uma população e com recursos limitados e estruturados dentro de uma determinada forma. O campo religioso-eclesiástico é uma porção do campo social; este influi sobre aquele dialeticamente e não mecanicamente.

Ainda segundo Boff (2010, p. 232):

As classes dominantes, em sua estratégia hegemônica, procurarão incorporar a igreja a serviço da ampliação, consolidação e legitimação de sua dominação, especialmente para conseguir a aceitação da hegemonia por todos os indivíduos e grupos sociais. O campo religioso-eclesiástico é fortemente pressionado a se organizar de tal forma que se ajuste aos interesses das classes hegemônicas mediante vários tipos de estratégias econômicas, jurídico-políticas, culturais e até repressivas.

Ainda baseados em Boff (2010) nota-se que a Igreja articula “ora com blocos hegemônicos, ora com as classes subalternas”, simbolicamente a igreja impõe sua dominação e sua aceitação, para manter sua autonomia relativa e sua dominação real. Após a vinda dos padres Martinez e Lorenzo, a Igreja então iniciou o trabalho pastoral e paroquial recebendo em troca favores tais como emprestar avião particular, buscar no porto, ceder residência, prover alimentação e víveres. Tudo indica que se trata de um jogo de grande interesse para os dois lados, do lado aristocrático se buscava um braço moralizador para a população, sobretudo os pobres, bem como uma instituição disciplinadora, por seu turno, do lado eclesiástico, busca-se almas para o rebanho católico a fim de ampliarem a força dessa instituição, sobretudo chegar nos rincões do que eles mesmos chamavam de sertão.

**Figura 9:** Residência do Padre Marcos em Nova Andradina, no ano de 1961.



**FONTE:** Museu Municipal de Nova Andradina.

A atuação do novo padre era também regional, alcançando o município de Bataguassu, no entanto, a sede paroquial passou a ser na cidade de Nova Andradina. Assim, o desafio do novo padre era fazer-se presente, ocupar e organizar os espaços, atuar na tentativa de moldar a sociedade, sabendo que a fé católica era elemento importante na constituição social. Neste contexto, o padre deveria atuar de acordo com os planos previstos pelo colonizador, acolhendo o “ideário básico das classes hegemônicas” e por outro lado, atendendo “aqueles grupos que buscam relações mais justas na História” (BOFF, 2010, p. 235) e por isso ela (Igreja) facilmente encontra seus adeptos, pois conforme Tangerino (1998) comenta os leigos: “por sua vez, retraem-se ainda mais e sua posição é o reflexo menos elaborado, mas fiel da posição do clero” (TANGERINO, 1998, p. 31).

### **3.2.1 – As Frentes de Atuação da Igreja e interesse no processo de formação de Nova Andradina**

Em um contexto histórico de formação social em que os agentes deste processo aparecem capitaneados por um empreendimento privado sem a presença mais efetiva do Estado e de suas organizações como em Nova Andradina, o papel de uma instituição não governamental como a Igreja, tornou-se estratégico para a condução dos trabalhos e das atividades para buscar conferir coesão social ao projeto.

Assim, com o apoio e o interesse da empresa que fundou a cidade, haviam alguns trabalhos sendo realizados no sentido de aproximação dos religiosos com a comunidade e o fortalecimento institucional da Igreja no lugar. Deu-se então, o início de um movimento uma frente católica com intuito de estabelecer um lugar para a realização dos atos religiosos que se daria com a construção de uma sede, atuando ainda onde o Estado era ausente em virtude da inexistência de políticas sociais para essa população nascente. Pode-se afirmar que a população e a sociabilidade chegaram ao município de Nova Andradina antes que o Estado. E parte dessa sociabilidade foi sendo construída aos mandos e desmandos de uma Igreja Católica que tinha objetivos bem definidos

Os métodos de que valiam a Igreja já eram conhecidos desde os tempos coloniais, o da racionalização do trabalho e ajuntamento de equipe em prol do trabalho e do tipo de sociabilidade que se desejava. Esses métodos, segundo, Foucault (2011, p. 119), permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, denominado pelo filósofo de disciplina. Foucault comenta ainda que tais processos já existiam nos conventos, nos exércitos, nas oficinas.

Contudo, o tipo de dominação nos séculos XVIII-XIX difere-se em relação aos modelos de disciplinas que agora se organizam de forma diferente. O modelo utilizado pela igreja de Nova Andradina teve o escopo de visar não unicamente o aumento das habilidades do corpo, nem tampouco a sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo torna mãos obedientes observando sua utilidade-docilidade observada por Foucault.

Ou seja, a Igreja utiliza de meios fabulosos e filosóficos para manter os fiéis sobre sua guarda, com ideias precedentes ao que segundo os evangelhos atribuem a Jesus Cristo, num ato de promover a humildade frente às possíveis disputas que podem acontecer dentro ou fora da instituição religiosa. As considerações pensadas neste trecho da pesquisa dialoga com as atitudes que a Igreja trata para com os seus servos. Ela promove no seu crente, um dever de servidor, de servo amável, estas considerações são de extrema relevância para a legitimação de quem impõe a ordem e de quem recebe a ordem, como se a igreja estivesse a dominar seus servos pela fé, sem tirar a alegria deles. Está escrito no Evangelho Segundo São Marcos (MC, 10, 42-44):

Sabeis como os que parecem reinar nas nações exercem tirania sobre elas e os seus grandes praticam contra elas violências. Assim não há de ser entre vós; antes, se algum de vós quiser ser grande, seja vosso servidor, e aquele de vós que quiser ser o primeiro seja servo de todos, pois também o filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida para a redenção de muitos.

Assim o papel desempenhado pelo corpo eclesial também parece aplicar o mesmo método na Santa Casa de Saúde, fundada em 1957, posto que, procura controlar na administração e também no atendimento a população local. Além dos padres vieram as irmãs vicentinas e atuavam como enfermeiras. A própria forma do

*corpus* religioso com ações sociais muito contribui para se entender a escrita bíblica acima, uma vez que, mostra uma igreja atuante, com capacidade de servir, amar e colocar os seus seguidores dispostos também a servir, apoiados na máxima “servos dos servos”.

Exemplo disso, é encontrado na figura de Jesus, prerrogativa interessante como forma de dominação, “O modo como é exercido a autoridade deve ser o modo jesuítico, diaconal, cheio de respeito, como entre irmãos, e não como entre o senhor e o súdito” (BOFF, 2010, p. 134). Um exemplo dessa atuação da comunidade para o fortalecimento da Paróquia foi Dona Maria Procópio, que auxiliava o padre, com serviços em sua casa e colaborava na organização da reza do terço todos os dias na capela da cidade. Era um préstimo de servidão que contribuía para a manutenção da estrutura predial e do ideal serva-religiosidade. Em entrevista, suas filhas Judite e Cida Procópio<sup>62</sup> relataram:

**Cida:** Sabe quem que cuidava da igreja por muito tempo, uma mulher que nós chamávamos ela de Dona Maria Magrinha, que é irmã de seu Antônio da Mota [...] Ela zelava a igreja [...] Ai depois que a minha mãe...

**Judite:** A mãe era abelhuda no caso.

**Cida:** Minha mãe ia, começou ir, não porque ela era zeladora e porque ganhava alguma coisa. Ela fazia porque gostava.

**Judite:** Minha mãe nunca teve salário para cuidar. Minha mãe não era zeladora. Minha mãe ia lá via as coisas para fazer e ia fazendo. Que daí ela carpia o quintal, ela ia lá carpi o caminho da casa do padre pra igreja, né.

**Cida:** Nós lavávamos a igreja.

**Judite:** Lavar a igreja, lavar aquelas calçadas.

**Cida:** Minha mãe nunca foi funcionária da igreja, só que daí os padres via a boa vontade dela e pedia pra ela passar as roupas que era aquelas vestes brancas.

**Judite:** Rezava o terço todo dia. Mas ai não era o padre que rezava o terço, era nós. A Juraci<sup>63</sup>, a Cida e a mãe. E a gente ia todo dia. [...] tanto que minha mãe ficou viúva com 38, 36 anos...

**Cida:** A mãe já tinha quarenta anos.

**Judite:** Única coisa que ela se arrumava era pra ir pra igreja, e ia a negradinha toda

A partir desse relato oral, percebe-se que a igreja passou a estabelecer um “poder simbólico”, expresso por Bourdieu (2012) que é um poder-dominação, ligado

<sup>62</sup> Entrevista realizada em 16 de Fevereiro de 2010.

<sup>63</sup> Juraci é a filha de D. Maria Procópio que se tornou Freira da irmandade de São Vicente de Paulo. E até certo tempo morava em Camarões no continente Africano.

ao amor, frágil, vulnerável, pela doação para a igreja que ama, perdoa, convida, oferece possibilidades. A igreja ela não demonstra poderes espetaculares, mas enquanto Igreja-Povo-de-Deus, ela estabelece a confraternização com seus servos que a levarão para seu fortalecimento enquanto instituição não governamental, haja vista, na fala das filhas de D. Maria Procópio há uma visão crítica das filhas por essa sujeição, contudo a mãe demonstrava uma servidão ligada ao amor e à doação.

Os eclesiásticos atuaram também na política, estabelecendo parcerias com a aristocracia local de maneira a influenciar e se fazer presente também na política oficial. Com o objetivo de estabelecer as bases desta formação social os padres e freiras atuaram ainda no processo educacional que passou a ser um elemento importante para a formação moral cristã dos jovens da cidade.

Assim a Igreja participou ativamente da vida escolar, inclusive atuando em alguns momentos como administradores de pequenas escolas, pois conforme padre Marcos escreveu na carta enviada ao casal Claudia e Paulo Lima<sup>64</sup>, dizendo que estava sempre atuando na construção e manutenção das escolas da cidade. Escreve Padre Marcos<sup>65</sup>:

Quando chegamos somente tinha 3 capelas: Nova Andradina, Bataiporã e Fazenda Primavera. A população era muito pequena, a casa paroquial estava sozinha o prédio mais perto era o armazém Primavera a prefeitura e a casa do Sr. Marcilio e Decio. Tinha a escola indo para a Fazenda Baile e a diretora era Dona Lala, muito boa Diretora. O hospital Guiomar Moura Andrade o doutor Mario muito bom doutor. Imediatamente o Sr. Antônio Joaquim de Moura Andrade nos doou um Jeep novinho para atender a gente. Assim fomos visitando: São Bento, Senoi, Bataiporã, Batarrama, Amandina, Porto Primavera e pouco a pouco fomos fazendo as capelas.

---

<sup>64</sup> Paulo Lima é filho de Geraldo Matos Lima, um dos gerentes da Empresa Moura Andrade, homem da confiança do colonizador Antônio Joaquim de Moura Andrade. Claudia é a esposa de Paulo, e foi quem conseguiu o contato com o Padre Marcos, para prestar algumas informações que nos ajudam na construção deste texto.

<sup>65</sup>Carta do Padre Marcos Martinez – 26 de Fevereiro de 2010.

**Figura 10:** Jeep doado Por Antônio J. de M. Andrade ao Padre Marcos (1962)



**FONTE:** Arquivo pessoal de Claudinei A. dos Santos

Na carta, nota-se a relação da igreja com o corpo político do município quando este doa um automóvel para o padre. É evidente que tal doação esperava algo em troca. Talvez pequenos favores, mesmo que relacionados a certo tipo de pacificação dos trabalhadores explorados na empresa madeireira e sem assistências ou leis que os amparassem.

Para argumentar sobre as relações humanas entre a empresa colonizadora a igreja e a comunidade, faz-se necessário retornar ao ano de 1956/57 quando foi construída na cidade de Nova Andradina, a mando do colonizador, uma pequena igreja que atenderia as necessidades religiosas da população que aos poucos surgia e serviria de base e apoio aos religiosos que por ventura estivessem passando pela região, encontrando na igreja um ambiente de sociabilidade e pacificação, pois conforme já se frisou o cristão, muitas vezes busca na igreja uma relativa paz.

No entanto, os estudos indicam que a capela não era muito utilizada nesse período, considerando que a maior parte das missas era celebrada nas fazendas Baile e Primavera onde não havia capela, sendo as missas celebradas ao ar livre. A fazenda Primavera ainda hoje (2014) tem a sua própria capela. No entanto, esse fato sinaliza um redirecionamento e uma concentração dos atos religiosos em um lugar que daria centralidade à vida urbana da cidade, obviamente, além dos rituais religiosos, as festas e outras atividades sociais ganhavam força na medida em que este novo quadro se desenhava.

É preciso destacar que a paróquia era o centro também da vida civil, tais como batizado, casamento, e em muitos casos de velórios. Ou seja, desde o nascimento, passando pelo casamento e na hora da morte a vida civil era marcada e registrada pela igreja que tinha assim o monopólio do saber/poder<sup>66</sup> acerca das vidas.

Neste contexto, tanto a empresa colonizadora quanto a instituição religiosa demonstraram o desejo e a necessidade de se apropriarem desse novo espaço regional e social que se denominava Nova Andradina a fim de criarem uma identidade cultural, social e religiosa, obviamente direcionando estes esforços para organizarem uma comunidade centrada no catolicismo, fato realizado por meio da atuação das pessoas que tinham como ensejo dar continuidade à religiosidade praticada em suas famílias.

Claro que tudo acontece por meio de um simbolismo, um ar de agradecimento aos fiéis, contudo dentro de um fluxo de análises entende-se que haviam interesses imobiliários, extração da renda da terra, ligados à formulação de sistemas mentais capazes de criarem identidade com a terra e com o local.

Ao se estabelecer certa noção de identidade, também se criava alteridades, o que pode ser explicado pela redefinição dos costumes dos populares de socialmente aceitas como válidas para um ideal de civilização pretendida nesse período histórico para o Brasil. Conforme tecemos no primeiro capítulo, a famigerada Marcha para o Oeste, gestada por Vargas e cunhada nos governos sucessores até o regime militar período em que havia a expansão dos ideais de colonização das terras com “vazios ocupacionais”, culminava com a relação pessoal da empresa colonizadora-igreja com a comunidade situando-se além da fé também como meta de negócios. Para Monbeig (1984, p. 241):

---

<sup>66</sup> Para utilizar um conceito caro a Foucault, que o de saber/poder. Assim ao se registrar, anotar, conhecer a vida do outro se deterá sobre ele certo poder de mando e de obediência. Esse conceito foi bem explicado na obra “Arqueologia do saber” 5. ed. 1997. No item 2 “as formações discursivas” “assim a questão é saber se a unidade do discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto” Assim a singularidade do objeto fiel ou cristão são regras impostas pelo saber/poder da igreja. O mesmo vale para o objeto moralidade que só tem validade para o poder/saber católico. Trata-se aqui de desmistificar o natural fazer o que Foucault chamou de genealogia e buscar rupturas onde se pretende linearidades.

Vender terras tornou-se, assim, fonte de recursos menos incerta e mais rendosa. Para que o negócio seja lucrativo, é preciso organizar o espaço; e as empresas de colonização estão melhor equipadas para o fazer. Trabalhos preparatórios para o povoamento, comércio da terra virgem e presença de grandes grupos capitalistas...

Nesse ínterim um objeto do saber/poder é muito bem trabalhado enquanto ferramenta capaz de dar suporte aos desejos eclesiásticos e políticos, trata-se da noção de família que é visto como importante para a disseminação e concretização dos saberes e concepções de mundo a serem transmitidos não só pela Igreja católica, mais diferentes instituições percebem a família como um núcleo social importante no processo de engendramento e reprodução de diferentes práticas<sup>67</sup>.

No caso desse estudo, para um município/cidade em formação o controle desse processo se apresenta como importantíssimo, já que acabará direcionando a vida do “rebanho” a não se distanciar dos objetivos propostos pelo colonizador e pela Igreja. Este tripé família, estado e religião são lembrados por Eduardo Hoornaert (1974, p. 91) que relaciona a continuidade do catolicismo como uma sequência de geração para geração, que assim reflete.

A maioria dos católicos brasileiros tem contato com a igreja por ocasião de acontecimentos familiares como batismo, primeira comunhão, casamento, aniversário, missa de sétimo dia. No Brasil a inspiração religiosa vem do campo, da família patriarcal, enquanto a cidade fica passiva diante desta influência. O familismo sustenta o catolicismo e seu culto e cria a imagem que a classe burguesa guarda da igreja.

O que Hoornaert (1974), acima anuncia como natural, não é tão natural assim, haja vista que essa passagem pela igreja, do nascimento à morte, é um trajeto quase imposto pelas práticas sociais nascidas pelo mundo eclesiástico que por coincidência ou não chegam juntos! Cabe aqui uma séria reflexão acerca dessa junção e chegada num lugar entre a Igreja e as pessoas. Nos dizeres do próprio fundador do município Antônio Joaquim de Moura Andrade “para se fundar uma cidade é necessário três “pês”; padre, polícia e puta”. Esta última personagem será

---

<sup>67</sup> Para a sociologia “as instituições sociais dizem respeito às relações que os homens estabelecem com o domínio meta empírico da realidade, ou seja, com o que está além da possibilidade de observação”. Não resta dúvida de que a religião é uma das instituições mais importantes para a organização social, precisamente pelo seu conteúdo moral (VILA NOVA, 2008, p. 180).

analisada posteriormente, em relação à polícia essa era de cunho particular e exercida pelos próprios jagunços dos fazendeiros armados.

A participação da comunidade via coerção<sup>68</sup> católica ocorre nesse processo desde a realização dos ritos, que permitiam uma sociabilização e formação de um coletivo de católicos, até a organização para a construção e efetivação material da Igreja que elevou Nova Andradina à Paróquia. Nos escritos de Hoornaert (Ibidem), também é possível comprovar que o “familismo rural é típico para o catolicismo nas cidades brasileiras”, pois os residentes na cidade eram poucos comerciantes com suas famílias e homens solteiros que normalmente trabalhavam com as máquinas ou nas serrarias do colonizador.

Não obstante os dizeres do padre Hoornaert (1974) em “A Formação do Catolicismo Brasileiro”, pôde ser confirmado nas entrevistas que algumas famílias vieram morar em Nova Andradina no final da década de 1950, e participaram ativamente dos atos religiosos no Bairro Senói, atual Bairro Escolinha, juntamente com outras famílias que também eram estimuladas pela Igreja a darem continuidade e fortalecerem o catolicismo que já praticavam.

Os depoentes informaram que quando chegaram à Nova Andradina, já existia uma pequena igreja construída no lugar onde atualmente está a igreja matriz. Mas a infraestrutura básica para realização dos atos religiosos não podia ser encontrada nos bairros, a maior parte desses atos religiosos era praticados nas casas dos moradores. De acordo com o relato do casal Argenide e Olívio<sup>69</sup>:

**Argenide:** Em 1959, nós fez aquela igreja lá. Nós construiu, onde é a capela hoje era tudo mato ainda. Ai nós que derrubou, né? As turmas que chegou, que derrubou, que fez a escolinha de tabua, que fez a igreja de tábua.

**Olívio:** a igreja e a escola.

**Dona Argenide:** quem arrumou a escola foi a prefeitura que fez, né? Mais nós fez a igreja.

**Olívio:** Tinha muito, tinha o japonês, que era carpinteiro, o Yano que

---

<sup>68</sup> Aqui é utilizado o conceito de coerção no sentido durkheimiano. Para o sociólogo francês Emile Durkheim, em seu clássico estudo sobre o fato social, apresenta as regras que regem tal fato social; sendo exterior, geral e coercitivo. Segundo ensina Durkheim a religião é uma instituição social e sendo assim deve ser compreendida como fato social. Nesse contexto e sendo um fato social possui a característica de coerção, conforme explica o próprio Durkheim a coerção do fato social é uma “coisa” positiva que faz com o indivíduo, pense e aja na sociedade de maneira orgânica. (VILA NOVA, 2008, p. 78).

<sup>69</sup> Entrevista Realizada em 24 de Abril de 2010.

comprou sítio, tinha outro japonês que trabalhava bem de carpintaria, e tinha naquela época mais uns rapazes também, e tudo deu o serviço e não precisava pagar né. E juntou tudo e vai, e vai, vai.  
**Argenide:** É a primeira igreja feita aqui dos rural, né?

Assim sob o comando da Igreja Católica e com forte contribuição dos leigos fiéis, em 1959 foi construída a Igreja Católica do Bairro Escolinha, obra resultante da contribuição dos moradores do Bairro não só com a mão de obra mais também com a doação do material para a construção. Foram construídas uma capela e um prédio e uma pequena escola no bairro que estava se formando. Posteriormente a instituição escolar passou a ser estimulada e incentivada pela Empresa Moura Andrade.

A narrativa do casal Dan, demonstra a participação da comunidade e ressalta mais uma vez a figura importante do Frei Luiz neste processo principalmente quando se menciona a primeira missa do bairro Senói. Questionados a respeito de como aconteciam às orações ou se seguiam instruções dadas por algum padre que esteve pela localidade. Fala Dona Argenide:

Frei Luiz, ele já vinha, só que antes de fazer aquela capela lá, tinha uma capela, perto do sítio nosso, retirado aí uns mil metros, que era do finado Tributino, a primeira missa que teve lá, foi na capelinha do finado Tributino, era uma capelinha pequeninha que tinha feito no sítio dele... Que não tinha feito a igreja ainda... A primeira missa lá foi dia, se não me engano foi dia vinte de janeiro, que ele (frei Luiz) rezou a missa lá naquela capelinha [...] em janeiro de 1959, é que foi rezada a primeira missa nessa capelinha.

Assim, a comunidade por meio das entrevistas ressalta a figura eclesiástica do Frei Luiz neste processo, ao mencionarem que a primeira missa do bairro Senói foi celebrada por este religioso. A realização das celebrações da igreja católica até 1960, não conta de maneira efetiva com padres, os ritos eram conduzidos contando com ação e participação significativa dos fiéis, conforme o Livro Tombo.

A população local participava e organizava as festas religiosas que possibilitavam a constituição de um momento, um lugar de sociabilidade, solidariedade e convivência entre os membros da comunidade. No relato mencionado anteriormente sobre a relação igreja e fiéis é possível compreender a constituição dessa unidade. Outra vez denota-se ausência mínima do Estado na

construção da cidade. Para preencher essa lacuna é o próprio patrão e a Igreja que atuam como agentes, por isso acontece esse afetivo vínculo entre Empresa colonizadora e instituição religiosa.

Nesse período como se podem observar nos registros da Igreja, as pessoas costumavam se reunir para uma atividade social religiosa importante: rezar terço. E quando sabiam da vinda de algum religioso, padre, teriam missa e liturgia. Neste contexto de criação de um ambiente de sociabilidade, não era incomum encerrar a celebração com a realização de uma quermesse logo após os atos religiosos.

Estabelece-se então uma relação entre o ato religioso e a festa, o que, por sua vez, pode ter levado a uma relação direta entre a vinda do religioso, a realização dos atos religiosos e um momento de reunião e confraternização entre os moradores do lugar, pois a expectativa com a vinda do padre se tornava também a perspectiva da realização da festa<sup>70</sup>.

Em 1960, passou a morar em Nova Andradina o religioso da Paróquia de Bataguassu, Arnaldo Castiglioni, que deixou a cidade em curto espaço de tempo, sendo substituído pelo padre Marcos Martinez Royo, espanhol, que se instalou na casa Paroquial de Nova Andradina, imóvel doado pelo colonizador Moura Andrade, anos antes. Outra vez a relação paternalista e de interesses mútuos entre Igreja e Poder local, oligarquia.

De acordo com as entrevistas nota-se que o religioso Marcos Martinez teve atuação efetiva junto à comunidade, apesar da existência de problemas como a dificuldade de comunicação e de locomoção. Percebe-se ainda que o Padre Marcos foi cauteloso no processo de aproximação com a comunidade, que só se efetivou meses depois.

Contam as irmãs Procópio que o início do trabalho de Padre Marcos, não foi um sucesso. A tarefa de impor uma presença atuante da Igreja Católica nos espaços pouco estruturados foi intensa, devido em parte, ao processo de comunicação que não se estabelecia muito bem uma vez que, o seu idioma espanhol era um entrave. Essa dificuldade fez com que nem todos permanecem ligados ao padre. Outro

---

<sup>70</sup> Para maior aprofundamento dessa temática da área da história social é recomendado o livro “O império do divino” de Martha Abreu, 1999. Cita-se aqui breve passagem “O século XIX recebeu de herança o que ficou conhecido por ‘religiosidade colonial’ ou ‘catolicismo barroco’... As práticas católicas eram marcadas pelas espetaculares manifestações de fé, presentes nas pomposas missas, ‘celebradas por dezenas de padres e acompanhadas por corais e orquestras...’” op. cit., p. 33.

aspecto esteve relacionado à distância que as pessoas mantinham da figura do padre por considerá-lo um homem sagrado e de respeito. De acordo com as palavras de Judite e Cida Procópio:

**Judite:** Mas foi falado pra você que o padre Marcos no começo até passou fome aqui.

**Cida:** É antes ele até passou fome, ele não sabia falar português, ele falava tudo diferente.

**Judite:** Ele era da Espanha, né? Ele passou fome, aí um dia, é... Foi lá na casa dele umas senhoras da sociedade e tal, e tal, aí viram que estava limpo, ele não tinha nada para comer.

**Cida:** Não tinha comida, trouxeram e deixaram. Não tinha salário.

**Judite:** Deixaram ele lá dentro de casa sem nada, ele não ganhava nada. Ele não tinha pagamento, ele não tinha dinheiro. Ele não sabia conversar com ninguém, sabe lá Deus quantos dias, quanto tempo esse homem ficou lá passando fome? Dentro de casa, uma casa limpa, em que num tinha nada de comer. Tinha tudo dentro de casa, menos comida.

**Cida:** Eu acho que nem empregada, tinha.

**Judite:** Não. Minha mãe que lavava sua roupa e passava.

**Cida:** Aí depois fez amizade com seu Décio que foi prefeito, aí comia na casa de seu Alcides.

**Judite:** Aí ele começou a ser recebido, na casa dessas pessoas<sup>71</sup>

No contexto mencionado, as dificuldades na estruturação da capela não foram pequenas e a superação dos obstáculos só foi possível devido ao empenho dos pobres que se sujeitavam a limparem e fazerem o serviço pesado de instalação, restando para o padre moralizar e disciplinar essa mão de obra gratuita quer na construção da Igreja, quer para as inúmeras serrarias da cidade. O padre vivia então nas casas das senhoras ricas pertencentes às famílias em melhor situação financeira que o recebiam sempre em suas residências e após, começou a participar dos eventos conforme entrevista acima.

Ao estudar a participação da comunidade pobre, percebe-se que a concretização da Paróquia Imaculado Coração de Maria contou com a mão de obra desses sujeitos na maior parte trabalhadores migrantes e simples, cumprindo à figura do padre o papel de empreiteiro ou fiscal destes trabalhadores da causa social, principalmente na organização de eventos religiosos, políticos e sociais.

---

<sup>71</sup> Entrevista Realizada em 16/02/2010.

**Figura 11:** Confraternização com Padre Marcos Martinez Royo e parte da comunidade rica (1966). A imagem acima revela o padre junto ao meio social dos ricos.



**FONTE:** Arquivo pessoal de Claudinei A. dos Santos

José Augusto Colodel (1988) comenta sobre a valorização do padre que exercia um papel central dentro da comunidade existente. À medida que ele passava a assumir maior reconhecimento, sua presença tinha mais peso e o mesmo era mais requisitado nos eventos. Colodel (1988, p. 25) lembra que:

Para os colonos não existia padre sem capela e nem capela sem a presença de um padre, as duas coisas eram impensáveis. O padre representava a autoridade religiosa, a intermediação entre a fé terrena e o reino dos céus. Não era admissível para esses colonos que alguém pudesse viver sem passar pela ritualização expressa pela igreja. A religião era indispensável para o prosseguimento de uma vida correta. Assim para esses colonos viver sem a presença de um padre e de uma capela tornava-se impensável.

Porém o autor citado não menciona de que esta ânsia pela presença do padre constitui uma regra de moralidade, de tradição e de hábitos católicos impostos à população desde o período colonial, assim, era mesmo evidente que tais colonos necessitassem da figura do mesmo e fariam de tudo para o terem perto de si, como se emanasse dele a figura de um protetor. Num lugar em que a justiça e a participação do estado de direitos era totalmente ausente, se fazia emergente outra instituição social que pudesse suprir as necessidades sociais e logo espirituais.

A relação entre o clero e o fiel se caracterizava por uma mútua cooperação por um projeto concebido pelo colonizador e pela a Igreja, forma que assumiu a colonização de Nova Andradina, permanecendo a autoridade eclesiástica do religioso. Como exemplo, destaca-se a função social e política das festas comemorativas do mês de maio, que celebravam a devoção do Imaculado Coração de Maria. Eram durante as festas se arrecadavam recursos financeiros para a igreja. Percebe-se que a atuação do padre era a de potencializar as ações do conjunto dos fieis, estimulando a vontade das pessoas em alcançar os objetivos do coletivo e da Igreja. Essa verba coletada ia para os cofres da Igreja.

Há no Livro Tombo da Paróquia de Nova Andradina, relatos da primeira festa em benefício da Igreja da cidade que se realizou no dia seis de maio de 1961, às 19 horas, a festa continuou a ser realizada todos os sábados e domingos do mês de maio daquele ano, contando com o encerramento das festas nos dias trinta e trinta e um do mesmo mês com a presença do Bispo Diocesano, Carlos Schmitt.

No Livro Tombo, quando se relata os acontecimentos do primeiro mês de maio, enfatiza-se o encerramento das festividades no dia trinta e um pois coincide com a data da missa em que ocorreu a primeira comunhão de quatorze meninos e vinte cinco meninas, após a crisma e às 18 horas a procissão com a coroação de Nossa Senhora do Sagrado Coração de Maria. Percebe-se ainda pela leitura do livro que as festas foram bastante animadas e contou a presença de muitas famílias, o que, para os organizadores, significava manter a ordem e o sentido religioso da festa.

Segundo Foucault (2011, p. 119) forma-se uma política de coerção que constituem: um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de alguns elementos, gestos e por fim dos comportamentos. As festas serviram para, por meio do trabalho dos fieis, arrecadar verbas para a construção e formação da paróquia de Nova Andradina e para proporcionar locais adequados à formação educacional bem como o atendimento médico na Santa Casa de Nova Andradina (Figura 11).

**Figura 12:** Prédio da Santa Casa em Nova Andradina em 1964. A frente do prédio um grupo de irmãs Maristas.



**FONTE:** Museu Municipal de Nova Andradina.

De acordo com relatos das pessoas entrevistadas, a escola municipal laica Antônio Joaquim de Moura Andrade existia desde o ano de 1958, entretanto, houve um interesse maior do padre Marcos Martinez, que convenceu a comunidade para a construção de outra escola com intuito de atender ao menos os quatro primeiros anos da educação básica da época. Foi de grande importância o interesse do padre e dos fiéis para que fosse construído o Ginásio Santo Antônio de orientação religiosa católica. Relata Padre Marcos.<sup>72</sup>

No ano de 1962, começamos a pensar que tinha que fazer um ginásio, pelo menos os quatro anos, eu (padre Marcos) com o jipe comecei a pedir pelas fazendas gado para a construção do ginásio. O Senhor João do Baile, mineiro, me ajudou muito para falar com os fazendeiros. Havia um terreno na cidade que era para a prefeitura para construir uma escola. O senhor Décio de Matos, presidente da câmara e o prefeito doaram para a igreja. No ano de 1963, começamos pouco a pouco a construção. No ano de 1963 começamos o ginásio, mas como não tínhamos prédio, começamos um grupo na prefeitura e outro em clube japonês, muito perto da casa paroquial. O senhor Luis Soares de Andrade, trouxe um inspetor da Secretaria de Educação de São Paulo e então o ginásio já era oficial e legal. Os professores foram: Português: Marilda Silveira. Matemática: Dona Tereza, esposa de Maurílio, História, Sr., Conceição, Geografia, Padre Marcos, Educação Física: Shirota. Começamos a construir o ginásio no terreno que a prefeitura nos doou, a primeira fase foi três classes. Tudo isto foi possível com o gado que recebi, a quermesse e as verbas que consegui do governo

<sup>72</sup> Carta de Padre Marcos Martinez, 26 de Fevereiro de 2010.

federal com ajuda do Senador Auro Soares de Moura Andrade. Assim fomos construindo até que completamos as cinco classes. Acho que no ano de 1966, tivemos a primeira formatura de doze estudantes. Lembro-me de alguns alunos, Catarina, Oshiro, um filho do João do Baile, Jessé que morava na Vila Operária e agora é doutor de Bataiporã, João Bezerra e outros.

Muito pertinente notar na fala do padre sobre a intervenção do Senador Auro de Moura Andrade que, lá do Congresso, conseguiu enviar verbas para a cidade do seu pai. Seguem ainda informações acerca da relação da Igreja, poder espiritual, com o poder temporário. As doações efetuadas pela elite, os gados e também o jipe, revelam a “força tarefa” na construção de um local que deveria congregar as almas, bem como pacificá-las para a justiça e para o trabalho, ideal imposto pela igreja e pela elite. Não fica claro no documento, quais as diretrizes curriculares seguidas pela escola, mas, a hipótese mais aceita é de que ela tenha seguido a postura proposta pela igreja, ou seja, conteúdos de caráter religioso.

É possível ainda perceber, a partir deste exemplo, o trabalho que a instituição religiosa exerce na cidade com a função disciplinadora e a formação de pessoas letradas que pudesse “desenhar” um projeto de sociedade no seio da cidade de acordo com suas referências religiosas<sup>73</sup>.

Portanto, a Igreja Católica de Nova Andradina atuou na formação cultural da sociedade ao aglutinar sujeitos e instituições que pudessem levar adiante suas propostas, além de protagonizar a conservação de sua tradição secular. Seu papel era o de formar indivíduos dóceis e úteis para o sistema em gestação, nesse caso, representado pelo oferecimento da educação cumpre essa função de passar os conteúdos básicos para formar dos homens que o futuro administrariam a pequena cidade Sul-Mato-Grossense, que traz em seu bojo o nome de seu Fundador e as marcas da religiosidade católica conservadora.

Nesse sentido, entende-se que a ação da igreja sobre a sociedade é a aplicação de um capital político<sup>74</sup>, de ideias em que a instituição está acima da sociedade portanto, determina ou encaminha as diretrizes da sociedade por

---

<sup>73</sup> F, L e R: Gândavo e o ABC da colonização: “Na mão livros, noutra ferro e aço: A rege e ensina, e outra fere; Mais c’o saber se vence que c’o braço”. [História, Tercetos, fl. 3] – ALCIDES, Sérgio (S/d).

<sup>74</sup> Entende-se aqui o capital Político como os meandros simbólicos utilizados pela empresa colonizadora e a instituição religiosa para dominar a comunidade sem o uso da força, apenas pelas ideias.

diferentes meios de dominação. Ao verificarmos o Poder simbólico que emergem nestas ações Bourdieu (2012, p. 194) escreve:

A delegação do capital político pressupõe a objectivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em máquinas políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias. Ela é própria de empreendimentos políticos já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objectivado, em formas de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos de poder local ou central e em toda a rede de empresas [...] que vivem em simbiose com esses organismos.

Pode-se afirmar que a instituição Igreja Católica atua no seio do capital político gerenciador e organizador da sociedade, o capital da dominação aqui investido simbolicamente, tem por objetivos por um lado, arrebanhar fiéis, por outro, cativar mão de obras para utilização das classes dominantes na sociedade em que a igreja está inserida. Nada é por acaso, e como já foi lembrado anteriormente neste texto por Boff (2010), a igreja não atua em campo isolado, morto, a fraternidade e a igualdade proposta por diversos meios de ações sociais e religiosas, de alguma maneira, tendem a equilibrar a sociedade nos ínterims das especulações da política religiosa e colonizadora, caracterizando não apenas a experiência eclesial, mas especialmente a confirmação da composição colonial existente no Brasil desde o século XVI<sup>75</sup>.

No ano de 2004, Dermi Azevedo escreveu um artigo publicado na Revista Estudos Avançados intitulado: “A Igreja Católica e seu papel político no Brasil”, que apresentou o contexto da década de 1970, abordando o período de transição que vivia a Igreja Católica da época e enfatizou o papel moderador da instituição na sociedade. Em seu trabalho, indicou ainda, o poder que a referida instituição exerce sobre a sociedade. Azevedo (2004, p. 18) analisa:

A Análise do papel da Igreja e da CNBB aponta, em primeiro lugar, para a complexidade da Igreja como instituição dotada de poder tradicional (...) embora se constitua em fator de poder, a Igreja, diferentemente do passado, não busca exercê-lo de forma direta (...)

---

<sup>75</sup> Tendo o Ouro a gente Leva a Fé. Tendo a Fé a Gente leva o ouro.

age, porém, de forma a influir na política e nas políticas, com base na mensagem religiosa e sociopolítica. (...) Esse papel é resultante de todo um processo ideológico e histórico de construção de um papel específico da Igreja, no Brasil e na América Latina.

Neste sentido, a participação da instituição religiosa foi influente na formação de cidades no Brasil, e em Nova Andradina, é possível verificar diversas situações em que houve extrema atuação dos religiosos. A educação é um setor alvo assim como a saúde que manteve a tradição difundida desde o período colonial com as Santas Casas de Misericórdia, fazendo o atendimento médico com o auxílio de religiosos.

Observa-se neste processo a distância do Estado, ou melhor, a sua não presença na construção do considerado básico para a existência de um grupo social em um determinado lugar, por outro lado, a figura do colonizador e a Igreja tomam para si esse papel de condutor dos processos sociais e de satisfação das necessidades dos moradores do local.

O que o autor não revela é que esse é o papel do Estado, que foi redistribuído para a Igreja, nesse jogo as duas instituições saem ganhando; o Estado se ausenta sem ônus; a Igreja se encarrega dos tributos, via dízimos. Resta questionar quem sai perdendo? É evidente que o homem pobre, pois deslocado no tempo e no espaço à mercê de um tipo de educação e sociabilidade essencialmente religiosa, vê seus anseios civis se distanciarem, assim como seus direitos civis e humanos, monopolizados pela instituição católica apostólica romana.

Cumpria à Igreja formar um corpo de funcionários para o Estado que não tinha um mínimo sequer de reflexão acerca das condições de classe ou de luta de classe, pois que esse papel era a Igreja quem exercia, escamoteando as diferenças de classe, cargo da Igreja. O papel da Igreja era o de escamotear as diferenças de classe, as lutas de classe, por meio do jogo de palavras “somos iguais, filho de um mesmo Deus”! Conforme a reflexão apresentada por Alcir Lenharo em sua obra “A sacralização da política que aborda a mesma temática”. Para Lenharo (1986, p. 18):

A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados

pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava.

Percebe-se então que, no processo de colonização, existe uma ação conjunta entre a Empresa colonizadora e a igreja. Os mesmos promovem um discurso religioso para legitimar o discurso político, algo como formasse juntos um “escudo” visando à proteção que necessitam mediante o processo colonizador e, mais ainda, para se manterem no poder, tendo-se em vista, a religiosidade desempenhar o papel de legitimação da ordem estabelecida, pois, a grosso modo, a ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem da política de colonização. Ainda lembra Bourdieu (1987, p. 46):

[...] a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário (...) Em outros termos, a religião permite a legitimação de todas as propriedades características de um estilo de vida singular, propriedades arbitrárias que se encontram objetivamente associadas a este grupo ou classe na medida em que ele ocupa uma posição determinada na estrutura social (efeito de consagração como sacralização pela ‘naturalização’ e pela eternização).

Observamos a partir do trecho acima e ao analisar o “carisma” religioso a partir de seus vigos simbólicos, que os agentes religiosos investem-se desse poder e o utilizam com a comunidade e acreditam veementemente na potência deste poder simbólico que exercem, como se fossem profetas enviados por Deus.

Mais importante é entender que a política de colonização não é cega, ela enxerga longe e utiliza todo poder simbólico para enfatizar sua autorepresentação, conforme apresentou Lenharo (1986, p. 18). Seja como for, a impressão que fica é de que a política da empresa colonizadora e a religião andam sempre de “mãos dadas”, e o povo por sua vez, sempre espera de ambas, a coordenação organizada de suas vidas.

Desta forma, o serviço social, cultural e moralizador dentro da comunidade naquele período, foram executados pelas irmandades, formando uma sociedade da qual ninguém escapava à necessidade de apelar para a instituição religiosa. Liliane Fernandes analisa em seu texto “As Santas Casas da Misericórdia na República

Brasileira” (2009), qual era o interessante dos religiosos na participação nos trabalhos das Santas Casas. Comenta Fernandes (2009, p. 79):

No Brasil, apesar de as condições de ensino da enfermagem serem precárias, o custo de um enfermeiro laico era mais elevado que o das freiras, pois as técnicas sanitárias eram praticamente as mesmas. [...] na verdade era mais simples recorrer às religiosas que ali se dispunham pelo preceito da caridade do que despendere recursos formando um grupo laico, como já foi sugerido.

O excerto acima confirma ser comum a instituição religiosa controlar os recursos e as atividades nas Santas Casas por considerarem alto o custo de profissionais nesta área. Em Nova Andradina, essa ação também aconteceu somando-se ainda a esse fator determinante, a falta de políticas públicas para esse fim. Segundo o Histórico do Hospital Guiomar Soares de Andrade, o mesmo foi construído no ano de 1957 pelo fundador Antônio Joaquim de Moura Andrade, dotando o prédio de recursos básicos para torná-lo operacional. A intenção era a implantação de um hospital que atendesse a necessidade dos moradores do município de Nova Andradina, criou-se então a Associação Civil denominada “Irmandade da Santa Casa de Nova Andradina”, tendo como constituintes os senhores Luiz Soares de Andrade, Teutly Soares Leitão e Durval Andrade Filho.

Na entrevista com Antônio Fernando foi possível entrever que a manutenção do hospital durante anos ficou por conta da Empresa Moura Andrade. A mesma pagava as despesas com os atendimentos e também os custos das prestações de serviços do Médico que clinicava no Hospital, Doutor Mário Roberto de Lima Marinho que veio da cidade de Adamantina, Estado de São Paulo. Possivelmente, o Governo do Estado, bem como o Senador Auro de Moura Andrade enviava as verbas que ele administrava e repassava em parte para o hospital. Nota-se que o jogo político-religioso aqui também se faz com vistas à economia.

Conforme ressalta Fernandes (2009), era mais viável empregar o trabalho religioso nos hospitais levando-se em conta os custos e a disposição das freiras para a ação social. No ano de 1964 as freiras assumiram o hospital entretanto, no ano anterior as senhoras Maria Regina Bueno de Andrade e Maria Aparecida Gamba Leitão, esposas de fundadores, promoveram a participação da Associação União

Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem na instituição. Está escrito no Histórico da Santa Casa de Nova Andradina:

Vieram então as irmãs Vicentinas para conhecer o hospital na nova cidade ainda em março de 1963. Em 1964 assumiram os trabalhos de sua direção, acontecimento este que contou com a presença de dom Carlos Schmitt, bispo de Dourados e dos membros da sociedade local e da colonizadora. Fundou-se o Hospital Guiomar Soares Andrade<sup>76</sup>, em 15 de setembro de 1965, sendo seus atos constitutivos registrados no Cartório 1º. Ofício da Comarca de Nova Andradina, em 23/08/1966 e no CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social sob nº. 230.162/68, ocasião em que o imóvel onde funcionava o hospital foi entregue àquela entidade vicentina. Participaram dos atos de sua fundação os senhores Luiz Soares de Andrade, Teutly Soares Leitão, a superiora Provincial Madre Maria Sinforosa e Padre Marcos Martinez Royo, tendo sido designadas para ocupar cargos na diretoria do hospital ao longo dos anos as irmãs Edith Maria, Maria Leocádia, Maria Elisa, Maria Emilia, Tereza José, Abigail Maria e Maria Felícia constando seus nomes em atas (Histórico do Hospital Guiomar Soares de Andrade, 2002).

As freiras eram encarregadas da administração do Hospital, sendo mantida a simbologia da caridade, ou seja, não havia cobranças pelo atendimento dos pacientes, porém, obviamente as doações no sentido de manter a instituição em funcionamento eram sempre bem vindas. Para a prefeitura, esse relacionamento era perfeito mão de obra desqualificada para o serviço e barata: mais verbas no caixa para outras providências.

Então, na formação de Nova Andradina, o trabalho de expansão da instituição religiosa se deu concomitantemente ao trabalho educacional e social desenvolvido pelos religiosos. Desta maneira, conforme se lê no Livro Tombo, o padre Marcos idealizou a construção de uma nova capela na Vila Operária, tendo em vista atender as pessoas que residiam no local. Naquele período, a maior parte da população da cidade morava no bairro, área onde também estavam instaladas as dezenas de serrarias do município. Ou seja, outro local para os mais pobres. Assim se distinguem ricos e pobres. Note-se que o nome do bairro é bem sugestivo, Operária, e isso requer uma capela própria. Para isso os próprios operários trabalhavam na

---

<sup>76</sup> É interessante lembrar que relacionar nome de prédios e instituições com o nome de membros da família do proprietário da Empresa Colonizadora também pode ser parte do “Poder simbólico Local” com o discurso da ideologia carismática de colonização.

construção do seu próprio espaço, posto que a matriz já existia e era centralizada, próxima das famílias com melhores condições sociais.

Para isso, padre Marcos também contou com o trabalho gratuito da comunidade dita operária. Ao entrevistarmos seu Luiz Sussi, o mesmo relatou o grande esforço da comunidade em prol da construção de mais uma capela. Seu Luiz contou que gerenciava a serraria São Cristovão na Avenida Baile e tinha um amigo chamado Alfredo Manfredini, amigo de padre Marcos Martinez, e por sua vez tornaram-se amigos, e a partir de então começou a receber periodicamente a visita do padre na serraria. Seu Luiz Sussi<sup>77</sup>, conta que:

O padre Marcos, quis fazer uma visita na vila Operária, né? E ficamos conhecidos assim, e com bastante amizade, então ele quis que fizesse uma igreja lá na vila, né? Pra acolher o pessoal assim, ajudar na religião, então falei: vamos fazer. Ai então o Padre Marcos, a gente tinha bastante amizade assim, muita confiança na gente. Ele falou, então vamos a igreja ai, já arrumei o terreno. Mas acontece que a igreja, a gente até tem dinheiro para construir a igreja, mas a igreja é construída com auxílio do povo. Tem esse costume ai, e você Luiz, vai ficar sendo o presidente da comissão. Ai eu falei, mas eu num tenho prática. Não, não tem nada não, mas você vai fazer. E seu Argemiro vai ser o vice-presidente, entendeu. Então ajeitamos o terreno lá, fizemos lá diversos leilões assim à noite, aquele tempo então não tinha energia aqui na cidade, então na serraria a gente tinha um motorzinho com gerador, e a noite a gente levava lá, fizemos uma porção de casinha com os empregados da serraria, limpamos o terreno, fizemos uma porção de quiosquinho assim para as barracas e então instalamos este motorzinho lá a noite, então tinha energia lá. O povo procurou auxiliar demais, e o pessoal da cidade ia tudo pra lá, porque era novidade, tinha quermesse lá com energia e tal. E aí construímos a igreja lá, assim com doação do povo e meu patrão também que falou: não, se pode pegar a madeira, o material que for preciso aí, madeira, essas coisas para fazer a igreja. E acabou construindo a igreja. Então o padre Marcos falou: e que nome que a gente vai colocar na igreja? Qual o padroeiro da igreja aí? Eu falei, ó, padre, num sei, a gente é devoto a Santo Antônio. Não é isso aí mesmo, a igreja de Santo Antônio. Então fico a igreja de Santo Antônio, uns tempos. Depois com a evolução, aí mudaram pra igreja de material e já puseram o nome de Nossa Senhora de Lourdes.

Dos fiéis a igreja utiliza a amizade fazendo-os verdadeiros escudeiros. Sucede que todo o “carisma” anteriormente tratado e vislumbrado por Bourdieu (1987) faz com que a Igreja faça uso da mão de obra sem que o cedente perceba

---

<sup>77</sup> Entrevista realizada em 10 de Abril de 2014.

isso como um esforço que provoque cansaço, ou que atrapalhe o seu dia, mais como fator de agregação fiel ao meio religioso. A igreja utiliza um discurso profético, que o fiel aceita como a compra de um pedaço no céu, enquanto a Empresa colonizadora dá seu papel de aceitação para ganhar sempre mais a contribuição das mãos servis e sociais do povo.

O relato no Livro Tombo, sobre a Semana Santa iniciada no dia doze de abril do ano de 1965. De acordo com o padre Marcos Martinez, a primeira Missa aconteceu na Vila Operária neste mesmo dia e apesar da grande tempestade de chuva que caía, o número de pessoas participantes da missa foi muito grande. O padre Marcos, escreveu sobre o mês de maio de 1965, comentando as visitas de Nossa Senhora Aparecida às casas, rezando o terço, em procissão e família, sendo organizada para Nova Andradina, Vila Operária e Bataiporã e que todas as quartas-feiras visitavam a Fazenda Primavera.

Ressalta-se que, as visitas missionárias do padre tinham alguns objetivos, dentre eles, arrecadar dinheiro e formar uma comissão para construção da capela de Santo Antônio na Vila Operária. Com o objetivo de realizar a construção, foi necessária grande contribuição em dinheiro, trabalho e animais da comunidade. Escreve Padre Marcos (Livro Tombo da Paróquia de Nova Andradina):

26, 27 e 28 de junho de 1965, organizamos e realizamos a primeira quermesse na Vila Operária (Maloca), para a construção da mesma igreja. As festas foram bastante animadas. A igreja tinha como padroeiro Santo Antônio.

Leia-se que a festa estava tanto animada quanto lucrativa. Portanto, essa relação entre clero e fiéis demonstra tendências de obediência e cumplicidade, as pessoas se entregavam com tamanho fervor o que sempre facilitava a conclusão das obras que o religioso mandava. Registros no livro Tombo dão conta de que a instituição tinha conseguido o dinheiro para construir a capela da Vila Operária, mas o padre fez com que os trabalhadores fizessem o serviço de graça, advertindo que as capelas não eram apenas o local para realização de missas e cultos, mas também lugar social da comunidade, de tomadas de decisões, de festas e aproximação, provocadas no e pelo espaço religioso.

No mínimo curiosa essa revelação: a de que a Igreja tinha o dinheiro para pagar os pedreiros e os serventes, porém, o padre pediu que o serviço fosse gratuito com o discurso de que a construção iria servir também para os pobres se reunirem.

Pode ser averiguado no Livro Tombo que o religioso realizou algumas conquistas tanto para a igreja quanto para a prefeitura, serviços apreciados por Dom Carlos Schmitt, bispo diocesano, no ano de 1965. Escreve Dom Carlos Schmitt (Livro Tombo da Paróquia de Nova Andradina):

Visitamos a capela do Senói, São Bento, Fazenda Primavera, Bataiporã e Nova Andradina. A influência dos fiéis foi grande em toda parte destacando-se a das conferências especializada dos solteiros e casados. A região visitada é nova e apenas há 4 anos tem sacerdote permanente. Porém podemos comentar que a existência religiosa é boa e eficiente, apresentando já bons resultados. Merece especial menção os esforços do Padre Marcos no setor do ensino e na vinda das Irmãs Vicentinas, sem dúvida alguma uma grande benção para a paróquia e toda a região. Abençoamos os planos já projetados para o futuro, no campo social e religioso. Dom Carlos Schmitt, 21 de março de 1965 (Livro Tombo da Paróquia de Nova Andradina).

As anotações feitas pelo bispo diocesano demonstram as realizações do trabalho de padre Marcos, que, em menos de cinco anos, construiu cinco igrejas com o trabalho dos pobres e mão de obra não remunerada. O padre agiu como mediador e organizador de frentes para a educação e saúde, ocupando o papel que cabia ao estado e aos administradores municipais, porém, com uma enorme vantagem para os cofres públicos: não despender dinheiro nessas áreas ao fazer com que os fiéis trabalhassem para o desenvolvimento da cidade de Moura Andrade.

Assim, conforme é possível ver no Livro Tombo da paróquia, o trabalho religioso e administrativo tornou-se intenso. É possível ainda notar os elogios de um bispo, justificáveis pelo sucesso material e econômico que tal padre rendia à igreja. Deste modo, a presença da Igreja Católica em Nova Andradina passou a ser fundamental em virtude do tipo de relação que ela estabelecia com seu fundador e com sua elite política, social e econômica.

As ações religiosas redimensionaram a constituição do desenvolvimento urbano dessa cidade e por consequência, de toda região circunvizinha. Obviamente

à medida que os trabalhadores avançavam nas construções de capelas para a igreja os seus representantes foram se fortalecendo junto à comunidade. Os ordenamentos feitos à comunidade eram prontamente atendidos.

Decorrendo desses fatores que fora estudados até o presente momento, é possível reconhecer o papel catalisador e centralizador da Igreja Católica em relação ao processo de urbanização do município, bem como seu projeto conservador de sociabilidade via moralidade cristã. A história desta instituição em Nova Andradina liga-se à noção de que a mesma se tornou sujeito da história no município e seu aspecto conservador pode ser observado pelo epíteto “cidade sorriso”.

O papel dos religiosos continuou a ser de uma atuação rigorosa. Os párocos realizavam ações que aumentavam o vínculo com a comunidade, desde as visitas nas residências sítios e fazendas, até mesmo nos rituais religiosos, atos que incrementavam a relação dos fieis com a instituição religiosa. Tais ações eram de visitas no sentido da vigilância, do controle, mas em última instância de punição. Ser delatado como pecador seria um crime tão hediondo, pelo fato do “pecador” ser excluído da pequena vida social, ou da igreja. Assim o saber/poder, já estudado nesta pesquisa é visível nas visitas dos padres junto às casas.

Eduardo Hoonart (1974) escreve sobre estes simbolismos, que facilitam os laços entre instituição e povo. Para Hoonart (1974, p.56):

Em primeiro lugar é preciso entusiasmar. O povo precisa “vibrar”. O que importa não é tanto o símbolo que suscita a animação popular. Este símbolo pode ser religioso no sentido clássico: triunfos eucarísticos, procissões, festas, sermões, ou no sentido atualmente em vigor: competições desportivas, futebol.

Tomando outra vez a visão de um padre brasileiro que por isso tem uma leitura particular do Brasil e das suas formas de catolicismo pode-se deair que o próprio padre se entusiasma com os padrões católicos admitidos no Brasil.

Estes laços aconteceram em Nova Andradina, logo nos primeiros anos e envolveram o sentido clássico da religião e comunidade. Ainda no sentido de entender a presença da Igreja na formação social e territorial de Nova Andradina, destaca-se outro grupo aqui enviado: os irmãos maristas, vindos do Rio Grande do

Sul, por volta do ano de 1968, tendo como alvo atingir pessoas mais jovens. Para isso, se valeram da tática do esporte, música e lazer como forma de envolverem os jovens em projetos conservadores visando seu trabalho na sociedade.

A entrevista com o Sr. Norberto Godoy, professor que atuou com os irmãos maristas sugere que os religiosos buscavam alicerçar a comunidade valendo-se de subterfúgios anteriormente descritas no livro de Eduardo Hoonert (1974). Comenta Norberto Godoy<sup>78</sup>:

Os irmãos Maristas desempenhavam um trabalho aqui, na educação como professores e eles possuíam uma liderança muito grande junto aos pais, junto aos alunos e desenvolviam um trabalho muito grande na área da igreja. Com encontro de jovens, com jogos que eles faziam com os alunos, e a prova está de tanta gente que passou a ter muito gosto pelo futebol de salão com os alunos, com a equipe de vôlei, a equipe de basquete, a equipe de basquete feminino, inclusive hoje, com a minha esposa Mirian. Naquela época, bastante jovem participava de um time de basquete que o irmão Brás era o Técnico, não só como grande professor. O irmão Brás, desenvolvia aqui em Nova Andradina um trabalho excepcionalmente importante no esporte.

Por meio do esporte, os poderes públicos locais – as elites políticas e econômicas se desincumbiam dos seus encargos e passava-os para a Igreja. A mesma aceitava a responsabilidade e impunha condições tais como ganhar espaço e arrecadar verbas para suas construções, educar a população com visão católica de mundo, e, sobretudo, ganhar propriedades como terrenos bem localizados e fieis dizimistas. Frisa-se que esta dupla relação estabelecida entre Estado e Igreja buscava formatar um tipo de sociedade pacificada, dócil e útil. Em contrapartida, as elites contavam com mão de obra barata, realizada pelos “cordeiros”.

Ou seja, em Nova Andradina, os religiosos investiam na participação da comunidade havendo grande influência tanto dos irmãos maristas<sup>79</sup>, quanto das irmãs vicentinas. Os mesmos realizavam um trabalho extensivo na educação exercendo essa liderança diante da juventude com reflexo positivo para a igreja.

---

<sup>78</sup> Entrevista Realizada em 06 de Maio de 2010.

<sup>79</sup> Conforme pode ser observado no Livro Tombo e também no histórico dos 25 anos da diocese de Dourados foram assinados contrato entre os bispos desta diocese com o bispo da diocese de Caxias do Sul (RS), em que os municípios de Nova Andradina, Bataiporã, Ivinhema e o município de Angélica, seriam atendidos pastoralmente no período de três anos por sacerdotes da diocese de Caxias do sul. Sendo que o mesmo contrato poderia ser prorrogado caso houvesse conveniência.

Assim a Igreja moldava os futuros padre e madres para seu exército, ou, pelo menos seres dóceis, pessoas que não iriam contestar o patrão e as lutas de classe muito menos comunistas.

Cabe destacar que, nessa época, o mundo vivia em pleno Macarthismo e que o ano de 1968, assinalou a terrível decretação do AI 5, golpe militar que fechou todos os canais democráticos no país assim como cassou as liberdades civis e políticas. Nesse contexto a Igreja e todas suas irmandades que participaram do Golpe Militar, ganharam amplos poderes. E nesse sistema fechado sem democracia, educação e cultura, restou o esporte como uma via para a sociedade se manifestar e a Igreja se aproveitou dessa situação.

Dessa feita e levando-se em consideração o contexto de ditadura militar é que se situa a atuação religiosa na comunidade, a vinda dos irmãos Maristas, por exemplo, foi uma combinação de solicitações das irmãs Vicentinas com o prefeito da época, senhor Alcides Menezes de Faria e também o padre Marcos.

Cabe destacar que o primeiro prefeito de Nova Andradina foi Luiz Soares de Andrade, nomeado por Antônio Joaquim de Moura Andrade e, ao contrário do que se pensa, ele não era filho, mas cunhado do proprietário da Empresa Moura Andrade. Outra situação relevante, é que o segundo prefeito de Nova Andradina não foi nomeado, mas sim eleito por meio de voto popular e o vencedor do pleito foi o Sr. Teutly Soares Leitão, que governou durante os anos de 1962 a 1966, sendo, posteriormente, eleito o Sr. Alcides Menezes de Faria, entre os anos de 1967 a 1969. Após, foi substituído por Décio de Azevedo Matos, que governou de 1970 a 1972, findo o mandato após um ano de conturbado período eleitoral, em razão de grande rixa entre católicos, mais precisamente os mineiros<sup>80</sup>, os maçons e evangélicos da cidade, situação essa, que aprofundaremos nas páginas seguintes.

É passível de situar no parágrafo acima a atuação e os interesses da Igreja no poder Executivo a partir da leitura do livro de Casarotto (1986), “Brás Sinigaglia: Um Novo Anchieta no Vale do Ivinhema”, que relata a vinda dos maristas para Nova Andradina com a função de formarem novos professores. Isso era possível, em virtude do país estar tomado por militares e seus confrades. No plano Federal, o

---

<sup>80</sup> Os mineiros como eram chamados um grupo familiar que estavam arraigados a Empresa colonizadora, como Durval Andrade Filho, Alcides Menezes de Faria, João Teodoro, Geraldo, Teodoro, Sebastião Teodoro e outros que haviam vindo de Minas Gerais e mantinham grande vínculo também com a Igreja Católica.

presidente do Senado era o próprio filho do chefe político patriarca de Nova Andradina, desta feita se pode aferir que o município esteve alinhado com ditadura militar e recebendo seus bônus. O Senador Auro de Moura Andrade era do partido da ARENA, alinhado aos militares. Os fins de janeiro de 1969 marcava os primeiros dias do AI 5 e a Igreja gozava de prestígios neste contexto político da nação.

No livro, irmão Gregório busca relatos de religiosos e pessoas que conviveram com irmão Brás e descreve também a importância que os maristas tiveram na participação e formação dos jovens e de novos professores. O irmão Gregório Casarotto, entrevistou o padre Quirino que na época era irmão Marista e superior dos religiosos que vieram trabalhar na educação em Nova Andradina. Comenta padre Casarotto (1986, p.23):

Chegamos à Nova Andradina em fins de janeiro de 1969, éramos três: irmãos Ary Suliani, Brás Sinigaglia e eu. Passamos os primeiros dias na Casa Paroquial, em companhia com o Padre José Torresan e o irmão Mário Bonomin. Graças à interferência do Sr. Alcides Menezes de Faria, então prefeito municipal, conseguimos uma casa para morar. Com o início do ano escolar, encontramos muitas atividades no magistério e na direção de escolas, era no Colégio Comercial Santo Antônio, era no Colégio Normal São Marcos, era nas outras diversas escolas estaduais, até em Bataiporã, uma cidade situada a 12 km de Nova Andradina, assumimos aulas e Direção no Colégio Estadual.

O padre Marcos Martinez deixou a paróquia<sup>81</sup> de Nova Andradina retornando para a Espanha em 1968. A despedida do pároco que morou na cidade por quase oito anos certamente marcou a memória das pessoas. A vinda dos irmãos maristas era um objetivo de padre Marcos Martinez que, acreditava na importância de um trabalho em prol da educação religiosa e considerava a formação curricular dos mesmos bem como a necessidade de se formarem novos professores na região. Pereira ao falar sobre a construção da diocese de Maringá, linhas que abrangem claramente o trabalho dos religiosos, escreve Pereira (2006, p. 35):

---

<sup>81</sup> Com a saída de Padre Marcos Martinez, no início do mês de agosto a paróquia ficou vaga de pároco até o mês de setembro do mesmo ano. Neste período o bispo diocesano Carlos Schmitt, atendeu a paróquia quinzenalmente. Segundo o livro que conta os 25 anos da diocese de Dourados, o padre José Torresan, da Sociedade dos Pobres Servos da Divina Providência, foi nomeado vigário econômico no dia 6 de outubro de 1968, contando com a colaboração do irmão Mário Bonomin.

Deve-se destacar que a igreja católica atuava em varias frentes que incluíam a educação das elites, o ensino profissionalizante para os pobres, a saúde pública, a assistência social para os desamparados, a catequese e a reconstrução da sociedade.

A partida de padre Marcos Martinez deixou a base social da igreja bem fundamentada, e constituiu uma perspectiva para a construção da igreja matriz de Nova Andradina para atender em tamanho e arquitetura toda a comunidade. Além é claro, de representar a centralização do poder religioso. Comenta Norberto Godoy:

À medida que a cidade foi crescendo e aquela parte que nós temos aquelas praças, inclusive aquela praça que está o prédio da igreja, foi para centralizar um pouco mais, já vislumbrando por todos que a cidade iria crescer num conjunto todo não somente aqui onde inicialmente havia essa igreja da Vila Operária.

É possível perceber quando o padre Marcos Martinez propõe a construção da capela de Santo Antônio, que o local escolhido deveria ser no centro do pequeno aglomerado que tomava forma urbana, lugar onde atualmente está a igreja matriz. Isto sugere a notoriedade que tanto a instituição quanto o religioso precisavam ter para evidenciar o seu prestígio, bem como a comunidade percebê-los no centro social. Trata-se da ideia de panotismo desenvolvida por Foucault em sua obra “Vigiar e Punir” (2013) ideia essa de vigilância da cidade, lugares geograficamente estratégicos que evitam ajuntamento das massas no centro da cidade e seus efeitos negativos. No caso da igreja em tela, um espaço estratégico octogonal com portas abertas para todos os lados da praça central para que possam ver e serem vistos tendo como intuito, a inibição de ações nefastas.

Outro aspecto a ser destacado é que, junto à construção dos prédios seja para igreja para o hospital ou para escola, a comunidade acabava por construir a si mesma enquanto coletivo coordenado pelos padres e freiras, obviamente, a figura do colonizador e também daqueles que se vinculavam à sua empresa, participavam desse processo com outros interesses além da religiosidade, afinal, para estruturação de uma cidade, é preciso que a formação do coletivo social, se dê com base em regras.

Ao se considerar a distância dos órgãos estatais nesse período, é imperioso destacar a importância da ordem religiosa para a criação e a vigilância da Igreja para manter a comunidade nos parâmetros de sociabilidade, tendo-se em vista a viabilização do projeto inicial de ocupação bem como do retorno financeiro por parte do colonizador, mas também, da própria igreja que visava aumentar o número de seus fiéis.

Neste sentido, entende-se que a igreja atua com a perspectiva de formar cristãos, e há essa aliança entre o fiel e a instituição religiosa. De um lado tem-se o indivíduo que deseja ser cristão e por esse motivo, faz aquilo que a igreja pede. Historicamente os fiéis se mostram coniventes com os dogmas e obedientes às normas morais que a igreja impõe, pois, para ser cristão é necessário aceitar os limites infligidos pela instituição que mormente podem ainda caminhar junto com os interesses de empresas colonizadoras.

Faz parte do poder instituído impor limites, esses mesmos limites podem gerar opressão, mas, existe um sentimento de amor cristão e de fidelidade capaz de fazer do indivíduo um servo feliz, sempre disposto a se entregar à perspicácia das classes dominantes e que aproveitam o momento para tirarem utilidade dessa servidão do leigo religioso e com isso constroem uma sociedade conforme melhor lhes interessa.

### **3.2.2 O Início da Construção da Igreja Matriz e a obra Canônica da Paróquia Imaculado Coração de Maria**

Conforme estudado até agora, viu-se que o trabalho religioso em Nova Andradina juntamente com a sociedade, foi determinante para a construção canônica da Paróquia. Desde o período de colonização era desejada a participação religiosa para viabilizar e fortalecer o município, assim como os poderes de mando locais.

Também foi objeto de estudo que na área educacional os mesmos atuaram fortemente após a chegada dos irmãos maristas na década de 1960. Estas realizações desenvolvidas pela igreja ainda no início da formação do município e da

paróquia de Nova Andradina cumpriam o objetivo de dar sustentação à comunidade em formação e à própria instituição em particular.

Essas ações revelam um projeto agregador de substituição do Estado por um serviço eclesial: onde o estado se mostrava ausente, a Igreja atuava com braços fortes cumprindo a missão de formar um povo, uma mentalidade e um território. De acordo com esta estratégia do Governo Militar e da Igreja em comum acordo, pode-se entrever da na cartilha publicada pela CNBB daquele ano, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2001, p. 18):

Essa solicitude da igreja voltada especialmente para a condição socioeconômica da população. Hoje como ontem, ela se preocupa com as questões relacionadas à saúde, à habitação, ao trabalho, à educação, enfim, as condições reais da existência, à qualidade de vida... Ela expressa a compaixão de Jesus e o amor da mãe, traduzindo-os numa ação social de promoção humana junto aos setores mais pobres da sociedade.

Subentende-se aqui, o papel da igreja em suprir as obrigações mínimas de um Estado de direito, pois a Igreja, ao perceber nesta região um campo fértil para a economia e para a riqueza da oligarquia agrária, logo se juntou a eles no processo de sociabilidade do lugar. Logo, aproxima-se a atuação dos religiosos e da comunidade e sua contrapartida: ricos e pobres, em função da prosperidade da comunidade. Trazer os fiéis para próximo da igreja significava “gordos dízimos” e condizia com o ideal de desenvolvimento e com a expectativa da construção da paróquia central para consumir um trabalho iniciado desde frei Luiz Tomás Maria Flores, na década de 1950 e que foi intensificado pelo padre Marcos Martinez Royo.

Partindo do ano de 1961 até início de 196, e no início da década de 1970, a referida paróquia já tinha posses e produções para a sua construção, por meio do Livro Tombo, sabe-se que desde o dia vinte de dezembro de 1960, residiam padres em Nova Andradina, porém a paróquia ainda não fora criada oficialmente e as provisões eram de padres ecônomos, ou seja, com a capacidade para administrar a paróquia.

O padre Marcos Martinez que assumiu a paróquia de Nova Andradina em 1960 deixou-a em princípios de agosto de 1968, ficando nas mãos do Bispo

diocesano os documentos da paróquia e as quantias de Cr\$20.000,00 para a construção da nova igreja e Cr\$ 7.296,00 para a reforma da casa paroquial. De acordo com os registros no Livro Tombo, durante quase oito anos foram aproximadamente 4.209 batizados, 504 casamentos, 26.000 confissões e 65.500 comunhões, aumentando ano a ano o número de fiéis atendidos.

A ampliação desses serviços à comunidade permite concluir que durante a estruturação do novo município, e da paróquia, as pessoas a cada dia se ligavam ao catolicismo como uma possibilidade de obterem segurança e paz social. Viam na igreja um instrumento de posição social e de sociabilidade. Por outro lado, estar fora dela poderia significar quase que seu isolamento da sociabilidade criada nos espaços da igreja.

Ainda no Livro Tombo, observa-se o aumento do esforço empregado pelos sotainas à caça de fiéis a cada ano e a inserção das pessoas da comunidade na instituição. Os aspectos anteriormente citados de atuação da igreja, também se destacam por construírem um tipo de imagem da igreja perante os trabalhadores e pobres. Valendo-se de estratégias peculiares a igreja se valia de um discurso unificador, hegemônico, além de procurar tratar ricos e pobres igualmente no plano discursivo.

Já no plano ideológico, essa pretensa igualdade servia para acobertar as diferenças de classes bem como lutas de classes, esse era o véu ideológico utilizado pela igreja no período de construção da cidade. Por seu turno, o monopólio da educação era também um arsenal vastamente utilizado para encobrir tais diferenças entre os ricos e os pobres. Quando algum indivíduo mais crítico teimava em refletir a resposta era óbvia: de que todos são iguais perante Deus. E se insistisse na luta de classe outra resposta buscava conformar: a de que a verdadeira riqueza seria ganhar o reino do céu. Para tanto os padres se valiam das escrituras. Entretanto, Lenharo observa que (1986, p. 16):

[...] a imagem religiosa aponta para intenções políticas, ainda que camufladas, e se desdobra em aplicações mais complexas em relação a um primeiro enunciado. Em outras palavras, sem a necessidade de precisá-lo, de demonstrá-lo; o convencimento é alcançado por outras vias, à margem das tensões ideológicas e das contradições que uma definição comporta.

Segundo Mata (2010, p. 16) a religião tem:

[...] uma força capaz de gerar efeitos sociais concretos, de regular com maior ou menor êxito uma conduta de vida, de moldar com maior ou menor sucesso algumas das estruturas de pensamento por meio das quais aprendemos a nos relacionar com o mundo.

Permanece intato, todavia, a credence dos fiéis na religiosidade, que fazem uso do líder religioso e dos líderes da empresa colonizadora para encontrarem sua manifestação de fé e espaço na sociedade. Dessa forma, em relação ao devir histórico, se valida o entendimento no contexto de ampliação dos trabalhos eclesiais, que se situa desde a chegada de padre José Torresan, que trabalhou até o início do ano de 1970 em parceria com as irmãs vicentinas e dos irmãos maristas, deixando a continuidade para outros padres que vieram cumprir o contrato feito entre as dioceses de Dourados e Caxias do Sul, conforme relatado.

O padre Torresan era de origem italiana, havia vindo para atuar no Brasil e chegando a Nova Andradina deu continuidade ao trabalho religioso no sentido de fortalecer a relação entre a instituição Igreja Católica e a comunidade local. Outra vez nota-se a mudança de comando e de liderança para “a empresa” continuar a crescer. Além do que, padres gringos eram sempre bem vistos. Este tinha a missão de construir mais templos em nome da Igreja assim deixou seu legado na construção da Capela de Nossa Senhora de Fátima sob os mesmo auspícios de trabalho não remunerado e verbas arrecadas junto à população rica e pobre. No mesmo ritmo que Nova Andradina cresce, cresce também o patrimônio da Igreja. Essa relação vale também para a relação de poder que cresce conforme as construções.

Ao se procurar entender o papel do padre José Torresan, primeiro delineou-se como foi o contato com a comunidade no período do exercício de seu sacerdócio. No intuito de obter informações, entrevistou-se o casal Ernesto Pinton e Fátima Giovanoni, que relataram um pouco do convívio entre os fiéis e o referido padre. De antemão, sabe-se que casal morava no Bairro União, ela desde 1959 e ele, 1962. De acordo com os mesmos, as orações que aconteciam aos sábados em que as famílias se reuniam para rezar terço, precediam um momento de festa e interação, que se materializava com a realização de um baile.

Dona Fátima comentou que seu pai, o senhor Candinho, era o sanfoneiro que animava esses encontros. De acordo com ela, as pessoas frequentavam o terço pela fé, pois todos chegavam antes de seu início, porém, somente iam embora ao final do baile. Com relação ao padre Torresan e a comunidade, o senhor Ernesto comentou que o padre italiano, havia vindo para trabalhar no Brasil. O religioso era bastante descontraído, mais severo e conservador no momento dos ritos. Mesmo uma criança chorando era motivo para interromper a missa e solicitar que a mãe se retirasse. As missas eram celebradas ao ar livre, pois ainda não havia capela.

Ernesto fala que sua família é uma das que tivera melhor contato com o padre José, considerando a ascendência italiana de sua família. De acordo com os entrevistados, os padres celebravam missa a cada dois meses no Bairro União, e quanto ao padre José Torresan raramente aparecia no bairro, tinha o hábito de visitar o sítio do seu Augusto Maniero, descendente de italiano e parente de Ernesto. Por serem de descendência italiana eles se identificavam muito, o que permitia, por vezes, a realização de missas no sítio do seu Augusto.

A família de Ernesto veio para o Brasil, provavelmente no final da Segunda Guerra Mundial e nunca mais tiveram notícias dos que permaneceram na Itália. A proximidade entre a família de Ernesto e o padre conforme relatado, fez com que o religioso, quando de sua viagem à Itália a passeio, procurasse as prováveis localidades onde seriam encontrados os familiares de Ernesto que haviam permanecido naquele país. Sobre esta experiência da família o senhor Ernesto<sup>82</sup> relatou:

Ele veio pra cá, pra Nova Andradina, né? E como que ele era padre, ele foi rezar missa lá no bairro nosso. Onde nós morávamos. Até quando ele rezava lá, rezava debaixo de uma moita de bambu. Montava o altar ali. Cada tempo, né, cada dois meses ele ia rezar a missa pra nós ali no bairro. [...] aí conseguimos pegar aquela amizade e soube que ele é italiano, né? Começou falar, né? Falou que ia pra Itália, e passou deu o nome dos parentes lá e conseguiu localizar eles lá. Trouxe notícia da família nossa de lá, né. Lá ele achou as famílias nossa que tinha muitos anos que não tinha mais contato. [...] Trouxe fotografia deles, do lugar onde eles moravam e tudo e levou de nosso pra lá também.

---

<sup>82</sup> Entrevista realizada em 16 de Maio de 2010.

Esta relação entre a comunidade e o clérigo foi importantíssima para a expansão e fortalecimento da relação pretendida, entre a instituição Igreja Católica e a comunidade local. No caso citado, a relação com padre José Torresan permitiu a uma família ítalo-brasileira, reestabelecer o contato com a família no exterior após vários anos de separação, intensificando o vínculo também entre a família e o religioso, o que é factualmente interessante para a instituição no seu processo de domesticação comunitária. Essa relação mais aproximada e de parceria entre Igreja, paróquia e fiéis, ampliou e fortaleceu o processo de organização da comunidade do Bairro União, sobretudo, a construção da Capela de Nossa Senhora de Fátima.

Procurando conhecer mais sobre a formação da comunidade de Nossa Senhora de Fátima, a informação é a de que a doação do terreno foi feita pelo senhor Aristides Bellini e por meio de uma comissão formada pelos senhores Laércio de Castro Pereira, Paulo Andreta e Antônio Bellini, houve o empenho na realização do projeto. Assim, a construção da igreja do bairro União, foi resultado da atuação da comunidade que contribuiu nesse sentido, conforme a senhora Fátima comentou:

A construção da igreja do Bairro União começou com o padre Hilário Pandolfo. Ele que foi lá, teve uma missa lá, tinha uma seringueira, se não me engano era uma seringueira, aí teve uma missa lá, era o sítio do seu Aristide Bellini. Aí o padre Hilário perguntou se ali podia fazer uma igreja. Aí começou uma demanda, seu Fernandes, queria que fizesse no sítio dele. Seu Aristide queria que fizesse no sítio dele. Então começou até uma inimizade entre seu Fernandes e seu Aristide. Porque cada um queria que a igreja fosse na propriedade. Aí então foi por votação aí o povo votou por ali. Onde tinha mais gente por ali. Por que se fosse no sítio do seu Fernandes seria mais pra baixo. [...] Então optaram por fazer no sítio do seu Aristide Bellini e a igreja tá ali até hoje. Era uma igreja de madeira, pequenininha. Agora já tem uma igreja grande, barracão, né?

Com relação à realização de festas para arrecadar fundos para construção da Igreja, Ernesto e Fátima comentaram:

**Fátima:** Festa, muita festa. Teve que fazer muita quermesse.  
**Ernesto:** Muito suor. Quermesse, quermesse, quermesse, muita quermesse.

**Fátima.** Foi quermesse que teve, foi por intermédio de quermesse que foi começado a construir a igreja, a igrejainha. Era uma igreja pequenininha, hoje que é grande, tem um barracão. O pessoal se reunia aos sábados para fazer a quermesse, sempre tinha o terço primeiro e depois a quermesse. Não me lembro mês que ela foi começada a construir, mas logo ela ficou pronta, porque o bairro inteiro trabalhava nela. Eles fazia mutirão, né?

Este trabalho da comunidade foi valoroso para a construção da capela de Nossa Senhora de Fátima e estimulado pelos religiosos em toda a comunidade. Era importante haver esta sintonia entre instituição e fiéis, haja vista não ser fácil a realização destes encargos sem a atuação da população.

Embora seja corriqueiro ouvir, ler e escrever que a construção de templos católicos conta com a atuação da comunidade, distante do senso comum, há que se notar os jogos de interesses, pois a igreja convida aqueles que podem fornecer mão de obra, terrenos, material, dentre outros valores. Simbolicamente o indivíduo que participa desses movimentos de construção e organização da instituição religiosa, considera que um pedaço daquilo que foi construído também é dele.

Destarte, a relação social que acontece entre igreja e comunidade provoca um sentimento de cooperação, doação, em que a comunidade até sabe que é dominada e por vezes até oprimida, mas conservam uma admirável espontaneidade e autenticidade, uma impressionante facilidade de servir, de doar-se e a igreja utiliza-se desses préstimos a seu favor bem como das empresas colonizadoras.

Isso corrobora a ideia de que as pessoas não atuam apenas para a fé, mas também para a construção da sociedade, dirigida e dominada. Outro fator determinante do poder simbólico do eclesiástico sobre a comunidade dá-se pelo fato do catolicismo, nas cidades brasileiras, ser mais propagado pelos leigos, e a Igreja então acaba por desempenhar uma força consciente sobre o dominado (HOORNAERT, 1974, p. 119). Sobre esse fator, Bourdieu (2012, p. 83) afirma:

A relação com o mundo social não é a relação de causalidade mecânica que frequentemente se estabelece entre o meio e a consciência, mas sim uma espécie de cumplicidade ontológica: quando a história que frequenta o habitus e o habitat, as posições, o rei e sua corte o patrão e a sua empresa, o bispo e a sua diocese, é a mesma, então é a história que comunica com ela própria, se reflecte nela própria, se reflecte ela própria.

Ao trazer a luz o que fica oculto ou mesmo aquilo que o fiel não quer enxergar, acredita-se que a igreja é atuante, e com “um olhar minucioso entendemos um enfoque político de pequenas coisas, para controle e utilização dos homens” que servirão as classes hegemônicas, neste caso inclui também a igreja (FOUCAULT, 2013, p. 136).

De acordo com o Livro Tombo da Paróquia Imaculado Coração de Maria, a construção da igreja do Bairro União foi iniciada sobre os cuidados do Padre Hilário Pandolfo. Para tanto, aconteceram festas com quermesses em que a comunidade promovia e contribuía para arrecadar recursos financeiros e arregimentar a mão de obra para a construção.

Diversas atuações podem ser verificadas no Livro Tombo, inclusive a formação da Comissão<sup>83</sup> da igreja que iria angariar recursos e procedimentos para construção. Entretanto, neste período, a pequena capela matriz ainda recebeu reforma (Figura 13), de acordo com os registros havia para tal realização o recebimento de Cr\$1.885,00 de contribuição e as despesas foram de Cr\$ 1.722,30.

**Figura 13:** Capela da Matriz em Nova Andradina, 1956



**FONTE:** Museu Municipal de Nova Andradina.

---

<sup>83</sup> A Comissão foi assim constituída: Presidente: Durval Andrade Filho, vice-presidente, Geraldo Teodoro Rezende, secretário, José Monteiro de Araújo, tesoureiro, Alcides Menezes de Faria. Lembrando que Alcides Menezes de Faria e Durval Andrade Filho foram prefeitos de Nova Andradina, o primeiro na década de 1970 e o segundo no início da década de 1990.

Observa-se a plena intenção que os religiosos tinham de contribuir para o crescimento da cidade assim como a fortificação da instituição religiosa. O trabalho desenvolvido por estes perante a educação, e a Santa Casa de Misericórdia foi preponderante para adquirirem a confiança do povo. O intuito tornou-se o de centralização da paróquia.

Todas estas atuações contavam com grande participação da comunidade e havia sempre o recíproco tratamento entre instituição e fiéis. Na fala do senhor Norberto Godoy, por exemplo, é possível salientar que o convívio entre estes era bastante amistoso e por este fato os padres sempre solicitavam a colaboração de toda a sociedade e eram atendidos. Isso demonstra mais uma vez, o quanto a igreja tenta ser pedagógica, e as diversas técnicas para conscientemente dominar seus fiéis.

Em sua torre de controle, a “fé”, ela – igreja – constitui seu aparelho de domínio. Ao ser perguntado ao senhor Norberto Godoy se este respeito adquirido pelos religiosos se devia mesmo ao carisma, situação de respeito ou mesmo medo que as pessoas tinham de não serem queridas por Deus, levando em consideração que os fiéis tinham os religiosos como representantes de Deus na terra, respondeu Norberto Godoy:

Eu vejo assim, que aqui em Nova Andradina, mais especificamente o trabalho que eles faziam, era um trabalho de conquista pela amizade, por bastante sinceridade, exemplo que os padres tinham o costume de visitar as famílias e em muitas ocasiões eles eram convidados a participar de um almoço, de um churrasco, com a família, então esse trabalho que eles faziam fora da igreja junto das famílias era uma forma muito simples de conquistar a família, filhos, em que eles comparecessem que eles atuassem junto da igreja [...] a igreja católica desenvolvia um trabalho muito bem feito, a prova é a grande liderança, do grande número de pessoas que estão na igreja católica.

Não obstante o comentário do senhor Norberto Godoy, observou-se neste trabalho, a plena intenção que os religiosos tinham tanto para o crescimento da cidade quanto para a fortificação da instituição religiosa. O trabalho desenvolvido por estes perante a educação e a Santa Casa de Misericórdia foi preponderante para adquirirem a confiança do povo, em que “uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia” (FOUCAULT, 2013, p. 192). O intuito torna-se o de centralização da paróquia.

Após a ereção canônica, o próximo passo foi o da construção de uma igreja que caracterizasse a imagem de uma cidade em pleno desenvolvimento. Além do interesse da construção da igreja matriz, também permaneceu a necessidade de evangelização e expansão religiosa, percepção que teve o responsável pelos padres de Nova Andradina. Nesse período, Dom Benedito Zorzi, bispo de Caxias do Sul, percebendo que não seria possível a permanência em um só local de três padres, determinou que os respectivos, Monsenhor Hilário Pandolfo, padre Antônio Galiotto e padre João Panazzolo deveriam atender as paróquias de Nova Andradina, Bataiporã e Ivinhema e fixarem residência nas respectivas paróquias.

As anotações do Livro Tombo registram que algumas programações foram mantidas em conjunto, cursos de noivos, santas missões, cursos de catequese e formação de novas comunidades, além de datas de grandes festividades. Também data o início da construção da capela do Bairro Umbaracá no mês de outubro de 1970.

Segundo essas mesmas informações, no ano de 1970, foram realizados 577 batizados, 59 casamentos, 107 primeiras comunhões e 72 visitas a capelas. Sendo que as visitas às capelas aconteciam uma vez por mês. Pensando em construir a nova igreja matriz é possível relatar por meio do Livro Tombo o balanço financeiro do ano de 1970, fechando o ano positivamente, com saldo de Cr\$ 30.669,77.<sup>84</sup>

A Inauguração da Paróquia, ocorreu em 05 de novembro de 1971 por Dom Teodoro Leitz, Bispo Diocesano da época e o Monsenhor Hilário Pandolfo que ascendeu ao governo paroquial a partir de 7 de novembro de 1971. Registrou-se ainda que a paróquia era denominada Nossa Senhora do Imaculado Coração de Maria.

Segundo depoimentos do senhor Aluizio Eduardo Teodoro Braga, a denominação da Paróquia se deve a dona Nezita, esposa do senhor Luis Soares de Andrade, filho de Antônio Joaquim de Moura Andrade. Dona Nezita era devota de

---

<sup>84</sup> No ano de 1971, continuava o trabalho pastoral dos religiosos e no mês de maio, aconteceu uma programação visando à construção Também foi encontrado no Livro Tombo a realização de uma festa tradicional, no ano de 1971, no mais forte momento do processo de construção da igreja matriz, foram realizadas quermesses no mês de maio. Dias 5 e 6 de maio aos cuidados dos comerciantes e industriais, dias 12 e 13 ao encargo da juventude. Dias 26 e 27 promovidas pelos fazendeiros e sitiantes. O resultado destas promoções foi Cr\$ 14.763,25. No mês de agosto realizou-se na Fazenda Baile o leilão de gado em benefício da construção da igreja rendendo Cr\$ 14.705, 00.

Nossa Senhora e ainda no período de colonização da cidade manifestou sua vontade de homenagear a santa. Ressalte-se aqui mais uma vez a aproximação entre igreja e colonizador que tem nesse ato, um símbolo da influência e das relações entre os poderes daquele período.

Ao se observar quem fazia parte da comissão religiosa e se envolvia nas festas promocionais e ao indagar moradores do período na cidade de Nova Andradina, subentende-se quem estava no domínio da cidade e quem participava ativamente da igreja, atualizando mais uma vez o “Poder Simbólico” que igreja e classe hegemônica exercem sobre a comunidade. A inauguração canônica da paróquia foi feita por Dom Teodardo Leitz bispo diocesano. Está escrito no Livro Tombo:

Havemos por bem constituir a Paróquia de Nova Andradina, sob o orago de Nossa Senhora do Sagrado Coração, a Paróquia de Nova Andradina dentro dos seguintes limites: a dita paróquia abrange todo território do município de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso, a saber: ao Norte, desde a barra do Córrego forquilha no rio Anhanduí, descendo pelo mesmo até a barra do ribeirão Pindaíba, ao leste, da barra do Ribeirão Pindaíba, seguindo a mesma até a sua cabeceira e daí, em linha reta até a cabeceira do ribeirão Três Barras e descendo por este até encontrar a linha da antiga fazenda São Bento, ao sul seguindo a linha da fazenda São Bento até esta encontrar o rio Ivinhema, ao oeste subindo o rio Ivinhema até a barra do Ribeirão Papagaio e, seguindo o mesmo até sua cabeceira do Córrego forquilha e seguindo o mesmo até sua barra com o Rio Anhanduí, ponto de partida. Fica a Igreja do Sagrado Coração de Nova Andradina elevada à categoria de igreja matriz da nova paróquia em todos os privilégios e prerrogativas de praxe. Dada e passada na Cúria diocesana sob o sinal e selo das nossas armas, aos 5 de novembro de 1971. Assinado Dom Frei Teodardo Leitz, bispo de Dourados. E eu, Padre Frei Adalberto Kornifeld, chanceler da cúria, o subscrevi (Livro Tombo da Paróquia de Nova Andradina).

Mais uma vez verifica-se aqui o reflexo da Escola alemã do determinismo natural compondo a região geográfica da Paróquia de Nova Andradina. Enfim, ocorreria à Ereção Canônica da Paróquia de Nova Andradina isto já no final do ano de 1971, os registros do livro tomo informam que foram realizados naquele ano 583 batizados, 84 casamentos, 15.600 comunhões, 215 primeiras comunhões e 85 visitas as capelas. Esta movimentação faria promissor o ano de 1972. Os serviços sociais foram também ampliados e eram valorizados, levando-se em conta a carência da

população, a necessidade de serviços hospitalares e outros fatores tais como: a questão educacional, sendo esta mais uma frente de atuação da Igreja no município.

Em Nova Andradina, conforme foi retratado, para colocar em prática essas ações a Igreja Católica estabeleceu alianças com políticos, em especial municipal, e ainda nacional, conforme já retratado neste trabalho ao se falar sobre as relações com o Senador Federal Auro Soares de Andrade, também filho do colonizador. Para a instituição esta contribuição social tornou-se primordial para valorizar os laços de familiaridade com a comunidade. Estas considerações lembram o texto, “Igreja Católica e Assistência Social”, escrito por Neves (2006), tendo em conta que o ideal católico seria de contribuir na necessidade imediata, entretanto, não fazer desta um vício. De acordo com Neves (2006, p. 348):

Com a difusão da ideia cristã, ocidental de caridade, no Brasil, observamos que a assistência ao longo da história não apresentou um caráter sistemático e contínuo para melhoria das condições de vida daqueles que vivem na miséria, mas um caráter assistencialista, baseado em uma ajuda emergencial, fragmentada, autoritária e paternalista, exercida por voluntários, instituições religiosas e, em momentos de grave crise econômica ou institucional, pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, haja vista que caberia aos pobres aceitar a ajuda emergencial e procurar, por seus esforços, melhorar suas condições de vida.

As afirmações de Neves (2006) demonstram que a cooperação da igreja católica foi de grande valia para a formação das cidades e apropriada para garantir o convívio e a coesão social. De fato, essas considerações em Nova Andradina, estão registradas no Livro Tombo onde estão descritas algumas ações da instituição religiosa considerando o trabalho das irmãs de São Vicente de Paulo, na Santa Casa de Misericórdia e no Colégio Santo Antônio, assim como o esforço dos irmãos maristas que contribuíram para o lazer, a cultura e o esporte, estilos diferentes de proteger a juventude da época contra as ações consideradas destrutivas à sociedade.

No entanto, voltando à construção da igreja (Figura 14), o fato de desmanchar a primeira para construir a nova matriz também se tornou um fato marcante e historicamente, costuma ser lembrado de forma negativa pois as pessoas

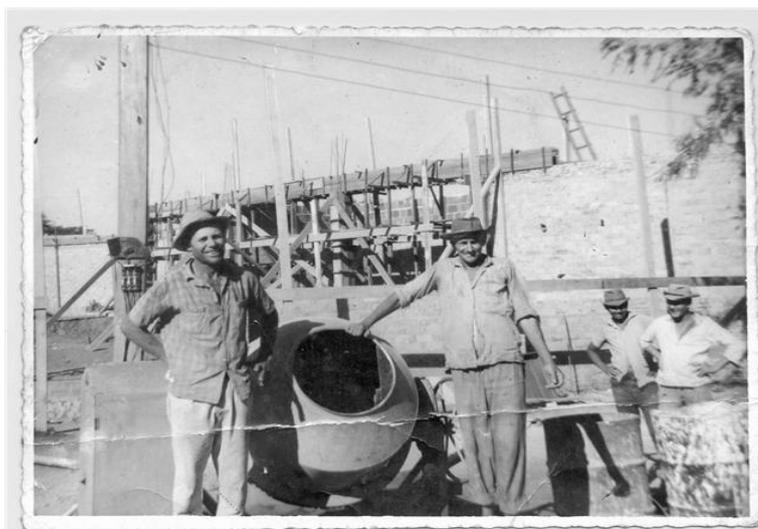
contemporâneas à construção, não entendiam a necessidade de se derrubar o templo. Lê-se no Livro Tombo:

Demolição da igreja velha: viu se logo a necessidade desta, pois a construção da nova atingia ao meio. Com muita pressa começou-se a destelhar a torre e, ao querer desmanchar suas paredes percebeu que não seria fácil. O construtor Pereira desistiu. O carpinteiro Nilton (Nenão) tirou o telhado da igreja e, depois para ganhar tempo, por meio de correntes puxadas pela moto niveladora da prefeitura foram derrubadas as paredes.

Apesar de todo o envolvimento na construção da igreja, o trabalho religioso continuou acontecendo e vale ressaltar que no mês de abril, conforme notificado no Livro Tombo, aconteceu um curso de catequese para todas as professoras primárias, o que ratifica aspecto já comentado nesse trabalho: o envolvimento e a prática religiosa nas escolas.

O trabalho para construção da igreja (Figura 14) exigiu muitos afazeres e recursos financeiros e levando-se em consideração esta necessidade foi elaborado mais um leilão de gado que deveria acontecer antes da eleição daquele ano. Contudo, devido aos atrasos na campanha de arrecadação de gado a construção da igreja (Figura 14) para após a eleição.

**Figura 14:** Trabalhando na construção da Igreja Matriz (1972). Da esquerda para a direita: Cassimiro Araújo, Antônio Defaveri e Luiz Defaveri.



Fonte: Arquivo Pessoal Claudinei A. dos Santos

**Figura 15:** A Igreja Católica Visualizada por cima.



**Figura 16:** Frente da Igreja Matriz na Década de 1980.



**Fonte:** Arquivo Pessoal de Eduardo Martins

No início da década de 1970, há uma, desavença social entre grupos católicos e maçons, uma vez que pessoas ligadas à maçonaria naquele período, sequer podiam fazer parte das celebrações religiosas e faziam parte da oposição política e social dentro da cidade em formação.

O fato de ser um período em que o processo político de escolha do Prefeito estava em andamento trouxe vários problemas e desavenças no município entre grupos que se opunham um ao outro. É o caso, por exemplo, do candidato Alcides Menezes de Faria, apoiado pelos religiosos. Homem que frequentava a igreja católica e costumeiramente convidava o pároco para almoçar e confraternizar em

sua residência, o que demonstra mais uma vez que política e religião andaram lado a lado na condução social de Nova Andradina.

Este é um processo histórico já que, dispostos a assumirem um papel central na política a “elite”, pautada na fé, conduzia e se deixava ser conduzida pela religiosidade o que, por fim, promovia a aproximação com os religiosos no intuito de ganhar o fiel bem como o seu voto.

Já o outro candidato era o doutor Tyokaio. O mesmo era maçom e por esse motivo não tinha o apoio dos religiosos. Esta situação provocou algumas desavenças. Vale ressaltar que, historicamente no Brasil ser maçom era opor aos preceitos da religiosidade cristã católica, e na maioria das vezes, sofriam com a exclusão social e política. Sobre esse tema, Barata (2005, p. 3) entende que no meio político a problemática da política é articulada conforme os jogos de interesses:

Ou seja, permite compreender como determinados valores, atitudes, crenças tornam-se significativos para a mobilização política dos indivíduos numa determinada realidade, enriquecendo a compreensão dos mecanismos de funcionamento do poder, em particular, e dos fenômenos de natureza política em geral.

Depreende-se da citação que na esfera política existem raízes e filiações, por isso, as pessoas costumam votar conforme suas filiações e raízes fato que também é importante para o político. Num segundo momento, Barata (2005, p.3) condiciona o pensamento da “coesão de grupos organizados à volta de uma cultura (visão comum do mundo, leitura partilhada do passado, vocabulário, sociabilidade própria, gestos, símbolos)”<sup>85</sup>, que quando levadas a cabo proporcionam os benefícios do encosto nas árvores com raízes, pois são todos espaços de sociabilidade.

Esta forma de sociabilidade sinaliza para a influência dos religiosos peculiarmente na política. A igreja forma opiniões, principalmente quando utiliza sua “fé”. Neste sentido, faz-se importante lembrar que de acordo com um dos entrevistados que preferiu não se identificar, o padre Hilário costumava comentar para algumas pessoas no confessionário, sobre a pessoa de Alcides Menezes Faria, descrevendo-o como homem íntegro, honesto, que merecia a confiança dos

---

<sup>85</sup> Ver: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998. p. 362-3.

munícipes e além de tudo, ainda era um homem de Deus, no mais, ressalta que o adversário era maçom e por isso não deveria ser apoiado pelos católicos.

No Livro Tombo encontramos uma descrição sobre este fato em que o padre Hilário faz uma observação sobre o assunto, deixando entrever sua notificação de ausência da instituição e do homem religioso perante o assunto da eleição daquele ano. Escreveu padre Hilário (Livro Tombo da Paróquia Imaculado Coração de Maria):

Após agitada campanha, com muitas acusações e boatos, realizaram-se em calma as eleições do dia 15 de novembro. Venceu o candidato da ARENA I: Alcides Menezes de Faria. Como não podia deixar de ser, os que perderam fizeram várias acusações ao pároco: favorecer o candidato vencedor, atacar a maçonaria e programar missões para fazer política. Em processo em andamento para pedir a anulação das eleições, consta também que o padre parou a obra da igreja para emprestar ou dar dinheiro ao candidato da Arena I. Nenhuma destas acusações correspondem à verdade.

É importante perceber a relevância da palavra religiosa diante dos acontecimentos, obviamente a Igreja já havia construído desde o início da colonização, conforme foi relatada nesta pesquisa, as bases para intervir nos processos políticos locais conforme lhe conviesse ou entendesse como a correta. Existe desta forma, uma sacralização da política. A partir desse fato estima-se o quanto a Igreja pode influenciar na formação e na política das cidades em construção. Dermi Azevedo (2004) comenta o papel histórico da igreja perante a política e a sociedade. Escreve Azevedo (2004, p. 111):

A legitimidade religiosa e política da Igreja no Brasil é o resultado de um longo processo, que acompanha a própria história do Brasil, desde 1500. [...] a relação entre religião e política sempre foi difícil [...] A modernidade obriga, pois, as igrejas a renunciarem qualquer pretensão de impor a sociedade seus princípios e normas.

A análise feita por Azevedo (2004) indica a necessidade dos religiosos não influenciarem na política, haja vista a autoridade que eles representam perante a

sociedade e a repercussão de seus posicionamentos junto às pessoas. No entanto, esse trabalho confirmou existir uma correlação entre os diferentes grupos de poder incluindo a Igreja, que torna essa prática a de não influenciar, impossível.

Assim é possível detectar que o caráter da formação das cidades no Brasil, costumeiramente coadune com o papel do clero, é imprescindível salientar que as cidades brasileiras nascem e caminham com a cristandade. Nova Andradina esteve sempre ligada ao clero, e como já foi escrito neste capítulo, houve um desdobramento da figura do proprietário da Empresa Moura Andrade, porque enquanto seus homens de confiança mantinham a ação policial e repressiva, o clero atuava de maneira a “acalmar os nervos”, na figura dos catequistas, amigos, conselheiros, entre outros influenciavam a sociedade, desde a casa do simples desbravador, até a casa dos homens considerados do poder local.

Assim, Nova Andradina, foi construída com participação dos colonos vindos de diversas regiões do país e por vezes imigrantes estrangeiros. A região, em virtude de simbolizar local de passagem, viveu um trânsito considerável de pessoas e nessa movimentação, encontravam-se viajantes e religiosos estrangeiros. No entanto, a presença da Igreja sempre foi elemento fundamental na concepção do colonizador, considerando o papel da instituição no processo em foco.

O lugar poderia significar uma luta pela sobrevivência, todavia, a relação com os religiosos trazia consecutivamente um alento para vida, era a esperança que sempre surgia com a atuação dos religiosos e a comunidade. Essas ações ganharam procedimentos que beneficiavam tanto Nova Andradina, quanto os municípios da região, uma vez que, embora a Paróquia fosse no município colonizado pela Empresa Moura Andrade, as ações dos religiosos deveriam coincidir com os municípios que faziam parte da Paróquia Imaculado Coração de Maria, situação que se estendia às relações sociais, políticas e religiosas.

Neste sentido, pode-se compreender que a formação territorial de Nova Andradina, contém similitudes físicas e socioeconômicas com os municípios da Microrregião que este trabalho se dispor a estudar, entretanto, é importante salientar que a região pode ser configurada como um espaço de relações e cultura, o que de certa maneira remete a refletir que a região não se faz apenas pelo espaço, mas também agrega o tempo, a história e as relações sociais, de poder e de produção que nela acontecem.

Desta forma, é possível lembrar que a região pode ser uma conjuntura ligada à identidade, em que o tempo e a história se articulam com os costumes, crenças da comunidade, o que pode ser visualizado ao se levar em consideração a formação territorial com pessoas vindas de diversas regiões do país e cada um com sua identidade, contudo, começam a processar no território sua territorialidade, a ação humana. Afirma Reckziegel (1999, p. 18):

Sendo o espaço interpretado como produto da ação humana, a região toma a acepção de um espaço vivido. Nesse contexto, surge o trabalho de Frémont, que concebe região como um “espaço vivido que compreende elementos administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos”. Nessa linha de interpretação, reconhecer a existência de um espaço social, de um espaço vivido e nível regional, portador de cargas mais obscuras em que se misturam as escórias do afetivo, do mágico, do imaginário.

Neste ponto, ressaltamos que a região é o espaço da interatividade, das ações humanas, não apenas uma divisão territorial, ou apenas uma parte do todo dividido pelos meios físicos naturais, sobretudo, a região, é local do simbolismo, das ações em que os homens inserem suas atividades que podem ser relacionadas com o poder e/ou com a produtividade considerando a realidade social. A preocupação seria então ver a história regional além dos meios físicos, tirando a simplicidade do conceito de região. Para Santos (1986, p. 193):

A utilização dessa categoria apresenta um múltiplo interesse: ela não nos deixa cair nos enfoques “espacialistas”, ela nos ajuda a fugir das posições metodológicas que fragmentam a realidade, e destarte conduz a uma análise do espaço segundo uma problemática que privilegia a totalidade social.

Ainda ressalta Oliveira (1977, p. 27):

A região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico.

Neste trabalho, tentou-se compreender o conceito de região incluso no contexto histórico-geográfico, contudo, sendo de extrema relevância ligar à região a identidade dos sujeitos que nela vivem, uma vez que a região é junção de fatores físicos e sociais, enfim, o resultado das relações sociais dos homens com seu meio, assim, a região deve ser entendida como espaço dinâmico, evolutivo e não fixo e imutável.

O estudo de região nesse texto compreende a formação histórica da Microrregião de Nova Andradina, para tanto, foi preciso estabelecer quais os procedimentos políticos e sociais compreenderam a formação regional, levando-se em consideração o papel do Estado brasileiro desde o final do século XIX para a colonização e ocupação do território em estudo, tendo por base a extração da erva mate e também da pecuária, mormente do primeiro item com a participação da Empresa Matte Laranjeira, frente de exploração que trouxe o processo de ocupação por meio de grandes latifúndios sendo que em comum na aludida região, aconteceu à expulsão de povos pioneiros tais como os indígenas.

A situação mencionada reflete que a região geográfica pode ser fruto do tempo e da construção histórica. Para Santos (1986, p. 205): “Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro”.

Deste modo, a lógica do tempo constituiu a formação da Microrregião de Nova Andradina que contou com a presença de empresas de grandes latifundiários e empresários dispostos a confirmarem o interesse do Estado brasileiro em ocuparem os “vazios” e protegerem as fronteiras brasileiras. As relações recíprocas e históricas entre Estado e empresas puderam condizer com a ocupação do espaço, não obstante a formação social, havendo em nosso entendimento, a caracterização da identidade local, em torno das empresas colonizadoras e dos equipamentos que contribuíram simbolicamente como forma de dominação construção social.

Destarte, a sociedade vincula-se a evolução da organização proposta pelo Estado e as empresas colonizadoras e constrói-se grosso modo um espaço social unificado em que os interesses das classes dominantes, aparentam serem os mesmos das classes dominadas, regrado pela forma produtiva e instituições sociais. Neste caso, é elementar lembrar como o poder político se aproxima da instituição religiosa sempre que possível. No caso da Microrregião de Nova Andradina, desde

meados do século XX, nota-se o elo entre empresas colonizadoras, especialmente a Moura Andrade com a Igreja Católica. Para Costa (2010, p. 101):

Isso acaba tornando cada indivíduo ligado a um todo complexo de funções em que cada um sabe que depende do outro para a inserção e a sobrevivência nesse conjunto. [...] A instauração dos objetos espaciais acaba vindo acompanhado de instituições sociais que apreendem parcelas humanas em conjuntos relacionais regidos por regras que compõem “o que fazer”, “como fazer”, e “por que fazer”.

Contida numa representação homogeneizadora, a Microrregião de Nova Andradina passou a ser construída com todos os meios possíveis, em que se evidenciava uma identificação social, entretanto, vale ressaltar, que os atores sociais são suprimidos pelos atores da produtividade, como é o caso da produção pecuária exaltada durante décadas e atualmente essa produtividade foi inserida à cana-de-açúcar num contexto produtivo regional.

Nesse sentido, conclui-se com a pesquisa que a região é o espaço onde acontece de forma dialética a luta de classes em que, as partes políticas e econômicas, aparecem muito próximas, coadunando com a produtividade social. Dessa feita, entende-se que a região se torna local do planejamento, da ação, da exploração, da formação social, especificamente com formas distintas de espaço para a reprodução do capital e de relações de produção e de poder.

## Considerações Finais

O estudo ora realizado procurou abordar ainda que de modo introdutório o conceito do que seja uma região, observando e demarcando os diferentes aspectos e teorias que abordam o tema. Buscou-se ao longo dessa dissertação analisar alguns dos aspectos geo-históricos que circunscrevem e analisam o espaço e o tempo em relação às transformações e na relação que se estabelece entre a natureza (espaço físico) e a sociedade (homens).

Analisou-se também a dinâmica apresentada sobre o conceito de região e sua dinamicidade envolvendo os aspectos sociais, econômicos e ainda religioso ao se analisar e integrar a instância católica na construção do espaço geográfico, em especial do município de Nova Andradina com ramificações em todos os municípios da região. Tal inserção foi permeada considerando o sistema capitalista vigente, assim como o período histórico que se estendeu desde o governo Vargas até o período dos militares.

A pesquisa ora concluída contou com um estudo mais bem elaborado acerca do conceito de região valendo-se dos clássicos dessa temática tais como o alemão Ratzel e o francês La Blache que, a serviço de seus Estados, passaram a desenvolver estudos. Para o pensador não é possível pensar a sociedade sem envolver os meios naturais. Já Blache acentua junto à Geografia o conceito de vida, relacionando-a ao resultado das influências físicas, históricas e sociais, presentes na relação dos homens com o meio. Neste sentido, acredita-se que a relação homem natureza aparece como centro do debate sobre o conceito de região de maneira que os aspectos naturais influenciam e por vezes determinam os grupos humanos nos diferentes lugares do mundo.

Desta forma, foi possível entender que Ratzel partia da leitura da região por meio da natureza, em que os meios naturais seriam o primeiro ponto para se compreender a formação regional. Contudo, La Blache procurou extrair algumas possibilidades a partir das peculiaridades decorridas da relação homem meio, sendo que, a primeira possibilidade, seria a ação humana dentro de várias temáticas.

Dessa feita buscou-se envolver a conceituação dentro de uma análise que remetesse a pensar nessa categoria enquanto um processo sempre inacabado, uma

vez que, as sociedades e os períodos técnicos mudam, as organizações sociais e políticas sofrem e recebem transformações, portanto, o conceito deve também acompanhar o movimento da sociedade.

Desta forma, detectou-se que as diferentes correntes e abordagens do conceito de região pela Geografia e por outras áreas do conhecimento, são na verdade, a expressão do próprio movimento de construção do conhecimento, posto que não há apenas uma forma de tratar e entender o conceito de região, pois uma corrente teórica não elimina a outra.

O que se vê é um construir dialético a partir da construção e da crítica á algumas teorias. Após o estudo percebe-se que o conceito de região pode ser melhor trabalhado quando se entende a relação entre sociedade e natureza a partir das contradições do próprio movimento da sociedade, envolvendo a economia, as técnicas, a política e suas formas de organização e as relações de poder presentes nas diversas formas de apropriação do território.

Ao longo da pesquisa e amarrando os itens em questão fez-se necessário inserir no estudo os projetos econômicos que permeavam a inserção dessa região ao Oeste do País. Assim as empresas colonizadoras e o Estado atuaram para a formação da região. Primeiro notou-se que a constituição da Empresa Matte Laranjeira no final do século XIX, abriu as portas para os interesses comerciais e de proteção fronteiriças do Estado Brasileiro, fato primordial para a colonização da área em estudo, contudo, vale salientar que, no processo histórico, a atuação da referida empresa monocultora também teve juntamente com os outros colonizadores, papel decisivo no processo matança e escravização dos indígenas que aqui residiam e faziam dessa terra seu território.

Essa empresa extraíndo madeira para a limpeza dos campos e a plantação da erva mate, seu cultivo e, sobretudo transporte que eram feitos por muitos desses homens de nação indígenas. Somando-se a isso a cultura pecuarista extensiva e os inúmeros embates entre os fazendeiros e tais povos indígenas com especial atenção ao povo Ofaié. Nesse ínterim, ressaltou-se que o Estado brasileiro ao promover a criação das colônias de povoamento, principalmente ao se observar que o vínculo com a Marcha Para Oeste, teve papel importantíssimo na ocupação da Microrregião de Nova Andradina, sem é claro, deixar de destacar, os equipamentos humanos e institucionais que contribuíram para a condução desse processo.

A pesquisa ora concluída ainda dedicou atenção às relações sociais entre os micros e os macros poderes emanados de cima para baixo e dos lados. Isso foi verificado na relação entre os padres e os operários que construíram as igrejas na cidade de Nova Andradina e nas fazendas em seu em torno.

Dessa feita, tornou-se inteligível um tipo de saber/poder que era emanando de dentro da Igreja Católica para a comunidade com ordens expressas de construção/erguimento dos espaços religiosos, mas que tinham múltiplas funções e poderes, nos dizeres de Foucault. Coube ao corpo eclesiástico dar forma e tornar visível a construção de uma sociedade. Para isso, à Instituição coube o papel histórico de realizar trabalhos sociais, educacionais, na área de saúde pública e ainda de ordem moral. Cumpria então aos padres a função de domesticar e por vezes apaziguar relações trabalhistas, ou entre indígenas e fazendeiros. Assim, ficou evidente que a Igreja teve múltiplas funções, além de ser salão de festas. Pode-se dizer seguramente que coube a ela a função civilizadora onde o Estado não cumpria com suas obrigações formais.

Buscou-se ainda, nesse contexto, compreender a função do colonizador da cidade de Nova Andradina que se valeu dos meandros políticos e religiosos na tentativa de arregimentação de um povo que se encontrava à sua mercê. Essa relação de poder marcou a construção social, geográfica e histórica do lugar já que, estabeleceu uma forma de apropriação da natureza nesta região marcada pela ascensão de um grupo de poder sobre uma massa de migrantes. É preciso destacar que as contradições desse movimento estão presentes até os dias atuais.

Finalmente, ao se estudar a formação do município de Nova Andradina, nos aspectos geo-históricos viu-se uma forma de poder/saber e de dominação sobre a colonização de um determinado local, como foi o caso do fundador da cidade Antônio Joaquim de Moura Andrade que foi exercendo sobre a sociedade em formação o seu simbolismo nacional, o antigo mito de “Rei do Gado” e teve função de dominação. Nas entrevistas realizadas percebeu-se o tom de reverência em torno desse nome e desse mito assim como entorno da figura dos padres.

Nova Andradina transformou-se num pólo regional e passou a ter influência sobre os municípios que o circundam, principalmente ao se levar em conta a prestação de serviços oferecidos pelo município, não obstante, também se observou que paralelamente aos avanços da cidade, a Igreja Católica também apresentou

grande crescimento, considerando mais uma vez que a sociedade também contribuiu para as investidas da Igreja.

Os caminhos das empresas colonizadoras e da Igreja Católica foram neste texto analisadas, uma vez que, no caso especial de Nova Andradina, a Igreja Católica teve na Empresa Moura Andrade e na considerada elite da cidade importante aliança, obtendo apoio também dos fiéis e dos políticos, já que, as convicções políticas da igreja aliavam-se com a classe dominante ligada à empresa colonizadora.

Cabe por fim mencionar, que a colonização da Microrregião de Nova Andradina, coadunou com a participação do Estado com suas disposições para empresas colonizadoras interessadas na produção do capital, ao passo que, promoveu também, que latifundiários brasileiros e estrangeiros passassem a investir numa região considerada de vazios demográficos.

Desta forma evidencia-se que a forma de inserção econômica da região marcada pela produção de gado e mais recentemente pelo etanol, demonstrou que os elementos presentes nas “origens” sociais dessa região, ainda encontram-se presentes embora com mudanças nas formas de se estabelecer o poder. No entanto, sem levar a modificações na maneira como os grupos de poder se estabelecem deixando à margem da riqueza e da propriedade a maior parte das pessoas que ocupam e vivem nesta região.

## Referências

ALMEIDA, João Ferreira de. Trad. **A Bíblia Sagrada** (revista e atualizada no Brasil) 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica Brasileira, 1993.

ALMEIDA, Rafael Bartiman de. **Diagnóstico Socioambiental na Associação Recanto de Lazer do Município de Anaurilândia-MS**. Monografia de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Nova Andradina.

ABREU, Martha. **O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. Estudos Avançados, vol. 18, nº. 52. São Paulo, Setembro a Dezembro de 2004.

BARBOSA, Túlio. A Influência da Geografia Teórica-Quantitativa na Transformação Teórica do Conceito de Natureza em Recursos Naturais nos Livros Didáticos de Geografia do Ensino Fundamental. **Geografia em Atos, n. 6, Volume 1, Presidente Prudente, Dezembro de 2006**.

BARATA, Alexandre Mansur. Cultura Política e Sociabilidades: Minas Gerais (1822-1831). **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005**.

BECKER, Berta K. **A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável**. Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 11. ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

BECHER, Dinizar Fermiano. Necessidades e Finalidades dos Projetos Regionais de Desenvolvimento Local. **Redes, Santa Cruz do Sul, v.3, nº. 2, p.71-85, dez. 1998**.

BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica, da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria, RS: UFSM, 2004

BIANCHINI, Odaléia da Conceição Deniz. **A Cia Matte Laranjeira e a Ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

BONFIN, Juliana Sanches Silva. **Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940 – 1960)** – Dourados, MS: UFGD, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1987. (Gênese e estrutura do Campo Religioso).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BRENTANO, Lucas Aquino, LOPEZ Ricardo Cortez e INOCALLA Ganesh, **Revolução Farroupilha (1835-1845): um balanço historiográfico. Revista Eletrônica: História e História, Abril de 2010.**

BRITO Marcio Roberto Andrade. **Prostituição no Brasil e Inclusão Social. Uma Análise do Projeto de Lei Nº. 098, de 2003, sob o Aspecto Constitucional.** Artigo Utilizado na Conclusão de Curso de Pós Graduação de Direito Constitucional Contemporâneo: Universidade de Brasília, 2008.

CASAROTTO, Marcílio. **Irmão Brás Sinigaglia: Um Novo Anchieta no Vale do Ivinhema.** Curitiba: Educa, 1986.

CASTRO, I. E. de. **Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão.** In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F. Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CARONE, Edgar. **A República Velha: (1889-1930).** São Paulo. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARVALHO, Glisélia Lima de. **Região: A Evolução de Uma Categoria de Análise da Geografia. Boletim Goiano de Geografia. V.22, nº 01, jan/jun. de 2002.**

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas,** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COLODEL, José Augusto. **Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960.** Santa Helena/PR: Prefeitura Municipal, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **O retorno do teológico político.** In: CARDOSO, Sérgio (org). Retorno ao republicanismo. Belo Horizonte: editora de UFMG, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_, Roberto Lobato. **Uma Nova Regionalização do Brasil - Uma Proposta (Resumo). Contribuições Científicas (Resumo). 8º. Encontro Nacional de Geógrafos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Salvador, 1990.**

COSTA, Benhur Pinós da. **O Espaço Social, os sujeitos e as múltiplas Microterritorializações Urbanas.** In: Teorias e práticas territoriais: análises espaços temporais/ Silvia Regina Pereira, Benhur Pinós da Costa, Edson Belo Clemente de Souza (orgs) I,-- 1. ed. – São Paulo. Expressão Popular, 2010.

COSTA, Georgina Carolina Capistrano da. **As cidades da Companhia Bata (1918-1940) e Jan Antonin Bata (1940-1965). Relações entre a experiência internacional e a brasileira.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos/ Universidade de São Paulo. Disponível em: <file:///C:/User/Usuário/Downloads/dissertaçãogeorgiacorrigida.pdf>

DUTRA, C. A.S. **Território Ofaié Pelos Caminhos da História: Reencontro e Trajetória de um povo**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2004. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000305.pdf>. Acesso em 15 de Dezembro de 2014 [dissertação de mestrado].

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)**. Paulo Marcos Esselin. – Dourados: Editora da UFGD, 2011.

FABRICIO, Deyse Cristina Brito, VITTE, Antonio Carlos. Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa. Do Contexto Histórico as Monografias Francesas. **Cordis. História, Arte e Cidades**, n. 6, jan./jun. pp. 301-332, 2011.

FARIA, Alcides; FRTA, Angela. **Biocombustível: a cana-de-açúcar na região hidrográfica do Rio Paraná e a produção de grãos, a pecuária e a cana-de-açúcar na sub-bacia do Rio Ivinhema-MS**. Campo Grande: Ecoa, 2008.

FERNANDES, Liliane Alves. **As Santas Casas de Misericórdia na República Brasileira (1922-1945)**. Dissertação de Mestrado em Políticas de Bem Estar em Perspectiva: Evolução, Conceitos e Actores / Phoenix Erasmus Mundus Dynamics of Health and Welfare, Universidade de Évora, 2009.

FLORES, Edson Luiz. **Industrialização e Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - 2009.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

\_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREITAS, Waldélia Neves Dutra de. **As Conquistas do Assentamento Santa Clara em Bataguassu/MS: a Luta pela Educação no/do Campo**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPTL – 2012.

GARRIDO, Joan de Alcázar. As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: Uma Contribuição ao Debate. **Revista Brasileira de História**. Organização da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, agosto 93.

GONÇALVES, Mauro Castilho. Cidade, Cultura e Educação: a Igreja Católica de Taubaté no Meio do Século XX, entre a Configuração e a Conformação; entre a Permanência e a Reatualização (1954-1969), **Revista de História Regional**, 9(1): 79-104, Verão 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão. Geografia: conceitos e temas** / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 11. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GODOY, Norberto Aparecido. O Bravo Colonizador. Texto não Publicado – s/d.

GUEDES DA SILVA, Walter. **O processo de integração produtiva da região de Dourados-MS a economia nacional**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FFCL/USP, 2011.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares Guimarães. **Divisão Regional do Brasil**. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro – 1942.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1999**.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. Tradução original de Thomaz Newlands Neto; supervisão de Fábio M. S. Guimarães e L. M. C. Bernardes. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

HOLANDA, SÉRGIO Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOONAERT, Eduardo. **A Formação do Catolicismo Brasileiro: 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974.

JÚNIOR, Alcides Gaboardi. **A Importância da Produção na Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar**. 2ª. Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. Políticas Sociais e Políticas Públicas em disputa. 06 e 07 de Novembro de 2013. Disponível em: <http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/trabalhos/uploads/trabalho2ujornadacomor esumocorreto.pdf>.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2. ed. Tradução e Prefácio de Fernandes Martins, Lisboa: Cosmos, 1950.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus: 1988.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto – O município regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

MAINWARRING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCON, Maria Teresinha Resenes. A Ressignificação do Conceito de Região. **Revista Discente Expressões Geográficas, nº 08, ano VIII, p. 29 - 51. Florianópolis, agosto de 2012.** www.geograficas.cfh.ufsc.br

MARTINS, Eduardo. **A invenção da vadiagem: os termos de bem viver e a sociedade disciplinar no império do Brasil**. Curitiba: CRV, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MATA, Sérgio da. **História & Religião**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MENDES, Luciana Aparecida de Souza. **As Folias de Reis em Três Lagoas. Dissertação de Mestrado**, UFGD, 2006.

MENEZES, Ana Paula. “**Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1950-1970)**”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, Julho 2011.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos R. **Ratzel: Geografia**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos R. **A Gênese da Geografia Moderna**. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Robert (ORG.) RATZEL – Coleção Grandes Cientistas Sociais Nº. 59, São Paulo, Ed. Ática S/A. 1990.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 3. ed. Hucitec: São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos Robert. **Geografia Pequena História Crítica**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral: a crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Coautor (Cooperativa do autor), 1993.

\_\_\_\_\_, Da Região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Ciência Geográfica, Bauru, nº. 6, 1995.**

\_\_\_\_\_. **Para Onde vai o Pensamento Geográfico? Por Uma Epistemologia Crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_: **O pensamento Geográfico Brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 2009.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e a desconcentração fundiária em Jales–SP.** Dourados: Editora da UFGD, 2014.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei Aquele Lugar Com o Suor do Meu Rosto”: Os Colonos da Colônia Agrícola de Dourados – CAND (1943-1960).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: [http://www.ufgd.edu.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=86](http://www.ufgd.edu.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=86)

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de Classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Ricardo Devides, VITTE, Antonio Carlos. **A Mudança na Postura Teórico- Metodológica em Ratzel no Fin de Siécle: Arte, Ciência e Geografia.** 14º. Encuentro de Geógrafos de América Latina. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos – Peru 2013.

PALMEIRA, Edemir. **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar das Famílias do Município de Anaurilândia-MS Afetadas pela Construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta.** Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Integrada de Nova Andradina – FINAN, 2013.

PEREIRA, Maria Florice Raposo. A Geografia no Pensamento Filosófico. **Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 05, número 10, 2006.**

PEREIRA, Márcia Maria. **A Igreja Católica em Maringá e a Gestão de Dom Jaime Luiz Coelho (1947-1980).** Dissertação de Mestrado em História, UFGD, 2007. Disponível em [http://www.ufgd.edu.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=75](http://www.ufgd.edu.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=75). Acesso em 10/02/2014. PDF.

PONCIANO, Nilton Paulo. **O Papel da Religião no Cotidiano de uma Cidade em Formação: Um Olhar Sobre a Presença da Igreja Católica em Fátima do Sul/ MS (1943-1965).** Tese de Doutorado em História pela UNESP – Assis, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O que Faz A História Oral Diferente. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº. 14, São Paulo, 1997.**

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira e seus fluxos mercantis (1891-1902). **III Congresso Latinoamericano de Historia Económica y XXIII Jornadas de Historia Económica Simposio 5: Transportes y Servicios en**

**los Mercados Regional es y Nacionales en América Latina (Siglos XIX y XX).**  
**Sitio web:** [http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/Jornadas/iii-cladhe-xxiii-jhe/San Carlos de Bariloche](http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/Jornadas/iii-cladhe-xxiii-jhe/San_Carlos_de_Bariloche), 23 al 27 de Octubre de 2012 - ISSN 1853-2543.

RATZEL, F. **Las razas humanas**. Barcelona: Montaner y Simon, 1906. v 1.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC - FGV, vol. 5, n. 10,1992, p. 200 - 215.

RECKZIEGEL, Ana L. História regional: dimensões teórico - conceituais. In: História: debates e tendências. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UPF. Passo Fundo: UPF, 1999.**

RIBEIRO, Julio César, GONÇALVES, Marcelino de Andrade. Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico espacial da sociedade. **Terra Livre, São Paulo, nº. 17, 2º. Semestre/2001.**

RIBEMBOIM, Jacques. MOREIRA, Francisco Gilvan Lima. **O fenômeno da “chegada urbana” em contraponto ao do “êxodo rural”**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986

\_\_\_\_\_, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond - 1999.**

\_\_\_\_\_, Milton. A Urbanização Brasileira. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções sobre Território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, Claudia Neves. **Igreja Católica, Assistência Social e Caridade: Aproximação e Divergências**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº. 15 Janeiro/Junho 2006, p. 326-351.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. Edição Fac-Similar. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SILVEIRA, Carlos Bernardes da. **Política e Legislação: Um Estudo de Caso Sobre o Território Federal de Ponta Porã (1943/1946)**. Monografia Apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPTL.

SOARES, Ivan de Sousa; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Mapeamento da dinâmica territorial de mato grosso do sul por meio da análise da estrutura fundiária partir dos dados censitários do IBGE.** [www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target:openFile&fileId:418](http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target:openFile&fileId:418)

TANGERINO, Márcio R. P. **Os impasses da Prática política da igreja popular.** Campinas: Editora Alínea, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia.** 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2008.

ZIZEK, Slavo (Org.). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

### **Fontes Escritas**

OLIVEIRA, Henrique, Urchei, Mário Artemio, Fietz, Carlos Ricardo. EMBRAPA – Agropecuária Oeste – Aspectos Físicos e Socioeconômicos da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema.

Ata de Instalação do Município de Nova Andradina

Carta de Padre Marcos Martinez Royo, Our Lady of Pilar Church. 1101 Bloomington Corpus Christi, Texas 78416, 26 de Fevereiro de 2010.

Anuário Estatístico de Nova Andradina. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado. Ano de 2015. Governo Municipal de Nova Andradina.

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. República dos Estados Unidos do Brasil. Ano LXIV – Cuiabá. Quinta Feira, 05 de Agosto de 1959. – Nº. 13.745. Administração do Governador João Ponce de Arruda.  
Dicionário Brasileiro Globo, Francisco Fernandes, Celso Pedro Luft, 35ª Edição, Editora Globo S.A., 1952.

Histórico do (Hospital Guiomar soares de Andrade, Santa Casa de Nova Andradina, 2002).

Livro Tombo da Igreja Católica Apostólica Romana da Paróquia Imaculado Coração de Maria. Nova Andradina.

Livro Tombo da Igreja Católica Apostólica Romana da Paróquia Santo Antônio de Pádua. Bataguassu.

Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável – Região Leste. Secretaria de Planejamento e de Ciências e Tecnologia (SEPLANCT) Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do. Planejamento, da Ciência e Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

## Fontes Digitais

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/anaurilandia.pdf>

<https://carlosrobertodasvirgens.wikispaces.com/file/view/HIST%C3%93RICO+DO+MUNICIPIO+DE+IVINHEMA.pdf>

[www.cnm.org.br/municipio/historia.asp?ildMun=100150057](http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp?ildMun=100150057)

## Entrevistas

ENTREVISTA. Aluizio Eduardo Teodoro Braga, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina: 15/12/2009: 2h30min. Nasceu em Nova Andradina em 1958, é agricultor.

ENTREVISTA. Antonio Carvalho Gomes, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 11/01/2010: 1h36min. Nasceu em Sergipe, foi maquinista com patrôla abrindo as primeiras ruas de Nova Andradina, é aposentado. Mora em Nova Andradina desde 29 de Junho de 1958.

ENTREVISTA. Antonio Fernando de Andrade Prado, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/02/2010: 54min. Nasceu em São Paulo, é neto do colonizador Antonio Joaquim de Moura Andrade, mora em Nova Andradina desde o ano de 1983, na fazenda Baile.

ENTREVISTA. Argenide Sartori Dan, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 24/04/2010: 55 min. Nasceu no Estado de São Paulo, veio morar com o esposo Olívio Paro Dan, na cidade de Nova Andradina no ano de 1958.

ENTREVISTA. Carlos Bernardes da Silveira, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 15/01/2010: 1h06min. Nasceu no Estado de São Paulo, é advogado e acadêmico do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina. Mora em Nova Andradina desde 1961.

ENTREVISTA. Cassimiro Araújo dos Santos, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 18/01/2010: 20min. Nasceu na Bahia, foi agricultor, é aposentado. Mora em Nova Andradina desde 1964.

ENTREVISTA. Ernesto Pinton, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/05/2010: 21min. Nasceu no interior do Estado de São Paulo, sua família veio morar em Nova Andradina no ano de 1963, esposo de Maria de Fátima Giovanoni.

ENTREVISTA: Matilde Ribeiro Bachiega. Eudes Vitorino Bachiega, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Taquarussu, 27/01/2015: 46:17 min. Nasceu em Flóra Rica-SP. Morador de Taquarussu desde o ano de 1968.

ENTREVISTA. João Batista da Silveira, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 15/01/2010: 1h06min. Nasceu em Minas Gerais, foi fazendeiro desbravador, atualmente é sitiante aposentado. Mora em Nova Andradina desde 1959.

ENTREVISTA. Judite Maria Procópio Bonato, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/02/2010: 01h22min. Nasceu no Estado de São Paulo, é professora na cidade de Nova Andradina. Seus pais foram funcionários de Antonio Joaquim de Moura desde o ano de 1957, na fazenda Primavera.

ENTREVISTA. José Francisco de Oliveira Filho, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 25/01/2010: 17min. Nasceu no Estado de São Paulo. Foi funcionário da Serraria São Paulo, atualmente é aposentado, tem um caminhão de fazer frete. Mora em Nova Andradina, desde 1958.

ENTREVISTA. Leandro Costa de Oliveira, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 23/01/2010: 58 min. Nasceu na Bahia, foi funcionário de Antonio Joaquim de Moura Andrade na Fazenda Primavera, desde o ano de 1950, atualmente é aposentado.

ENTREVISTA. Luiz Sussi, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 06/05/2010: 39min. Nasceu no Estado de São Paulo, veio morar em Nova Andradina, no de 1963 para gerenciar a Serraria São Cristovão, atualmente (2010) aposentado e fazendeiro.

ENTREVISTA. Maria Araújo dos Santos, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 18/01/2010: 20min. Nasceu na Bahia, dona de casa aposentada. Mora em Nova Andradina, desde 1964.

ENTREVISTA. Maria de Fátima Giovanoni, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/05/2010: 21min. Nasceu no interior do Estado de São Paulo, sua família veio morar em Nova Andradina no ano de 1958, esposa de Ernesto Pinton.

ENTREVISTA. Maria Aparecida Procópio Antonio, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/02/2010: 01h22min. Nasceu no Estado de São Paulo, é professora na cidade de Nova Andradina. Seus pais foram funcionários de Antônio Joaquim de Moura desde o ano de 1957, na fazenda Primavera.

ENTREVISTA. Norberto Aparecido Godoy, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 06/05/2010: 39min. Nasceu no Estado de São Paulo, veio morar em Nova Andradina no ano de 1970, para trabalhar na educação.

ENTREVISTA. Olívio Paro Dan, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 24/04/2010: 55 min. Nasceu no Estado de São Paulo, veio morar com a esposa Argenide Sartori Dan, na cidade de Nova Andradina no ano de 1958.